

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DIEGO TADEU DE OLIVEIRA ROCHA**

**MOLDANDO A NOVA PÁTRIA: O ENSINO PRIMÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO  
PATRIOTISMO E CIVISMO EM ANGATUBA/SP (1930-1945)**

**SOROCABA  
2022**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

**DIEGO TADEU DE OLIVEIRA ROCHA**

**MOLDANDO A NOVA PÁTRIA: O ENSINO PRIMÁRIO NA CONSTRUÇÃO DO  
PATRIOTISMO E CIVISMO EM ANGATUBA/SP (1930-1945)**

Dissertação apresentada à Banca de Defesa como exigência do Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEd-So), Linha de Pesquisa 3 – Teorias e Fundamentos da Educação, da Universidade Federal de São Carlos (*Campus Sorocaba*), para obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Teorias e Fundamentos da Educação

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho

**SOROCABA  
2022**

Rocha, Diego Tadeu de Oliveira

Moldando a nova Pátria: o ensino primário na construção do patriotismo e civismo em Angatuba/SP (1930-1945) / Diego Tadeu de Oliveira Rocha -- 2022. 222f.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba  
Orientador (a): Luciana Cristina Salvatti Coutinho  
Banca Examinadora: José Carlos Libâneo, Maria Walburga dos Santos  
Bibliografia

1. Governo de Getúlio Vargas (1930-1945). 2. Ensino primário. 3. Comemorações cívicas. I. Rocha, Diego Tadeu de Oliveira. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano - CRB/8 6979



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**

Centro de Ciências Humanas e Biológicas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

**Folha de Aprovação**

---

Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato Diego Tadeu de Oliveira Rocha, realizada em 22/02/2022.

**Comissão Julgadora:**

Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho (UFSCar)

Prof. Dr. José Carlos Libâneo (PUC-GO)

Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos (UFSCar)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação.

Dedico à minha família e amigos que me sustentaram nos momentos difíceis de realização desse trabalho.

## **Agradecimentos**

Não poderia começar os agradecimentos de outra forma a não ser agradecendo a Profa. Dra. Maria Aparecida Morais Lisboa, minha madrinha acadêmica, que acreditou em mim desde os primeiros momentos em que estava me formando pesquisador, por ter cedido tempo e espaço para me auxiliar e orientar em todo processo de pesquisa desde a graduação e especialmente nesta dissertação, de ter aberto seus arquivos e tido confiança que eu desempenharia um bom trabalho ao escrever um pedaço da história de Angatuba/SP, como também por ter revisado minuciosamente o texto.

À minha orientadora, Profa. Dra. Luciana Cristina Salvatti Coutinho, por toda atenção, orientações, indicações e, principalmente, por acreditar em minha pesquisa e em minha capacidade de realizá-la.

Aos docentes do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba (PPGEd-SO) e o grupo de pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil da UFSCar Sorocaba (HISTEDBR-SO) pelos momentos de reflexão.

À minha família, principalmente minha mãe, Maria Eugênia Ramos de Oliveira Rocha, pelo carinho em ter me auxiliado em momentos de adversidade e compreendido a minha ausência durante a fase de pesquisa, ao meu pai, Arnaldo de Oliveira Rocha, por todo auxílio financeiro durante o processo formativo.

Aos meus amigos e amigas que me sustentaram nos instantes em que a desistência me cercava, por terem compreendido a minha ausência em tantas reuniões e eventos presenciais e virtuais, especialmente José Gustavo Leme Pereira, que esteve presente em inumeráveis momentos. Agradeço também minha amiga e colega trabalho Profa. Ivone Ivanchuk Lisboa, minha diretora escolar, que me auxiliou na conciliação dos horários de trabalho e estudo.

À Profa. Luciane de Fátima Queiroz, diretora da Escola Estadual de Ensino Infantil “Dr. Fortunato de Camargo”, que permitiu o acesso às fontes primárias da instituição, deixando à disposição toda ajuda dos colaboradores da instituição.

Ao Prof. Dr. José Carlos Libâneo e a Profa. Dra. Maria Walburga dos Santos, membros da banca de qualificação que se empenharam na leitura crítica da dissertação e trouxeram grandes contribuições para a finalização do trabalho

À Ciência e ao Sistema Único de Saúde (SUS) que possibilitaram a minha vacinação contra o COVID-19, por mais que recebam ataques neoliberais e autoritários permanecem sendo a via de salvação efetiva do povo brasileiro nesse momento pandêmico.

À escola pública que me formou e em que trabalho na tentativa de formar cidadãos críticos à realidade social e econômica.

Gratidão a tudo o que aprendi e pude vivenciar e a todos que estiveram ligados direta ou indiretamente nesse processo formativo e de pesquisa!

*O passado deve ser compreendido seja nos seus próprios termos, seja como anel de uma corrente que em última análise, chega até nós.*

Carlo Ginzburg (2001, p 188)



**Resumo:** Esta dissertação tem como tema o desenvolvimento da formação cívico-patriótica ocorrido na cidade de Angatuba/SP durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a partir dos instrumentos pedagógicos utilizados na educação primária. O problema que orientou a investigação questionava sobre como se desenvolveu os mecanismos de reprodução do patriotismo, civismo, moralismo e nacionalismo na instrução de nível primário com a utilização da “pedagogia autoritária” com foco na formação da consciência do “novo cidadão brasileiro”, sendo objetivo imposto a educação pela linha de pensamento do governo varguista, tornando o processo educativo importante instrumento de consolidação das ideais políticas. Para tanto, no bojo da História da Educação empregou-se a metodologia do pluralismo tipológico de documentos diante da pesquisa de tipo bibliográfica e documental, bem como a pesquisa qualitativa, consultando dialeticamente as fontes primárias conservadas na localidade, como o jornal *A Folha de Angatuba*, as cartilhas e livros didáticos, além da coleta da oralidade. Objetivou a pesquisa, portanto, a compreensão da organização do processo pedagógico no ensino primário como instrumento formativo do sentimento de pertencimento e amor à Pátria nos futuros cidadãos brasileiros.

**Palavras-chave:** Educação primária; Civismo; Patriotismo; Governo Vargas (1930-1945); Comemorações cívicas; Angatuba/SP.

**Abstract:** This dissertation has as its theme the development of the civic-patriotic formation that occurred in the city of Angatuba/SP during the first government of Getúlio Vargas (1930-1945), from the pedagogical instruments used in primary education. The problem that guided the investigation questioned how the mechanisms of reproduction of patriotism, civism, moralism and nationalism were developed in primary education with the use of the "authoritarian pedagogy" focused on the formation of the conscience of the "new Brazilian citizen", with the objective imposed on education by the Vargas government line of thought, making the educational process an important instrument for the consolidation of political ideals. To do so, in the context of the History of Education, the methodology of the plural typological pluralism of documents was used in face of the bibliographical and documental research, as well as the qualitative research, consulting dialectically the primary sources preserved in the locality, such as the newspaper A Folha de Angatuba, the primers and textbooks, besides the collection of orality. The research aimed, therefore, to understand the organization of the pedagogical process in primary education as an instrument to form the feeling of belonging and love for the homeland in the future Brazilian citizens.

**Keywords:** Primary education; Civism; Patriotism; Vargas Government (1930-1945); Civic commemorations; Angatuba/SP.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b>	Quadro “Tiradentes Esquartejado” – tela de Pedro Américo – 1893	46
<b>Figura 2</b>	Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”	99
<b>Figura 3</b>	Pôster de Propaganda nazista	100
<b>Figura 4</b>	Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”	102
<b>Figura 5</b>	Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”	104
<b>Figura 6</b>	Capa da Cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”	106
<b>Figura 7</b>	Trecho da Cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”	107
<b>Figura 8</b>	Trecho da Cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”	107
<b>Figura 9</b>	Capa da Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”	109
<b>Figura 10</b>	Capa da obra didática “Infância: I Livro”	110
<b>Figura 11</b>	Manifestação cívica em frente ao Palácio Tiradentes (RJ)	126
<b>Figura 12</b>	Dia do Trabalho no Estado Novo	127
<b>Figura 13</b>	Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”	132
<b>Figura 14</b>	Desfile da Juventude no Distrito Federal	134
<b>Figura 15</b>	Matéria: Ao Povo de Angatuba, Ao Exmo. Sr. Secretario do Interior	140
<b>Figura 16</b>	Matéria: Dr. Fortunato Martins de Camargo	142
<b>Figura 17</b>	Mapa da área territorial de abrangência do 1º e 2º distritos da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga, 1936	145
<b>Figura 18</b>	Mapa da área territorial de abrangência do 3º distrito da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga, 1936	146
<b>Figura 19</b>	Escola Isolada do Bairro Campina dos Mineiros, 1936	148
<b>Figura 20</b>	Escola Isolada do Bairro do Bom-Bom, 1936	149
<b>Figura 21</b>	Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”, 1936	152
<b>Figura 22</b>	Alunos diplomados pelo Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”, 1938	153
<b>Figura 23</b>	Alunos diplomados pelo Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”, 1939	154
<b>Figura 24</b>	Livro: Sejamos Bons! Primeiro Livro – Júlio de Faria e Souza	157
<b>Figura 25</b>	Texto sobre Olavo Bilac presente no livro Sejamos Bons! Primeiro Livro	159
<b>Figura 26</b>	Exercícios do texto “A açucena” do Livro Minhas Histórias – Leitura Preparatória	160
<b>Figura 27</b>	Texto: “Ophilia já está no grupo escolar” da Nova Cartilha – Ensino rápido de leitura	161

<b>Figura 28</b>	Trecho do texto: “A Proclamação da República – O Marechal Deodoro”	162
<b>Figura 29</b>	Trecho do texto: “A Proclamação da República – O Marechal Deodoro”	163
<b>Figura 30</b>	Figura de Tiradentes presente no texto: “A Conspiração Mineira - Tiradentes”	165
<b>Figura 31</b>	Poema que exalta a figura de Tiradentes e Olavo Bilac, 194?	166
<b>Figura 32</b>	Texto: “A Bandeira”	168
<b>Figura 33</b>	Poesia: “Hino à escola”	169
<b>Figura 34</b>	Poesia: “Ante a bandeira”	170
<b>Figura 35</b>	Poesia: “A Pátria”	172
<b>Figura 36</b>	Texto: “Músicos e Poetas Brasileiros”	173
<b>Figura 37</b>	Quadro de Horários do 1º Ano B	175
<b>Figura 38</b>	Diário de Classe da professora Francisca Fogaça, 1937	177
<b>Figura 39</b>	Texto: “Comemorações da Data Natalícia do Presidente da República”	180
<b>Figura 40</b>	Texto: “Dr. Getúlio Dornelas (sic) Vargas”	182
<b>Figura 41</b>	Semana Comemorativa a Tiradentes	183
<b>Figura 42</b>	Texto: “Comemorações do Dia 7 de Setembro”	184
<b>Figura 43</b>	Programação do Dia 7 de setembro de 1944	187
<b>Figura 44</b>	Poema “Independência”, 194?	188
<b>Figura 45</b>	Texto: “Dia da Juventude Brasileira”	188
<b>Figura 46</b>	Planta da Cidade de Angatuba, 1938	189
<b>Figura 47</b>	Matéria “X de Novembro”	190
<b>Figura 48</b>	Centro Literário “Dr. Júlio Prestes”	191
<b>Figura 49</b>	Elite passando para foto no interior do Centro Literário “Dr. Júlio Prestes”	192
<b>Figura 50</b>	Programa do Dia do Reservista	193
<b>Figura 51</b>	Artigo “Trabalho, Riqueza e Saúde” do Jornal: Folha de Angatuba	195
<b>Figura 52</b>	Matéria “Semana da Criança”	197
<b>Figura 53</b>	Seção Escolar: “A Semana da Criança”	198

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b>	Ensino de nível primário de 1920 a 1950	90
<b>Tabela 2.</b>	Os feriados nacionais e seus significados	121

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>Capítulo 1. Educando mentes e corpos: o ideal de civismo em construção na Primeira República (1889-1930)</b> .....	25
1.1 Construção e ascensão do ideal republicano .....	26
1.2 A construção do arsenal simbólico: a constituição do herói, da bandeira e do mito .....	37
1.3 A estruturação do ensino: a formação do cidadão cívico e alfabetizado .....	50
1.4 Os eventos cívicos na Primeira República: a orientação formativa do cidadão .....	57
<b>Capítulo 2. Formação do novo cidadão brasileiro: os instrumentos de construção do “sentimento patriótico” no ensino primário durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)</b> .....	69
2.1 Contextualização histórica do Primeiro Governo Vargas (1930-1945) .....	70
2.2 Os primeiros passos na construção da unidade nacional.....	77
2.3 Inculturação patriótica no ensino de História, na cartilha cívica, no canto coletivo, nas ondas dos rádios e nas telas dos cinemas .....	91
2.4 As festividades cívicas para além da suspensão do cotidiano: o instrumento pedagógico de propagação do sentimento patriótico.....	118
<b>Capítulo 3. Formação do novo cidadão angatubense: o amor patriótico incutido no interior paulista</b> .....	138
3.1 Panorama da educação primária em Angatuba .....	139
3.2 A formação do novo cidadão angatubense com a escrita: as obras didáticas .....	155
3.3 As festividades cívicas em Angatuba: formação e exibição do “sentimento patriótico” .....	179
<b>CONCLUSÃO</b> .....	200
<b>Referências</b> .....	209
<b>Documentos Oficiais</b> .....	218
<b>Jornais</b> .....	218
<b>Obras didáticas</b> .....	219
<b>Legislação</b> .....	220

## INTRODUÇÃO

“É preciso plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria Pátria” (BRASIL, 1940, p. 1).

O período do primeiro governo<sup>1</sup> de Getúlio Dornelles Vargas<sup>2</sup> guarda inúmeros questionamentos e estigmas diante de uma das personalidades mais enigmáticas da história brasileira, a do líder político carismático e autoritário do Estado Novo, que beneficiou a população trabalhadora, mas puniu seus opositores com veemência. Essa fase da História do Brasil que me motivou a empreender uma pesquisa envolvendo a estruturação autoritária do governo Vargas pertinente a educação e a construção simbólica de sua liderança presente nos livros didáticos que contatei ainda em minha infância, de cujos fatos surgiram indagações a serem respondidas.

A minha relação com a História da Educação ocorreu no final da graduação em História na Universidade de Sorocaba (UNISO), permeando a escolha do tema ao trabalho de conclusão de curso (TCC). A tese de doutorado da professora doutora Maria Aparecida Morais Lisboa, intitulada “A política dos coronéis e a difusão do ensino primário em Angatuba-SP (1870-1930)”, despertou-me a curiosidade de analisar a influência do republicanismo na educação local, compreendendo assim, a importância do ensino primário na consolidação do regime republicano.

No processo de realização da pesquisa na graduação me ative com as fontes primárias das décadas de 1930 e 1940, isentas de análises, tornando assim condutor para explorar os temas como: educação, autoritarismo, varguismo, patriotismo e nacionalismo, avultados nessa dissertação.

---

<sup>1</sup> Utiliza-se o termo “primeiro governo de Getúlio” para diferenciar a fase do governo que vai da posse do Governo Provisório, em 1930, ao fim do Estado Novo, em 1945, da segunda fase de presidente eleito pela população brasileira em 1951 permanecendo no cargo até seu suicídio em 1954.

<sup>2</sup> Getúlio Dornelles Vargas nasceu em São Borja (RS), em 1882. Pela Faculdade de Direito de Porto Alegre formou-se bacharel em 1907. Ingressando na vida política elegeu-se pelo Partido Republicano Rio Grandense (P.R.R), deputado estadual, deputado federal e líder da bancada gaúcha, entre os anos de 1923 e 1926. Assumiu, por conta dos acordos políticos, o cargo de Ministro da Fazenda do Presidente da República Washington Luís (1926-27), deixando o cargo, concorreu e foi eleito para presidente do Estado do Rio Grande do Sul (1927-1930). Em 1929, com apoio dos correligionários do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba candidatou-se à presidência da República na chapa oposicionista da Aliança Liberal. Derrotado, chefiou o movimento revolucionário de 1930, através do qual assumiu em novembro deste mesmo ano o Governo Provisório (1930-34) (FGV – CPDOC, s/d). “Durante este período, Vargas deu início à estruturação do novo Estado, com a nomeação dos interventores para os governos estaduais, a implantação da justiça revolucionária, a promulgação das primeiras leis trabalhistas e outras ações políticas embasadas no ideal nacionalista” (FGV – CPDOC, s/d).

Destarte, o presente trabalho visa oferecer subsídios para entender as causas da estruturação dos procedimentos e meios utilizados no ensino primário para a construção da consciência patriótica, cívica, moral e nacionalista durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, tendo como lócus a cidade de Angatuba/SP. Adaptando o conceito da historiadora Carlota Josefina Malta Cardoso dos Reis Boto (2017), “liturgia da escola<sup>3</sup>”, como entendimento do processo educativo desenvolvido nas instituições escolares, pode-se afirmar que o trabalho explora a liturgia da escola angatubense no período estudado.

Angatuba situa-se no sudoeste do Estado de São Paulo, na região de Campos Gerais ou Campos de Sorocaba e apresenta uma área territorial de 1.029 km<sup>2</sup>. Faz parte da região de Sorocaba, a qual congrega os municípios de São Miguel Arcanjo, Tatuí, Guareí, Cesário Lange, Boituva, Itapetininga, Cerquilha, Capela do Alto, Campina do Monte Alegre e Angatuba.

Privilegiou-se Angatuba pelo fato de sua história estar relacionada ao domínio da elite agrária cujos coronéis estavam vinculados ao Partido Republicano Paulista (P.R.P), reduto de influência de membros da política estadual e federal, como o Júlio Prestes de Albuquerque<sup>4</sup> e seu pai Fernando Prestes de Albuquerque<sup>5</sup>. Além desse fato, a escolha dessa cidade se deu pela circunstância da existência de um acervo de fontes primárias disponíveis no acervo pessoal da historiadora Maria Aparecida Morais Lisboa.

Com uma economia voltada para o cultivo do café e do algodão, tais produtos sustentaram uma elite agrária que durante as décadas de 1930 e 1940 apoiaram o líder nacional, Getúlio Vargas, organizando a política local em harmonia com as linhas mestras do pensamento autoritário do varguismo. Conseqüentemente, firmaram as ações e a figura do presidente, organizando manifestações públicas contando com o apoio da imprensa.

---

<sup>3</sup> Segundo Carlota Boto, a escola moderna possui uma liturgia que engloba o processo de formar comportamentos, bem como de ensinar saberes, desse modo, o papel da escola seria instruir e civilizar.

<sup>4</sup> Júlio Prestes de Albuquerque nasceu em Itapetininga (SP) no dia 15 de março de 1882, filho do coronel itapetiningano e político Fernando Prestes de Albuquerque. Formou-se bacharel em Direito. Por influência paterna iniciou sua carreira política em 1909 como deputado estadual, eleito na legenda do Partido Republicano Paulista (PRP). Foi reeleito nas quatro legislaturas seguintes, exercendo o mandato até 1923, no último ano da legislatura presidiu a Comissão de Finanças da Câmara paulista. No ano seguinte foi eleito, ainda na legenda do PRP, deputado federal pelo estado de São Paulo, sendo escolhido. Por conta da sua atuação política vinculada a elite paulista, foi indicado pelo Presidente da República Washington Luís à sucessão presidencial, candidatura logo depois homologada pela convenção do PRP (FGV-CPDOC, s/d).

<sup>5</sup> Fernando Prestes de Albuquerque nasceu em Angatuba (SP), então distrito do município de Itapetininga (SP), em 26 de junho de 1855. Envolveu-se na política junto a causa republicana, sendo um dos maiores chefes republicanos da região de Itapetininga, quando da Proclamação da República em 15 de novembro de 1889. Foi eleito deputado federal em várias legislaturas, deixando os cargos políticos, Fernando Prestes passou a se dedicar à comissão diretora do PRP e à sua propriedade rural, a fazenda Araras, em Itapetininga, na qual realizava a criação de cavalos para o Exército brasileiro (FGV-CPDOC, s/d).



Diante desse cenário, a pesquisa procura compreender como ocorreu na localidade os processos de construção do patriotismo e civismo, acompanhado de elementos moralizantes para a construção do “novo cidadão” angatubense em consonância com a doutrina do governo de Getúlio Vargas. Constituindo o objetivo geral da pesquisa à compreensão do desenvolvimento da formação cívico-patriótica em futuros cidadãos brasileiros por meio de processos pedagógicos, ocorrido em escolas do ensino primário na cidade de Angatuba/SP, durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

Para nortear esse estudo algumas questões foram levantadas:

- a) de que natureza eram as perspectivas do governo varguista em torno do ensino primário?
- b) quais foram os processos pedagógicos constituídos pelo Ministério da Educação e Saúde Pública e pelos Departamentos de Propagandas na construção do “novo homem brasileiro”?
- c) como o civismo e patriotismo foram introduzidos nos programas de ensino?
- d) de que maneira os ideólogos do período estruturaram internamente a escola às finalidades educativas moralizantes?
- e) qual a influência do autoritarismo e nacionalismo na instrução primária?
- f) que importância tinham os eventos cívicos como recurso pedagógico do regime varguista?
- g) como estava estruturado o ensino primário na cidade de Angatuba no período estudado?
- h) o desenvolvimento dos dispositivos pedagógicos na localidade surtiu o efeito desejado?

O trabalho visa preencher parte da lacuna de estudos locais e regionais sobre a importância desse período no que tange o entendimento dos processos históricos educacionais no âmbito local para a compreensão das ações políticas e culturais nos níveis: regional e federal.

O período de 1930 a 1945 é marcado como o momento de exaltação patriótica e nacionalista, em que o líder da nação, Getúlio Vargas, pretendia tornar o Brasil uma nação forte, unida e com ideais de engrandecimento do patriotismo na população brasileira; um dos artifícios para a consolidação do seu projeto político de cunho autoritário. Conseqüentemente, a partir de 1930, estruturas jurídicas, burocráticas, executivas e de cerceamento das liberdades intelectuais foram sendo construídas pelos seus aliados, aparelhando o Estado Nacional em

torno da figura de Vargas. Mediante a intensa propaganda realizada pelos departamentos responsáveis, a figura do Presidente da República começa a ser alicerçada transformando-o em herói nacional, como símbolo máximo de patriotismo e de civismo.

A educação primária irá servir aos pressupostos da ideologia<sup>6</sup> do governo varguista na construção do “sentimento patriótico<sup>7</sup>” e da consciência moral e cívica, ordenando para isso processos formativos de viés patriótico, nacionalista e moralista, com a estruturação de obras didáticas, como cartilhas e livros de leitura para os diferentes níveis do ensino primário, orientações pedagógicas de ensaios de hinos, poemas e literatura patrióticas e cívicas.

Adaptando o conceito de processo de civilização na escola, de Carlota Boto, pode-se afirmar que caberá às instituições escolares “[...] não apenas o ensino do ler, escrever e copiar, mas também a exposição de hábitos e ações a serem internalizados na própria identidade da pessoa” (BOTO, 2017, p. 12-13). Dessa forma, o cotidiano escolar será modificado, inseridos inúmeros aspectos simbólicos, como a importância do exemplo dos docentes e dirigentes, sendo esses, expoentes de “bons cidadãos”, também o culto à bandeira nacional e à figura do líder e dos grandes vultos, constituindo ações que procuravam imprimir à nova identidade nacional desejada pelo regime.

A perspectiva de análise não parte do paradigma das discussões de processo civilizatório empregado por Norbert Elias e Carlota Boto, mesmo que visões consonantes sejam perceptíveis. As discussões de finalidade da educação no campo da História da Educação foram as linhas orientadoras do estudo, compreendendo que o processo formativo escolar servirá como instrumento manipulável para a concretização de elementos ideológicos da política vigente. Discussões presentes nos estudos dos pesquisadores Marlos Bessa Mendes da Rocha (2000), Cristiani Bereta da Silva (2014) e Maurício Parada (2009).

Conjuntamente ao aparelhamento do Estado brasileiro realizado por Vargas desde 1930, novos mecanismos serão alicerçados com a Constituição do Estado Novo, principalmente no que tange ao papel da educação no fortalecimento dos valores patrióticos e cívicos em contraposição ao estrangeirismo presente nas colônias de formação estrangeiras dos estados

---

<sup>6</sup> O conceito de ideologia ora empregado tem como entendimento um conjunto de ideais e visões de mundo que deveriam organizar o pensamento político, social, cultural e econômico da sociedade brasileira, embasado naquilo que o governo ditava como correto.

<sup>7</sup> Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde Pública, que ficará no cargo de 1934 a 1945 entendia que o ensino primário deveria construir nas crianças o sentimento patriótico, entendido por ele como o “[...] sentimento vigoroso, como um alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a pátria (HORTA, 2010, p. 58).

sulistas e de parte do estado de São Paulo e as ideias contrárias ao regime, entre eles, o comunismo, que será combatido com maior força.

No Estado Novo, cria-se um calendário de dias cívicos, ordenado em consonância com a ideologia estadonovista, introduzindo datas, como o dia 19 de abril, momento de exaltação natalícia do líder da nação, dia 10 de novembro, de modo que os brasileiros deveriam elevar louvores e agradecimentos ao novo Estado que vinha se construindo, pois, este, em contraposição ao dia 15 de novembro dos republicanos, teria, de fato, organizado a modernização e a construção de uma nova nação.

Os interventores estaduais serão agentes na construção da nova fase de valores patrióticos, sendo os responsáveis pela legislação e normativas de seus estados no que diz respeito à educação primária, principalmente na organização dos programas das festividades cívicas e suas regras de execução. Deve-se lembrar que as festividades cívicas não são novidades do período do governo varguista, elas já faziam parte da dinâmica escolar durante o período da Primeira República, porém, o cerne ideológico delas era voltado para a consolidação do republicanismo.

Com a mudança no calendário cívico realizado no Estado Novo e a introdução de novos moldes para os valores patrióticos, ocorre a invenção de “novas tradições”, que se compreende, com base em Eric Hobsbawn, como o

[...] conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 2020, p. 8).

O varguismo irá forjar um passado a ser respeitado, como o momento da Independência do Brasil, a figura dos grandes vultos da nação, entre esses, o herói nacional Tiradentes, porém, também irá engendrar um passado a ser “esquecido”, como as ações dos republicanos no período de 1889 e 1930, exaltando que o Estado Novo era a via de modernização correta, contrapondo-se aos ideais republicanos que pretendiam manter o Brasil alheio ao café e dependente da economia estrangeira. Por conta disso, os ideais nacionalistas, aliados aos valores patrióticos e cívicos deveriam ser fortalecidos na população brasileira, para assim, construir uma Nação forte.

Com isso, as datas cívicas tornam-se elementos formativos que devem ser comemoradas com desfiles pelas ruas das cidades, com a intensa participação dos docentes e discentes, exibindo símbolos pátrios, entoando hinos e proclamando poemas previamente orientados para

serem ensaiados, criando assim uma atmosfera de patriotismo que pretendia inculcar nos participantes e espectadores os valores desejados pelo regime autoritário do varguismo para a construção do novo cidadão brasileiro.

A concepção doutrinária de caráter autoritário, como aponta Marlos Bessa Mendes da Rocha (2000, p. 79),

[...] constituiu-se na educação, com todas as letras, a partir do discurso do Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema<sup>8</sup>, em comemoração ao centenário do Colégio Pedro II, em dezembro de 1937. Formulou-se aí uma educação claramente comprometida “ao serviço da Nação ... (que), longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia a seguir uma tábua de valores, de reger-se pelo sistema das diretrizes morais, política e econômica, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isso, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado.

A preocupação com a formação da consciência patriótica, moral e cívica esteve presente em inúmeros discursos do Ministro da Educação, Gustavo Capanema, sendo esse sentimento a principal premissa do ensino primário, sendo que, como afirma em seu discurso transcrito por José Silvério Baia Horta,

[...] as escolas primárias deverão ter sempre um caráter nacional em seus objetivos, em sua organização e em seu funcionamento, especialmente levando os alunos a falar e a escrever corretamente o idioma nacional e neles desenvolvendo o sentimento cívico e o espírito de brasilidade, integrando-os na unidade e na comunhão nacional e concorrendo, por meio de instituições periescolares, para incentivar, no meio social ambiente, o amor ao país, às suas instituições e às suas tradições (HORTA, 2010, p. 165).

As obras didáticas, como livros de leitura, cartilhas das diversas disciplinas e livros didáticos, foram minuciosamente elaborados e reelaborados para estarem em consonância com a ideologia varguista, contendo textos, lições, atividades e orientações com a pretensão valorativa de exaltar os elementos patrióticos, cujo o objetivo era o de moldar os alunos desde os primórdios do seu processo educacional, além disso, possibilitando que esses alunos pudessem levar para além dos “muros” da escola os valores embutidos nas obras didáticas para os seus pais e responsáveis, haja vista os níveis de analfabetismo da população brasileira estarem em torno de 80%. Assim, esses alunos tornam-se mecanismos para transpassar aos adultos os sentimentos de pertencimento a Pátria.

---

<sup>8</sup> Gustavo Capanema Filho nasceu em Pitangui (MG), em 1900. Formou-se pela Faculdade de Direito de Minas Gerais, em 1923. Em Belo Horizonte, durante seu tempo como universitário, vinculou-se ao grupo conhecido como os “intelectuais da rua da Bahia”, do qual também faziam parte Carlos Drumond de Andrade, Mario Casassanta, Abgard Renault, Milton Campos, e outras futuras personalidades das letras e da política no Brasil. Em julho de 1934, é nomeado ministro da Educação e Saúde Pública, cargo em que permaneceria o até o fim do Estado Novo, em outubro de 1945. Filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD), agremiação que aglutinava os setores políticos identificados com a ditadura varguista, após o fim do Estado Novo, e elegeu-se deputado federal constituinte por Minas Gerais, em 1945, pelo partido. (FGV-CPDOC, s/d).

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) também terá ampla atuação pedagógica, incentivando e intervindo em produção que serão transmitidas aos alunos no cinema e na radiodifusão de cunho educativo, permitindo que apenas obras que correspondessem aos valores do regime varguista pudessem ser utilizadas, caso contrário, as produções deveriam ser censuradas e modificadas segundo os parâmetros vigentes.

A metodologia empregada no desenvolvimento da pesquisa está em consonância com o conceito do historiador Franco Cambi, “pluralismo tipológico dos documentos”. O referido autor afirma que após o processo de revolução documental transcorrido na historiografia com atuação do grupo da Escola dos Annales, ocorre “[...] o pluralismo tipológico dos documentos, que leva a uma liberalização máxima e a um uso dialético dos vários tipos de documentos” (CAMBI, 1999, p. 28).

A revisão bibliográfica esclareceu conceitos importantes para a compreensão e o desenvolvimento do objeto de pesquisa, tais como já exposto, o conceito de “invenção das tradições” de Eric Hobsbawn e a formação do “sentimento patriótico” de Gustavo Capanema. Outro conceito é o “efeito de realidade” de Roland Barthes, que compreende as imagens como instrumentos que podem ser vivenciados por aqueles que as visualizam, como as imagens dos valores patrióticos presentes nas cartilhas e que deveriam ser exibidos nas festas cívicas. O conceito de Pierre Nora, “lugar de memória”, também é de suma importância, entendendo que a memória se encontra em múltiplos lugares. O “imaginário social”, conceito de Bronislaw Bazcko, possibilita entender os mecanismos do governo varguista na construção de símbolos e imagens para fortalecer seu governo e seu desejo de Nação forte.

O “lugar de produção” ao analisar as fontes primárias foi a preocupação fundamental no processo de investigação, entendendo que, como aponta José D’Assunção Barros,

Avaliar o “lugar de produção” de fonte histórica é o primeiro passo de uma metodologia que já está bem consolidada entre os historiadores. De fato, um dos primeiros atributos que exigimos de um bom historiador é a capacidade de olhar para um texto (uma imagem, um objeto) e enxergar nele a sociedade que o produziu, a humanidade que passou e passa por ele de uma maneira muito singular, os processos que o moldaram e constituíram no tempo, as ideias e ações que o atravessam de muitas maneiras deixando suas marcas ou inscrevendo-se como possibilidades de reapropriação futuras (BARROS, 2020, p. 8).

O jornalismo é visto por Antonio Gramsci como “[...] uma forma de escola dos adultos” (BORGES, 1979, p.16), portanto, ao analisar os jornais “A Cidade de Angatuba” publicado até a década de 1930 e, a “Folha de Angatuba”, possuindo edições conservadas até o ano de 1945, procurou-se atentar ao fato de ser um meio de imprensa gerido e coordenado por membros da

elite local, sendo assim, não inocente nas informações prestadas e matérias divulgadas, constituindo-se, como aduzem as pesquisadoras, Helena Capelato e Maria Lígia Prado, “instrumento de manipulação de interesses”.

A escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO; PRADO, 1980, p. XIX *apud* LUCA, 2005, p. 118).

Ao analisar as obras didáticas também procurou compreender os interesses dos autores na introdução dos textos com temática específica, como também das imagens e ícones que acompanhavam. Como exposto por Flávia Eloisa Caimi, as obras didáticas são formatadas diante da época em que são produzidas.

O autor de livros didáticos, assim como o historiador, faz opções entre diferentes temas, periodizações, fontes, métodos, etc., os quais são condicionados pela época em que vivem, pelo seu lugar social, pela sua visão de mundo. Não há, pois, absoluta neutralidade e objetividade; ainda que se esforcem para evitar a parcialidade, não há como se desvencilhar totalmente desses condicionamentos (CAIMI, 1999, p. 43).

Os conteúdos das cartilhas e livros didáticos não eram descompromissados, sendo minuciosamente revistos e censurados para corresponder aos preceitos do regime, com isso, sua análise teve que partir da importância dessas obras para o processo pedagógico pretendido pela ideologia do varguismo, e após, perceber quais elementos formativos, simbólicos e moralistas são propostos na produção textual e no conjunto imagético.

Os relatórios do ensino utilizados pertencentes a documentação oficial também precisou ser analisada tendo por base o seu “lugar de produção”, com o intuito de serem produzidos para transmitir a mensagem moldada de acordo com seus ideais e predileções pelos delegados de ensino.

As raras iconografias encontradas possibilitaram visualizar a organização pedagógica dos momentos de exaltação patriótica, sendo os anuários e relatório da diretoria de Itapetininga fontes para aquisição de tais imagens, porém poucas imagens específicas de Angatuba se encontram em tal documentação, sendo mais comum fotografias da cidade-sede da Delegacia de Ensino.

As fotografias assumem a posição de comunicar aquilo que o fotógrafo ou aquele que tira a foto pretende expor, como apontado por Marcelo Rede (1993, p 268),

[...] a imagem não seria uma tentativa — ora mais ora menos refinada tecnicamente, ora com resultados melhores ora piores — de representação de uma pretensa realidade

que lhe seria exterior e da qual ela seria o reflexo direto; a imagem seria uma composição de signos, criadora de significados; seria o espaço de articulação de unidades formais (icônica) mínimas segundo uma lógica; seria, enfim, um sistema comunicativo.

A História Oral também faz parte da metodologia, pelo fato de ser de riqueza ímpar valia à memória daqueles que vivenciaram aspectos que a revisão bibliográfica expôs durante o processo de leitura e pesquisa. No entanto, a importância da oralidade como instrumento de pesquisa é a possibilidade de “ir além” e conhecer uma realidade muitas vezes diferente daquela exposta em outras pesquisas, enriquecendo assim o campo da História da Educação.

O conceito de memória é crucial porque na memória se cruzam passado, presente e futuro; temporalidades e espacialidades; monumentalização e documentação; dimensões materiais e simbólicas; identidades e projetos. É crucial porque na memória se entrecruzam a lembrança e o esquecimento; o pessoal e o coletivo; o indivíduo e a sociedade, o público e o privado; [...]. Crucial porque na memória se entrelaçam registro e invenção; fidelidade e mobilidade; dado e construção; história e ficção; revelação e ocultação (NEVES, 1998, p. 2018).

Para a sua apresentação, este trabalho estruturou-se em três capítulos, além da introdução.

O primeiro capítulo fará uma discussão sobre o uso da educação pelo regime republicano durante a Primeira República numa tentativa de educar mentes e corpos para a consolidação do ideal de civismo presente nesse período, além do fato da importância na fortificação dos alicerces do republicanismo no Brasil, para isso é estabelecido um arsenal simbólico englobando os heróis nacionais e a constituição da figura de Tiradentes, além da construção dos símbolos patrióticos, como a Bandeira Nacional, e os mitos como artifícios de estruturação de uma Nação embasada nos ideais republicanos.

O segundo capítulo estuda os mecanismos utilizados no ensino primário pelo regime varguista para a construção do “sentimento patriótico” durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), procurando compreender como ocorria a inculturação patriótica com o uso das obras didáticas, do cinema e da radiodifusão educativa, como também, das festividades cívicas, revisitando a discussão historiográfica, iniciada na década de 1970, da importância das festas como instrumentos ideológicos, utilizados, especificamente, durante o regime varguista, para consolidar os valores patrióticos e cívicos embasados no nacionalismo.

O terceiro capítulo compreende a formação do novo cidadão com os valores impostos pelo regime varguista, entendendo como Angatuba utilizou dos instrumentos criados para serem empregados na formação cívico-patriótica dos seus cidadãos; mediante aos problemas da educação primária da região, o amor à Pátria vinculou-se às práticas pedagógicas, valendo-

se para tantos das fontes primárias, dos elementos utilizados, como cartilhas, livros de leitura, discursos de políticos e do corpo docente, além do uso das festas cívicas ocorridas no período.

O caminho percorrido pelo leitor irá permitir a compressão no nível macro nos níveis federais e estaduais, chegando então, no lócus da pesquisa, a cidade de Angatuba, permitindo a compreensão de como a estruturação da “pedagogia autoritária” focada na formação do cidadão patriótico e cívico se desenvolveu numa cidade interiorana do Estado paulista. Assim, te convido leitor a conhecer a Angatuba da década de 1930 e 1940, bem como, permitir as reflexões das reproduções históricas na atualidade.



## **Capítulo 1. Educando mentes e corpos: o ideal de civismo em construção na Primeira República (1889-1930)**

Em 16 de novembro de 1889 a população brasileira “acorda” sob o regime republicano; a notícia começa a se espalhar por todo o território e muitos não entendem o que de fato estava acontecendo, afinal, a participação popular ao movimento foi nula. Os militares que deferiram o golpe começam a se organizar para estruturar a máquina estatal.

O Manifesto Republicano de 1870 expressa sistematicamente, pela primeira vez, os ideais do republicanismo que guiaram as ações que antecedem a tomada do poder em 1889. A organização política dos republicanos em São Paulo em torno do Partido Republicano Paulista (P.R.P) e a publicação do Programa do Candidato serão processos emblemáticos no quesito ao esforço de estruturação do pensamento sobre a educação do povo, cujo enfoque maior foi a necessidade de instrução e alfabetização para o progresso da nação brasileira.

A consolidação da República no Brasil empreendeu a construção e reconstrução de artefatos simbólicos que auxiliaram na difusão das ideias e ações do novo regime, entre esses, a criação do novo herói nacional republicano, substituindo o herói do Império; a constituição de uma nova bandeira e um novo hino nacional; as novas datas cívicas e patrióticas que deveriam elevar a “alma patriótica” da população.

As comemorações em torno das datas cívicas eram suntuosas e realizaram-se com a ampla participação dos discentes e docentes, priorizando também nesse momento a instrução moral e cívica. “Nas cidades paulistas as festas escolares eram acontecimentos sociais de grande importância, eram “momentos especiais na vida das escolas e das cidades, momentos de integração e de consagração de valores – o culto à pátria, à escola, à ordem social vigente, à moral e aos bons costumes” (SOUZA, 1997, p. 259 *apud* VEIGA, 2000, p. 414-415).

Na última década da Primeira República, intelectuais vinculados a diferentes correntes pedagógicas, em especial ao escolanovismo, realizaram nas esferas estaduais reformas da instrução pública, e a educação do povo considerada um dos males herdados do período imperial a ser vencido pelo republicanismo.

O capítulo está estruturado em quatro partes, sendo a primeira em que se apresenta os antecedentes históricos da ideologia republicana, com a formação do PRP; compreendendo, em seguida, o arsenal simbólico constituído como medida para consolidar o novo regime. A terceira parte analisa as reformas da instrução pública realizadas nos âmbitos estaduais, com foco no fim dos altos níveis de analfabetismos, na formação integral dos futuros cidadãos e na educação

cívica e patriótica. Por fim, realiza-se uma investigação sobre as festividades cívicas como expoente das ações simbólicas e formativas das novas gerações, além da pretendida construção da consciência cívica e patriótica em todos que participavam.

### 1.1 Construção e ascensão do ideal republicano

Em 15 de novembro de 1889 implantou-se o regime político republicano no Brasil, considerado por muitos estudiosos como sendo o triunfo da propaganda republicana (SILVA, 2012; LANG, 1995; CASALECCHI, 1987), conseqüentemente, ocorre a preocupação da elite vinculada aos Partidos Republicanos quanto a legitimação e consolidação do republicanismo no país; tarefa árdua por conta da inexistente participação popular nos movimentos que antecedem e realizam à Proclamação da República, construindo-se, outrossim uma atmosfera cívica, patriótica e nacionalista.

A estruturação do movimento em torno dos ideais republicanos, liberais e iluministas inicia-se na década de 1860, organizando sistematicamente o *Manifesto Republicano*, documento publicado em 03 de dezembro de 1870 contendo as principais teses e princípios, ainda que incipientes, daqueles que desejavam a transformação do Brasil em uma república, contando com a massiva assinatura do documento. Os organizadores deste documento foram Quintino Bocaiuva, Joaquim Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça, considerados *a posteriori* membros da classe dos republicanos históricos.

O jornal “A República”<sup>9</sup>, fundado na província do Rio de Janeiro, publicou em seu primeiro número o Manifesto, sendo este expoente para publicizar os ideais do movimento. Ângela Alonso (2002) atribuiu a esse processo de exposição do pensamento republicano como da versão brasileira da *geração 1870*<sup>10</sup>, período este que levou Silvio Romero afirmar como sendo a invasão de “[...] um bando de ideias novas [que] esvoaçava sobre nós de todos os pontos do horizonte [...]” (ROMERO, 1926, p. XXIII-IV); marcou-se uma nova era na história do

<sup>9</sup> O jornal “A República” foi utilizado pelos republicanos para divulgar os seus ideais, sendo finalizado sua publicação no ano de 1887, por conta do alto custo de manutenção da circulação de jornais na época. Com o apoio dos republicanos no poder e a necessidade de um órgão oficial para divulgação dos feitos republicanos, conseguem colocar de volta a circulação do jornal, “[...] com seu primeiro número em 16 de fevereiro de 1890, homenageando na sua capa as imagens de Justo Leite Chermont e Paes de Carvalho, respectivamente governador do Estado do Pará e Chefe do PRP. [...] Seus trabalhos seguiram até 1897” (MOURA, 2017, p. 3).

<sup>10</sup> Ângela Alonso, em sua obra *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil Império*, analisa a geração de 1870, nomenclatura que abrange vários grupos de origens sociais, econômicas e teóricas distintas, mas no seu núcleo possuem ideias contestadoras e se sentiam excluídos da política imperial. A maior parte dos membros da intelectualidade desse período eram vinculados as plataformas republicanas.

pensamento político brasileiro. No entanto, as movimentações ideológicas ocorridas nesse período não são extraordinárias, haja vista que a publicação do Manifesto se enraíza nos ideais que nortearam as primeiras manifestações libertárias em terras brasileiras. Compreendem-se as manifestações libertárias como os movimentos de cunho político que desejavam a ascensão do sistema republicano como forma de governo, se “libertando” das amarras do Império.

Emília Viotti da Costa configura a década de 1860/1870 no Brasil como o momento do “revoar de ideias novas”. Ideias como o

[...] positivismo, darwinismo, cientificismo, evolucionismo – modalidades diversas do pensamento europeu do século XIX – encontram expressão no pensamento nacional “determinando notável progresso do espírito crítico”. “Tudo se crítica e se discute”. Ao lado dessas, a ideia republicana que já existia em estado latente na *psiqué* nacional desde o Brasil Colônia se fortalece. Sua apresentação oficial data de 1870, quando através do Manifesto Republicano de 1870 [...] se pretende delinear os fundamentos do partido (COSTA, 1954, p. 380).

No que tange as manifestações libertárias, a conjuração mineira, ocorrida em 1789, ainda no século XVIII, não se objetivou apenas no desejo da independência política das Minas Gerais, mas também “[...] da forma de governo que presidiria os destinos do futuro do país, a republicana, nos moldes da que se adotara nos Estados Unidos da América” (JOSÉ, 1960, p. 19). Oíliam José assegura que,

[...] com o malogro da Conjuração Mineira, viu-se a ideia republicana afastada das cogitações dos mineiros. Nem mesmo por ocasião da Independência, em 1822, se pensou na adoção do regime republicano. E foi a salvação do nosso País, porque está fora de dúvida que a República, em tal época, teria ocorrido para solapar a admirável unidade política do Brasil, fragmentando-o em duas ou três republiquetas tipo centro-americano (JOSÉ, 1960, p. 26)

No século XIX além da organização dos Clubes Republicanos ocorrem três outros movimentos que desejavam a libertação do povo das “amarras” do Império brasileiro. Em 1824 eclodiu em Pernambuco uma revolução, que, segundo Américo Brasiliense (1979, p. 88), “[...] denominada a princípio *resistência legal* declarou-se logo *republicana*”. As províncias da Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte aderiram ao movimento, formando então a Confederação do Equador, proclamada no dia 2 de julho, mas que após intensas repressões militares, findou-se em 29 de novembro de 1824.

No Rio Grande do Sul, em setembro de 1835, constituiu-se a República de Piratini, imbuída de nítidos ideais republicanos que resistiu durante dez anos, dissolvendo-se em 1 de março de 1845, com o Tratado de Poncho Verde (BRASILIANSE, 1979).

Em novembro de 1837, rompeu-se uma revolta na Bahia conhecida como Sabinada, que “[...] a princípio parecia respeitar as instituições monárquicas, proclamando a separação da

província até a maioria do Sr. Dr. Pedro II. Em breve, porém, os chefes da rebelião declararam a Bahia Estado livre e independente, sob a forma republicana” (BRASILIENSE, 1979, p. 88). O movimento sofreu grande repressão por parte dos monarquistas e seus líderes foram severamente punidos.

Pode-se assim perceber que parte da intelectualidade brasileira conhecia os ideários republicanos, liberais e iluministas, principalmente os da República norte-americana (1776) e da República Francesa (1792).

As primeiras rachaduras do sistema imperial começam a aparecer com a queda do Gabinete Zacarias, em 1868, sendo o conservador Visconde de Itaboraí escolhido para formar o novo governo, após o desentendimento pessoal com o Imperador, acarretando com isso a cisão do Partido Liberal deixando, assim, de um lado a ala radical e do outro a ala dos moderados.

No *Correio Nacional*, em 1869 publicou-se pela ala dos radicais o seu programa, ocorrendo tempos depois a sua vinculação à ideia do republicanismo. Diante disso, “[...] nascera o projeto da criação de um clube republicano e da publicação do referido manifesto [republicano] apresentando um apelo aos simpatizantes para que se reunissem e se armassem na luta por este ideal” (COSTA, 1954, p. 380). Com esse pedido, estruturaram-se os clubes republicanos que se baseavam nos ideários do clube inaugural surgido no Rio de Janeiro.

A organização dos correligionários do republicanismo e a publicação do Manifesto Republicano em 1870 ocorreram num momento em que as divisões no alicerce do Império brasileiro começavam a ficar ainda mais evidentes, pois o Império brasileiro assistia a

[...] um aprofundamento gradativo das contradições em suas infraestruturas sem condições para reagir porque à sua frente se encontravam homens que não desejavam perder os seus privilégios. A abolição do tráfico negreiro, permitindo o emprego de capitais em atividades urbanas e a mudança do eixo econômico para a região sudeste, graças ao desenvolvimento da cultura do café no Vale do Paraíba fluminense e paulista, criaram novas condições para o desenvolvimento da economia brasileira e abriu caminho para uma fase progressista no país. A fragilidade dessa estrutura contraditória se fazia sentir dentro em pouco e em consequência emergiram crises que afetariam o panorama social e político da nação (PESSOA, 1970, p. 402).

Os republicanos do período analisaram corretamente o cenário político, além disso,

[...] era grande a fermentação política da época. De um lado, a tradição republicana – o ideal dos revolucionários de [...] 1824, 1835 (na Bahia) e 1837 (no Rio Grande do Sul); de outro, o exemplo dos países americanos e da França que proclamava a Terceira República; a abundante literatura revolucionária importada da França; a Espanha que através de Castellar animava os nossos idealistas republicanos à ação. Exemplo estrangeiro estimulante, sobretudo levando-se em conta o espírito “colonial”

do brasileiro preso intelectualmente à Europa e que buscava nas fórmulas europeias a solução dos problemas brasileiros (COSTA, 1954, p. 380).

O Manifesto Republicano é o primeiro documento que sistematiza os ideais republicanos no final do século XIX e ao analisá-lo, pode-se observar que os seus signatários fazem parte dos setores médios da sociedade como: médicos, engenheiros, professores, jornalistas -, assumindo gradualmente o lugar da velha aristocracia agrária. E, entre os quais há quinze advogados, três deles ligados a imprensa, cinco jornalistas, cinco engenheiros, nove médicos, dois professores, sete negociantes, um fazendeiro, um capitalista, três empregados públicos, além de outros que não especificaram sua atividade profissional.

Contudo, evidencia-se que não há a participação de membros das camadas mais pobres, visto que mais de 80% da população não escrava vivia na zona rural e eram analfabetas, por conta do parco esforço da monarquia em disponibilizar educação para todos, conseqüentemente privados do acesso às novas ideias que vinham da Europa (LANG, 1995). A escravaria era a mais atingida; os direitos políticos a eles eram negados, levando com isso, boa parte da elite intelectual admitir como sendo apenas objetos para seus proprietários.

Raul de Andrada e Silva (1970, p. 440) sintetizou o Manifesto em duas ideias base: “[...] a condenação do Poder Moderador, vício que gerava todos os males do governo, e exaltação do princípio federativo, que corrigiria esses males, na armadura do Estado republicano”.

A divulgação dos ideais do republicanismo pelo Manifesto fazia parte da perspectiva de ampla propagação da concepção desses intelectuais, conjuntamente a isso, após a publicação do Manifesto iniciou-se o processo de propaganda republicana, que se dividia entre os evolucionistas e os revolucionários. Os republicanos históricos, entre eles Quintino Bocaiuva e Saldanha Marinho, consideravam a república pela via evolucionista, sem grandes agitações; e outros, como Silva Jardim, desejavam-na pela revolução. Permitindo

[...] a Sérgio Buarque de Holanda distinguir a propaganda republicana dos anos finais da Monarquia, das agitações separatistas do período regencial (1831-1840). Enquanto essas eclodiram na periferia, e de modo radical, a propaganda dos anos 1870 e 1880 teria surgido no centro político do país – na Corte e em São Paulo – e de modo domesticado (LESSA, 2015, p. 83).

A elite intelectual e econômica de São Paulo influenciada pelos novos ideais divulgados na capital do país começa a se organizar, ocorrendo então, no dia 10 de setembro de 1871 na cidade de Itu um encontro dos simpatizantes dos ideais republicanos, “[...] sob a presidência de Piratininga, secretariando a sessão o engenheiro Francisco de Paula Souza e Inácio Xavier de

Campos Mesquita, na qual se procura organizar o partido republicano com a formação de um clube” (COSTA, 1954, p. 381).

Em 17 de janeiro de 1872, ocorreu uma reunião na casa de Américo Brasiliense na qual decidiu-se a convocação de um Congresso com os representantes dos clubes locais da província de São Paulo, porém não se afixou dia e nem local. Nessa mesma reunião, aproveitando-se da presença da liderança republicana paulista e convidados de outras localidades do país, aconteceu o lançamento da campanha em torno da constituição e fortalecimento da propaganda republicana.

Rodolpho Miranda na sessão de 14 de agosto de 1924 no Senado do Estado de São Paulo em seu pronunciamento para homenagear Francisco de Paula Cruz, ficou evidente a preocupação concernente a propaganda dos primeiros membros do ideário republicano.

Francisco de Paula Cruz fez parte desse pequeno grupo que em reunião aqui em São Paulo, no dia 17 de janeiro de 1872, sob a presidência de Américo Brasiliense, organizou e deu início à propaganda, pela palavra escrita e falada, que, por todos os meios e com a máxima energia, difundiu pela então Província de São Paulo as ideias republicanas, lançadas pelo notável manifesto de 3 de dezembro de 1870 (LANG, 1995, p. 37-38).

Outras reuniões transcorreram no decorrer do ano de 1872 na província paulista, em especial no centro-oeste, por conta da posição econômica implantada pelo café à região. Elencou-se as cidades de Campinas ou Itu como sendo as possíveis sedes da convenção, preludiando assim a Convenção de Itu.

Emília Viotti salienta haver uma circular informando sobre a possível realização da convenção na cidade de Campinas no ano de 1872; não ocorrendo a mesma no ano proposto. A cidade de Itu era o centro das ocorrências estabelecidas pela elite cafeicultora da região centro-oeste da província, e no último dia do ano de 1872, promoveu-se um baile na casa de um dos seus membros, Carlos Vasconcelos de Almeida Prado,

[...] onde esteve presente a aristocracia fazendeira do município. Mais parecia um comício republicano. Muito se discutiu e se falou da Convenção. A mocidade agrária do Tietê era francamente republicana. Pensou-se na maneira de atrair o maior número possível de correligionários por ocasião da Convenção e fazê-la coincidir com a inauguração da Estrada de Ferro Ituana, pareceu a solução indicada. Com os trens especiais que correriam nessa ocasião, poderia vir muita gente. Essa solução aventada por José V. de Almeida Prado em São Paulo, foi vista com simpatia e viu-se reforçada em março, com um acontecimento que sacudiu a inércia dos republicanos paulistas: o assalto que sofreu a sede do jornal A República no Rio de Janeiro. Isso irritou os republicanos de São Paulo, estimulando-os para a luta aberta. A 5 de março eram publicados no Correio Paulistano os relatos dos acontecimentos. Dias depois concordavam eles na necessidade urgente de se fazer a Convenção de Itu (COSTA, 1954, p. 388).

Coincidentemente, as datas da inauguração da Estrada de Ferro Ituana com a forte presença dos correligionários republicanos, decidiu-se então que a convenção republicana iria se realizar na cidade de Itu, cujo evento ocorreu em 18 de abril de 1873, prenunciando para o dia anterior a inauguração da *Estrada de Ferro Ituana* ligando Itu a Jundiaí. Como as estradas de ferro eram o modelo da modernidade tecnológica e extremamente benéficas para a economia regional, indubitavelmente o evento contaria com a presença do Presidente da Província João Theodoro Xavier. A linha férrea também facilitaria a vinda dos correligionários, e a cerimônia daria maior visibilidade à reunião republicana, conhecida na historiografia como “Convenção de Itu”.

Jonas Soares de Souza descreve que,

[...] o evento realizou-se no solar de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado e foi presidido por João Tibiriçá Piratininga, o presidente do Clube Republicano de Itu. Participaram da reunião representantes de 17 localidades, todas elas da região Oeste da Província, além dos da capital e de dois enviados do Rio de Janeiro, em um total de 136. As localidades que se fizeram presentes eram Amparo, Botucatu, Bragança, Campinas, Capivari, Indaiatuba, Itatiba (antiga Belém de Jundiaí), Itapetininga, Itu, Jundiaí, Jaú, Mogi Mirim, Monte Mor, Piracicaba (antiga Constituição, Porto Feliz, Sorocaba, Tietê (SOUZA, 1976: 157-187).

No encontro foi discutido e aprovado a “[...] organização do Congresso a realizar-se em São Paulo e deveria constituir o P.R.P – Partido Republicano Paulista – e ao mesmo tempo elaborar o projeto da Constituição Política e as leis orgânicas” (COSTA, 1954, p. 390). Em cada Congresso ocorria a eleição de uma Comissão Permanente, “para resolver os negócios do Partido no intervalo das reuniões e designava entre seus membros um presidente, um secretário e um tesoureiro” (LANG, 1995, p. 31).

Os congressos começaram a ocorrer com certa regularidade, nos anos de 1873, 1874, 1878, 1880, 1881, 1882, 1883, 1884, 1885, 1887, 1888 e 1889. Alguns republicanos compareceram em vários anos, representando municípios diversos, corroborando com isso na difusão e organização do movimento republicano na localidade e crescendo o número de adesões ao movimento no transcorrer do período da propaganda.

Lang (1995) considera que o período da propaganda republicana na província paulista dividiu-se em três fases, sendo a primeira fase que vai do ano de 1872 a 1880, momento da *implantação* que se inicia com a reunião preparatória que aconteceu na residência de Carlos Vasconcelos de Almeida Prado. A segunda fase da propaganda é denominada pela autora de *participação* que principiou desde o Congresso de 1881, no qual os membros do P.R.P deliberaram que iriam concorrer aos cargos eletivos, lançando candidatos à Assembleia Geral,

à Assembleia Provincial e às Câmaras Municipais. Nessa mesma reunião estruturou-se o *Programa dos Candidatos*, constituído de regras e orientações as quais os candidatos republicanos deveriam respeitar. Consequentemente, a fase da *expansão* que foi o momento de maior participação e adesão aos ideais republicanos abrangendo 1887 a 1889.

Para que os republicanos pudessem propagar os ideais e as propostas preconizados pelo movimento recorreram a diferentes ações, entre elas: comícios públicos realizados em recintos e praças públicas, conferências, a atuação da imprensa e a participação nos processos eleitorais.

O papel da imprensa foi explorado amplamente pelos republicanos para difusão das suas teses na província de São Paulo. No começo das ações a Propaganda contou com o suporte do jornal da capital *Correio Paulistano*, porém no ano de 1874 o referido jornal voltou a apoiar o Partido Liberal reduto dos moderados, não favoráveis a causa republicana. No mesmo ano, um grupo de republicanos organizaram o jornal *A Província de São Paulo*, que no início da República modificou o referido nome para *O Estado de São Paulo*. Era um órgão de imprensa que não se definia como republicano, porém vinculava os atos do Partido e a publicação de artigos dos seus prosélitos.

Em 1884, o jornalista Américo de Campos, que fazia parte do *A Província de São Paulo*, deixa o jornal e funda o *Diário Popular*, também dedicado à propagação do republicanismo. A *Gazeta de Campinas*, existente desde 1869 sob a orientação de Francisco Quirino dos Santos, teve importante papel na fase da propaganda.

Os comícios populares realizados em inúmeras cidades ocorriam nas praças públicas com a presença de ilustres oradores como Silva Jardim; dentre os instrumentos utilizados pelos propagandistas das ideias republicanas, os comícios pretendiam informar através da oralidade as ideias do pretendido novo regime para o povo, pois essa camada social diferentemente da elite intelectual não possuía amplo acesso aos jornais, e contava com uma grande proporção de analfabetos. Porém, é necessário observar que a dinâmica das áreas urbanas durante o final do século XIX seguia os grandes eventos na localidade, tendo em vista que grande parte da população habitava as zonas rurais e participavam das festividades religiosas e civis quando a condição financeira lhes proporcionava, pois, inúmeras eram as suas dificuldades; sendo assim, as participações nesses comícios ficavam restritos, em sua maioria, à elite e à classe média em formação.

Oliveira Vianna, em sua obra *O Acaso do Império*, analisa o final da monarquia brasileira e argumenta que o sentimento republicano não estava difundido na consciência das



elites e, muito menos na consciência das massas. Ocorrendo assim o temor de um terceiro reinado aliado ao descrédito das instituições monárquicas brasileiras que não possuíam mais defensores ferrenhos. Vianna (1933) também adverte que o próprio Marechal Deodoro da Fonseca, convencido de que a monarquia estava sendo maléfica para a pátria e para o exército, aderiu ao republicanismo somente dias antes de 15 de novembro.

Por conta da insuficiente propaganda a massa sem instrução e conseqüente a falta de consciência da mesma ao republicanismo, a expressão consagrada “o povo assistiu àquilo bestializado” de Aristides Lobo, referindo-se ao movimento militar que realizou o golpe e depôs a monarquia brasileira no dia 15 de novembro de 1889 no Rio de Janeiro é síntese das ações republicanas do final do século XIX.

Houve a participação de poucos civis o que tornou o ato extremamente emblemático, pois “[...] qualquer que tenha sido a motivação de tal alheamento, a propaganda ausência de povo, como protagonista ou até mesmo, coadjuvante, no momento da derrubada do antigo regime, não constitui motivo de assombro” (LESSA, 2015, p. 62). Observando a forma “[...] pela qual a propaganda republicana, em seus diferentes segmentos foi organizada, raramente permitiu maior incorporação popular” (LESSA, 2015, p. 63).

A elite intelectual, política e econômica compreendia os acontecimentos que ocorreram na capital do país; porém, o povo, como evidencia Vianna (1933), mostrou-se indiferente à forma de governo instituída, com pouca compreensão, considerando a falta de saberes políticos dessa camada da população, cuja função era apenas a de trabalhar; sendo assim, aceitou a Monarquia, a República, como também aceitaria um regime autoritário quer fascista ou bolchevista. A situação se agravava quanto mais distante fosse a localidade e quão mais ruralizada fosse a região; por conta disso, ocorreram novas configurações dos mecanismos utilizados para a propagação dos ideais de civismo, de patriotismo e de nacionalismo durante o regime republicano.

Foi no seio da elite agrária, principalmente entre os filhos dos fazendeiros que ocorreu a grande receptividade dos ideais republicanos, pois como sendo

[...] bacharéis intelectualizados que, desadaptados no ambiente rural, se fixam nos núcleos urbanos dedicando-se à outras atividades (daí a decadência de numerosas famílias de fazendeiros) – tornando-se advogados, juizes, banqueiros ou chefes de casas comissárias; são estes, repetimos, os elementos progressistas: os abolicionistas ferrenhos, os republicanos ativos. Nestes termos acentua mais uma vez a divergência entre a sociedade urbana e rural, mostrando que o desenvolvimento da indústria e do comércio como forças do liberalismo político e que os filhos de fazendeiros foram

elementos de renovação no seu meio, transformando-se em republicanos (COSTA, 1954, p. 393).

A ala mais velha dos correligionários do republicanismo encantou-se com as ideias que reivindicavam o fim da Monarquia, que segundo os republicanos históricos eram o grande mal do Brasil, enquanto a adesão ao federalismo, ao presidencialismo, à liberal democracia e ao progresso atraíam a atenção das alas mais jovens, principalmente aqueles que tiveram contato com esse pensamento nas universidades europeias. Entretanto, era problemática a unidade do movimento, como aponta José Ênio Casalecchi (1987, p. 45).

Nas províncias em que o movimento era precário, pouco se fazia para a busca da convergência; nas províncias em que o movimento prosperava, a unidade tornava-se inviável justamente por isso, acrescentando-se que o Partido Nacional respeitava a autonomia partida da província. Não eram de pouca monta as divergências essenciais que dividiam os dois maiores focos republicanos, São Paulo e Rio. O Rio se apegava às reivindicações do manifesto de 70, relativas aos direitos e liberdades individuais, à soberania do povo, à verdade democrática. São Paulo dava ênfase ao federalismo, à autonomia provincial, medidas que se vinculavam aos interesses dos grandes proprietários.

A falta de união ideológica estará presente em outros momentos da organização do movimento, como, por exemplo, quanto a discussão da polêmica questão servil, presente internamente no partido e externamente com os críticos do movimento abolicionista, criou-se uma divisão interna entre abolicionistas e escravagistas, demonstrando conflitos de interesses unilaterais. Após transcorridas discussões, em 1873 delineou-se uma posição argumentando que essa problemática estava no encargo dos partidos monárquicos, porém, caso fosse responsabilidade dos republicanos, resolveriam respeitando o princípio federativo, podendo cada província realizar a reforma no ritmo adequado e, com isso, viria suprir o trabalho escravo pelo trabalho livre, estabelecendo que, a reforma iria se basear na indenização e no resgate (LANG, 1995, p. 57).

O movimento estava alicerçado quando em 1873 elaborou-se as “*Bases Constitucionais para o Estado de São Paulo*”, documento que “[...] trata-se de um esboço da Constituição, compreendendo 53 artigos agrupados em 10 títulos. As *Bases* previam a divisão em três poderes” (LANG, 1995, p. 58). Além disso,

[...] previam eleições diretas, liberdade religiosa e de ensino, separação da Igreja do Estado, liberdade de expressão, inviolabilidade de domicílio, o condicionamento à exigência de uma lei para obrigar uma pessoa a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, o “habeas corpus”, o respeito à coisa julgada, a prisão dependente de culpa formada, o livre acesso aos cargos públicos. As províncias passariam a denominar-se Estados, correspondendo sua união à Federação dos Estados Brasileiros (LANG, 1995, p. 58).

A ideia de progresso para o pensamento liberal republicano é o crescimento econômico com a expansão da economia capitalista em curso, atrelada a emergência da ordem burguesa. Os ideais absorvidos da Revolução Francesa, de acordo com Iraci Galvão Salles (1985, p. 19),

[...] a igualdade, a liberdade e a fraternidade têm que se sustentar no aparato jurídico dessa sociedade, mascarando a continuidade do privilégio de classe e da desigualdade inerente ao modo capitalista de produção. Caminhar em direção ao progresso é fundamental para alimentar a crença de que, quanto mais progresso houver, mais chance os cidadãos teriam de participação da riqueza e na determinação dos desígnios políticos da nação.

Com a decisão dos republicanos paulistas em concorrer a cargos eletivos na política em 1881 lançou-se o *Programa dos Candidatos* pelo Partido Republicano Paulista (P.R.P) contendo ideias nucleares que deveriam ser seguidas pelos seus respectivos membros ao se candidatarem às eleições, considerado, outrossim, um dos documentos base para a atuação dos republicanos até 1926, momento do esfacelamento do partido. Dividiu-se em doze partes sendo: I – O Programa, II – Descentralização, III – Instrução Pública, IV – Liberdade de consciência e de cultos, V – A transformação do trabalho agrícola, VI – Locação de serviços, VII – Capitais para a lavoura, VIII – Da naturalização e direito do cidadão, IX – A libertação dos escravos, X – Finanças, XI – Política Externa, XII – Síntese do Programa.

O referido documento deu grande relevância ao “povo”, como aponta Salles,

Como a prática política dos republicanos fundamentava-se no processo de conhecimento que tem por postulado básico o indivíduo, todo o seu discurso era nucleado a partir desse conceito, através da sua expressão coletiva: o povo. A expressão política do povo é a Nação que consubstancia a união dos indivíduos em torno de um ideal comum, O povo, assim instituído na Nação, tem no Estado o centro do poder que regula a sociedade (SALLES, 1985, p. 20)

O princípio do federalismo, adaptado da organização da República dos Estados Unidos da América, previa a descentralização político-administrativa contendo substancialmente nesse pensamento uma noção genérica de povo, pois com esse processo os republicanos “[...] pensavam recuperar para o povo o seu lugar político na sociedade. É através do município que o homem genérico do saber positivo reconhece primeiro ser componente do social” (SALLES, 1985, p. 21). Admitindo que a descentralização estaria em consonância com os desejos econômicos da elite paulista, e o café do centro-oeste da província era quem sustentava economicamente a coroa brasileira; com isso, a descentralização iria proporcionar a aplicação do capital para a construção de estradas de ferro e imigração de mão de obra livre.

A importância da educação estará presente no *Programa*, considerado pelos republicanos como objetivo da escola

[...] o de “formar um povo com aptidão para governar-se e gosto pelo exercício da liberdade”. A educação deveria ser responsável pela formação da *consciência nacional*, levando os indivíduos à compreensão da necessidade de um Estado que os representasse, agindo como elemento catalizador do ideal comum disperso no social. Essa compreensão de que o Estado consubstanciaria o ideal comum devia promover a união dos indivíduos em torno do Estado, desenvolver-lhes-ia a consciência nacional, torna-los-ia aptos ao exercício político e, assim, possibilitar-lhes-ia atingir o estatuto da cidadania (SALLES, 1985, p. 22).

A educação como formadora dos indivíduos se realizaria com base nos critérios científicos e “sob o ponto de vista positivo”; entretanto, a educação deveria ser laica e desvinculada de qualquer “influência de escolas filosóficas: deve ser integral, concreto, tão completo quanto possível como recapitulação das verdades afirmadas pela ciência”<sup>11</sup>. Possibilitando, com isso, uma educação que deveria transformar os indivíduos em cidadãos com consciência nacional e compreendendo a sua importância política.

Em 1888 é lançado um novo manifesto que tinha como base o temor do terceiro reinado, temendo a saúde debilitada de Dom Pedro II. O documento inaugurou a fase evolucionista, destacando nesse momento a atuação dos republicanos diante das reformas, “[...] num esforço constante de seus deputados e através da imprensa para obtê-las, como cooperadores do progresso, dentro do estreito moldes da monarquia” (LANG, 1995, p. 78). Uma pequena ala dos republicanos vinculada à Silva Jardim seguia o preceito de revolução, com incitações e discussões acaloradas, porém, a maioria dos republicanos desejavam a via pacífica e evolucionista, com as reformas, a propaganda, com a adesão de outros membros e opositores ao movimento.

O triunfo dos ideais republicanos ocorre com a mudança do regime a 15 de novembro de 1889, sendo construído um novo ordenamento jurídico. Através do Decreto nº 29, 03 de dezembro de 1889, o Governo Provisório nomeou uma comissão constituída por Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Antônio Luiz dos Santos Werneck, Américo Brasiliense de Almeida Mello e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro, a fim de se elaborar o projeto da primeira Constituição republicana do Brasil.

A legitimação do novo regime motivou as mentes republicanas a sérias preocupações pelo fato de não haver participação popular. Primeiramente, será às elite intelectual e econômica informada sobre a mudança de regime; posteriormente a informação chega efetivamente ao povo que não compreendiam o significado dessa situação, pois, para eles “[...] muda apenas, no cotidiano, os selos, que estampilham as cartas que o correio de quando em vez faz chegar, a

---

<sup>11</sup> Programa dos candidatos, *op. cit.*, p. 20

bandeira nacional hasteada nas festas, as notas e moedas” (NEVES, 2003, p. 2). De fato, a construção de um arsenal simbólico era a alternativa para a consolidação da República no imaginário social.

## **1.2 A construção do arsenal simbólico: a constituição do herói, da bandeira e do mito**

Monumentos, passeatas, bandeiras, bustos, pinturas, panteões cívicos são, entre outros, os novos recursos utilizados pelos republicanos para a consolidação do novo regime. Diferentemente da propaganda republicana que tinha outros objetivos, surge a necessidade de que os ideais de civismo e patriotismo<sup>12</sup> atingissem o maior número de pessoas, incluindo também as que não faziam parte da elite intelectual, política e econômica. Destarte, podemos afirmar que a propaganda republicana funcionou para divulgar o pensamento republicano para pequena parcela das elites, principalmente aqueles membros que já haviam tido contato no exterior com essas ideias, porém os membros do estrato mais empobrecido da sociedade estavam alheios aos acontecimentos, sendo assim, precisariam ser alcançados pela nova ideologia política vigente no país.

Segundo José Murilo de Carvalho, a ideologia é “o instrumento clássico de legitimação de regimes políticos no mundo moderno”, servindo como, “a justificação racional da organização do poder” (CARVALHO, 1990, p. 9). O mesmo autor argumenta que nesse momento histórico há uma disputa entre os adeptos ao liberalismo à americana, o jacobinismo à francesa e o positivismo no processo de definição do escopo ideológico do novo regime.

No caso do jacobinismo, por exemplo, havia, a idealização da democracia clássica, a utopia da democracia direta, do governo por intermédio da participação direta de todos os cidadãos. No caso do liberalismo, a utopia era outra, era a de uma sociedade composta por indivíduos autônomos, cujos interesses eram compatibilizados pela mão invisível do mercado. Nessa versão, cabia ao governo interferir o menos possível na vida dos cidadãos. O positivismo, possuía ingredientes utópicos ainda mais salientes. A república era aí vista dentro de uma perspectiva mais ampla que postulava uma futura idade de ouro em que os seres humanos se realizariam plenamente no seio de uma humanidade mitificada (CARVALHO, 1990, p.10).

---

<sup>12</sup> Henrique Maximiano Coelho Netto, mais conhecido como apenas Coelho Netto, intelectual pertencente ao núcleo de escritores das primeiras décadas do século XX, que tinham como preocupação a formação do cidadão brasileiro patriótico, argumentou que o “[...] patriotismo é amor, civismo é respeito. Um prende o homem à Pátria pelo coração, outro pelo dever. O primeiro é religião da qual o segundo é o rito” (COELHO NETTO, 1922, n.p). Diante do entendimento de nacionalismo que adotamos conjuntamente ao processo de revisão bibliográfica, consideramos o categoria patriotismo, como um movimento de implantação de um amor pela pátria, com desejo de protegê-la e amá-la; e o categoria civismo, como uma afeição às comemorações e eventos cívicos, consequentemente afeição ao ordenamento das práticas sociais.

A versão positivista da república seduziu mais membros da elite intelectual e com seu conjunto teórico triunfaria sob as outras. Entre as teorias da visão positivista estava a condenação da ordem monárquica como empecilho para o progresso do país. “Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que deveria ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república” (CARVALHO, 1990, p. 29). A separação entre Igreja e o Estado e a concretização do federalismo embasado na versão norte-americana será ponto nuclear na primeira Constituição republicana.

Como aspecto inicial do novo regime, consoante com a vitória do ideal republicano com base positivista, era necessário que acontecesse o “[...] extravasamento das visões de república para o mundo extraelite” (CARVALHO, 1990, p. 10), porém, o uso de discursos políticos e a veiculação de artigos jornalísticos eram ineficazes, pois o nível de instrução da população era baixo, contando com 80% da população analfabeta (NAGLE, 2009). Sendo assim, a invenção e a readaptação de novos símbolos eram imprescindíveis para manipulação do imaginário social em consonância com os movimentos ocorridos em outros países quando da mudança de regime para redirecionar e formar a “nova” identidade coletiva, que teve a Revolução Francesa o maior exemplo para os republicanos.

Com a nova ordem política vigente se fez necessário construir a simbologia do fundador de “uma nova nação” com uma nova formatação ideológica, análoga à consolidação de novos protagonistas, que deveriam estar distantes da constituição de heroísmo de Dom Pedro I.

Entende-se que a elevação de um personagem ao nível de adoração heroica é comum nas sociedades, que destacando os seus feitos procuram infundir na população aspectos e ações que devem servir de exemplo e, com isso, legitimar os seus esforços como ser social agindo em prol do bem comum. Contudo, entende-se que

[...] a admiração pelos heróis vem de muito longe no tempo, desde quando – pelo que se acreditava ser uma especial proteção dos deuses – uns poucos começaram a destacar-se da imensa multidão de medíocres-anônimos-acomodados para conduzir o destino coletivo, de acordo com sua vontade aparentemente superior. Assim, enquanto a maioria curvava-se às imposições sociais, o herói atuava em sentido contrário, protestando e combatendo, orgulhoso e ressentido (MICELI, 1989, p.10).

No caso brasileiro, o embate simbólico de construção heroica daquele que estava no sentido contrário aos mandos e desmandos do poder imperial e que combateu em torno do bem comum, virá no limiar da Primeira República em que se tentou a consolidação popular de líderes políticos e militares ligados aos movimentos da proclamação e, conseqüentemente, na origem do movimento republicano. Porém, o sucesso desse movimento se apresenta com menor

impacto ao ser comparado com a vitória do imaginário social em torno da figura política de Getúlio Vargas durante o período de seu governo. Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto e Quintino Bocaiuva foram alçados a posições centrais na tentativa de construção da figura de líderes proclamadores e consolidadores da República.

No transcorrer dos trabalhos da primeira Constituinte Republicana brasileira, em 1891, surgiu o debate parlamentar ligado a ideia da construção de um “[...] panteão<sup>13</sup> para o culto cívico aos grandes homens da Pátria brasileira. A proposta era de autoria do deputado Aristides Lobo. Como forma de homenagear um dos próceres do movimento republicano” (ORÍÁ, 2011, p. 44). O jurista Aristides Lobo desejava a construção de um Panteão em honra a Benjamin Constant, denominado por ele e certa ala jovem do movimento militar como “fundador da República”.

A ideia de um panteão cívico e a constituição simbólica presentes no Congresso Constituinte corresponde aos ideais positivistas, como aponta a historiadora Valéria Salgueiro:

O Congresso Constituinte republicano punha em prática, dessa forma, o princípio positivista de veneração cívica através do culto a homens ilustres em substituição à adoração dos santos católicos, erguendo-lhes um panteão do mesmo modo que tradicionalmente se erguiam templos às divindades míticas religiosas. Seguiam, assim, o princípio de Augusto Comte de que “os vivos são sempre, e cada vez mais, governados pelos mortos” (SALGUEIRO, 2008, p. 100).

As concepções doutrinárias de Benjamin Constant influenciaram, sobremaneira, as escolas militares da Praia Vermelha e a Escola Superior de Guerra; porém, nas convicções republicanas estritamente delineadas “[...] existem sérias discordâncias quanto à importância de sua atuação a 15 de novembro. Seus seguidores insistem em lhe dar o papel de fundador da República, de responsável pela ação dos militares” (CARVALHO, 1990, p. 38). Por não ser um líder popular, muito menos um líder militar, era improcedente dotá-lo de heroísmo, além disso, sua influência se aplicava apenas à parcela mais jovem dos militares. Todavia os seus defensores,

[...] representavam uma corrente política e ideológica muito distinta. A diferença aparece já nos adjetivos com que Benjamin era descrito, ou endeusado. Junto da qualificação de fundador, disputa direta com Deodoro, apareciam outras que melhor descreviam o papel a ele atribuído. Era o catequista, o apóstolo, o evangelizador, o doutrinador, a cabeça pensante, o preceptor, o mestre, o ídolo da juventude militar. Benjamin não aparece em primeiro lugar como representante da classe militar, como

---

<sup>13</sup> O desejo de glorificar os feitos e realizações dos governantes surge nas primeiras civilizações da Antiguidade. Derivado do grego, Panteão é a junção de *Pan* (todo) e *Théos* (deus), significando o templo dedicado a todos os deuses. O *Pantheon* romano, era um templo construído com o objetivo de ser consagrado a todos os deuses. “No decorrer da história, o Panteão passou a designar o local onde se depositava os restos mortais de homens ilustres e notáveis, que prestaram grandes serviços à Pátria”. (ORÍÁ, 2014, p. 46).

vingador e salvador do Exército. Aparece como o professor, o teórico, o portador de uma visão da história, de um projeto de Brasil (CARVALHO, 1990, p. 42).

Diante de tal fato, inviabilizou-se o panteão cívico desejado por Aristides Lobo, porém a Constituição de 1891 determinou, em seu artigo 8<sup>a</sup> das Disposições Transitórias, que: “O Governo Federal adquirirá para a Nação a casa em que faleceu o Dr. Benjamin Constant Botelho de Magalhães e nela mandará colocar uma lápide em homenagem à memória do grande patriota – o fundador da República”. A áurea simbólica de fundador da República brasileira será mantida e certificada pela Constituição. Em 1926 inaugurou-se um monumento a Constant situado no Campo de Santana, na cidade do Rio de Janeiro.

A figura histórica de Deodoro da Fonseca é preservada, porém, aos seus contemporâneos é explícita a sua falta de convicção republicana. Correligionários republicanos que apoiavam a importância da atuação de Deodoro, eram aqueles pertencentes aos “[...] setores militares desvinculados da propaganda republicana. Os deodoristas<sup>14</sup> eram, sobretudo, os oficiais superiores que tinham lutado na guerra contra o Paraguai” (CARVALHO, 1990, p. 39). Não se pretendia uma república democrática, pois “[...] esse grupo não tinha visão elaborada de república, buscava apenas posição de maior prestígio e poder, a que julgava ter o Exército direito após o esforço de guerra contra o Paraguai” (CARVALHO, 1990, p. 41).

Por mais que não tivesse posições políticas republicanas claras, o velho militar, Deodoro, apresentava o perfil mais óbvio ao papel de herói republicano, ocupando a chefia do movimento que derrubou a Monarquia, atuou bravamente no período posterior ao golpe militar, porém a falta de ardor republicano impediu a integralidade de sua posição de herói. Caracterizava também como uma figura militar diante dos acontecimentos dos primeiros anos da República que servia apenas para dividir do que para unir a nação em torno de uma identidade nacional. Como afirma Carvalho (1990, p. 59),

[...] moribundo na véspera, mal se mantendo na sela, pondo-se à frente da tropa, entrando desassombradamente no Quartel-General: sem dúvida, havia aí ingredientes de heroicidade. Mas contra ele militavam fatores poderosos. A começar por seu incerto republicanismo, manifesto no próprio dia 15, seu jeito de general da Monarquia, sua figura física, que lembrava a do outro ilustre velho, o imperador. Era ainda militar demais para que pudesse ter penetração mais ampla.

Com a ascensão ao poder, Floriano Peixoto apresenta uma postura ímpar em relação aos acontecimentos do dia 15 de novembro de 1889, considerado como o consolidador, o salvador da República, como tratou

---

<sup>14</sup> A historiografia denominou “deodorismo” o movimento de apoiadores de Deodoro.



Serzedelo Correia (...) o principal defensor dessa posição. A dubiedade de Floriano, apontada por muitos, ou mesmo sua hostilidade ao movimento, denunciada por deodoristas, são transformadas por Serzedelo em astúcia destinada a facilitar o êxito da revolta. A ele se deveria o fato de ter sido proclamada a República de maneira tão tranquila, sem derramamento de sangue. Ele teria sido mesmo um republicano de longa data (CARVALHO, 1990, p. 38).

Floriano fora coadjuvante durante o início do regime republicano, sofria acusações por ser monarquista, e adquiriu maior expressividade “[...] a partir da Revolta da Armada no Rio de Janeiro e da Revolta Federalista no sul do país. Sua resistência às revoltas inspirou o jacobinismo republicano do Rio de Janeiro, movimento que pela primeira vez deu à República tintas populares” (CARVALHO, 1990, p. 59). Porém, sua figura também não era tão expressiva simbolicamente na sociedade, sendo assim, não fora possível alçá-lo a posição de herói nacional.

Quintino Bocaiuva, membro da classe dos republicanos civis, representava a propaganda republicana; foi eleito chefe do Partido Republicano Brasileiro, em 1889. Sua figura é problemática, pois os acontecimentos do dia “[...] 15 de novembro foi ação decidida e levada a efeito pelos militares. Os republicanos civis foram colocados a par da conspiração apenas quatro dias antes de seu desfecho” (CARVALHO, 1990, p. 51). Sendo assim, sua posição de importância ao movimento libertário do Brasil ficará reduzido aos núcleos ideológicos dos republicanos.

Diante do exposto, nenhum desses personagens participantes dos movimentos republicanos tiveram penetração nas camadas populares, pois

[...] a pequena densidade histórica do 15 de novembro (uma passeata militar) não fornecia terreno adequado para a germinação de mitos. Era pequeno o número de republicanos convictos, foi quase nula a participação popular, e os eventos se deram na escorregadia fronteira entre o heroico e o cômico. Os candidatos a herói não tinham, eles também, profundidade histórica, não tinham a estatura exigida para o papel. Não pertenciam ao movimento da propaganda republicana [com exceção de Quintino Bocaiuva], ativa desde 1870. Nem mesmo eram reconhecidos como heróis militares. Sua participação na guerra contra o Paraguai era pouco conhecida antes da República. Heróis de guerra eram Caxias, Osório, Tamandaré. A promoção de Deodoro e Floriano a heróis de guerra foi posterior a sua participação na proclamação da República, já era parte do processo de mistificação das duas figuras (CARVALHO, 1990, p. 60).

Os combates na Guerra do Paraguai haviam elevado dois militares à posição simbólica destacada, considerados heróis pela elite intelectual e principalmente militar, são eles: Manoel Luis Osório, Marquês de Herval, ou simplesmente, General Osório, e, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias. Diferentemente dos outros militares citados – Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto –, não tiveram participação nos movimentos preliminares a 15 de novembro,

pois haviam falecidos, suas ações se destacam pelo empenho militar em proteger o país no momento de guerra.

General Osório participara da Revolução Farroupilha (1835-1845), da Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), e, “[...] por fim, da Guerra do Paraguai (1864-1670), na qual foi enaltecido como herói devido a suas realizações na Batalha do Passo da Pátria e na Batalha do Tuiuti, ambas em 1866. Esta última sendo oficializada em 1901 como a principal data do calendário do Exército brasileiro” (PASTANA, 2018, p. 644).

Logo após seu falecimento, em 1879 ocorreu a primeira intenção de construção de um monumento em sua homenagem, porém somente em 1887 houve a constituição da Comissão do Monumento ao General Osório, determinando-se o local na praça entre o Campo da Aclamação e o quartel militar, dada a decisão que se tomou em 1885. Inaugurou-se o monumento em 1894, sendo o primeiro a ser erguido pela República; entretanto, alterou-se o local para a Praça XV de Novembro, espaço de maior prestígio para o movimento republicano (PASTANA, 2018).

Duque de Caxias “[...] foi comandante-em-chefe das forças brasileiras na guerra contra o Paraguai. Quando assumiu o posto, em 1866, tinha a missão de reorganizar o Exército, colocando um fim nas disputas políticas entre os chefes, buscando, dessa forma, fortalecer a posição brasileira no conflito” (PASTANA, 2018, p. 645).

Em 1880, pouco tempo após a sua morte houve as primeiras intenções de construção de uma estátua em sua homenagem. Em 30 de junho de 1880, como afirma Mariana Pastana (2018, p. 648-649), “[...] uma comissão de nobres e militares encaminhou um ofício à Câmara Municipal da Corte comunicando a intenção de se erguer um monumento na capital”. Sendo inaugurada no Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1899, a estátua equestre na Praça Duque de Caxias, atual Largo do Machado.

A morte pode ser motivo para a glorificação do indivíduo, como afirma Thomas Carlyle, a grandiosidade de um ser humano aumenta dez vezes após sua morte com a influência da tradição.

Porque se um homem foi grande enquanto vivo, torna-se dez vezes maior quando morto. Que enorme ampliador de câmara escura é a tradição! Como uma coisa cresce na memória humana, na imaginação humana, quando o amor, a adoração e tudo o que se encontra no coração humano está ali para estimular (CARLYLE, 1956, p. 31).

A exaltação heroica dos membros participantes dos movimentos que realizaram a Proclamação da República não teve efeito fora do conglomerado militar e intelectual,

consequentemente a falta de participação popular no movimento causa a inexistência de figura de heroísmo que as pessoas “extraelite” pudessem se identificar. Dessa forma, foi preciso “ressuscitar” um personagem emblemático da história, Joaquim José da Silva Xavier, mais conhecido como Tiradentes.

1792! Um ano marcado pelo julgamento e enforcamento de Tiradentes, cuja culpa foi a de lesa-majestade<sup>15</sup> e tido como indecoro pela Monarquia; tal episódio fora deixado no esquecimento pela História oficial do período imperial, porém a sua figura começou a ganhar notoriedade através dos Clubes Republicanos. Maria Alice Milliet (2001, p. 11), afirma,

[...] quase um século após a sua morte, vem a reabilitação. A República faz dele um mito. (...) intitulado Mártir da Liberdade e Patrono da Nação Brasileira, assume, tardiamente, lugar da maior relevância na história do Brasil, com direito a comemoração anual, estátua, efígie, destaque nos compêndios escolares e no panteão da pátria. De herói republicano, Tiradentes passa, com o tempo, a simbolizar a vontade de afirmação nacional.

Nenhum outro personagem atingiu o nível de popularidade como Tiradentes. Sua prisão em decorrência de uma traição, seu enforcamento e esquartejamento de maneira brutal e a exibição pública de pedaços do seu corpo são elementos constitutivos de um personagem trágico que lutará contra a monarquia pelo bem de seu estado e da população.

A ação de desafiar o poder monárquico é rechaçada no ideário imperial com a atmosfera criada na Conjuração Mineira, mas a historiografia republicana reverte a situação e transforma o movimento conjurador em ato legitimamente republicano e Tiradentes alçado a posição de legítimo herói da nação (MILLIET, 2001). Sendo assim, realizou-se uma reconstrução da figura e das ações do único conjurador condenado a morte, pois havia alguns pontos que não condiziam com o civismo desejado pelos republicanos.

Cumprir verificar o nexu que norteia a criação do herói. Homem sem “figura, nem valimento, nem riquezas”, teve muitas alcunhas: o Corta-vento, pelo temperamento inquieto que o fazia viajar morro acima, morro abaixo, a serviço da Coroa; o Gramaticão, sempre com um grosso livro debaixo do braço, fosse a Constituição dos Estados Americanos ou a Declaração dos Direitos do Homem; o Liberdade, pela aberta pregação de ideais liberais. Afinal, fica conhecido simplesmente como Tiradentes, por saber arrancar dentes e outras curas. O prosaico apelido atravessa o tempo e quase apaga da memória popular o alferes Joaquim José da Silva Xavier. A fama que lhe vem do passado é a de falastrão, frequentador de mulheres de vida fácil, com pretensões a engenheiro e ambições despropositadas. Para completar o quadro desmoralizador, seus contemporâneos referem-se a ele como insensato, “louco”, obcecado ao ponto de perder o sono do perigo que era falar abertamente de independência e república nas Minas, a capitania mais controlada pela Coroa, pois dali vinha a riqueza do Reino (MILLIET, 2001, p. 14-15).

---

<sup>15</sup> O crime de lesa-majestade é o crime de traição contra o monarca, sendo considerado também condenável o ato de violar a dignidade de um soberano reinante ou contra o Estado.

A escolha do herói nacional estava finalizada, Tiradentes tornou-se o símbolo republicano que lutou pela libertação do país sendo “morto brutalmente” pelo Império. Sua coragem e determinação deveriam servir de exemplo para os ideais de civismo e patriotismo em construção na Primeira República.

A figura heroica era um dos primeiros símbolos a serem reinventados, era necessário criar uma atmosfera simbólica ainda maior, mantendo a população confiante na nova forma de governo. Com a preocupação do governo provisório em legitimar o regime republicano, no ano de 1890 publicou-se o decreto nº 155-B, em 14 de janeiro, no qual determinaram-se as datas de festas nacionais, afirmando o sentimento de fraternidade universal que fundamentava o regime, constituído no ano de 1889. As festas públicas eram “[...] destinadas a comemorar a continuidade e a solidariedade de todas as gerações humanas” (Decreto nº 155-B de 14 de janeiro de 1890).

As datas escolhidas foram assim comemoradas: 1º de janeiro, consagrado à fraternidade universal; 21 de abril, aos percursores da Independência do Brasil, personificado na figura heroica de Tiradentes; 3 de maio, à descoberta do país; 13 de maio, à fraternidade dos brasileiros; 14 de julho, dia da República, da liberdade e da independência dos povos americanos; 7 de setembro, uma das datas mais importantes para o regime republicano, perdendo posição apenas para o 15 de novembro, alusivo a independência do país; 12 de outubro que deveria ser comemorado a descoberta da América; 2 de novembro, dia de finados; 15 de novembro, consagrou-se ao triunfo do republicanismo com a Proclamação da República; e, 19 de novembro, ao dia da Bandeira (Decreto nº 155-B de 14 de janeiro de 1890). Em 24 de fevereiro de 1891, comemorou-se a instituição da Constituição da República pelo Congresso Nacional.

A ascensão do heroísmo de Tiradentes aconteceu quase que imediatamente na República, constituindo “[...] criação objetiva que visa identificá-lo como Protomártir da Independência e da República, fazendo dele um dos pilares da nacionalidade” (MILLIET, 2001, p. 17). Eric Hobsbawn (2020) evidencia que durante o século XIX, os Estados Nacionais necessitavam, cada vez mais, realizar o processo de estreitar laços com a nação utilizando o que ele chama de a “invenção das tradições”<sup>16</sup>, mediante a isso, o culto aos heróis integra uma

---

<sup>16</sup> Eric Hobsbawn em sua obra “A invenção das tradições” analisa o processo de criação simbólica em torno da consolidação de Estados Nacionais, observando a necessidade do simbolismo como ação pedagógica diante das massas.

política de criação de símbolos para reforçar o sentimento nacionalista e de pertencimento à nação.

Joaquim Norberto de Souza Silva, em 1873, publicou sua obra *História da Conjuração Mineira*, trazendo a luz da historiografia duas obras importantes, os *Autos da Devassa* encontrados nos arquivos da Secretaria de Estado dos Negócios do Império. Chegando também ao seu conhecimento a *Memória* de autor anônimo e o depoimento de Penaforte (CARVALHO, 1990). Embora sendo uma obra que serviu de base ao discurso monárquico a fim de deslegitimar Tiradentes, os artistas se serviram dela por conter descrição das fisionomias do conjurador. Entre esses artistas encontra-se Décio Villares que produziu a litogravura aproximando a aparência de Tiradentes com a de Jesus Cristo.

Retrato algum de Tiradentes fora produzido por aqueles que o conheceram pessoalmente, e a preocupação com sua imagem aconteceu muito tempo depois, prejudicando, com isso a utilização do relato oral na tentativa de reconstrução da sua fisionomia. Na litogravura de Décio Villares o que predominou foi “[...] a descrição tendenciosa retirada do livro de Joaquim Norberto. Baseando-se em declaração de Alvarenga Peixoto, tirada dos *Autos*, Norberto descrevera Tiradentes como “feio e espantado”, acrescentando por conta própria que nada tinha de simpático, que era repelente” (CARVALHO, 1990, p. 71). Posteriormente, outros pesquisadores desmentiram tal descrição.

As representações de Tiradentes são inúmeras, a mais famosa a que se associa com a figura de Jesus Cristo. A tela de Pedro Américo “Tiradentes Esquartejado” de 1893, tornou-se a representação mais célebre e horrenda do julgamento do conjurado, além da simbologia presente em sua obra.

Os despojos do morto dominam o quadro. A pesada estrutura da forca exhibe os travamentos, os veios da madeira, os pregos e diz da brutalidade do poder que a mandou erigir. Sobre os degraus, um lençol, à maneira de um sudário, recebe a cabeça decapitada, o tronco e a perna direita em escorço a partir da planta do pé. Entre a perna levantada numa estaca e o torso, um pano amarfanhado e sujo de sangue sugere, pela cor e pelos botões, o uniforme da Cavalaria a que pertencia o alferes. No chão da plataforma, o crucifixo, as algemas e a corda recordam o ritual do enforcamento. Por entre o madeirame do patíbulo, percebe-se, ao longe, muita gente comprimida nas janelas para assistir ao espetáculo em que se transformou a execução (MILLIET, 2001, p. 161).

Imagem 1 – Quadro Tiradentes esquartejado. Tela de Pedro Américo, 1893



Obra: “Tiradentes esquartejado”, de Pedro Américo, óleo sobre tela, 270 cm x 165 cm. Exposto no Museu Mariano Procópio – Juiz de Fora/MG. Fonte: [www1.folha.uol.com.br](http://www1.folha.uol.com.br). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de dezembro de 2021.

A figura de Tiradentes, em 1928 voltou a ser reproduzida por Villares num trabalho a óleo sobre tela, onde “[...] a força das cores e a maior estilização da figura – cabelos e barba menos revoltos – acentuavam ainda mais a semelhança com Cristo, pelo menos com o Cristo adocicado da maioria das representações” (CARVALHO, 1990, p. 71). Tal representação artística confunde-se com “[...] certa iconografia do Cristo que consagra “um tipo fino e aristocrático, um tanto insípido”, cuja fixação ocorre no século XVIII, segundo Bazin, na

famosa pintura do *Sagrado Coração de Jesus* de Pompeo Batoni (1708-87) para a igreja do Gesù de Roma” (MILLIET, 2001, p. 142).

A mística católica e o ideal positivista são explicações mais contundentes da construção cristianizada de Tiradentes e sendo o Brasil uma nação de formação católica, primada pela utilização de ícones e imagens de santos, encontrou-se um caminho para a ação pedagógica na construção do Cristo cívico para a população. Diante do viés positivista,

[...] reside no lema positivista *Viver para outrem* a afinidade moral entre Tiradentes e Cristo. Ambos padeceram por amor aos outros. Tanto para o cristão quanto para o positivista a ideia do mártir está associada à figura do herói altruísta e manso. A solidariedade enquanto manifestação coletiva pode ser entendida como a forma evoluída da caridade cristã: a renúncia individual em benefício do interesse social (MILLIET, 2001, p. 147).

A população aceitou empaticamente a imagem cristianizada de Tiradentes, fracassando a tentativa de consolidação de outras faces ao herói. “Representações divergentes da tipologia consagrada aparecem desde antes da República, sendo as mais antigas pertencentes aos clubes republicanos nos quais se reverenciava o busto do herói, costume tomado à tradição clássica” (MILLIET, 2001, p. 183). Obras didáticas dedicavam um capítulo a Tiradentes e ao movimento dos conjuradores, contendo as representações artísticas do herói.

Em contrapartida aos republicanos, os monarquistas tentavam resistir ao sustentar o vulto de Dom Pedro I como o herói da Independência do país, porém, em consonância com as ideias da Revolução Francesa, o novo regime desejou, nos primeiros anos, soterrar todos os símbolos da monarquia, incluindo a figura de D. Pedro I. O primeiro conflito político em torno da simbologia heroica ocorre ainda no Império, no ano de 1862,

[...] por ocasião da inauguração da estátua de d. Pedro I no então largo do Rocio, ou a praça da Constituição, hoje praça Tiradentes. A ocasião e o local eram a própria materialização do conflito. No lugar onde fora enforcado Tiradentes, o governo erguia uma estátua ao neto da rainha que o condenara à morte infame. Teófilo Otoni, o liberal mineiro líder da revolta de 1842, chamou a estátua de mentira de bronze, e a expressão virou grito de guerra dos republicanos (CARVALHO, 1990, p. 64).

Sendo assim, no regime republicano, secundarizou-se a imagem de D. Pedro I, tendo a figura do conjurado maior evidência nos vários instrumentos de formação do cidadão, entre eles, jornais, livros didáticos, passeatas, desfiles cívicos. O líder religioso da Confederação do Equador (1824), Frei Caneca, também tivera uma predominância de heroísmo no período imperial, porém, “[...] contra ele pesava o fato de ser da região Norte (hoje Nordeste), em decadência econômica e política no século XIX, assim como o fato de ter sido um mártir rebelde, desafiador, arrogante, que não morreu passivamente, em “nome do povo” (AIRES, 2009, p. 2). Sendo assim, sua morte não pôde ser comparada à de mártir religioso.

Além da construção e consolidação da representação de Tiradentes como herói nacional que se realizou sem grandes desafios durante a Primeira República e a instalação de datas cívicas a serem amplamente comemoradas, era necessário reestruturar dois outros símbolos comuns em outras nações que impulsionariam o patriotismo brasileiro e fariam parte da construção do imaginário social: a bandeira e o hino nacional, substituindo a simbologia e as ações do período imperial.

O imaginário social é construído com a utilização de artefatos simbólicos que devem estar em harmonia com a ideologia que se está em construção e consolidação, como afirma Carvalho (1990, p. 10).

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nele que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias, sem dúvida, mas também (...) por símbolos, alegorias, rituais, mitos.

A bandeira nacional do Império precisava ser substituída para que se pudesse por fim as expressões simbólicas desse período e assim tornar a bandeira o símbolo da República Federativa do Brasil, usada obrigatoriamente como representação do Estado e determinado pela legislação.

A bandeira então desenhada para ser utilizada como ícone do país, “Possui um design astronômico e se destaca em sua exclusiva forma heráldica. Proclamada em letras verdes, inscritas sobre a tarja branca, as palavra-símbolo do batismo da República: “Ordem e Progresso” (PAUL, 1995, p. 251). Seu *design* constitui-se de um globo azul, preenchido por estrelas, traçado uma faixa branca com a legenda positivista suspenso em um losango amarelo e ao fundo da Bandeira a cor verde-esmeralda. Porém, pouca coisa é modificada em relação à Bandeira do Império de 1822,

A composição de cores e das formas geométricas, e mesmo as estrelas que nela figuram, são réplicas da primeira Bandeira Nacional brasileira, a Bandeira Imperial do Brasil de 1822 (...) o grande formato do globo atual é considerado como uma nova criação heráldica, baseado no espírito da República, assim como também todo o cenário de estrelas e a faixa elíptica branca, que circula a esfera, contendo os dizeres: “Ordem e Progresso”. Todas as insígnias específicas da tradição monárquica-cristã foram retiradas da calota: os emblemas imperiais, esfera armilar, coroa do rei, respectivamente do imperador, brasão, escudo, coroa de estrelas, cruz de Cristo, inclusive o ramo de café fertilizado e o ramo de tabaco símbolos da riqueza das Casas Grandes, que circulavam o Brasão Imperial de 1822. O progresso do Brasil, segundo o criador da Bandeira Republicana. Raimundo Teixeira Mendes, não se encontra mais caracterizado na plantação e industrialização dos abundantes tesouros do País, simbolizados pelo verde-amarelo, que foram então conservados (PAUL, 1995, p. 253-254).



A divisa “Ordem e Progresso” foi o elemento mais controverso da bandeira, gerando inúmeras críticas de líderes republicanos, entre eles, Rui Barbosa e o próprio Deodoro da Fonseca, que elegeu a bandeira como a mais bela do mundo, todavia, desaprovou o simbolismo positivista. O lema embasou-se no credo político e no veredito filosófico de Auguste Marie Comte, *Ordre et Progrès*, “[...] é, como inscrição na Bandeira, um reconhecimento expresso e a profissão pública da fé do Estado Republicano no cientificismo moderno, cujas verdades indicam um caminho seguro para o aperfeiçoamento civilizatório da sociedade” (PAUL, 1995, p. 258).

A bandeira não estava na pauta das preocupações dos republicanos, nos dias que antecederam 15 de novembro, porém logo após a Proclamação da República começaram as interrogações sobre a bandeira, tornando-se um tema urgente para o Governo Provisório, que “[...] inclinou-se a aceitar o projeto da Bandeira, já concluído, apresentado pelos positivistas. Em 19 de novembro de 1889, apenas quatro dias após a proclamação, o seu projeto foi, através do Decreto n. 4 do Governo Provisório, declarado como “Bandeira da República” (PAUL, 1995, p. 265). No Congresso ocorreram várias tentativas sem sucesso a fim de modificar o lema positivista pelo brasão da República; porém decretou-se a bandeira oficial, sendo o seu uso difundido e obrigatório em ocasiões cívicas e militares.

O símbolo visual estava concluído, porém, era necessário também “tocar a alma” do povo brasileiro através da música, principalmente numa medida de descaracterizar a importância do hino do Império Brasileiro.

O hino nacional significou, entretanto, como afirma Carvalho (1990, p. 119), uma “[...] vitória da tradição, pode-se mesmo dizer uma vitória popular, talvez a única intervenção vitoriosa do povo na implantação do novo regime”. Os republicanos também não tinham um hino próprio, utilizavam o hino revolucionário francês, a *Marselhesa*, entoado nas comemorações do dia 15 de novembro.

Em 15 de janeiro de 1890, o major Serzedelo Correia preparou uma manifestação militar a Deodoro, “[...] com o fim não declarado de promover por aclamação os membros do governo provisório” (CARVALHO, 1990, p. 122). As tropas da Marinha e o povo reuniram-se em frente ao palácio do Itamaraty, em cuja ocasião proclamaram “Deodoro generalíssimo, Wanderkolk, vice-almirante, e o ministro da Guerra, Benjamin Constant, general de brigada” (CARVALHO, 1990, p. 122). As bandas de música tocaram, em comemoração, a *Marselhesa* e marchas militares, durante a comemoração, porém não despertou o entusiasmo na pequena multidão

presente no ato, evidenciando-se que os hinos entoados faziam parte do repertório cultural da elite. Estabelecendo-se um clima de expectativa, pediu-se para que entoasse o hino de Francisco Manuel da Silva de 1831, mesmo após concurso para seleção de um novo hino. Deodoro,

[...] decidiu-se na hora que fosse tocado o hino e que ele continuasse como hino nacional. As bandas militares, como se esperassem pelo resultado, irromperam com o popular Ta-ra-ta-tchin, para delírio da assistência, segundo depoimentos de testemunhas oculares. Houve quem chorasse ao ouvir de novo os acordes do velho hino, caro sem dúvidas também aos militares que tinham lutado no Paraguai ao som de suas notas ágeis e alegres. Finda a cerimônia, as bandas saíram pelas ruas tocando o hino, acompanhadas pela população (CARVALHO, 1990, p. 122).

O entusiasmo da população presente deixou evidente ao Governo republicano que já estava consolidado no imaginário social o hino que representava a nação. Com o arsenal simbólico de um herói, uma bandeira e um hino, era necessário realizar o processo de consolidação dos dois primeiros, conjuntamente como a formação do cidadão republicano.

### **1.3 A estruturação do ensino: a formação do cidadão cívico e alfabetizado**

O grande número de analfabetos e a falta da consciência de civismo e patriotismo da população brasileira tornou-se um problema nacional para ser resolvido pelos republicanos, para isso, a educação seria utilizada como instrumento de alfabetização, porém, ela teria que formar também o ser social em sua integridade, dando ao futuro cidadão a possibilidade de ter a instrução cívica, patriótica, conhecer os saberes científicos. Tal mentalidade será introduzida mediante as reformas que serão realizadas em nível estadual, contendo as múltiplas formas de pensamento dos seus autores.

A herança da instrução no período imperial é sentida pelos republicanos, com taxas altas de analfabetos, baixa quantidade de escolas primária e secundária e a inexistência do sistema superior. Aos analfabetos fora impedido de ter vontade política mediante o artigo 70 parágrafo 2º da Constituição Federal de 1891, ou seja, as pessoas não alfabetizadas não poderiam votar, sendo assim, cerca de 80% da população não tinha direito a um dos maiores pressupostos do regime republicano, a possibilidade legítima de escolha dos seus governantes (NAGLE, 2009).

O governo federal não promoveu ação efetiva na questão da instrução primária durante o período da Primeira República; o que imperou foram as ações estaduais, principalmente na década de 1920 com o movimento dos “reformadores” da educação. Ações políticas de membros da elite intelectual e política além do partido situacionista começaram a fazer pressão na questão da melhoria da instrução do povo.

A Liga Nacionalista de São Paulo, fundada em 1916, constitui-se um desses movimentos que conclamam a necessidade de se realizar a instrução primária. A Liga tinha como seus objetivos a defesa nacional, o voto secreto e obrigatório, o serviço militar obrigatório e no campo educacional defendia a educação primária e profissional, a educação cívica patriótica e o escotismo. No relatório apresentado pelo secretário-geral da Liga Nacionalista Dr. Thomáz Lessa é apresentada a visão dos malefícios do analfabetismo para a Nação brasileira.

É sabido que a causa primordial de todos os nossos males é o analfabetismo, que traz como consequência inevitável a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos [...]. A população brasileira é vítima na sua quase totalidade do analfabetismo. Sem que se consiga derramar a instrução primária, de um modo intenso por todos os recantos do País, serão inúteis quaisquer tentativas de formação de uma grande coletividade política (NAGLE, 2009, p. 118).

O analfabetismo impediria o progresso cívico da população brasileira, causando grandes problemas para a Nação. A Liga Nacionalista, expoente que clamava a disseminação do ensino primário no Estado de São Paulo, será fechada no ano de 1924, após a Revolta Paulista, também conhecida como “Segundo 5 de julho”. Seus principais representantes estavam envolvidos na criação do Partido Democrático de São Paulo, fundado em fevereiro de 1926. No quadro do partido os objetivos modificam-se, sendo “[...] problema imediato [...] arregimentação política, por meio da adição de adeptos e do estabelecimento de alianças, a fim de que a nova organização consiga alguma vitória nas eleições de 1927” (NAGLE, 2009, p. 119). Os princípios do partido estiveram vinculados a “[...] questões de ordem política, econômica e social. Nesse conjunto, o tema da escolarização ocupa um lugar sem muito destaque e, ao mesmo tempo, se apresenta muito restrito quanto a seu conteúdo” (NAGLE, 2009, p. 119).

O Estado de São Paulo adianta-se no processo de revisão e reforma do sistema educacional. Como afirma Marta Maria Chagas de Carvalho (2000, p. 225), “[...] a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação”.

Caetano de Campos, diretor da Escola Normal de São Paulo, em 1890 elaborou com Rangel Pestana, o decreto de 12 de março de 1890, criando “[...] a Escola-Modelo, anexa à Escola Normal de São Paulo, como um órgão de demonstração metodológica, composto por duas classes, uma feminina e outra masculina” (SAVIANI, 2013, p. 171). No ano de 1892 é realizada a reforma geral da instrução pública paulista, que tinha como foco o ensino primário,

pela Lei nº 88 de 8 de setembro, regulamentada pelo Decreto n. 114B de 30 de dezembro, instituindo a grande inovação da época, os grupos escolares (SAVIANI, 2013).

Os grupos escolares reuniam em um único prédio “[...] de 4 a 10 escolas isoladas e seria regido pela quantidade de professores referente a agrupamento de 40 alunos, contando também com adjuntos necessários a critério da diretoria [...] poderiam funcionar no mesmo edifício escolas do sexo masculino e do feminino, havendo completa separação dos sexos” (SOUZA, 1998, p. 47).

O projeto arquitetônico do grupo escolar deveria obedecer a alguns parâmetros como elencado por Diana Gonçalves Vidal e Luciano Mendes de Faria Filho,

Os princípios que deveriam reger as edificações pautavam-se em necessidades pedagógicas (iluminação e ventilação adequadas, salas de jogos, pátios de recreação, instalações sanitárias etc.), estéticas (promoção do gosto pelo belo e pelo artístico) e nacionalizantes (constituição do sentido de brasilidade, pela retomada de valores arquitetônicos coloniais e pelo culto às nossas tradições) (VIDAL; FILHO, 2005, p. 62)

A estruturação dos grupos escolares estava em harmonia com os parâmetros ideológicos do republicanismo de difusão da educação popular e da erradicação do analfabetismo. Porém, nas zonas rurais, em sua maioria, ainda continuava a existir apenas as escolas isoladas, conhecida por sua estrutura deficiente, falta de materiais necessários, inspeção dos órgãos reguladores e de docentes com a formação adequada, sendo assim, os grupos escolares atendiam aos núcleos urbanos, revelando “[...] a direção de uma política educacional de privilegiamento das cidades em detrimento da zona rural” (SOUZA, 1998, p. 51).

As vagas de docentes nos grupos escolares eram amplamente disputadas, por conta da oferta de “[...] melhores salários e melhores condições de trabalho; além disso, eram considerados escolas de qualidade e de grande prestígio social que se estendia ao corpo docente. Localizados nos centros urbanos eram ainda mais atrativos que as escolas isoladas” (SOUZA, 1998, p. 73).

Era motivo de prestígio ser docente e discente de um grupo escolar, além de ser motivo de orgulho para a cidade que possuía um prédio apropriado, principalmente pela suntuosidade da arquitetura do prédio no qual funcionava essa instituição de ensino. Porém, como aponta Souza (1998, p. 99-100), a propagação dessa forma de organização no Estado de São Paulo foi lenta nas primeiras décadas republicanas.

Entre 1894 e 1897, foram criados 26 grupos escolares no interior do Estado de São Paulo, 12 deles em cidades localizadas na chamada região norte, outros 11 na zona central, dois na Mogiana e um no litoral sul. [...] Em pouco tempo, uma malha de

escolas graduadas cobria todo o Estado de São Paulo. Totalizavam 297 estabelecimentos em 1929, dos quais 47 encontravam-se localizados na capital e 250 no interior.

Já no início do século XX será permitido o desdobramento de turnos nos grupos escolares paulistas, permitindo assim a abertura de mais vagas para os alunos, em consonância com a proliferação do ensino primário. A medida de desdobramento será amplamente questionada e criticada, porém “[...] apesar de toda a resistência, o novo horário foi se impondo, e já no final da década de 1910 todos os grupos funcionavam em dois turnos, o que não quer dizer que os horários fossem cumpridos” (VIDAL; FILHO, 2005, p. 58).

O modelo do grupo escolar paulista foi influência para a adaptação desse modelo em outros estados, como Paraná (1903), Maranhão (1903), Minas Gerais (1906), Rio Grande do Norte (1908), Bahia (1908), Sergipe (1910), Mato Grosso (1910), Santa Catarina (1911), Paraíba (1916)<sup>17</sup>, sendo disseminado por todo o Brasil (SAVIANI, 2013).

Não se pretende realizar uma longa análise das reformas educacionais empreendidas na década de 1920, porém, deseja-se observar os pontos elaborados na formação do cidadão cívico e patriótico, cerne do trabalho ora realizado. Jorge Nagle (2009, p. 152) aponta que o foco do período era eliminar o analfabetismo e o desenvolvimento do ensino primário, além da nacionalização das escolas em núcleos estrangeiros.

Os esforços na difusão em massa das escolas primárias serão caracterizados pelo autor como “entusiasmo pela escolarização”, firmado na “[...] crença de que, pela multiplicação das instituições escolares, da disseminação da educação escolar, será possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional, e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo” (NAGLE, 2009, p. 115).

As reformas desse período serão realizadas no âmbito estadual; em São Paulo, realizada por Sampaio Dória; no Ceará, empreendida por Lourenço Filho<sup>18</sup>; no Paraná, a reforma feita por Lysimaco Ferreira da Costa e Prieto Martinez; no Rio Grande do Sul, reformado por José

---

<sup>17</sup> A proposta de criação realizada pelo presidente do estado foi realizada no ano de 1908, porém a efetivação do projeto ocorreu apenas em 1916.

<sup>18</sup> Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu em Porto Ferreira (SP), em 1897. Entre 1922 e 1923 foi responsável pela reforma no ensino público no Ceará. Na década de 30, transferiu-se para o Rio de Janeiro exercendo funções de chefe de gabinete do ministro da Educação Francisco Campos. Em 1935 foi nomeado diretor e professor de psicologia educacional da Escola de Educação da Universidade do Distrito Federal. Em 1938, a pedido do ministro Gustavo Capanema, organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que, em 1944, lançou a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. (FGV – CPDOC, s/d).

Augusto; na Bahia, Anísio Teixeira<sup>19</sup>; em Minas Gerais, realizada por Francisco Campos<sup>20</sup> e Mário Casasanta; no Distrito Federal, executada pelo Fernando de Azevedo<sup>21</sup>; e Pernambuco, iniciativa de Carneiro Leão (SAVIANI, 2013).

A reforma paulista, que ficou conhecida como Reforma Sampaio Dória<sup>22</sup>, “[...] instituiu uma escola primária cuja primeira etapa, com a duração de dois anos, seria gratuita e obrigatória para todos, tendo como objetivo garantir a universalidade das primeiras letras, isto é, a alfabetização de todas as crianças em idade escolar” (SAVIANI, 2013, p. 175). A reforma recebeu muitas críticas por conta do viés de “desanalfabetização” puro e simples, sem a preocupação de uma alfabetização integral e completa. “A partir daí procurou-se mostrar que o aparelho escolar havia sido mutilado pela reforma, que representa uma “verdadeira monstruosidade” [...]” (NAGLE, 2009, p. 229).

Incorporando as metas das Ligas Nacionalistas, Sampaio Dória estrutura a escola primária com obrigatoriedade de dois anos em que os objetivos seriam cinco principais:

---

<sup>19</sup> Anísio Espínola Teixeira nasceu em Caetité (BA), em 1900. Foi diretor-geral da instrução da Bahia provendo a reforma do ensino nesse estado. Na década de 1930 trabalhou junto ao recém-criado Ministério da Educação e Saúde. Assumiu a presidência da Associação Brasileira de Educação (ABE), foi um dos mais destacados signatários do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Aproximou-se da Aliança Nacional Libertadora (ANL), ainda que sem aderir a ela formalmente. Durante a ditadura do Estado Novo, Anísio Teixeira dedicou-se exclusivamente a seus negócios privados. Em 1946, vivendo na Europa, tornou-se conselheiro da Unesco. (FGV – CPDOC, s/d).

<sup>20</sup> Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dorés do Indaiá (MG), em 1891. Formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Iniciou sua carreira política, em 1919, elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais pelo Partido Republicano Mineiro (PRM). Chegou à Câmara Federal, em 1921, reelegendo-se em 1924. Com a posse de Antônio Carlos no governo mineiro, assumiu a secretaria do Interior daquele estado. Utilizando-se de muitos ideais defendidos pelo movimento da Escola Nova, promoveu uma profunda reforma da instrução em Minas. Em 1930, com a posse do novo regime, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado por sua atuação à frente dos assuntos educacionais de Minas. Francisco Campos deixou o ministério em setembro de 1932. Disputando sem sucesso, em 1933, como candidato avulso, uma cadeira na Assembleia Nacional Constituinte por Minas Gerais. Transferiu-se em seguida para o Rio de Janeiro, sendo nomeado consultor-geral da República, em novembro de 1933. Em dezembro de 1935, pressionado pelas forças políticas conservadoras, o prefeito Pedro Ernesto nomeou Francisco Campos como secretário de Educação do Distrito Federal. Próximo aos ideais autoritários foi ser nomeado ministro da Justiça dias antes da instauração do Estado Novo, foi, então, encarregado por Vargas de elaborar a nova Constituição do país. (FGV – CPDOC, s/d). Considerado “[...] o principal teórico do Estado Novo. Foi ele quem redigiu a Constituição da nova ordem social. Produziu uma obra bastante extensa. Sua maior contribuição ao Estado Novo, deu-se nos campos jurídicos e político” (CUNHA, 1981, p. 99).

<sup>21</sup> Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo de Sapucaí (MG), em 1894. Graduado pela Faculdade de Direito de São Paulo, foi um dos expoentes do movimento da Escola Nova no Brasil, tendo participado ativamente no processo de formação da universidade brasileira. Ao longo dos anos 1920, dedicou-se ao magistério. Exerceu os cargos de diretor geral da Instrução Pública do Distrito Federal de 1926 a 1930, e de São Paulo em 1933. Além desses cargos, exerceu atividades acadêmicas, lecionando sociologia educacional no Instituto de Educação e na Faculdade de Filosofia de São Paulo entre 1938 e 1941. No ano seguinte, voltou à vida pública, respondendo pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. Ainda em 1942, dirigiu o Centro Regional de Pesquisas Educacionais, também em São Paulo. (FGV – CPDOC, s/d).

<sup>22</sup> Sampaio Dória fazia parte da Liga Nacionalista de São Paulo, por isso, realizou esforço de tentar desanalfabetização o maior número de alunos, sem se preocupar com a formação integral.

1º- instrumento de aquisição científica, como aprender a ler e escrever; 2º- educação inicial dos sentidos, no desenho, no canto e nos jogos; 3º- educação inicial da inteligência no estudo da linguagem, da análise, do cálculo e nos exercícios de logicidade; 4º- educação moral e cívica, no escotismo, adaptando à nossa terra e no conhecimento de tradições e grandezas do Brasil; 5º - educação física inicial, pela ginástica, pelo escotismo e pelos jogos (CAMPOS, 2000, p. 228).

No Ceará, a reforma empreendida por Lourenço Filho, tinha outro ponto de vista, se afastando muito da proposta de apenas “desalfabetizar” a população, descolando-se dos pontos nucleares presentes na reforma paulista. Em entrevista concedida à Revista Nacional<sup>23</sup>, Lourenço Filho esclarece sua visão em relação ao ensino primário:

O ensino primário deve ser mais alguma coisa, as noções mais necessárias à vida, no ambiente que a criança terá que viver. Afinal de contas, ler e escrever não adiante nem atrasa a ninguém, se, na escola, não se dão noções que formem equilibradamente o espírito e informem para agir com inteligência, isto é, de modo a aproveitar as forças da natureza, na produção de riqueza geral e no conforto da vida (Revista Nacional, s/d, p. 472 *apud* NAGLE, 2009, p. 231).

Lourenço Filho pretendia implantar uma nova mentalidade no âmbito educacional em que a escola não deveria se resumir apenas a ensinar a ler, escrever e contar. Entre as mudanças implantadas pela sua reforma estará as disciplinas que “[...] permitem educar o corpo e harmonizar o espírito através de exercícios físicos: o desenho, os trabalhos manuais, os jogos, o escotismo e a ginástica sueca” (CARVALHO, 2000, p. 235).

O paulista reformador da instrução cearense possui a convicção, ligado ao escolanovismo, de que o problema educativo no Brasil ia além da simples alfabetização. Em sua obra *Juazeiro de Padre Cícero*, ele expõe a realidade por ele observado no estado em que estava procedendo seus trabalhos.

A essa população disseminada em pequenos focos dispersos, sem relação direta com o progresso do litoral, ao sertanejo atual, enfim, de pouco valerá saber, apenas. Mais valerá, para cada mil cabeças, cem cabeças bem formadas, adaptadas às necessidades e ao desenvolvimento da região, apetrechadas para lutar, vencer e impor-se aos demais como exemplo e guia. Que valerá saber ler sem hábitos de observação e de trabalho, sem energias para pronta reação de adaptação ao meio? (LOURENÇO FILHO, s.d., p. 179)

A alfabetização simplesmente, chamada “desalfabetização” por Nagle (2009), desconectada de outros saberes não era o desejo dos outros reformadores. A primeira parte do ciclo de reformas termina com a reforma empreendida por Anísio Teixeira na Bahia (NAGLE, 2009). Caracterizada por Nagle como sendo a reforma “[...] menos “autêntica” que as outras, no sentido de que o sistema por ela estabelecido é o que menos responde às condições da existência social baiana; na verdade, representa uma superestrutura jurídica idealisticamente

---

<sup>23</sup> Entrevista concedida à Revista Nacional pelo Professor Lourenço Filho, diretor-geral da Instrução Primária do Estado do Ceará, p. 472.

montada para disciplinar determinado domínio da realidade social” (NAGLE, 2009, p. 213). Porém, a estrutura da reforma se dará na construção da “escola primária integral”, aproximando-se dos pressupostos da reforma cearense, sendo a única gratuita e obrigatória, ministrando o ensino primário durante quatro anos nas escolas urbanas e três anos nas escolas rurais.

Um novo ciclo, segundo Nagle (2009), se inicia com a reorganização da instrução pública em Minas Gerais, juntamente a isso, o período chamado pelo autor de “otimismo pedagógico”, momento no qual “técnicos” da educação tomam conta do processo reformista, em que “[...] existe a crença de que determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicam o caminho para a verdadeira formação do novo homem brasileiro (escolanovismo)” (NAGLE, 2009, p. 115). A reforma mineira será a primeira a agregar o aspecto reformista e remodelador em simultâneo, provocando “[...] a primeira alteração profunda no ideário sobre a escolarização, tal como se vinha desenvolvendo” (NAGLE, 2009, p. 214).

O mineiro Francisco Campos, próximo ao ideal escolanovista, também rejeita a “desalfabetização”, argumentando que a alfabetização sem a formação integral formaria apenas eleitores, deixando de lado o verdadeiro significado da escolarização.

O futuro das instituições democráticas depende, sobretudo, da orientação e do incremento do ensino primário. Saber ler e escrever não são, porém, títulos suficientes à cidadania digna desse nome. Não basta, pois, difundir o ensino primário para dilatar os limites da cidade. Se este ensino não forma homens, não orienta a inteligência e não destila o senso comum, que é o eixo em torno do qual se organiza a personalidade humana, pode fazer eleitores, não terá feito cidadãos (CAMPOS, 1930, p. 100 *apud* CARVALHO, 2000, p. 238).

Durante a reestruturação da instrução pública no Distrito Federal realizada na administração de Antônio Prado Júnior e Fernando de Azevedo, ocorre o ápice do “otimismo pedagógico”, nesse momento, as ideias da Escola Nova são absorvidas sem distinção de autor, identificando a “essência” de cada forma de pensamento, não havendo, “[...] filiação a esta ou àquela corrente do movimento escolanovista, a aceitação de uma ou outra com a consequente exclusão das restantes; tratou-se, isto sim, de aproveitar e combinar de maneira *sui generis* os elementos das diversas correntes em que se dividiu o amplo movimento da Escola Nova” (NAGLE, 2009, p. 218).

Antônio Carneiro Leão, mais conhecido apenas como Carneiro Leão, empreendendo a reforma em Pernambuco no ano de 1928 finaliza a década reformista da instrução primária, tentando resolver o problema do analfabetismo e da educação cívica, além disso, a reforma “[...] se caracteriza, especialmente, pelo esforço para estruturar e pôr em funcionamento os órgãos



da administração escolar, bem como para aperfeiçoar os diversos níveis e tipos de ensino, principalmente o ensino primário e normal” (NAGLE, 2009, p. 220).

O reformador da educação em Pernambuco também argumentou sobre a alfabetização,

A escola que ensina só a ler, escrever e contar não dá a ninguém a capacidade de prover à subsistência. A escola que propugno [...] é aquela que, ao lado das letras e do cálculo, possa despertar e fortalecer a capacidade de ação, o amor ao trabalho, a inteireza moral, a formação do caráter em suma. A escola que cultiva a inteligência, o coração e as mãos (CARNEIRO LEÃO, 1917, p. 163-164 *apud* CARVALHO, 2000, p. 239).

As reformas tentaram resolver o problema da educação do povo e conseqüentemente o problema do analfabetismo, sendo ambos ditos com problemas nacionais. Um povo alfabetizado e escolarizado, teria contato com a instrução cívica e patriótica, assim, segundo a visão ideológica da época, estaria formando-se integralmente no ensino primário.

#### **1.4 Os eventos cívicos na Primeira República: a orientação formativa do cidadão**

A escola, sob a ótica republicana vigente, era a instituição que tinha por objetivo a formação do cidadão republicano, patriótico e de orientação cívica. Sendo assim, a estrutura programática de ensino das escolas primárias e secundárias tiveram a inclusão de “[...] comemorações relacionadas às “datas nacionais”, de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos pátrios, além de uma série de outras festividades englobadas sob o título de “cívicas”, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar” (BITTENCOURT, 2018, p. 54). Com o intuito de exibir a modernidade educacional republicana as festas escolares começaram a se integrar no cotidiano pedagógico, principalmente nos grupos escolares.

No ideal republicano, a educação deveria demarcar a divisão restrita entre o período Imperial, por representar as trevas, a obscuridade, e a República, que simbolizava o progresso luminoso. “Neste âmbito, o papel da educação foi hiperdimensionado: tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em *povo*, de vitalizar o organismo nacional, de construir a nação” (CARVALHO, 1989, p.9).

A função da escola como a de dividir o passado do futuro liga-se a afirmação de Vinão Frago (1995) em que os reformadores da educação acreditavam que seria possível uma ruptura total entre o passado e o presente por meio de reformas educacionais. Conjuntamente a isso, a possibilidade de estruturar o processo de “[...] regenerar as populações brasileiras, núcleo da nacionalidade, tornando-as saudáveis, disciplinadas e produtivas, eis o que se esperava da

educação, erigida nessa imaginação em causa cívica de redenção nacional” (CARVALHO, 1989, p.10).

Entendia-se como competência da escola não apenas imbuir valores cívicos, patrióticos, morais e republicanos na classe discente, mas atuar, também, na contenção de ideais contrárias ao novo regime, “[...] garantindo assim o fortalecimento de uma identidade nacional que se desejava imprimir na consciência popular [...] frente às potenciais ameaças ideológicas trazidas pelos imigrantes, que chegavam ao Brasil para trabalhar nas fazendas de café” (RAPHAEL, 2019, p. 151). E a escola pública torna-se guardiã dos valores cívicos, patrióticos, morais e nacionalistas, sendo sua ação pedagógica estendida por toda a sociedade.

Os novos componentes simbólicos acrescidos no processo pedagógico tiveram a finalidade de estruturar o imaginário social nas crianças e jovens, como aponta Souza (1998, p. 241).

Festas, exposições escolares, desfiles dos batalhões infantis, exames e comemorações cívicas constituíram momentos especiais na vida da escola pelos quais ela ganhava ainda maior visibilidade social e reforçava sentidos culturais compartilhados. Eles podem ser vistos como práticas simbólicas, que no universo escolar, tornaram-se uma expressão do imaginário sociopolítico da República.

A iniciativa de organização de um calendário com datas cívicas as quais seriam comemoradas por toda a sociedade e pela escola, de modo a exaltarem os ‘grandes homens’, como heróis e seus feitos, além dos momentos elencados como importantes para a formação da nação, estiveram em harmonia com o desejo de construção de um povo cívico e patriótico desde os primeiros momentos da formação escolar.

A ritualização presente nas comemorações cívicas e patrióticas tornou-se elemento de mobilização da população, momentos nos quais a escola como instituição formativa estava envolvida.

O civismo assume a função antes atribuída às manifestações religiosas, ou seja, a de manter a coesão social e organizar estruturalmente a vida das sociedades. As manifestações de características ritualísticas, cultivadas na modernidade, buscam criar diferentes representações simbólicas capazes de mobilizar o povo para que, em certas ocasiões, como nas festas, possam receber lições vivas de história (CÂNDIDO, 2015, p. 233).

Conjuntamente à formação cívica, percebeu-se nos discursos de educadores paulistas, o papel da escola como solução para as desigualdades sociais.

Infelizmente entre o povo brasileiro não estão vulgarizadas, como seria para desejar, noções claras sobre a Constituição, principalmente no que concerne aos direitos e deveres do cidadão.

Ora, isso é um mal que precisa ser evitado, principalmente pelo geral preconceito que ele estabelece nas classes populares – qual o de que os direitos só têm os ricos, e os deveres atingem somente aos pobres.

Mas, como extirpar esse prejuízo que tão danoso nos pode ser? Educando civicamente o povo. A educação cívica deve, porém, partir da escola; ela é o centro, o foco donde deve irradiar o saber cívico, que salva um povo, engradecer uma nação. Eduquemos as crianças, os cidadãos do futuro; eduquem elas os desventurados que não tiveram escolas, e o problema estará resolvido (REVISTA ESCOLAR – SÃO PAULO, n. 16, 1926, p. 61 *apud* BITTENCOURT, 1990, p. 166).

A educação teria o papel de reduzir a desigualdade social elevando a nação brasileira aos melhores níveis de instrução e conseqüentemente melhores níveis econômicos, para isso, a instrução cívica estruturaria a “alma” patriótica em todos os futuros brasileiros que estavam sendo educados.

As festas cívicas desempenhavam o papel educativo de contribuir na consolidação do regime republicano e na formação do cidadão cívico e patriótico, com isso deveria demonstrar o progresso do país, constituindo um imaginário social, político e histórico em consonância com o republicanismo. “Considerando o verdadeiro sentido da educação, o civismo deveria estar presente em diferentes atividades cotidianas do âmbito escolar, nas festas comemorativas de eventos históricos ou de homenagens aos heróis nacionais” (CÂNDIDO, 2015, p. 234).

A importância da “invenção dessas tradições” dentro do cotidiano escolar é demonstrada por Hobsbawn:

A maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal permanecem associadas a símbolos e práticas semi-rituais (por exemplo, as eleições), que em sua maior parte são historicamente originais e livremente inventadas: bandeiras, imagens, cerimônias e músicas (HOBSBAWN, 2020, p. 20).

Os conteúdos escolares estabelecidos nos programas das comemorações, a determinação das datas a serem realizados as festividades, o uniforme e a maneira com a qual os participantes (professores e alunos) deveriam se portar na solenidade, além de toda a organização hierárquica dos discursos, evidenciam o caráter pedagógico-formativo presente. Os professores e alunos, juntamente com as autoridades civis, militares e escolares são os protagonistas dos eventos, realizando o programa que foi ensaiado, conseqüentemente cabia a população presente o caráter de espectadora.

Com isso, os professores, além de preparar e ministrar as disciplinas, corrigir as atividades, adquiriram mais algumas funções pedagógicas como: organizar, preparar, ensaiar, dirigir a execução dos eventos, sempre baseando-se nas orientações do Diretor Geral. Aos alunos caberiam aprender sobre o civismo e o patriotismo ensaiando, decorando e entoando os hinos pátrios, produzindo e recitando as poesias e os poemas, observando e executando a

postura e a cadência de passos ideais, trajados com uniforme exigido e assistindo as outras turmas da instituição escolar ou de outras instituições, além da participação dos militares e grupo de escoteiros realizarem o mesmo ritual simbólico.

Coube aos educadores das primeiras décadas da República a “[...] invenção de “tradições nacionais” que não correspondiam exatamente às da monarquia. Uma das novas tradições que deveriam compor o imaginário do brasileiro era a do “sentimento republicano” do povo” (BITTENCOURT, 2018, p. 68).

Associou-se a identidade do professor à identidade nacional, admitindo que a sua imagem deveria ser como a de uma pessoa com conduta ilibada, se portando diante dos padrões sociais da época, dentro e fora das instituições escolares.

Martin Lawn (2000) argumenta que o Estado desenvolve uma narrativa “utilizável” de educação nacional, sendo muito comum atrelar-se os aspectos econômicos ou sociais diante da identidade docente. O esforço de manipulação da identidade docente é inerente ao Estado, pois engendra um projeto educativo para a nação, corroborando para que a imagem do docente devesse refletir a expectativa do Estado. Compreendendo que a identidade é flexível e facilmente manipulável, possibilitou-se elencar prioridades conforme as circunstâncias.

Os alunos participantes dos eventos cívicos e patrióticos também se transformavam em expoentes do exemplo de postura e de cidadão desejado pelo novo regime. A análise das fontes iconográficas evidencia o uso dos uniformes pelos discentes, sendo a vestimenta apropriada para exaltar os símbolos da nação, dando ao uniforme “[...] uma poderosa capacidade de igualar todos os indivíduos num mesmo nível de posição. A farda, não obstante, possui outros simbolismos: além de igualar, ela corporifica, simboliza poder e ordem” (SOUZA, 1998, p. 270). Os grupos de escoteiros, por exemplo, com suas regras rígidas de postura e vestimenta, utilizavam as fardas, além de outros símbolos que imprimissem ordem e patriotismo.

Organizavam-se as festividades por decretos e orientações do Diretor Geral, além de sofrerem vigilância dos inspetores de ensino. O Decreto n. 4101, de 14 de setembro de 1926 instituiu os dias determinados como feriados para as instituições escolares: 3 de maio, 7 de setembro e 15 de novembro para serem “comemorados solenemente, no respectivo dia com a presença do corpo docente do estabelecimento” (art. 223). Porém, observa-se nas notícias que no período que antecedeu a publicação do decreto, as escolas já se organizavam na realização das festividades.

Além das solenidades cívicas, ocorriam as festas escolares internamente no prédio das instituições de ensino, que, por sua vez,

[...] eram compostas, na sua maior parte, de homenagens às pessoas ilustres que compareciam nestas ocasiões, como os diretores de ensino, os inspetores escolares, secretários do Interior, os prefeitos das localidades, vice-presidentes do Estado e professores; declamação de poesias pelos alunos, hinos, marchas, apresentação de peças teatrais, passeatas pelas cidades; preparação de banquetes, lanches e soirée pelos professores e alunos; sessões literárias, inspeção geral em todos os anos, exercícios orais sobre as disciplinas estudadas, distribuição dos boletins de promoção e prêmios oferecidos pelos professores aos seus melhores alunos, torneio ginástico, plantio de mudas (nas festas das árvores), apresentação dos escoteiros (nas festas cívicas), hasteamento do pavilhão. Todas as atividades previstas que confirmam o potencial pedagógico das festividades (CÂNDIDO, 2007, p. 67).

Porém, é necessário observar que ambas as festas tinham o cunho formativo do cidadão republicano e estavam vinculadas umas às outras, mesmo ocorrendo em dias e locais diferentes analogamente apresentava o objetivo-base. A imprensa nas localidades constituía-se como grande veículo publicitário dessas festas, notabilizando-se em acontecimentos sociais de imensurável importância.

A riqueza da descrição (...) além de um exercício de retórica, denota o entusiasmo (...) e a preocupação em assinar os aspectos que tinham significado e expressão social; por isso, a decoração do espaço, os trabalhos expostos, as personalidades presentes, a programação com a descrição do número e nome dos alunos participantes, os discursos das autoridades políticas. Cada um desses atos é uma prática simbólica portadora de significados sociais e culturais. É expressão de uma cultura escolar e de um imaginário sociopolítico que se quer disseminar por toda a sociedade (SOUZA, 1998, p. 254-255).

Além do papel de divulgação das festividades pela imprensa nas localidades, é observado pela pesquisadora Rita de Cássia Gallego (2005) que a partir de 1907, na *Revista de Ensino* ocorre um significativo aumento de publicações que se referenciam às festas escolares, de modo particular as Festas da Bandeira, da Independência, das Aves e das Árvores.

As festas da natureza eram representadas pelas árvores e aves, e realizavam-se em escolas públicas ou privadas, confessionais ou leigas, seguindo a ritualização previamente definida, e se assemelhavam as demais solenidades. A figura simbólica da árvore nessas festividades, “[...] passa a representar o “lugar de memória”, a recordação do passado às gerações vindouras, o símbolo de regeneração, representativa da capacidade de renovação característica da natureza, do mesmo modo que a república se apresenta como regeneradora de uma pátria” (CÂNDIDO, 2015, p. 243).

A Festa da Bandeira foi instituída nas escolas públicas do estado de São Paulo, em 1907, pelo inspetor geral de ensino, João Lourenço Rodrigues, comemorado no dia 19 de novembro,

com o hasteamento da bandeira, a execução dos hinos pátrios, recital de textos líricos sobre a bandeira.

A bandeira para a construção de civismo é um instrumento importante que deveria ser respeitado, como aponta Coelho Netto em sua obra “Breviário Cívico”, usado pelas instituições escolares. “Não há religião sem Deus nem Pátria sem bandeira. Prestar culto à bandeira é venerar o espaço e o tempo nos limites geográficos de uma nação e neles a raça e tudo que ela representa e abrange” (NETTO, 1922, p. 21). O mesmo autor descreve a bandeira como sendo “[...] um pano e é uma nação, como a cruz é um madeiro e é toda uma fé. No culto da bandeira encerram-se todos os nossos deveres, desde os que nos são ditados, pelo amor até os que nos são prescritos pela Lei” (NETTO, 1922, p. 22).

A aproximação entre o discurso cívico de amor à Pátria e o discurso cristão de amor a Cristo, tornam-se evidentes nos discursos dos intelectuais cívicos; defendia-se à docência como apostolado, como relatou Renata Marcílio Cândido (2007, p. 75),

Os alunos faziam parte de seu rebanho, o saber era a “hóstia santa” e o “luminoso evangelho” do templo ou “luminoso recinto” que era a escola. A dignidade de seu trabalho indicava a postura esperada dos professores nas adversidades. As metáforas cristãs ao retratarem a docência como apostolado ressaltaram a importância que assumia, para aqueles que a exerciam, a convicção de que aquilo que ensinavam era indispensável para os alunos.

A “missão” docente é colocada como imprescindível para a construção da nova nação brasileira, sendo importante que os professores tivessem a consciência do seu “apostolado cívico”.

As instituições formativas deveriam se empenhar na construção da memória, sendo esse pressuposto desenvolvido com grande ardor pelos nacionalistas. “Para eles, inspirados nas ideias românticas, a memória é um objeto fundamental para a identidade da nação” (OLIVEIRA, 1989, p. 174). Na tentativa de consolidação da memória, surgem os hinos pátrios para abertura diária dos trabalhos escolares, entre eles, o Hino da Bandeira. A prática de execução diária dos referidos hinos, segundo a Revista Escolar, ocorria regularmente nos grupos escolares, enquanto nas escolas isoladas acontecia apenas nos feriados: “[...] nos grupos escolares canta-se o hino diariamente antes do início dos trabalhos escolares hasteando o Pavilhão, nas escolas isoladas isso só ocorre aos feriados” (Revista Escolar, n. 10, ano 1, 01/10/1925, p. 28-31).

A função do hino para Coelho Netto (1922, p. 25) era a de chamar-nos “[...] ao dever, reunindo-nos em volta da bandeira como a campainha do acólito no templo filia-nos a Cruz”.

E complementa a sua importância no período de paz e de guerra, “[...] na paz, o hino concilia-nos, torna-nos mais ligados como o canto dos que trabalham; na guerra, é o clamor que nos encoraja levando-nos para o triunfo” (NETTO, 1922, p. 25).

Os discursos, sistematicamente estruturados, proferidos por políticos, membros da elite intelectual e econômica, inspetor e diretores durante os eventos cívicos e eventos escolares abordavam temas comuns como: “[...] o bom cidadão republicano”, “a boa mãe” – evidenciando o papel da mulher como dona de casa e mãe, não sendo digna de estar no meio político -, a crise moral que se agravava na sociedade, a “missão” da escola como formadora e instrumento do progresso, entre outras preocupações político-republicanas” (CÂNDIDO, 2007, p. 74).

Esse momento era destinado principalmente aos espectadores adultos dos eventos cívicos, e nas instituições escolares, para os professores e pais, pois eram esses sujeitos que “[...] podiam compreender de forma mais aprofundada as mensagens transmitidas. Aos alunos caberia sentir a ocasião, cultivar os sentimentos e aprender os valores. As festas apelaram ao mesmo tempo, para o racional e o emocional daqueles que delas faziam parte” (CÂNDIDO, 2007, p. 74).

A ação de desestruturação simbólica de elementos imperiais também estava presente nos eventos cívicos, mesmo assim, os republicanos mantiveram a comemoração do dia 7 de setembro, por mais que tivesse grande simbolismo para os monarquistas, que exaltavam a figura de D. Pedro I; o novo regime mitiga os feitos deste. Entende-se a data comemorativa como a conquista da liberdade da nação, solvendo os nomes dos personagens, superando as homenagens à figura monárquica. Dia em que se recorda a conquista de nossa independência, o martírio de alguns apóstolos da autonomia, e o exemplo de um destemido grupo de patriotas à cuja frente se destacam as figuras dos fundadores da nossa nacionalidade<sup>24</sup>.

O clima festivo-patriótico começava a surgir dias antes da realização da comemoração. Os dispositivos regimentais orientavam que “[...] na véspera dos dias de festa nacional, cada professor faria no último quarto de hora preleção a respeito da data que iria comemorar. Ao fazer das datas cívicas uma atividade escolar, o Estado fez da escola um instrumento de lembrança e de memória histórica” (SOUZA, 1998, p. 265).

Carlos Alberto Gomes Cardim (1916) demonstrou a forma comumente do cotidiano escolar ao se organizar próximo às datas de comemorações cívicas. O docente selecionava seus

---

<sup>24</sup> Osório Duque-Estrada, op. cit., p. 192

melhores alunos para decorar a sala com aspecto festivo, preparando juntamente um programa dividido em duas partes; na primeira parte o professor realizava uma explicação detalhada sobre a data que iria ser comemorada, após isso, uma seção cívica composta por “[...] trechos alusivos, poesias, pequenos discursos, monólogos, diálogos, comédias, intercalando-se esses trabalhos de declamação com hinos e cantos patrióticos” (CARDIM, 1916, p. 5). A segunda parte do programa relacionava-se à produção de um trabalho escrito, tendo ao final “[...] uma gravura que sintetizava a festa. Os alunos, conforme a classe que frequentavam, copiavam trechos, escreviam ditados, faziam composições livres sobre o assunto da data nacional” (CARDIM, 1916, p. 5).

A preocupação com o corpo e a higiene dos alunos, sendo esses expoentes do futuro da nação brasileira, também estavam presentes no discurso cívico, como caracteriza Coelho Netto (1922, p. 35): “O corpo humano, que pode servir de norma à sociedade, é um mecanismo maravilhoso que tem em si mesmo todo o necessário ao mais perfeito funcionamento”. As festividades tornavam o local ideal de exibição dos corpos, principalmente pelas regras rígidas de como se portar, nas passeatas pela cidade, com os passos cadenciados, com as apresentações de ginásticas e torneios esportivos.

A cultura física tornou-se especial preocupação registrada nos materiais didáticos utilizados pelas instituições escolares, preocupação essa confirmada por Coelho Netto (1922, p. 63):

Os cuidados de eugenia devem ser desde a infância na pauta da mais rigorosa higiene, sendo continuados, em gradação racional, até o fim da vida, porque assim como nos alimentamos ingentemente devemos buscar os elementos de nutrição que nos fornece a natureza e que apreendemos no ambiente. A cultura física é o preparo do corpo para que o espírito encontre meio propício para desenvolver-se.

Era tarefa do professor induzir hábitos saudáveis nos alunos, transformando a falta de preocupação com a higiene e a saúde um verdadeiro pecado físico “[...] qualquer menosprezo, ou qualquer dano voluntariamente causado à saúde do corpo pela infração dos preceitos de higiene” (Revista de Ensino, março de 1906, p. 808).

Celebravam-se a figura dos heróis, com encenação teatral, recitação de poemas e poesias, com a leitura de textos sobre sua vida, com a confecção de enfeites para as salas, execução de músicas; e os materiais didáticos continham capítulos dedicados a esses grandes personagens da História nacional. Sidney Hook apresenta a ação pedagógica de exaltação desses grandes indivíduos:



Outra fonte de interesse no herói é encontrada nas atitudes, desenvolvidas no curso da educação da juventude. A História de cada nação é representada à sua juventude em termos de explorações dos grandes indivíduos – míticos ou reais. (...) Entre as culturas modernas o conteúdo heroico de educação histórica nos primeiros anos manteve-se relativamente infetada pela mudança dos processos pedagógicos (HOOK, 1962, p. 15).

O festejo de encerramento do ano letivo era outro momento ligado as práticas educativas, apresentando-se como movimento de publicidade das instituições escolares republicanas, que eram tidas como “templos de civilização” (SOUZA, 1998) e enaltecendo o progresso do país. Nesse momento celebrava-se a cultura.

Surgiu então a feliz ideia das festas escolares no fim de cada ano letivo, pelas quais se pudesse tornar bem frisante o desenvolvimento admirável e real das crianças educadas nas primeiras escolas-modelo e grupos escolares criados. Era uma verdadeira propaganda [...] em prol do ensino público, em período de reorganização, propaganda que impunha em favor do advento da instrução entre nós, sobre a qual se refletia a pouca ou nenhuma confiança que as antigas escolas régias inspiravam (GALLEGO *apud* Revista de Ensino, n. 4, ano 7, dez./1908, p. 35).

A programação da festa compunha-se do discurso de uma autoridade, dando início à comemoração, seguido por apresentações de hinos, de peças teatrais, demonstração de ginástica e de exercícios militares, recitação de poemas e, finalizando com a leitura das promoções, entrega dos prêmios e dos certificados (SOUZA, 1998).

A construção dos prédios dos grupos escolares expõe a preocupação do espaço ideal para ocorrer o ato de ensinar. O ideal republicano apregoa que a instituição escolar como um mecanismo para o progresso do país, necessitando demonstrar a modernidade e o progresso com a suntuosidade arquitetônica dos prédios, imprimindo um simbolismo de que a educação republicana exterminaria os malefícios causados pelo Império e as aulas régias. Por isso, ocorriam grandes festividades na inauguração dos prédios dos grupos escolares, com a presença das autoridades e políticos estaduais e locais, membros do corpo docente, alunos e a comunidade geral.

A escolha do patrono do grupo escolar era um simbolismo político de grande importância, pois configurava a égide ideológica da localidade. Além disso, ocorria a comemoração “[...] ao aniversário do grupo escolar [que] consistia em mais uma oportunidade para se exaltar a escola e, especialmente, o patrono” (SOUZA, 1998, p. 260). As exposições escolares também se transformaram em parte do cotidiano dos grupos escolares, momento no qual se exibia ao público o progresso e a “modernidade” educacional aplicados na instituição.

Representavam um momento de exposição pública do trabalho e das atividades desenvolvidas na escola. Por meio delas as famílias dos alunos e a população em geral tomavam ciência da qualidade do trabalho desenvolvido nos estabelecimentos de ensino. Fonte de orgulho dos professores, alunos e familiares, a exposição denotava o

capricho, o desvelo, a habilidade, o esforço, o empenho e a dedicação dos alunos e professores. (...) Configurada como um microcosmo próprio encerrado por muros, grades e paredes e outras fronteiras não materiais, a escola abria-se à cidade, à rua, à sociedade, aos alunos, aos seus pais, aos seus amigos e a suas famílias. Nas festas e nas exposições ela se dava a conhecer e a admirar ainda que fosse de forma teatralizada e figurativa (SOUZA, 1998, p. 261).

A dinâmica revolucionária e inovadora do grupo escolar era composta pela divisão do programa curricular em séries, com tempo determinado de início e fim do ano letivo, incluindo nesse tempo as datas cívicas e religiosas – o dia 2 de novembro, Finados, era respeitado pela instituição escolar que tinha seu expediente suspenso. Outro elemento renovador era o uso do quadro negro, conjuntamente com a disposição em fileira das carteiras, e, a disciplina e a ordem que visava garantir a eficiência e o ensino simultâneo, além de ser uma das características do ensino cívico.

Os grupos escolares serão tidos como colégios republicanos, propondo-se, conforme afirma Boto (2017, p. 29), aos colégios a função de instruir, formar e educar. “Tratava-se de, pela escolarização, possibilitar à criança o contato com a cultura letrada. Além disso, aos colégios era suposto um ensino dos modos de se comportar”.

Os exames (avaliação) configuraram uma das “inovações” educacionais republicanas, porém sua introdução, como afirma Rosa Fátima de Souza (1998), é conflituosa e controversa, pois os republicanos desejavam a educação universalizada para todos, para se formar os cidadãos, porém “[...] essa escola, essencial para a República, deveria ter prestígio e qualidade, haveria de ser austera e rigorosa. Esses tipos de avaliações foram dispositivos adotados para reafirmar esses atributos” (SOUZA, 1998, p. 242), caracterizando a seletividade como qualidade.

O momento da realização das avaliações era importante para os professores e alunos, além de benéfico para a imagem pública da instituição escolar, pois autoridades políticas locais, estaduais e educacionais se faziam presente compondo a banca examinadora, distribuindo prêmios para os alunos que melhores se saíssem. Os jornais locais anunciavam os resultados dos exames, elencando os nomes dos melhores alunos. Todo esse simbolismo era importante para a República, pois colocava em evidência os melhores, aqueles que verdadeiramente estavam se constituindo como os futuros intelectuais, além disso, evidenciava a grandiosidade da educação republicana no país.

O estudo, a repetição, a cópia, o ensaio e a execução dos hinos pátrios, marcha ritmada e jogos escolares faziam parte da educação estética, na qual era inserido o canto, a dança, o

teatro, a música, os trabalhos manuais, a literatura, com o objetivo de produzir uma emoção estética. Esse movimento acarretava às festividades cívicas e escolares, que davam visibilidade a modernidade e a novos valores e atitudes de patriotismo, civilidade, bons costumes. Como aponta Cynthia Greive Veiga (2000, p. 419), “[...] às festas [...] eram organizadas, preparadas e apresentadas para despertar na população uma emoção diferente, que perfilhassem a harmonia, a ordem, o belo, “um brado de consciência pública”.

Todavia, as críticas às festas escolares ocorriam, principalmente pela má execução das orientações do Diretor Geral, pela indisposição dos docentes, pela execução fora do dia determinado. Em 1908, segundo Cândido (2007), foi publicado na *Revista de Ensino* uma das primeiras críticas assinada por João Beckmaun. Seu argumento se baseia na justificativa de que as festas escolares já haviam realizado o seu objetivo de consolidar a importância da educação para o regime republicano, acusando de haver exageros nessas festas:

Temos assistido a verdadeiras exibições teatrais, incompatíveis com a natureza essencialmente prática e educativa dos estabelecimentos de ensino, o que não deixa de revelar perda de tempo, que podia ser empregado em coisas mais úteis (BECKMAUM, 1908, p. 36).

Outra crítica às festas cívicas registrada na *Revista de Ensino* foi realizada por Guilherme Kuhlmann (1919), na qual, segundo ele, as festas nacionais traziam “[...] um minguido ensino cívico (...) poucos resultados, só vésperas dos feriados ouvem falar da data [...]”, mas o ensino cívico “deve ser principal preocupação, em todas as aulas” (KUHLMANN, 1919, p.15). Porém, não é nosso foco nesse trabalho nos aprofundar sobre as críticas às festividades ocorridas no período.

Os rituais instaurados pelos republicanos eram importantes, pois esses momentos configuram a relação dialética entre o cotidiano e o extraordinário, como afirma Souza (1998, p. 250-251):

O ritual é definido por meio de uma dialética entre o cotidiano e o extraordinário (...) o rito compreende “um veículo básico de transformação de algo natural em algo social”. Para que isso ocorra é necessária uma forma qualquer de dramatização. Por meio dela, o grupo individualiza algum fenômeno e transforma-o em instrumento capaz de individualizar a coletividade, dando-lhe identidade e singularidade.

A “invenção da tradição” na Primeira República aliou-se à revolução simbólica e analogicamente a isso houve a utilização de novos instrumentos para a consolidação dos ideais de civismo, nacionalismo e patriotismo dos republicanos. Mediante o cuidado com que as comemorações das tradições nacionais ocorriam pedagogicamente ritualizadas, pode-se afirmar que se exaltaram os heróis, conseqüentemente honrou-se a bandeira, os hinos pátrios entoados

e o ensino cívico. Ao realizar o processo de “formar almas” como missão atribuída à escola republicana francesa (PETITAT, 1994), imbuíu-se da forma de auxiliar na construção da identidade e da unidade da nação, com a transmissão da cultura comum e na disseminação de valores cívicos e morais.

## Capítulo 2. Formação do novo cidadão brasileiro: os instrumentos de construção do “sentimento patriótico” no ensino primário durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945)

Os primeiros estalos na estrutura da Primeira República começam a ser ouvidos logo após a posse de Washington Luís<sup>25</sup>, em 1926, principalmente diante das medidas econômicas apregoadas por ele. Com a pretensão da continuação de seus planos políticos e o beneficiamento do café paulista, Washington Luís apoia e esquematiza a eleição de Júlio Prestes em contraposição ao respeito do pacto simbólico entre São Paulo e Minas Gerais, conhecido como pacto do “café com leite”, no qual deveria apoiar eleição de Getúlio Vargas.

No que diz respeito a educação, a plataforma de Júlio Prestes vinculava prosperidade econômica e melhoria na instrução, segundo Nagle (2009, p. 124),

[...] ao mesmo tempo em que afirma a importância do desenvolvimento do ensino em seus diversos setores e a necessidade de criar um Ministério que coordene as questões de instrução e saúde, afirma, também que todas essas exigências serão atendidas com o desenvolvimento da produção e com a criação da riqueza, bases das reformas sociais: a higiene e a instrução são questões geradas por outras condições existenciais, isto é, sua ausência é índice de pobreza e de miséria; portanto, a solução depende da prosperidade econômico-financeira do país.

Em contrapartida, na plataforma da Aliança Liberal, vinculada a Getúlio Vargas, a educação receberá mais propostas, ainda ligadas ao ideal de escolarização presente na década de 1920. O documento procurava

[...] realçar a importância da valorização do homem pela educação, difundindo a instrução primária, principalmente nos sertões, ampliando a rede de escolas técnico-profissionais, atualizando o ensino secundário, na parte de seus métodos e disciplinas, instituindo o regime das universidades autônomas e, enfim, criando uma entidade oficial e autônoma, de jurisdição nacional, um Ministério, para atender às questões da instrução, educação e saneamento (NAGLE, 2009, p. 124)

Vargas, ao ascender ao poder, cumprirá a promessa de criação do Ministério, além disso, irá imprimir à educação, através de seus ministros, a importância na formação do “novo homem” patriótico, cívico e com fervoroso amor à Pátria. Estruturou instrumentos pedagógicos para a realização do ensino completo, desde a erradicação do analfabetismo até a instrução moral e cívica das futuras gerações. Para isso, seus aliados utilizaram as cartilhas e outras obras

---

<sup>25</sup> Washington Luís Pereira de Souza nasceu em Macaé (RJ), em 1869. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo em 1891. Sua carreira política começou em 1897 como vereador e, posteriormente, foi eleito prefeito de Batatais (SP). Em 1900 iniciou sua vinculação política no Partido Republicano Paulista (PRP). Exerceu os cargos de deputado estadual (1904-1906), secretário estadual de Justiça (1906-1912), prefeito da capital (1914-1919) e presidente do estado (1920-1924). Após deixar o governo de São Paulo, ocupou uma cadeira no Senado. Em março de 1926, concorrendo como candidato único, elegeu-se presidente da República. No início de 1929, indicou, para sucedê-lo, o presidente de São Paulo Júlio Prestes de Albuquerque. (FGV – CPDOC, s/d).

didáticas, além da radiodifusão e o cinema educativo, o canto orfeônico, como também as festividades cívicas e patrióticas que completavam a “pedagogia patriótica”.

Na primeira parte do capítulo, o texto traz a contextualização histórica do período do primeiro governo de Getúlio Vargas, seguido dos principais elementos da estruturação do ensino primário durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, compreendendo as ações governistas diante desse campo. Logo em seguida, a exploração dos elementos de construção do “sentimento patriótico” com o uso das obras didáticas, com foco na disciplina de História. Para conclusão deste capítulo, examina-se a estruturação dos elementos das festividades cívicas e seu papel educativo para a construção do patriotismo, além da discussão da importância dessas festividades no universo simbólico da Pátria.

## **2.1 Contextualização histórica do Primeiro Governo Vargas (1930-1945)**

Um novo ordenamento político, cultural, social e econômico estruturou-se a partir do dia 3 de novembro de 1930, após a ascensão política na esfera federal de Getúlio Dornelles Vargas ao cargo de Presidente do regime provisório, se perpetuando no poder, não sem crises, até o ano de 1945. O processo de formação do poder centralizado de Getúlio Vargas abarca a institucionalização de diversos meios de controle, ordenação e censura voltados à formação de um “novo cidadão” para um novo país.

As eleições presidenciais de 1930 contaram com amplo uso de técnicas fraudulentas, tanto ligadas a Júlio Prestes de Albuquerque, candidato apoiado por Washington Luís, membro do Partido Republicano Paulista (P.R.P), e como opositor Getúlio Vargas, candidato da Aliança Liberal<sup>26</sup>.

O historiador Boris Fausto afirma que

[...] o candidato do governo foi eleito presidente da República, com cerca de 1,1 milhão de votos contra 737 mil, segundo dados oficiais. Apesar dos pesares, as eleições de 1930 registraram o maior nível de comparecimento em toda a história republicana até então, ainda que os números pareçam irrisórios quando comparados aos de hoje: votaram, ainda segundo dados oficiais, cerca de 2 milhões de eleitores, correspondendo a 5,7% da população do país na época (FAUSTO, 2006, p. 38).

---

<sup>26</sup> “Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930” (FGV – CPDOC, s/d).

O resultado não foi aceito de forma pacífica, principalmente pelos aliados de Vargas, que articularam um “movimento revolucionário” pretendendo impedir a posse de Júlio Prestes.

A articulação revolucionária ganhou ímpeto com o assassinato de João Pessoa no Recife. O crime não tinha razões políticas, mas se prestou a uma grande exploração dessa natureza. Getúlio, na presidência do Rio Grande [do Sul], acabou por aderir à conspiração, tratando de dissimular seu envolvimento. Pela primeira vez assumia a perspectiva de ruptura da ordem estabelecida, ele, que estivera sempre do lado do poder, nas lutas renhidas da política rio-grandense. Não foi por acaso que 3 de outubro, início da revolução, foi também a data inicial de um diário seu que se prolongaria até o fim de 1941 (FAUSTO, 2006, p. 39).

João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque<sup>27</sup>, vice de Vargas no pleito, é assassinado na Paraíba, no dia 26 de julho, catalisando a oposição numa rebelião armada. Por mais que a ação criminosa não tenha envolvimento com o processo eleitoral, o momento foi tenso para a política nacional, pois “[...] Washington Luiz (sic) apoiava o grupo político ao qual o assassino estava ligado. Os hesitantes conspiradores da oposição foram levados de roldão na onda de indignação produzida pelos radicais para criar uma atmosfera revolucionária” (SKIDMORE, 2010, p. 37).

Em 3 de outubro de 1930 estourou a revolução em Porto Alegre e Belo Horizonte, e sob o comando de Juarez Távora, um pouco retardatário inicia o movimento no Nordeste. Vargas “[...] assumiu formalmente o comando das operações e instalou seu quartel-general em Ponta Grossa (PR), na iminência de um choque decisivo que deveria travar-se em Itararé [...]” (FAUSTO, 2006, p. 41). Porém, não houve nenhum conflito armado em Itararé (SP)<sup>28</sup>.

Washington Luís foi deposto por uma junta militar no dia 24 de outubro. Getúlio Vargas chega à capital federal em seus trajes gaúchos, assumindo a Presidência da República no dia 3 de novembro. Segundo Boris Fausto, Vargas anotou uma passagem sobre a sua chegada ao Catete (sede do governo federal na então capital Rio de Janeiro), que evidencia sua personalidade.

Em vez de o sr. Júlio Prestes sair dos Campos Elísios para ocupar o Catete, entre as cerimônias oficiais e o cortejo dos bajuladores, eu entrei de botas e esporas nos

---

<sup>27</sup> João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu na cidade de Umbuzeiro (PB) no dia 24 de janeiro de 1878. Irmão de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e de Antônio Pessoa, vice-presidente da Paraíba em 1915 e pai de Carlos Pessoa, deputado federal por esse estado de 1925 a 1929. Era também irmão do coronel Aristarco Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, comandante-em-chefe das forças revolucionárias de 1930 em Minas Gerais, de Cândido Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, deputado federal entre 1927 e 1930 e 1935 e 1936, e do marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, idealizador da Academia Militar das Agulhas Negras, presidente do Clube Militar de 1944 a 1946 e comandante da Zona Militar Sul de 1948 a 1949. Teve grande atuação política em nível estadual e federal, sendo assassinado no ano de 1930 (FGV – CPDOC, s/d).

<sup>28</sup> A “Batalha de Itararé” é conhecida como “A batalha que não houve”, sendo amplamente divulgada pela imprensa regional que haveria uma grande luta armada na divisa Paraná-São Paulo, sendo chamada até de “a maior batalha da América Latina”, porém, tal luta nunca aconteceu, pois o desenrolar político na Capital Federal inviabilizou os acontecimentos em Itararé (SP).

Campos Elísios, onde acampeei como soldado, para vir no outro dia tomar posse do governo no Catete, com poderes ditatoriais (FAUSTO, 2006, p. 41)

Vargas assumiu o governo em caráter provisório, apenas para apaziguar os conflitos políticos e possibilitar uma atmosfera solene para a realização da Constituinte e as novas eleições, porém, o governo provisório sempre foi absolutista, fechando, através do decreto assinado no dia 11 de novembro, o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e câmaras municipais, e nomeando interventores militares para administrar os estados, sendo esses, em sua maioria, tenentes jovens e inexperientes (BRANDI, 1983).

O ano de 1932 será conturbado para a política nacional, principalmente pelo descontentamento da elite intelectual, econômica e política de São Paulo. Poderosas forças políticas entraram em confronto com os interventores designados por Vargas para o governo paulista, além disso, o presidente da República não cumprirá com sua promessa de organizar os processos para dar viabilidade a Constituinte para elaboração da nova Constituição e processo eleitoral.

Em janeiro de 1932, o Partido Democrático rompe com Vargas, unindo-se em São Paulo com o PRP formando a Frente Única Paulista (FUP), em Minas Gerais, Olegário Maciel e os adeptos da Legião Liberal refazem a aliança com o Partido Republicano Mineiro (P.R.M), surgindo o Partido Social Nacionalista, mais conhecido como Frente Única Mineira (BRANDI, 1983).

Diante do desenrolar político desse ano é decretado o Código Eleitoral que convocava eleições de deputados para compor a Assembleia Constituinte. Porém, a situação do governo provisório estava ficando insustentável, sem apoio das elites de São Paulo e Minas Gerais, e o rompimento interno na Aliança Liberal e conseqüentemente sem apoio de certa parte da ala política do Rio Grande do Sul.

Os rompimentos políticos acabaram “[...] por dar origem à guerra civil de 1932, movimento rebelde que obteve a adesão da maioria dos paulistas e foi esmagado pelo governo central [...] A força e a importância desse movimento foram tais que, mesmo derrotado, passou a ser chamado de Revolução Constitucionalista [...]” (OLIVEIRA, 2019, p. 92).

Segundo Fausto, o efeito da revolução foi contraditório, sendo que

[...] De um lado, demonstrou ao governo Vargas e a Getúlio em particular que, apesar da vitória, era preciso cooptar pelo menos uma parte da elite paulista, e não confrontá-la abertamente. De outro, tornou claro para os derrotados que Getúlio não poderia ser derrubado e que o melhor a fazer era preparar-se para reduzir sua influência, com uma



bancada coesa na Assembleia Constituinte que seria eleita em maio de 1933 (FAUSTO, 2006, p. 64).

A ação revolucionária sairá vitoriosa com a promessa de ser estipulada a data das eleições que serão realizadas em 3 de maio de 1933. A nova Constituição Federal será outorgada e promulgada em 1934, sendo Getúlio Vargas eleito indiretamente para a Presidência da República<sup>29</sup>, dando início ao governo constitucional de Vargas.

A abertura democrática possibilitou a estruturação de dois movimentos extremos. O primeiro, a Ação Integralista Brasileira (AIB), vinculado ao fascismo italiano e ao desejo da implantação de um governo fascista no Brasil e, o segundo, reunindo adeptos do comunismo, socialismo e liberais desiludidos, a Aliança Nacional Libertadora (ANL).

O integralismo já estava se estruturando desde 1932, tendo rápido crescimento, conseguindo a “[...] adesão de setores médios da sociedade, das Forças Armadas, de organizações ligadas à Igreja Católica. A AIB recebia influência de movimentos congêneres de Portugal, com Salazar, da Espanha, com Franco, e da Itália, com Mussolini” (OLIVEIRA, 2000, p. 92). Seus membros marchavam utilizando uniformes verdes, botas militares e braçadeiras com a letra grega sigma -  $\Sigma$  - nas mangas, por isso, ficaram conhecidos como os “camisas verdes” (LEVINE, 2001).

Plínio Salgado, um dos maiores representantes do integralismo, expõe a síntese da doutrina do movimento, como anuncia Héliog Trindade: “O homem deve realizar suas aspirações materiais, intelectuais e morais; a sociedade deve funcionar harmoniosamente: a Nação, como autoridade efetiva, manter o equilíbrio entre o Homem e a Sociedade; e, finalmente, a Humanidade, objetivar o seu superior destino de aperfeiçoamento” (SALGADO, 1933, p. 26-27 *apud* TRINDADE, 1979, p. 201). O fundamento do movimento integralista estava “[...] na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado nos princípios unificadores de Deus, pátria e família” (FAUSTO, 2006, p. 71).

À esquerda, vinculada ao Partido Comunista Brasileiro, estava a ANL, fundada oficialmente em março de 1935, tendo como seu presidente de honra o militar e político Luís Carlos Prestes. A inspiração do movimento “[...] tinha a ver com as frentes populares organizadas para enfrentar o fascismo na Europa” (OLIVEIRA, 2000, p. 92). O objetivo da

---

<sup>29</sup> Em 16 de julho de 1934 Vargas foi eleito para um mandato de 4 anos, concorrendo com outros políticos, teve “[...] 175 votos contra 59 dados a Borges de Medeiros, quatro ao general Góis Monteiro, dois ao ministro Protógenes Guimarães e um voto para Raul Fernandes e Artur Bernardes, Afrânio de Melo Franco, Oscar Weinscheck, Firmino Paim Filho e Levi Cordeiro” (BRANDI, 1983, p. 87).

ANL era lutar contra o fascismo e o imperialismo, sendo pontos centrais do seu programa “[...] o não reconhecimento da dívida externa, a nacionalização dos serviços públicos; a distribuição de terras; garantia dos direitos dos trabalhadores; liberdades populares, incluída a liberdade religiosa; liquidação de privilégios de raça, cor ou nacionalidade” (FAUSTO, 2006, p. 72).

Em janeiro de 1935, será aprovado o projeto de lei definindo crimes contra a ordem política e social, denominado Lei de Segurança Nacional, medida jurídica que autorizava atos de violência autoritária contra opositores. Vargas irá manipular o integralismo e empenhar forças para destruição da ANL, sendo este último considerado como “vírus comunista”.

A ANL preparou um movimento armado que atuou em Natal, em Recife e no Rio de Janeiro visando derrubar o governo Vargas. A partir de então desencadeou-se uma forte repressão a todos os opositores do regime e emendas constitucionais foram aprovadas pelo Congresso, dando poderes especiais ao Executivo. Uma Lei de Segurança Nacional anteriormente aprovada previu várias medidas de controle e repressão, incluindo a censura aos meios de comunicação, a prisão para manifestantes e grevistas e o fechamento de sindicatos considerados suspeitos (OLIVEIRA, 2000, p. 92-93).

A insurreição armada da ANL sofreu de problemas na organização e execução, sendo brutalmente reprimida, além disso, foi a oportunidade de Vargas requisitar, no dia 25 de novembro de 1935, o estado de sítio. A imagem pública do presidente sai fortalecida após o movimento, sendo aclamado, por militares e civis, a necessidade do fortalecimento do poder e a repressão ao comunismo (BRANDI, 1983).

Segundo Robert Levine (2001, p. 76),

Já em janeiro de 1936, Vargas escrevera a Oswaldo Aranha<sup>30</sup> (sic) em Washington dizendo que “o vírus do comunismo nos contaminou mais cedo e com maior intensidade do que poderíamos imaginar”. Eliminar a ameaça comunista não seria suficiente, acrescentou. O povo brasileiro precisaria de “estímulos moral e ideologicamente saudáveis”, prosseguiu, contando a Aranha que tencionava coordenar os esforços do ministério da Educação, do estado-maior do Exército e da Liga de Defesa Nacional para desencadear uma campanha nacional

A repressão aos comunistas abriu espaço para o uso da força contra opositores, sendo desencadeada uma enérgica campanha da opinião pública contra a influência ideológica do comunismo no país, criando-se, em 1936, a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo.

Nesse clima, no final de 1936, começaram a serem estruturadas as alianças políticas para as novas eleições presidenciais que deveriam ocorrer em janeiro de 1938. Vargas, segundo a Constituição, não poderia se reeleger. A campanha contou com três candidatos, José Américo de Almeida, ligado as forças do tenentismo e aos interventores do Norte e do Nordeste;

---

<sup>30</sup> Oswaldo Euclides de Sousa Aranha estava no cargo de Ministro da Justiça em 1936 (FGV – CPDOC, s/d).

Armando de Sales Oliveira, opositorista a Vargas, expressando a política liberal e relacionado a elite de São Paulo; e, Plínio Salgado, fundador e chefe do integralismo (OLIVEIRA, 2000).

O presidente não apoiará publicamente nenhum dos nomes, mas articula-se com sua base política, incluindo Plínio Salgado, para dar o golpe que instaurou o Estado Novo, para isso, utilizou-se a atmosfera simbólica de ameaça comunista, criando-se nos subterrâneos da AIB o conhecido “Plano Cohen”. Tal plano foi amplamente divulgado por todos os jornais e reproduzido inúmeras vezes na emissão radiofônica oficial do governo como contendo as possíveis ações dos comunistas para tomada do poder no Brasil e a instauração do governo comunista. Fausto (2006, p. 79) descreve o plano como,

[...] um imaginativo desfile de horrores, prevendo como lance final a tomada do poder, com o incêndio de prédios públicos e a condução das massas aos saques e às depredações, nada poupando para aumentar cada vez mais sua excitação, que deve ser mesmo conduzida a um sentido nitidamente sexual, a fim de atraí-las com facilidade.

Usando dessa estratégia manipulada por membros do governo, Getúlio Vargas decreta, no dia 10 de novembro de 1937, o Estado Novo, com a promulgação da Constituição Federal, apelidada de “Polaca”, previamente estruturada por Francisco Campos.

Da mesma forma com que foi difundido o “plano comunista”, era necessário sustentar os motivos do novo ordenamento político ditatorial, e com isso, foi empenhado ampla propaganda, apresentando, “[...] o Estado Novo como a fórmula que permitiria, finalmente, realizar as tarefas de unificar o país, promover o desenvolvimento econômico, criar uma nova representação das classes produtoras e dos trabalhadores, introduzir enfim, o governo técnico, acima da politicalha dos partidos” (FAUSTO, 2006, p. 90).

O Estado Novo não será constituído por uma ideologia única, como a Itália de Mussolini, ou a Alemanha de Hitler, porém o “[...] molde autoritário-pragmático foi sempre a marca dos quinze anos do governo Vargas até o seu transitório momento final” (FAUSTO, 2006, p. 71). O mesmo autor descreve os regimes autoritários como aqueles que “[...] tenderam a prescindir da construção de um partido único, viram com suspeitas a mobilização das massas mesmo em apoio ao regime e deixaram brechas para expressão controlada da sociedade” (FAUSTO, 2006, p. 70).

A consolidação do novo regime se dará de forma lenta e insegura, afirma Edgard Carone (1977, p. 167), “[...] pois falta ao governo uma orientação única, ideológica e política”.

O escritor João de Scantimbuoro assegura que o Estado Novo “[...] não tinha ideologia”, tendo em vista que era o “regime do presidente, de ‘sua Majestade’, o Presidente”

(SCANTIMBURGO, 1969, p. 219). Na mesma linha de pensamento, o pesquisador estadunidense Thomas Skidmore (2010, p. 64) argumenta,

Em suma, o Estado Novo era um estado híbrido, que não precisava articular apoio popular na sociedade brasileira, e não tinha base ideológica consistente. Vargas esperava orientar, em proveito político próprio, a direção da mudança social e do crescimento econômico no Brasil. Apesar dos adornos corporativos, seu Estado Novo foi uma criação pessoal ao extremo.

Vargas não criará um partido político de massa para servir de suporte ao regime, como outrora Mussolini havia feito na Itália.

Seu ministro do Trabalho, o cínico (e ex-integralista) Alexandre Marcondes Filho, confirmava a premissa de Vargas de que apenas numa estrutura de ordem social e tranquilidade, baseada em princípios cristãos, o governo poderia desincumbir-se de seus deveres, suprimindo as necessidades da classe trabalhadora e evitando a luta de classes” (LEVINE, 2001, p.87-86)

A partir de 1942-1943, diante da forte pressão política, apoiado por setores militares,

[...] ocorre uma inflexão na política do Estado Novo. Na medida em que começava a se configurar a inviabilidade de manter a “democracia autoritária”, em face do que ocorria no mundo e no país, o regime se tornou mais mobilizador, mesmo mantendo premissas que vinham de anos anteriores (FAUSTO, 2006, p. 139).

No aniversário dos seis anos do golpe de 1937, ocorrido em 10 de novembro de 1943, ao discursar à multidão presente no evento cívico, promete a possibilidade de a população brasileira escolher seus representantes após a guerra, num clima de paz e ordem. As manifestações oposicionistas começam a cruzar a fronteira da censura e repressão, evidenciando as primeiras rachaduras nos alicerces do regime ditatorial.

O Ato Adicional de 28 de fevereiro de 1945 previa a decretação da data das novas eleições em noventa dias, com isso, partidos situacionistas e de oposição começam a organizar-se politicamente. Em 10 de outubro, Vargas determina a antecipação da data das eleições estaduais e municipais para o dia 2 de dezembro, o mesmo dia das eleições nacionais, o que despertou certo alerta na elite política, temerária de um novo golpe desferido pelo presidente. Em 25 de outubro, o presidente nomeia seu irmão, Benjamin Vargas, ao cargo de chefe da polícia do Distrito Federal, atitude considerada repulsiva pelos generais, inflamando o temor da organização do golpe (FAUSTO, 2006; SKIDMORE, 2010).

A estrutura do regime ditatorial apresenta grandes rachaduras, impossibilitando a permanência de Vargas no cargo de presidente da Nação. Mesmo com apoio do movimento “queremista”, - que desejavam a continuidade de Vargas na presidência, com o lema “Assembleia Constituinte com Getúlio!” - as forças oposicionistas se organizaram e depuseram Vargas no dia 29 de outubro de 1945, chegando ao fim o Estado Novo.

A centralização do poder institucional se tornou marca distintiva do governo de Vargas, além de sobressair, desde os primeiros momentos como Presidente, a sua posição ideológica nacionalista. Esse fato estará presente nas ações tomadas pelo presidente, além de seus discursos, como aquele que estava agindo para melhorar a vida de todos os brasileiros, de elevar a Nação brasileira ao nível de melhor Nação do mundo e como herói nacional, que dizimou a ameaça comunista.

## **2.2 Os primeiros passos na construção da unidade nacional**

O ideal de reconstrução da unidade nacional era fator significativo presente na construção ideológica dos revolucionários de 1930, partindo do pressuposto de que a Primeira República, com a perpetuação do poder oligárquico, havia destruído a nação brasileira, dividindo a população. Com isso, era necessário construir uma nação forte e unida em torno dos mesmos ideais, para isso, a educação serviria como formadora da consciência patriótica, cívica e nacionalista, formando pessoas adeptas do fervoroso amor pátrio.

Carone (1978) aponta as ideias centrais do programa de reconstrução nacional dos revolucionários, deixando evidente a preocupação destes com a educação,

[...] 2) saneamento moral e físico, extirpando ou inutilizando os agentes de corrupção, por todos os meios adequados a uma campanha sistemática de defesa social e educação sanitária; 3) difusão intensiva do ensino público, principalmente técnico-profissional, estabelecendo, para isso, um sistema de estímulo e colaboração direta com os Estados. Para ambas as finalidades, justificar-se-ia a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública, sem aumento de despesas (CARONE, 1978, p. 16).

Com base na citação de Carone, compreende-se que há preocupação com a expansão do ensino público, podendo também ser chamado de ensino popular, visto esse termo ser empregado “[...] para designar a escola primária alfabetizadora e que, em princípio, deveria atender ao conjunto da população referindo-se inclusive às escolas de adultos” (BITTENCOURT, 1990, p. 25), evidenciando assim, a contínua preocupação com os altos índices de analfabetismo que as reformas estaduais realizadas na década de 1920 tentaram sanar.

Outro ponto, diz respeito ao desejo da criação de um ministério que tivesse sob sua égide a Instrução e a Saúde, cuja preocupação acabará sendo solucionada já no dia 14 de novembro de 1930 com a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, para o qual foi empossado como ministro Francisco Campos. A criação do Ministério possibilitou a visão nacional da

educação, com processos reformistas para além dos âmbitos regionais, além disso, institucionalizando ideologicamente os processos educacionais junto ao poder federal.

O ministro Gustavo Capanema, em texto datado de 1946, após o fim do Estado Novo, argumenta que a criação do Ministério da Educação se deu a “[...] fim de coordenar e impulsionar, em todo o país, o desenvolvimento dos trabalhos relativos a esses dois importantes problemas: a educação e a saúde, e deram-se ao novo Ministério todos os elementos de ação para a realização de uma obra de alcance nacional” (SCHWARTZMAN, 1983, p. 357).

No Manifesto à Nação, de outubro de 1931, Getúlio Vargas relaciona pela primeira vez a “educação do povo” com a “glorificação da Pátria”. Como relata José Silvério Baia Horta: “Segundo ele, o Brasil estava destinado à conquista das mais puras glórias. Mas a glorificação da pátria somente seria alcançada através do aprimoramento da educação de seu povo e da valorização de sua capacidade de trabalho” (HORTA, 2012, p. 129).

Francisco Campos propôs uma série de reformas no campo educacional, instituindo parâmetros legais para o sistema educacional nacional, que ficaram conhecidos na historiografia como Reforma Francisco Campos. Com o apoio de intelectuais católicos reintroduz o ensino religioso, de maneira facultativa, nas instituições escolares oficiais, por meio do Decreto nº 19.421, de 30 de abril de 1931, ampliado posteriormente por Gustavo Capanema, este, segundo ministro da educação com expressiva atuação no período analisado. Porém, a reintrodução do ensino religioso não era assunto unânime na opinião pública, considerando-se o ocorrido quando da discussão da pauta na Assembleia Nacional Constituinte em 1933.

Professores paulistas, opositoristas da reintrodução do ensino religioso nas escolas oficiais, mesmo como facultativo, enviaram, em março de 1934, como apresenta Marinete dos Santos Silva, “[...] uma mensagem defendendo a laicidade do ensino, alegando que as escolas públicas abusariam de sua finalidade educativa se convertidas em lições franqueadas ao conflito de ideias religiosas e sistemas metafísicos” (SILVA, 1980, p. 19). Apesar desse fato, o ensino religioso torna-se constitucional fazendo parte do currículo das escolas brasileiras, sendo considerado uma vitória para a Igreja Católica, retomando assim a relação Igreja-Estado.

Sob esses aspectos, Dermeval Saviani salientou que,

Qual o significado dessa aliança? Como explicar que um adepto do escolanovismo, ao assumir o posto de autoridade máxima dos assuntos educacionais da república, tenha tomado medida em benefício da Igreja Católica? Por um lado, essa situação não se configura tão estranha, uma vez que estava respaldada por importantes precedentes históricos, como se pode ver pelos processos de restauração na Europa em meados do século XIX. O exemplo mais contundente desse fenômeno deu-se na França, onde a

burguesia, após ter atacado violentamente a Igreja enquanto componente do “Antigo Regime”, a ela se aliou diante do temor do avanço do movimento operário. E no Brasil das décadas de 1920-1930 também estava em causa esse temor num momento em que se procurava converter a questão social de caso de política, como fora tratada pela República Velha, em questão política [...] (SAVIANI, 2013, p. 196).

O referido autor também aponta como possível causa da reinserção do ensino religioso na educação brasileira, a estreita ligação entre Francisco Campos com intelectuais do pensamento autoritário, como Oliveira Vianna, Alberto Torres e Azevedo Amaral.

Boris Fausto explicita, de forma indireta, outro possível motivo para o ensino religioso retornar ao currículo das escolas brasileiras.

Desde os primeiros tempos do governo provisório, concretizou-se a aproximação pragmática entre o cético Getúlio e a Igreja católica. Do lado da Igreja, avultou a figura do cardeal Sebastião Leme, que antes de 1930 se destacara na formação de uma intelligentsia católica, oriunda da classe média alta, capaz de fazer ao anticlericalismo, ao ateísmo e à indiferença religiosa das elites republicanas. Getúlio percebeu a importância da Igreja como garantia simbólica da ordem e como instituição capaz de atrair setores que não estavam sob a sua influência; a Igreja, por sua vez, percebeu também que, apoiando o governo, poderia alcançar, ao menos em parte, os objetivos de sua missão pastoral (FAUSTO, 2006, p. 56).

Vargas se alia a Igreja Católica percebendo a possível oportunidade de ter ao seu lado uma instituição que arregimentava grande parte da população brasileira e que poderia se posicionar contra o seu amplo poder, além disso, o constante uso de elementos míticos no seu discurso iria se apoiar no misticismo religioso. Mediante a aliança Igreja-Estado, algumas vitórias, além do ensino religioso, serão conquistadas na Constituição de 1934, como “[...] os efeitos civis do casamento religioso; a proibição do divórcio; [...] o financiamento de escolas, seminários e hospitais mantidos pela Igreja” (FAUSTO, 2006, p. 56). Alguns marcos simbólicos foram realizados para selar e exibir essa união.

Marco simbólico da colaboração foi a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Corcovado, a 12 de outubro de 1931 – data do descobrimento da América. Getúlio e todo o ministério concentram-se na estreita plataforma da estátua, pairando sobre o Rio de Janeiro. Aí, o Cardeal Leme consagrou a nação ‘ao Coração Santíssimo de Jesus, reconhecendo-o para sempre seu Rei e Senhor’. A igreja levou a massa da população católica a apoiar o novo governo (FAUSTO, 2019, p. 332).

A ideia da importância da educação para Francisco Campos revela a orientação que dará à condução do Ministério da Educação, mesmo permanecendo pouco tempo no cargo, depois, no Estado Novo, quando assumir o Ministério da Justiça e como será a forma que irá influenciar as ações de Gustavo Capanema.

O ensino é [...] um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam. Ao mesmo tempo, prepara as novas gerações, pelo treinamento físico, para uma vida sã, e cuida ainda de dar-lhes as possibilidades de prover a essa vida com aptidões de trabalho, desenvolvidas pelo

ensino profissional, a que corresponde igualmente o propósito de expansão da economia (CAMPOS, 2001, p. 66).

A vinculação da moral cristã católica e da moral patriótica que se pretendeu construir nos alunos, só traria benefícios para o governo varguista, pois as ações requeridas pelo catolicismo suplementariam com as ações ora construídas e consideradas como perfeitas para formar o cidadão patriótico.

O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Conselho Nacional de Educação, cujas atribuições básicas constavam no artigo quinto:

- a) Colaborar com o Ministro na orientação e direção superior de ensino;
- b) Promover e estipular iniciativas em benefício da cultura nacional, e animar atividades privadas, que se proponham a colaborar com o estado em quaisquer domínios da educação;
- c) Sugerir providências tendentes a ampliar os recursos financeiros, concedidos pela União, pelos Estados ou pelos municípios à organização e ao desenvolvimento do ensino, em todos os seus ramos;
- d) Estudar e emitir parecer sobre assuntos de ordem administrativa e didática, referentes a qualquer instituto de ensino, que devem ser resolvidos pelo Ministro;
- e) Facilitar, na esfera de sua ação, a extensão universitária e promover o maior contato entre os institutos técnicos-científicos e o ambiente social;
- f) Firmar as diretrizes gerais do ensino primário, secundário, técnico e superior atendendo, acima de tudo, aos interesses da civilização e da cultura do país (BRASIL, 1931).

A organização do ensino superior no Brasil se deu mediante o Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, adotando o regime universitário. Estruturou-se o ensino secundário pelo Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931, cuja consideração ocorreu com o Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932. Para Otaíza Oliveira Romanelli é “[...] inegável que a reforma do ensino secundário foi uma verdadeira reforma, porquanto criou uma situação completamente nova para a escola secundária [...]” (ROMANELLI, 2010, p. 136). Até o momento não havia um sistema ou modelo para todo o país, assim, a reforma proposta por Campos “[...] teve o mérito de dar organicidade ao ensino secundário, estabelecendo definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, dois ciclos, um fundamental e outro complementar e a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior [...]” (ROMANELLI, 2010, p. 136).

Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que esclarecia as principais ideias em torno do ideal de escolanovismo presente no discurso da intelectualidade vinculado ao movimento, procurando “[...] a regeneração da sociedade brasileira e a transformação do país” (SOUZA, 2009, p. 169). A proposta pedagógica sobremaneira de cunho social, combina o “[...] projeto político e projeto educacional [...] (articulando) questões



pedagógicas (pertinentes à discussão sobre métodos e processos de ensino) e questões sociopolíticas, como a ordenação do trabalho, a construção da nacionalidade, a modernização da sociedade e a democratização do país” (SOUZA, 2009, p. 169).

Os escolanovistas - como ficaram conhecidos os intelectuais vinculados a essa corrente -, requeriam uma grande reforma na estrutura da educação brasileira começando no jardim de infância à Universidade como aponta Fernando de Azevedo, dando ênfase na formação da personalidade integral do aluno.

A partir da escola infantil (4 a 6 anos) à Universidade, com escala pela educação primária (7 a 12) e pela secundária (12 a 18 anos), a ‘continuação ininterrupta de esforços criadores’ deve levar à formação da personalidade integral do aluno e ao desenvolvimento de sua faculdade produtora e de seu poder criador, pela aplicação, na escola, para a aquisição ativa de conhecimentos, dos mesmos métodos (observação, pesquisa, e experiência), que segue o espírito maduro, nas investigações científicas. A escola secundária, unificada para se evitar o divórcio entre os trabalhadores manuais e intelectuais, terá uma sólida base comum de cultura geral (3 anos), para a posterior bifurcação (dos 15 aos 18), em seção de preponderância intelectual (com os 3 ciclos de humanidades modernas; ciências físicas e matemáticas; e ciências químicas e biológicas), e em seção de preferência manual, ramificada por sua vez, em ciclos, escolas ou cursos destinados à preparação às atividades profissionais, decorrentes da extração de matérias primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca) da elaboração das matérias primas (industriais e profissionais) e da distribuição dos produtos elaborados (transportes, comunicações e comércio (AZEVEDO, 1958, p. 71).

Lourenço Filho, outro membro do movimento, enfatiza que as atividades escolares e a metodologia pedagógica deveriam possuir um claro espírito de finalidade social.

Tudo quanto for aceito no programa escolar precisa ser realmente prático, capaz de influir sobre a existência social no sentido do aperfeiçoamento do homem. Ler, escrever e contar são simples meios; as bases da formação do carácter, a sua finalidade permanente e inflexível. De ponto de vista formal, isso significa a criação, no indivíduo, de hábitos e conhecimento, que influam diretamente no controle de tendências prejudiciais, que não podem ou não devem ser suffocadas de todo pelo automatismo psychico possível na infância. [...] à escola cabe, hoje, inilludivelmente, facilitar a orientação e selecção profissional [...] (AZEVEDO, 1960, p. 104).

Pertencente as teorias pedagógicas vinculadas ao liberalismo, a pedagogia nova exaltava a importância da formação profissional como elemento constitutivo para o avanço na nação e a preparação da mão de obra para as indústrias.

A phase da civilização que vivemos é industrial por excellencia. O trabalho é a força suprema de nossos dias. Toda escola deve ser, em certa maneira, uma escola-officina e todo alumno um operário-aprendiz – “Nem anaphabetos de letras, nem anaphabetos de officio”, repitamos. Por isso, á escola primaria compete não só desenvolver a habilidade manual dos escolares, como também, por meio de “tests” e outros meios apropriados, determinar-lhes, desde cedo, as vocações profissionaes (AZEVEDO, 1937, p. 30 apud SOUZA, 2009, p. 172).

Diante da grande proporção que o Manifesto dos Pioneiros tomou no Brasil, uma atmosfera de “otimismo pedagógico” foi reestabelecida, influenciando a importância dada à educação pela carta constitucional outorgada em 1934.

A Constituição Federal de 1934 apresenta uma preocupação com a educação, incluindo um capítulo específico sobre o tema, inaugurando assim, uma política nacional no âmbito da educação, inovador e desafiador num país com proporções continentais.

O termo educação aparece quinze vezes nessa carta, outorgando a competência exclusiva da União, no artigo 150, “[...] a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País” (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL, 1934). O referido documento, no artigo 138 incumbe, além da União, os Estados e os Municípios a estimulação da educação eugênica<sup>31</sup>, evidenciando as questões raciais presentes nos discursos ideológicos vigentes.

O ensino primário e o ensino religioso, como aponta Marinete dos Santos Silva (1980, p.20),

[...] passou a ser gratuito e de frequência obrigatória. A União e os municípios ficaram obrigados a aplicarem “nunca menos de 10% e, os Estados e o Distrito Federal nunca menos de 20% da renda resultante dos impostos na manutenção dos sistemas educativos”. O ensino religioso passou a ser de frequência facultativa e ministrado de acordo com a confissão religiosa dos pais ou responsáveis pelo aluno, constituindo-se matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

A obrigatoriedade do ensino primário não passou do plano constitucional, pois inúmeros foram os problemas encontrados pelas instituições escolares em fornecer a quantidade de vagas requeridas e a tentativa de obrigar os alunos para que, além de matriculados, frequentarem as atividades escolares, tendo em vista que muitos responsáveis preferiam utilizar a mão de obra dessas crianças a fim de aumentar a renda das famílias. O ensino religioso também se mostra problemático, pois era premente a postura da Igreja Católica, impossibilitando outrossim estruturação de um ensino religioso pautado nos ideais protestantes. A análise atenta dos decretos e dos currículos evidencia o difícil acesso da grande massa populacional ao ensino secundário, causando, o desfavorecimento do ensino primário.

---

<sup>31</sup> O conceito de eugenia surgirá em 1883 pelo antropólogo Francis Galton, o termo significa “bem nascido”, ou seja, era necessário realizar um estudo que permite-se o controle social para observar o que pode ser feito para melhorar ou empobrecer as qualidades físicas e mentais das futuras gerações, realizando assim um programa de reprodução seletiva, criando seres humanos seguindo certos parâmetros, como é realizado com as plantas e animais.

Ao se dispor de análise aos discursos de Vargas, pode-se aferir um contrassenso entre as palavras e a realidade, a julgar que o presidente tinha a convicção visível em suas palavras de que “[...] todo brasileiro poderia ser um homem admirável e um modelar cidadão” (HORTA, 2012, p. 129) e que isso aconteceria por meio da educação, pois “[...] o Brasil se transformaria em uma grande pátria somente quando tivesse educado o seu povo” (HORTA, 2012, p. 129).

A Constituição de 1934 empossou Getúlio Vargas como Presidente da República, em regime constitucional. Em seguida, nomeou Gustavo Capanema para dirigir a pasta da Educação e Saúde Pública, cargo que ocupará até a renúncia de Vargas, em 30 de outubro de 1945. Francisco Campos que ocupava o cargo de ministro da Educação e Saúde Pública até 1932, tornou-se consultor-geral da República, em novembro de 1933. No ano de 1935, o prefeito Pedro Ernesto pressionado pelas forças políticas conservadoras, designou Francisco Campos como secretário de Educação do Distrito Federal, em substituição a Anísio Teixeira.

Em conformidade ao artigo 150 da Constituição de 1934, Capanema, em 1936, inicia os primeiros passos para a organização do Plano Nacional de Educação, constituído de um conjunto de normas e princípios destinados a embasar o funcionamento de instituições escolares e extraescolares, públicas e privadas, em todo território nacional. “Era um documento extenso com 504 artigos ao longo de quase cem páginas de texto, e buscava consagrar uma série de princípios e opções educacionais” (SCHWARTZMAN; BOMENY. COSTA, 1984, p. 182).

O documento assegurava o ensino religioso facultativo nas escolas, sendo uma disciplina regulamentada tanto por uma autoridade da Igreja Católica quanto uma autoridade de ensino, afirmando assim a preponderância do domínio católico no ensino religioso. O professor deveria estar alinhado ideologicamente com a doutrina do Estado, não podendo realizar propagandas políticas, nem se manifestar contra a ordem pública e ferir os bons costumes (SCHWARTZMAN; BOMENY; COSTA, 1984). Pode-se afirmar que no processo de formação do homem novo estaria presente o culto à pátria e as premissas do catolicismo.

A disciplinarização como processo formativo era imprescindível em todos os níveis escolares. Então, segundo o Plano Nacional de Educação de 1937,

[...] a educação moral e cívica era objeto de regulamentação minuciosa. Ela deveria ser ministrada obrigatoriamente em todos os ramos do ensino, sendo que, no curso secundário, seria uma atribuição para o professor de história do Brasil. Ela deveria ser uma parte teórica, que trataria dos fins, da vontade, dos atos do homem, das leis naturais, das regras supremas e próximas da moralidade, das paixões e das virtudes, e uma parte prática que incluiria desde o estudo da vida de “grandes homens de virtudes heroicas” até o trabalho de assistência social, que ensinasse aos alunos “a prática efetiva do bem” (SCHWARTZMAN; BOMENY. COSTA, 1984, p. 183).

Diante das premissas da nova Constituição Federal o ensino primário deveria ser incentivado pelo Estado e padronizado, gerando assim o controle do desenvolvimento pedagógico. No que diz respeito à educação extraescolar, o ministro vê a possibilidade do uso de instrumentos ainda não utilizados para a prática educativa, como, por exemplo, o rádio e o cinema.

O papel da educação física e da educação moral mereceram destaque no discurso de Gustavo Capanema na reunião do Conselho Nacional de Educação realizada em 1936, novamente colocando foco sob o papel do professor na construção da consciência nacional.

O professor foi sempre um ser privilegiado. É que é dele, sobretudo dele, que depende a boa ou a má educação. Dele poderá vir para os homens e para as ações o maior bem ou maior mal, porque é nas suas mãos que se coloca o grave ofício de afeiçoar e preparar o espírito da juventude. Para ter ideia do quanto pode fazer um professor, lembraremos a grande revolução que Sócrates, ensinando, fez em Atenas, mas lembremos sobretudo outra revolução, esta muitas vezes maior, que fizeram aqueles doze homens, na verdade doze professores, a quem Jesus Cristo mandou que fossem não para contar, negociar, ou guerrear, mas precisamente para ensinar: *Euntes ergo, docete omnes gentes*. Tal a magia do ensino. Tal o poder do professor. Pode-se dizer, portanto, rigorosamente, que uma nação será aquilo que dela fizerem os seus professores (HORTA, 2010, p. 23).

A influência do cristianismo católico estava presente na idealização do papel do professor, mediante a concepção de que o docente tem uma “missão mística” de construção do espírito das futuras gerações de cidadãos que trabalhariam para a construção da nação brasileira, se assemelhando ao apostolado dos seguidores de Jesus Cristo.

Em maio de 1937, encaminhou-se a proposta do Plano Nacional de Educação para aprovação da comissão especial da Câmara de Deputados tornando lenta a tramitação do projeto. Raul Jobim Bittencourt, médico e político, fazia parte da comissão que analisou o plano e em seu parecer podemos observar um alerta para o conteúdo utópico,

[...] a precisão, o detalhe, as inovações que o plano pretendia introduzir em todos os níveis da educação nacional eram utópicos em pelo menos dois sentidos. Primeiro, pela crença de que seria possível definir pela via educacional o conteúdo de profissões e atividades sociais de todo o tipo que dependiam, de fato, do mercado de trabalho existente, de práticas profissionais estabelecidas e de uma série de outros fatores que a escola, por si mesma, não poderia jamais atingir. O plano, no entanto, pretendia resolver não só as questões de ensino, como também as de ordem social, econômica, política e moral do país. Segundo, a crença no poder das leis e da máquina burocrática em levar à gente um projeto destas dimensões, sem considerar, novamente, a complexidade do país e as limitações inevitáveis da autoridade legal (SCHWARTZMAN; BOMENY. COSTA, 1984, p. 188).

Getúlio Vargas instaura o regime ditatorial, o Estado Novo, em 10 de novembro de 1937, fechando o Congresso, dessa forma o Plano Nacional de Educação, isento de um parecer favorável ou de reprovação, permaneceu esquecido pelos membros do governo. No período

estadonovista, o Ministro ficou livre para atuar da forma que desejasse, permitindo a aprovação de Decretos-leis alinhados com a doutrina ideológica varguista.

Capanema mantinha uma relação saudável com inúmeros intelectuais, agregando consigo e com o ministério Carlos Drummond de Andrade, que se tornou assessor-chefe em seu gabinete, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Cândido Portinari, Heitor Villa-Lobos, Cecília Meireles, Vinícius de Moraes, Afonso Arinos de Melo Franco, Lúcio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade (BOMENY, 2001). Destarte, possibilitou ao ministro caminhar entre diversas ideologias, motivando seus biógrafos caracterizar tal procedimento como significativa particularidade dentro as suas funções.

Para Sérgio Miceli (1979), a relação de Capanema com os intelectuais pode ser descrita como uma relação de “cooptação” por parte do ministro, devido às relações sociais e as possibilidades de carreira que se apresentavam com a instauração do Estado Novo.

Os escritores participantes do movimento modernista em São Paulo foram beneficiados pelo mecenato burguês exercido diretamente por famílias abastadas e cultas, ao passo que os intelectuais cooptados para o serviço público acabavam se filiando às “panelas” comandadas pelos dirigentes da elite burocrática (MICELI, 1979, p. 16).

Os serviços prestados por meio de uma produção intelectual nacionalista, seria o atendimento dos anseios da coletividade, e não de qualquer grupo de dirigentes (MICELI, 1979, p. 159).

Daniel Pecaute (1990), em contrapartida, “[...] compreendeu essas relações dos intelectuais com o Estado como uma “missão” do modernismo no qual esses intelectuais estariam investindo seu trabalho em prol de um bem maior, a modernização da nação, e não motivados por interesses próprios” (ALAMINO, 2014, p. 151).

Ao analisar as correspondências trocadas entre Capanema e outros intelectuais e políticos, Ângela de Castro Gomes (2000, p. 27) observa uma assiduidade com “Alceu Amoroso Lima (149), Abgar de Castro Araújo Renault (107), Mário Casassanta (98), Luís Simões Lopes (71), Dario de Almeida Magalhães (61), Gilberto de Melo Freire (52) e Carlos Drummond de Andrade (51)”. Aparecem também outros nomes vinculados à educação com trocas regulares de correspondência, entre eles, Manuel B. Lourenço Filho (27) e Fernando de Azevedo (15). Muitas delas expõem o desejo e a insistência da permanência de certos intelectuais em sua equipe.

[...] Capanema conseguiu produzir entre os intelectuais, mas não apenas entre eles, a imagem de um espaço distinto do restante do aparelho de Estado, este sim mais

identificado com a opressão física e simbólica de um regime autoritário. O território de Capanema era (...) arejado em sua heterogeneidade e ousadia de ideias, era como o edifício que se inaugurava em 1945: surpreendentemente inovador no ambiente que o abrigava (GOMES, 2000, p. 14).

No que tange as correspondências de Capanema, Gomes (2000, p. 44) em sua conclusão afirma que “[...] a imagem de Capanema que emerge das cartas é a de um político que não quer abandonar a identidade de intelectual, mantendo-se como um conhecedor e apreciador das artes e um leitor assíduo e preocupado com publicações literárias e pedagógicas”. Com isso, o perfil político-intelectual de Capanema nos possibilita compreender a sua preocupação para com a educação, sua pretensão de formar o cidadão novo para o Estado Novo e a elite que irá conduzir o progresso do país.

Um movimento exemplificador do caráter intelectual de Capanema foi a tentativa de implantação do termo cultura no nome do Ministério da Educação e Saúde Pública, argumentando que

[...] a nova denominação proposta para o Ministério não é inteiramente de minha inspiração, Ronald de Carvalho e eu mais de uma vez conversamos sobre a conveniência de se dar nova denominação ao Ministério. Certo dia, aventei a palavra cultura, pois o objetivo desta é justamente a valorização do homem, de maneira integral [...] Ronald achou feliz a ideia e propôs que se dissesse “cultura nacional”. A sugestão de nosso malgrado amigo<sup>32</sup> me pareceu de grande alcance. Observa-se, hoje em dia, certa tendência para se dar ao aparelho de direção das atividades relativas ao preparo do homem este qualificativo de “nacional”, como que para significar que é para o serviço da nação que o homem deve ser preparado (HORTA, 2010, p. 21).

O ministro não teve êxito na inclusão do referido termo ao nome da sua pasta, o que possibilitaria um controle maior nos meios culturais e na educação extraescolar, por conta disso, encaminha ao presidente “[...] projeto de decreto-lei criando, no Ministério da Educação, um Conselho Nacional de Cultura, composto de quatro câmaras: câmara de ciência pura e aplicada, câmara de literatura, câmara de arte e história e câmara de música e teatro” (HORTA, 2010, p. 21). O Decreto-lei nº 526, de 1 de julho de 1938, cria o Conselho Nacional de Cultura,

[...] órgão de coordenação de todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde ou sob o seu controle ou influência. De acordo com o decreto, o desenvolvimento cultural abrangia um amplo leque de atividades: a) a produção filosófica, científica e literária; b) o cultivo das artes; c) a conservação do patrimônio cultural (patrimônio histórico, artístico, documentário, bibliográfico etc.); d) o intercâmbio intelectual; e) a difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema etc.); f) a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias; g) a educação cívica através de toda sorte de demonstração coletivas; h) a educação física (ginástica e esportes); i) recreação intelectual e coletiva (HORTA, 2010, p. 21-22).

---

<sup>32</sup> Um acidente automotivo tirou a vida de Ronald de Carvalho, no dia 15 de fevereiro de 1935, no Rio de Janeiro. Era secretário da Presidência da República.

As fontes indicam que o Conselho Nacional de Cultura foi aprovado, porém nunca foi instalado, o que não impossibilitou a estruturação, o desenvolvimento e o fortalecimento das ações do Ministério da Educação junto a produção da radiodifusão educativa, do cinejornal, da intensa produção literária, com livros didáticos e biografias infantis de Getúlio Vargas, da organização e execução de comemorações cívicas com a presença maciça da comunidade escolar.

O Instituto Nacional do Livro também foi uma realização do ministro Capanema que possibilitou a criação e manutenção de bibliotecas em várias regiões do país, como também incentivou a publicação de obras históricas raras, como o próprio ministro apresenta em relatório datado de 1946.

Com relação a publicação de obras raras e preciosas, foi notável o trabalho do Ministério da Educação e Saúde. Os Autos da Devassa da Inconfidência Mineira, em 7 volumes. O Brasil Holandês, sob o Conde João Maurício de Nassau, tradução do Livro celebre de Gaspar Barléu, a História da República Jesuítica do Paraguai, pelo cônego João Pedro Gay, a Demanda do Santo Graal, em três volumes, a Corografia Brasília, de Aires do Casal [...] (RELATÓRIO..., 1946, p. 13).

A elite intelectual em consonância com o nacionalismo trazia ao público leitor as raízes culturais brasileiras, visto ser necessário valorizar o patrimônio histórico brasileiro, também utilizado na construção simbólica de uma pátria unida, com isso a Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico, ocorre por meio do Decreto-Lei nº 14, de 30 de novembro de 1937.

O Ministro utilizando da possibilidade de amplos poderes no campo educacional, edita leis orgânicas a partir de 1942, possuindo a ajuda do pensador católico Alceu Amoroso Lima, possuindo as seguintes diretrizes:

- a) seleção do professorado e das administrações em todo o País;
- b) seleção de um conjunto o de princípios fundamentais da educação no Brasil;
- c) fundação de institutos superiores na base dessa seleção e orientação;
- d) publicação de uma grande revista nacional de educação na base destes princípios, com boa colaboração, etc; e rigorosa exclusão do ecletismo pedagógico e muito menos do bolchevismo etc;
- e) publicação de pequenas ou grandes doutrinas antimarxistas e de documentação antisoviética;
- f) idem de obras sadias, na base dos princípios de educação no Brasil;
- g) defesa das Humanidades clássicas, latim e grego e suas incorporações no plano nacional de educação;
- h) idem de filosofia sã;
- i) convocação de uma Convenção Nacional das Sociedades de educação para os fins de h (sic), mas com as bases principais já previamente assentadas;

- j) atenção muito particular como espírito ainda dominante em certos meios pedagógicos, particularmente em São Paulo;
- l) entendimento com os estados para uma uniformidade na orientação educativa;
- m) elaboração do Plano Nacional de Educação nessas bases;
- n) escolha dos futuros membros do Conselho Nacional de Educação tendo em vista este objetivo;
- o) elaboração dos programas para os cursos e complementares;
- p) facilitadores do ensino religioso em todo o país;
- q) idem para a fundação da faculdade católica de teologia nas Universidades;
- r) idem para a realização de congressos católicos de educação nos vários estados e em geral para os trabalhos sociais da Ação Católica Brasileira;
- s) idem para a Universidade Católica do Rio de Janeiro;
- t) entrega a uma orientação segura e uniforme e à direção dos católicos da Escola de Serviço Social (SCHWARTZMAN; BOMENY. COSTA, 1984, p. 189-190).

Através dessas diretrizes percebe-se a forte influência do catolicismo e da participação da Igreja junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública, além da pretensa uniformidade das práticas pedagógicas, como também a preocupação com o processo de nacionalização do ensino nos núcleos regionais de formação estrangeira.

Em consonância com o simbolismo do “corpo forte” e disciplinado criou-se em 1939, a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, na Universidade do Brasil; de cujas finalidades apresentava:

- a) Formar pessoal técnico em educação física e desportos;
- b) Imprimir ao ensino de educação física e dos desportos, em todo o país, unidade teórica e prática;
- c) Difundir, de modo geral, conhecimentos relativos à educação física e aos desportos;
- d) Realizar pesquisas sobre a educação física e os desportos, indicando os métodos mais adequados à sua prática no país (HORTA, 2010, p. 29).

A iniciativa do ensino da disciplina de Educação Física teve presença do Exército desde a década de 1920, requerindo diversas vezes o comando curricular dela. Em 1939, por solicitação de Gustavo Capanema, “[...] os militares participaram ativamente na organização desta escola e assumiram a sua direção, procurando orientá-la de acordo com o modelo da Escola de Educação Física do Exército” (HORTA, 2010, p. 30). Com o início da obrigatoriedade do diploma de licenciado para aqueles que desejassem exercer a função de educador físico, percebe-se a extensa influência do Exército junto a essa disciplina.

O ministro da Guerra, em 1941, estrutura a argumentação de que a educação física deve ser “[...] instrumento de revigoração físico da raça e de preparação física do futuro soldado”



além de “valorizar também a função do professor e do instrutor de educação física no processo de disciplinamento do povo” (HORTA, 2010, p. 31).

Capanema irá se debruçar sob a estruturação da lei orgânica para o ensino primário que viria ser sancionada em 1946, cujo momento não ocupava mais o cargo de ministro da Educação e Saúde Pública. Porém, as iniciativas no campo do ensino primário não ficaram restritas apenas ao campo legislativo.

No ano de 1938, através do Decreto-Lei nº 868, de 18 de novembro, criou-se a Comissão Nacional do Ensino Primário (CNEP). Capanema priorizou o ensino primário como um dos mais importantes problemas do governo e, com isso, desejou a estruturação de mecanismos para conter e reverter o analfabetismo, além de construir um sentimento patriótico nas crianças; desse modo, a fim de mostrar a importância desse tema elabora uma Exposição de Motivos, que será enviada a Getúlio Vargas.

Para remediar tais males, só uma solução se oferece: é a intervenção do governo federal. Esta intervenção não significará, em nenhuma hipótese, que o governo federal entre a dirigir as escolas primárias do país. A administração do ensino primário é tarefa que não deve ser arredada das atribuições estaduais e municipais. O papel da União será outro. Cumprir-lhe-á, por um lado, traçar, em lei federal, as diretrizes fundamentais do ensino primário, e, por outro lado, cooperar financeiramente, com os governos estaduais e municipais, na medida das necessidades de cada qual, a fim de que, em período o mais curto possível, se liquide o analfabetismo em todo o território nacional, se nacionalize integralmente a escola primária dos núcleos de população de origem estrangeira e se eleve, obedecido os padrões próprios e cada nível cultural do país, a qualidade da nossa escola primária (HORTA, 2010, p. 32).

A Comissão Nacional do Ensino Primário trabalhou arduamente em torno dos temas que influenciavam esse grau de ensino, contando com a participação de Capanema em muitas das reuniões. A Comissão, sob influência do Ministro da Educação, se debruçará em torno de três questões centrais: a nacionalização das escolas primárias em núcleos estrangeiros, tida como um grande problema na disseminação ideológica contrária ao nacionalismo brasileiro, além da desobediência para com o líder da nação.

Para realizar a nacionalização dessas escolas era necessário ter “a) professor brasileiro; b) professor formado em escola brasileira; c) programa nacional, elaborado pelo governo brasileiro; d) livros, em língua nacional, com sentido exclusivamente brasileiro” (HORTA, 2010, p. 33). Outra questão presente na preocupação de Capanema era a elaboração do anteprojeto de lei de organização nacional do ensino primário, que irá caminhar vagarosamente.

A preocupação com a continuidade do alto nível de analfabetismo no Brasil será o segundo ponto de preocupação da Comissão. Vargas em suas diversas falas salientou a

necessidade da alfabetização das crianças, como também a importância de os adultos serem alfabetizados para que o ideal de nação fosse fortalecido em cada indivíduo. Maria Helena Rolim Capelato evidencia o pensamento de Vargas: “Com os instrumentos próprios de educação extraescolar, hoje tão diferentes – cinema, teatro, desportos -, será possível levar a todas as populações do Brasil o culto da Pátria e das suas tradições gloriosas” (CAPELATO, 2009, p. 230).

A referida autora também traz, em sua obra, um trecho do livreto *O Brasil é bom* em cuja lição número 9 tratava sobre o tema da educação ao dizer que:

O menino para ser um bom brasileiro deve também saber ler. Um homem sem instrução é um infeliz, porque não possui habilitação capaz para o exercício de muitas profissões vantajosas e sofre constantemente com a sua própria ignorância. Por isso o governo não quer que haja brasileiros que não saibam ler. Por que o governo não quer? Porque o governo é amigo dos brasileiros e não gosta da ignorância...

A formação e disciplinamento do corpo docente do ensino primário também se tornou pauta central no terceiro ponto de preocupação de Capanema na CNEP, dada ao papel político e místico dos professores, que deveriam receber respaldo formativo do estado, sendo papel deste a “preparação dos professores, essencialmente através de uma “educação política” capaz de criar nos mesmos uma “mentalidade” que os levasse a orientar a sua ação sobre os alunos no sentido de discipliná-los, subordiná-los e enquadrá-los no pensamento do estado” (HORTA, 2010, p. 35). Com isso, entende-se que o desejo do ministro da Educação não era apenas disciplinar o corpo docente, como também o corpo discente, que poderiam estar vinculados a ideia contrária ao regime ditatorial do Estado Novo.

Diante do quadro da quantidade de matrículas, percebe-se um aumento considerável de alunos no nível primário:

Tabela 1 – Ensino de nível primário de 1920 a 1950

Anos	População de 5 a 19 anos	Matrícula
1920	12.703.077	1.033.421*
1940	15.530.819	3.068.269
1950	18.826.409	4.366.792

Elaborado por Diego Tadeu de Oliveira Rocha adaptado de Romanelli (2010, p. 68)

\*Valor Estimado

Entende-se que o aumento em média é de 37% na quantidade de matrícula, porém, ainda o número de crianças fora das escolas primárias é muito grande. No ano de 1940, cerca de 81% da população em idade escolar não estava matriculada nas instituições.

Com a instauração do Estado Novo, o papel de construção do sentimento cívico e patriótico da educação fica ainda mais latente; nesse sentido, a educação primária deveria ter como foco a construção em todas as disciplinas do sentimento de pertencimento à nação e conseqüentemente de amor à pátria. O Plano Nacional de Educação, definido segundo o pensamento de Capanema e do governo Vargas, afirma que,

[...] a educação nacional era definida como tendo por objetivo “formar o homem completo, útil à vida social. Pelo preparo e aperfeiçoamento de suas faculdades morais e intelectuais e atividades físicas”, sendo tarefa precípua da família e dos públicos. A transmissão de conhecimento seria sua tarefa imediata, mas nem de longe a mais importante. Fazia ainda parte dos princípios gerais a definição do que se devia entender por “espírito brasileiro” (“orientação baseada nas tradições cristãs e históricas da pátria”) e “consciência da solidariedade humana” (“prática da justiça e da fraternidade entre pessoas e classes sociais, bem como nas relações internacionais”) termos que a Constituição utilizava para caracterizar os objetivos gerais da educação nacional [...] (SCHWARTZMAN; BOMENY. COSTA, 1984, p. 182-183).

Capanema tinha consciência de que a construção do sentimento patriótico incutido nas crianças e nos jovens não deveria ficar apenas restrito aos “muros” das instituições escolares, haja vista o amplo número de alunos não matriculados.

Sendo assim, reuniu esforços voltados para a construção de métodos extraescolares, entre eles, como já citado, a rádio educativa, com a aquisição de estações de radiodifusão, a preocupação da filmagem de eventos políticos realizados com a presença de Vargas, para a elaboração de cinejornais e filmes educativos, os eventos cívicos, com a presença da comunidade escolar, a utilização dos esportes e o canto orfeônico.

O sentimento e a consciência patriótica estavam alinhados a outra questão que permeava a política varguista, a legitimação do governo ditatorial. Além disso, já se vinha tentando a consolidação da Revolução de 1930, construindo nas massas a figura paterna de Vargas, como aquele que governa para o bem da nação e de seus cidadãos, sendo conhecido, por conta das leis trabalhistas, como “pai dos pobres”. Essa construção do mito Getúlio Vargas vinha ganhando força durante todo o governo provisório, e foi utilizado em maior proporção e ressonância durante o Estado Novo.

### **2.3 Inculturação patriótica no ensino de História, na cartilha cívica, no canto coletivo, nas ondas dos rádios e nas telas dos cinemas**

Peter McLaren afirma que os espaços escolares “servem como ricos repositórios de sistemas rituais; que os rituais representam um papel crucial e erradicável no conjunto da existência do estudante; e que as dimensões variadas do processo ritualístico são intrínsecas aos

eventos e transações (...) da cultura da escola” (McLAREN, 1986, p. 29). O uso das disciplinas escolares, a importância dada à disciplina de História, de Educação Moral e Cívica e Educação Física, a mudança do calendário cívico, a uniformização das práticas pedagógicas, a inclusão simbólica da pátria e do líder da nação, a execução dos hinos pátrios, as comemorações cívicas interna e externamente ao prédio escolar, contribuem com a formação ideológica construída no governo de Getúlio Vargas.

O ensino de História como formador da alma cívica e patriótica, a Educação Moral e Cívica como elemento de ordenamento e disciplinarização do cidadão e a disciplina de Educação Física como geradora e formadora do corpo sadio e disciplinado, constituíram-se pontos de atenção dos intelectuais vinculados ao governo e das reformas educacionais desde o governo provisório de Getúlio Vargas até a sua renúncia em 1945.

A História como disciplina escolar autônoma “[...] surgiu no século XIX, na França, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição das nações modernas, sendo marcada por “duas imagens gêmeas” [...] a genealogia da nação e o “estado da mudança, daquilo que é subversivo [...] campo privilegiado em relação àquilo que permanece estável” (NADAI, 1993, p. 144). Com o positivismo a História assume a posição de pedagogia central do cidadão,

[...] constitui ao mesmo tempo uma imagem privilegiada (mas não única) do progresso da humanidade e uma matéria que deve ser estudada, um patrimônio de textos, de fontes, de monumentos que permitem a reconstituição exata do passado. É na confluência dessas duas ideias que se instala a ‘revolução’ positivista: dá-lhes, as duas, a benção da ciência. A história dali em diante já tem o seu campo e o seu método. Torna-se, sob os dois aspectos, a pedagogia central do cidadão” (FURET, s/d, p. 135).

Durante o período ocorrido entre 1930 e 1945 a organização do currículo do ensino primário ainda estava sob a égide estadual, a intervenção federal somente irá ocorrer com o Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

No que diz respeito a disciplina de História, no Relatório apresentado ao Secretário do Interior em 1917, Oscar Thompson, definiu como função do ensino de História na escola primária:

A nossa história, passada e presente, quer estudada em tempos de paz quer nos tempos de guerra, é um constante desenvolver de acontecimentos exponenciais da nossa força e da nossa capacidade para o trabalho e para empreendimentos de ordem material e intelectual. No estudo dela, impõe-se-nos salientar os esforços de nossos homens eminentes, a começar por José Bonifácio de Andrada e Silva – o Patriarca – cuja vida pública e privada constituiria o orgulho do povo mais exigente (BITTENCOURT, 1990, p. 95).

No Estado de São Paulo<sup>33</sup>, o general interventor Waldomiro Castilho de Oliveira decreta a organização da educação do estado estruturado por Fernando de Azevedo, mediante o Decreto-Lei nº 5.884, de 21 de abril de 1933, que estabelece o ensino primário para criança com mais de 7 anos de idade, no qual as escolas isoladas teriam um curso de três anos, enquanto os grupos escolares teriam um curso de quatro anos. Seria incluso um quinto ano de caráter pré-vocacional destinado aos alunos que, tendo concluído o quarto ano dos grupos escolares, com a idade máxima de 14 anos, desejassem seguir uma profissão ligada a indústria, ao comércio e a agricultura.

As disciplinas que abrangiam o ensino primário, segundo o Artigo 237 do decreto eram: “Leitura, Linguagem oral e escrita, aritmética e Geometria, Geografia, História do Brasil e Instrução Cívica, Ciências Físicas e Naturais, trabalhos manuais, desenho caligrafia, canto e ginástica” (SÃO PAULO, 1933). Focou-se o ensino de História na disciplina História do Brasil em conjunto com a Instrução Cívica, enquanto no ensino secundário, além dessas duas disciplinas, foi introduzido História Geral, História da Civilização e História Natural.

Os docentes deveriam inculcar nas crianças o sentimento patriótico, compreendendo que o Brasil é uma grande nação, formada por grandes homens e esse conjunto de características deveriam organizar a vida desses cidadãos em formação. O decreto não esquematiza qual seria a distribuição das disciplinas durante os anos em que a criança percorria o ensino primário nas escolas isoladas ou grupos escolares.

Segundo Kátia Maria Abud (2011, p. 168), a História do Brasil, no ensino secundário, permanecia unida à História Universal desde 1899, como componente curricular na disciplina de “História da Civilização”, na qual se somava aos conteúdos de História Geral e História da América, voltando-se para a criação de uma sociedade brasileira “civilizada” e observando seu passado com altivez.

Dois modelos eram utilizados no ensino de História da educação primária,

[...] nação e povo funcionavam como arquétipos ou como entes simbólicos saturados de sentido que se materializam em casos particulares, tidos como expressões dos símbolos gerais. Encontramos o índio, o negro, o sertanejo, o operário, o camponês, a verde mata, os verdes mares, o céu de anil, a rudeza, a bravura, a não violência, a credence, a indolência, a floresta, a cidade, a fábrica, a usina, o sindicato, a revolução, o patrão, a burguesia, o estrangeiro (CHAUÍ, 1984, p. 48).

---

<sup>33</sup> Realizou-se a análise apenas do decreto-lei do Estado de São Paulo, haja vista Angatuba cidade em estudo estar localizada neste Estado, além de que, seria um esforço hercúleo analisar os decretos de outros estados brasileiros.

Segundo o artigo 225 do Decreto-Lei nº 5.884, de 1933, para o Estado de São Paulo, que vimos analisando, são os seguintes os objetivos da escola primária:

A escola primária, de espírito acentuadamente brasileiro, baseado em regime de vida social e de trabalho em cooperação, será organizado de maneira que possa:

- a) servir às necessidades peculiares do meio imediato e do grupo social a que pertence, e em que se deve integrar;
- b) dar satisfação as tendências da criança;
- c) desenvolver o sentimento de responsabilidade individual e de trabalho, de solidariedade e de cooperação;
- d) dar aos alunos educação integral, em que tenham preponderância, sobre a aquisição de conhecimentos de pura memória, a formação intelectual, moral e cívica;
- e) criar ambiente sadio em torno da criança, conduzindo-a, pela educação física racional e pela formação de hábitos higiênicos, a plenitude de seu desenvolvimento corporal.
- f) contribuir para que se descubra as aptidões naturais da criança e, com o auxílio de instituições adequadas, orientá-la para a profissão que mais lhe convenha;
- g) favorecer não somente os bem-dotados, mas ainda os débeis e anormais, assegurando-lhes em meio propício, a educação conforme com suas aspirações e possibilidades (SÃO PAULO, 1933).

O referido decreto encontra-se em ressonância com o discurso ideológico construído nesse período, principalmente ao evidenciar a preocupação com o “espírito acentuadamente brasileiro”, ou seja, a preocupação nacionalista em efervescência. Além desse fato, as disciplinas Educação Moral e Cívica e a Educação Física estiveram presentes no currículo como as de importância nuclear no desenvolvimento do ensino primário.

Capanema, vinculando aos ideais reinantes no regime do Estado Novo, diferenciou os conceitos de “sentimento patriótico” e “consciência patriótica” e coube-lhe tornar obrigatório o desenvolvimento no ensino primário do sentimento de pertencimento e amor à Pátria.

O ensino primário deve dar os elementos essenciais da educação patriótica. Nele, o patriotismo, esclarecido pelo conhecimento elementar do passado e do presente do país, deverá ser formado como um sentimento vigoroso, como um alto fervor, como amor e devoção, como sentimento de indissolúvel apego e indefectível fidelidade para com a pátria (HORTA, 2010, p. 58).

Em contrapartida, a formação da “consciência nacional” englobaria as finalidades específicas do ensino secundário, de cujo grau de ensino destinava-se,

[...] à preparação das individualidades condutoras, isto é, dos homens que deverão assumir as responsabilidades maiores dentro da sociedade e da nação, dos homens portadores das concepções e atitudes espirituais que é preciso infundir nas massas, que é preciso tornar habituais entre o povo (HORTA, 2010, p. 59).

O Decreto nº 2.944, de 8 de agosto de 1918, estabeleceu os programas de ensino, publicados como Anexos no Anuário de 1918; cujos programas de ensino de História de 1918

e 1934 são semelhantes. Sendo assim, utilizou-se a descrição elaborada por Circe Bittencourt (1990), de modo a elucidar-se sobre a divisão por ano e os conteúdos trabalhados.

O primeiro ano é o momento em que muitos alunos estariam tendo o primeiro contato com a disciplina de História, objetivando “[...] conhecer a Pátria, por descrições que garantissem o despertar no espírito das crianças o interesse e o sentimento de entusiasmo pela Pátria” (BITTENCOURT, 1990, p. 132). O conteúdo programático da disciplina exigia o estudo dos grandes vultos da história brasileira, aliado à imagem da pátria, para que se construísse a identidade nacional. As figuras dos heróis eram amplamente divulgadas e estudadas tanto nas aulas de História, como, posteriormente, na disciplina de Educação Moral e Cívica, cujo processo levariam os alunos a incorporarem os valores patrióticos, bem como, angariar exemplos para se tornarem bons cidadãos.

No segundo ano “[...] repetiam-se historietas, narradas pelo professor, encerrando fatos de patriotismo, heroísmo, abnegação” (BITTENCOURT, 1990, p. 132). A história regional era introduzida, numa forma de trabalhar o mais próximo dos alunos, avançando, posteriormente, para o mais distante, propondo-se com isso o estudo da “fundação de São Paulo”, além do estudo da história da localidade em que a escola estava inserida. O terceiro ano, segundo o programa de 1918, introduzia o estudo político do Brasil, porém, com a temporalidade histórica inversa, partindo da Proclamação da República e chegando à independência.

No quarto ano obtinha-se uma visão mais ampla e aprofundada da História do Brasil, e no conteúdo programático estruturado para o ano de 1934 introduziram-se aspectos da Educação Moral e Cívica, como observou Bittencourt (1990, p. 133):

O descobrimento da América e do Brasil. Início de sua colonização. Os indígenas, os africanos e os europeus. A ação dos jesuítas. Os governos gerais. As invasões estrangeiras. As bandeiras e as minas. As lutas internas: emboabas, mascates e palmares. Aspirações à independência. Tiradentes. A transmigração da família real para o Brasil e suas consequências. O grito da Ipiranga e o governo de D. Pedro I. As regências. O reinado de D. Pedro II. As guerras externas. A abolição da escravatura. A Proclamação da República. Estudo sucinto do período republicano. Vantagens de nossa forma de governo. O voto e a sua importância. As atribuições dos poderes do Estado. As forças armadas: o exército, a marinha e a polícia. O serviço militar. O júri e o dever dos jurados. A necessidade dos impostos. Os direitos e deveres do cidadão brasileiro. A Bandeira Brasileira e o Hino Nacional.

Ao estruturar-se a disciplina dessa forma pretendia-se capacitar a constituição do “cidadão brasileiro”, introduzindo nesses alunos o sentimento patriótico, além do fato de que, os dirigentes do ensino perceberam que a trilha do aprendizado, começando por conhecer a História da Nação, possibilitaria no último ano do ensino primário a Educação Moral e Cívica.

O cenário educacional era “perverso”, considerando que muitos alunos apresentavam inúmeras dificuldades ao frequentar a escola, conseqüentemente de concluir o ensino primário, corroborando para a custosa formação. Destarte, o “sentimento patriótico” deveria ser trabalhado desde os primórdios da formação educacional institucionalizada, possibilitando assim que essa criança finalizasse o ensino primário com o mínimo de patriotismo enraizado em sua mentalidade, ocorrendo a possibilidade de ser mais facilmente manipulado pelos discursos governistas.

O ensino secundário continuava a ser o grau de ensino quase que exclusivo aos filhos da elite, tendo em conta a inexistência de escola secundárias em muitas cidades, sendo assim, as dificuldades enfrentadas ao cursar o ensino primário, aqui eram acrescidas muitas vezes. Por esse motivo, a estruturação da “consciência patriótica” era voltada para a formação da mentalidade das elites que iriam governar o país no futuro.

A organização da disciplina de História no ensino secundário realizada por Francisco Campos e Gustavo Capanema, como Ministro da Educação e Saúde Pública, refletia na educação primária que se notabilizava pela uniformização do ensino; seguida daqueles que estavam no comando nos níveis de ensino estaduais e aspiravam auxiliar na construção da identidade nacional e do “sentimento patriótico”. Diante disso, Circe Bittencourt (1990, p. 27) argumenta que,

A História e as demais disciplinas escolares integraram projetos educacionais moldados na uniformização de uma cultura escolar. A questão da educação associada à nacionalização permeou toda a série de reformas de ensino e a construção dos programas das diversas disciplinas curriculares. Acentuou-se, no decorrer do período estudado, a questão da unidade nacional, culminando em 1939 com a concepção de educação como um dos instrumentos básicos da segurança nacional.

O ensino de História tornou-se reconhecido nos processos reformistas como o principal instrumento de construção da consciência histórica e formação política dos discentes, mostrando-se capaz de articular o passado com as orientações do presente e determinar os modos de agir e pensar da sociedade (ABUD, 2016).

A Reforma Francisco Campos, ainda durante o governo provisório, eleva o ensino de História como a disciplina mais eficaz para a construção e formação da consciência nacional.

Francisco Campos e vários legisladores atuantes no contexto do governo varguista recolheram que, apesar de todas as disciplinas escolares voltarem-se à formação da consciência social do alunado brasileiro, era nos estudos de História que mais eficazmente se realizaria a “educação política” da população, baseada, por sua vez, na necessidade da ordem coletiva e no conhecimento das origens, dos caracteres e da estrutura das instituições políticas e administrativas então vigentes (ALVES; COELHO, 2019, p. 281).



O papel de predomínio na construção da consciência política concedido a disciplina de História deveria incorporar-se, também nas outras disciplinas do currículo, mesmo que dentro dos seus limites científicos. Conclui-se, outrossim, que a disciplina de História deveria ser estruturada como aliada da construção doutrinária e ideológica do governo varguista.

A memória nacional a ser transmitida pela escola, dentro da política educacional que se elaborava, deveria ser única e coesa. A História como legitimadora “da tradição nacional, da cultura, das crenças, da arte, do território” possuía uma tarefa que não poderia ser cumprida apenas pelo professor de História nos ginásios ou pelo professor primário. A História era conteúdo que estava incluído em outras disciplinas, em outras atividades escolares [...] (BITTENCOURT, 1990, p. 27-28).

Sucedia que o docente de História deveria assumir a posição de “imparcialidade”, pois determinava-se que o conhecimento a ser transmitido seria de forma “descompromissada”, limitando-se a transmissão do conteúdo embutido na cartilha ou no livro didático, privando-se de emitir qualquer juízo de valor, como também usar as técnicas pedagógicas mais avançadas possíveis.

O “espírito acentuadamente brasileiro” presente na Reforma Francisco Campos de 1931, deveria ser conservado pelo corpo docente, visando reprimir qualquer tentativa ideológica vinculada ao comunismo, ao socialismo, ao marxismo ou outra forma de pensamento contrária ao nacionalismo varguista.

As instruções metodológicas enviadas para os professores secundários no ano de 1931 expõem o que a eles era devido executar,

[...] ao professor compete estimular nos alunos os dons da observação, despertar-lhes o poder crítico e oferecer-lhes sempre ensejo ao trabalho autônomo. Deveria, também, o professor fornecer aos alunos estudos que fugissem à memorização, fazendo-os trabalhar em elementos que tornasse possível fazer comparações, associações entre os níveis econômicos, sociais e políticos. Recomendava que o aluno coligisse fora da aula, os fatos históricos referidos no manual de história [...] (BITTENCOURT, 1990, p. 67-68).

Ao adaptar as instruções pertinentes ao nível primário, isenta de anacronismos, pode-se perceber ser missão pedagógica dos professores de História ensinar os fatos históricos presentes no manual da disciplina, sem emitir qualquer juízo de valor incompatível com a doutrina política do varguismo.

O referido manual era cuidadosamente trabalhado pela editora, a qual recebia censura prévia para que nada estivesse em desconformidade com o estipulado na doutrina varguista; além disso, ocorreu nesse período um aumento no uso dos livros didáticos de História, em conformidade com os programas oficiais.

O controle da produção didática foi um dos dispositivos mais eficientes para o cumprimento do programa. Os livros destinados à escola primária foram submetidos a uma rigorosa fiscalização realizada por uma comissão criada para este fim. Os padrões das obras didáticas foram estabelecidos por pareceres que passaram a determinar a forma e conteúdos dos livros. Ao lado de uma linguagem acessível e condizente com a capacidade dos alunos, os conteúdos dos livros didáticos deveriam inculcar uma moralidade humana (BITTENCOURT, 1990, p. 124).

A educação escolar no Estado Novo assumiu a importância de legitimar o modelo de governo ditatorial ora implantado, sendo assim, tornou-se necessário a utilização de instrumentos de propaganda inspirados nas práticas doutrinárias realizadas pelos regimes autoritários europeus.

Para o controle efetivo e a produção consonante com as prédicas do regime criou-se em dezembro de 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Porém, a preocupação com a propaganda não foi exclusiva da instauração do Estado Novo; ocorreu que no ano de 1934, “[...] foi criado no Ministério da Justiça o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), denominado, em 1938, Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que funcionou até 1939” (FAUSTO, 2006, p. 116). Em comparação com as outras iniciativas anteriores de controle da propaganda, o DIP possuía amplos poderes, exercendo

[...] amplas funções, utilizando e controlando o cinema, o rádio, o teatro, a imprensa, a literatura social e política. No esforço por sanear as mentes e calar os inimigos do regime, proibiu-se a entrada no país de publicações “nocivas aos interesses brasileiros”, agiu-se junto à imprensa estrangeira no sentido de evitar que fossem divulgadas informações “nocivas ao crédito e à cultura do país”. O DIP censurou desde músicas carnavalescas até a grande imprensa, subornou jornalistas, subvencionou jornais, dirigiu a transmissão radiofônica diária da Hora do Brasil etc. [...] (FAUSTO, 2006, p. 116-117)

O DIP também estava imbuído de “[...] fazer censura (...) [as] funções esportivas e recreativas, organizar manifestações cívicas, festas patrióticas, concertos e conferências (...)” (HENN; NUNES, 2013, p. 3 *apud* VELLOSO, 2010, p. 158). Os objetivos do Estado Novo eram voltados para a construção do ideal de progresso vinculado ao nacionalismo, reprimindo qualquer forma de pensamento que a ele fosse contrário.

O uso da imagem se tornou um instrumento político ideológico para a construção de nação e do líder carismático que governava o povo e lhe sedia benefícios para o progresso, buscando nas massas “[...] o apoio para se manter no poder, e como forma de conquista utilizava a cultura midiática, fortemente ligada às questões nacionais, (como no símbolo da bandeira nacional), e conseqüentemente, na construção da figura paterna e de líder de Vargas como chefe da nação” (SOUZA, 2018, p. 5).

O material elaborado para o uso nas disciplinas de História e Educação Moral e Cívica continha a imagem idealizada da nação brasileira e de Getúlio Vargas como o líder paterno, carismático, próximo do povo, amigo das crianças. A partir de 1937, as escolas de forma contundente receberam cartilhas para as crianças garantindo certas influências populistas, patrióticas, nacionalistas e cívicas voltadas para a construção do novo cidadão.

O DIP produziu a cartilha “A Juventude no Estado Novo” publicada de 1937 a 1945, contendo 24 páginas, e com medidas de 41,5 x 31cm, onde era aliado pequenos textos de frases do discurso de Getúlio Vargas com imagens do próprio político, além de símbolos cívicos, de grandes personalidades históricas e imagens idealizadas do povo dócil com posturas que deveriam ser exemplos para as crianças. Esse conteúdo procurava transmitir a imagem do governo e construir a postura desejável do cidadão brasileiro.

Imagem 2 – Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”



“Crianças! Aprendendo, no lar e nas escolas o culto da Pátria, trareis para a vida prática todas as possibilidades de êxito.

Só o amor constrói e, amando o Brasil, forçosamente o conduzireis aos mais altos destinos entre as Nações realizando os desejos de engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro”.

Fonte: Cartilha “A Juventude no Estado Novo”, publicado pelo DIP, entre 1937 e 1945. Rio de Janeiro (RJ), (CPDOC). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

A imagem 2 mostra Getúlio Vargas com o seu célebre “sorriso” - sendo este uma das marcas propagandeadas -, com duas crianças, construindo a imagem paterna do líder. O “sorriso” de Getúlio Vargas pode ser interpretado como a felicidade ao observar o processo de construção do amor à pátria que estava sendo realizado na juventude. A menina está em posição de marcha, como podemos observar em seus braços, evidenciando que possivelmente a imagem seja um retrato de uma passeata cívica.

O garoto ao fundo, dotado de um semblante solene, poderia ser interpretado como uma imagem inocente, porém, ao segurar a bandeira nacional sob o peito, demonstra aquilo que os dizeres ao lado direito expõem, “engrandecimento aninhados em cada coração brasileiro”, ou seja, a pulsão patriótica sendo construída nos indivíduos. A imagem na cartilha ao ser observada por uma criança com os trabalhos realizados pelos docentes, serviria ao propósito governamental de inculcar o civismo pátrio.

O departamento de propaganda empenhou-se em estruturar a figura do líder carismático, sendo, incompatível com regimes democráticos.

As lideranças marcadamente carismáticas são mais associadas a regimes totalitários, nos quais o poder se concentra numa figura e em que há uma relação simbólica direta entre o líder e as massas. Entretanto, os regimes democráticos não podem prescindir do carisma como recurso de poder, por duas razões básicas. Em primeiro lugar, pela existência em determinadas sociedades, entre as quais se inclui a brasileira, de uma cultura política em que tem relevância a sempre presente expectativa da ação de um herói salvador, eleito ou consagrado, atendendo a aspirações das camadas mais carentes, mas não só delas. Depois, porque o carisma se tornou um instrumento valioso, na medida em que a sociedade de massas combinou-se com a emergência da sociedade de espetáculo, para usar uma expressão banalizada, mas verdadeira (FAUSTO, 2006, p. 121).

Imagem 3 – Pôster de Propaganda nazista



Fonte: Propaganda Nazista exaltando Adolf Hitler, nos dizeres: "Crianças, o que vocês sabem do Führer?", 1935. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

Percebe-se uma analogia na construção iconográfica da imagem de Getúlio Vargas com as crianças, produzidas a partir de 1937 e a imagem de Adolf Hitler<sup>34</sup> também com as crianças, produzida em 1935. A presença do líder sorrindo e se relacionando com uma garota, mostrando assim, que os meninos deveriam se portar com prontidão, não podendo desviar sua atenção.

O símbolo máximo das nações, tanto a bandeira brasileira (no caso da figura de Vargas) quanto a bandeira nazista (no caso da imagem de Hitler), presentes nas imagens focadas traduzem uma fácil identificação daquele que as observa.

Peter Burke (2017, p. 107) argumenta que “[...] os próprios governantes eram vistos como imagens, como ícones. O traje, a postura e as propriedades que os rodeavam transmitiam um senso de majestade e poder [...]”. Todavia, pode-se observar isso em ambos os líderes retratados, quanto ao uso do uniforme militar nazista em Hitler e do terno em Vargas, tendo em conta ser costume brasileiro o uso do terno em público por aqueles que possuem um cargo ou profissão de destaque, ou por conta do momento e da exigência do local.

---

<sup>34</sup> Adolf Hitler (1889-1945) foi um político e ditador de origem austríaca que governou a Alemanha de 1933 a 1945, pertencente ao Partido Nazista Alemão, chegou ao poder por meios democráticos e conduziu o processo que culminou com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), onde morreram aproximadamente 56 milhões de pessoas.

Imagem 4 – Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”



“A palavra do professor não transmite apenas conhecimentos e noções do mundo exterior. Atua igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano. Desperta nas almas jovens o impulso heroico e a chama dos entusiasmos criadores. Concito-vos, por isso, a utilizá-la no puro e exemplar sentido do apostolado cívico infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil”.

Fonte: Cartilha “A Juventude no Estado Novo”, publicado pelo DIP, entre 1937 e 1945. Rio de Janeiro (RJ), (CPDOC). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

A imagem 4 mostra uma cena relativa a sala de aula, impressa na cartilha utilizada nas escolas. Ao observar, porém, alguns aspectos, percebe-se o elo com o trecho escrito à direita. O mapa mostra o Brasil, e possivelmente, a professora esteja trabalhando algum aspecto do território ou da história nacional, logo ao lado do mapa encontra-se um aluno em pé e numa postura de prontidão e respeito, evidenciando-se assim o “sentido do apostolado cívico infundindo o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil”.

O foco dado ao mapa do Brasil também pode ser interpretado como sendo a nação em primeiro lugar, o sentimento nacionalista, caso contrário, o mapa poderia estar focando o globo terrestre, incorrendo a imagem de outro país. A postura e vestimenta da professora estão também conforme o papel que o regime conferia ao docente. Os outros alunos, representados pelas três crianças sentadas, refletem atenção às leituras, representando, sobremaneira, a docilidade desejada pelo regime.

O uso da cartilha coloca em evidência a função do docente na construção da consciência cívica e patriótica, ao afirmar que o professor “atua igualmente pelas sugestões emotivas, inspiradas nos mais elevados sentimentos do coração humano”; ou seja, além da transmissão

do conhecimento das disciplinas, o docente também possui o dever de elevar os sentimentos humanos, vinculados ao amor patriótico.

Eurico Gaspar Dutra<sup>35</sup>, ministro da Guerra, em 1940, anuncia o que ele concebia ser inerente aos docentes brasileiros, especialmente daqueles que atuavam no ensino primário, como aponta Cunha em seu estudo sobre o ministro:

Cabe aos educadores brasileiros, de modo geral, se esforçarem por colocar o pensamento da escola acima das competições e ideologias de toda a ordem, e tudo sobre os ditames da unidade pátria e da segurança nacional. (...) Isso posto, urge que nas escolas primárias dos Estados os professores tenham sempre em vista impressionar a criança, inculcando-lhe no subconsciente, por uma ação contínua, frequente e intensa, a necessidade: a) de uma disciplina social e consciente, a fim de que a criança se vá habituando a viver dentro de um espírito de ordem, de disciplina e de obediência objetiva; b) de habituá-la a encarar a necessidade de defesa do Brasil e a segurança do Estado como um imperativo da segurança da própria pessoa, de sua família e da coletividade brasileira (CUNHA, 1980, p. 276).

O papel do docente requerido pelo regime estava além das funções pedagógicas na sala de aula, impondo, outrossim, o comportamento cívico e patriótico em todos os momentos em público, como condição ímpar a ser imitada, tal situação é extremamente nítida.

---

<sup>35</sup> Eurico Gaspar Dutra nasceu em Cuiabá, em 1883. Militar, ingressou na Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, em 1904. Em 1922, concluiu o curso da Escola do Estado-Maior. Aproximou-se do governo Vargas a partir de 1932, quando teve participação no combate ao movimento constitucionalista. Em 1935, comandava a 1ª Região Militar, sediada na capital federal, quando chefiou a repressão ao levante armado deflagrado na cidade por setores vinculados à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Em dezembro de 1936, foi nomeado ministro da Guerra. Nesse posto, atuou junto com Vargas e com o general Góis Monteiro, no fechamento do regime, que levou à instauração da ditadura do Estado Novo, em novembro de 1937. (FGV – CPDOC, s/d).

Imagem 5 – Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”



Fonte: Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”, publicado pelo DIP, entre 1937 e 1945. Rio de Janeiro (RJ), (CPDOC). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

A imagem 5, também presente na cartilha distribuída pelo DIP, apresenta Getúlio Vargas discursando para uma pequena multidão de crianças saudáveis, em diferentes idades, portando a bandeira nacional e cujos semblantes demonstram a admiração e concentração na figura do líder político. Percebe-se, também, que o governo admitia aos jovens serem de “fácil” manipulação, como mostra os dizeres da cartilha: “Precisamos reagir em tempo contra a indiferença pelos princípios morais, contra os hábitos do intelectualismo ocioso e parasitário, contra as tendências desagregadoras, infiltradas pelas mais variadas formas nas inteligências moças, responsáveis pelo futuro da Nação”. Getúlio Vargas, como que discursando, encontra-se num plano mais alto da imagem, por assim representar o civismo e o patriotismo que deveriam conter no processo formativo infantil.

O DIP também incentivava a publicação de folhetos de literatura de cordel. “Embora a figura de Getúlio apareça já nos primeiros tempos do governo provisório nessa literatura, foi a partir do Estado Novo que mais se cantaram as inextinguíveis virtudes dele e do regime” (FAUSTO, 2006, p. 118). Em 1938, em Recife, o poeta João Martins de Ataíde publica um dos textos mais significativos para se entender a construção da figura de Vargas, cantando as virtudes de um ser humano corajoso e sorridente, com a seguinte epígrafe: “Homenagem da música sertaneja ao grande chefe da nação, dr. Getúlio Dornelles Vargas, e ao digno interventor pernambucano, Agamenon Sérgio Magalhães”.



*O que há de mais importante  
na vida do presidente  
é que ele tudo resolve  
com um sorriso, calmamente,  
livrando sempre o Brasil  
da infame guerra civil  
que apavora nossa gente.*

*As lutas de trinta e dois,  
trinta e cinco e trinta e sete,  
nas mãos de um homem tirano,  
sangue vira confete.*

*Mas o nosso presidente,  
julga tudo humanamente,  
ninguém mais nunca se mete (FAUSTO, 2006, p. 118-19).*

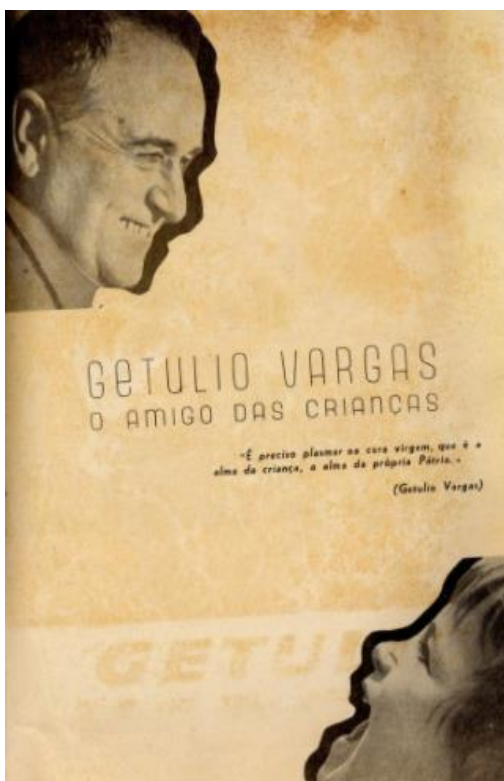
Em 1940 o DIP produziu a cartilha “Getúlio Vargas o amigo das crianças” contendo 32 páginas, no formato de 27 x 19 cm, com 45 ilustrações, sendo 35 de Getúlio Vargas. Apresentou-se a figura de um presidente menos formal, revelando o cotidiano do líder político, porém, sempre acompanhado pelas crianças, exageradamente transmitindo a figura paterna. Diferente da cartilha “A Juventude do Estado Novo”, essa obra didática apresentava uma quantidade maior de recursos escritos, exaltando a figura do chefe da nação, insuflando o mito do líder carismático, além de incutir nos seus leitores os valores patrióticos. Consequentemente essa categoria de liderança tornou-se um recurso para se angariar maior adesão da massa popular aos ideais políticos ora vigentes.

As lideranças marcadamente carismáticas são mais associadas a regimes totalitários, nos quais o poder se concentra numa figura em que há uma relação simbólica direta entre o líder e as massas. Entretanto, os regimes democráticos não podem prescindir do carisma como recurso de poder, por duas razões básicas. Em primeiro lugar, pela existência em determinadas sociedades, entre as quais se inclui a brasileira, de uma cultura política em que tem relevância a sempre presente expectativa da ação de um herói salvador, eleito ou consagrado, atendendo a aspirações das camadas mais carentes, mas não só delas. Depois, porque o carisma se tornou um instrumento valioso, na medida em que a sociedade de espetáculo, para usar uma expressão banalizada, mas verdadeira (FAUSTO, 2006, p. 121).

A capa da cartilha “Getúlio Vargas o amigo das crianças”, na imagem abaixo retratada, procurava transmitir um forte sentimento emocional demonstrando o seu amor pelas crianças. Além disso, na capa estava embutido o trecho do seu discurso “É preciso plasmar na cera

virgem, que é a alma da criança, a alma da própria Pátria”, evidenciando-se a importância, para Vargas, na construção prematura do sentimento patriótico, pois nesse processo da formação infantil as crianças seriam facilmente manipuláveis, possibilitando, com isso uma grande vitória para o regime.

Imagem 6 – Capa da Cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”



Fonte: Getúlio Vargas, o amigo das crianças, publicado pelo DIP em novembro de 1940. (VER. 30 16 f/CPDOC). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

Na cartilha, também Getúlio Vargas aparece carregando, conversando, cumprimentando, acompanhando eventos cívicos, transmitindo assim, a imagem do líder que pretende cuidar do futuro da nação brasileira. Diferentemente da obra didática anterior, não são desenhos, são fotos que representam o cotidiano do chefe da nação; além disso, a pequena estatura de Getúlio Vargas, medindo cerca de 1,63m, não parece ser um problema.

Imagem 7 – Trecho da Cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”



Fonte: Cartilha “Getúlio Vargas, o amigo das crianças”, publicado pelo DIP em novembro de 1940. (VER. 30 16 f/ CPDOC). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

Imagem 8 – Trecho da Cartilha “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”



Fonte: Cartilha “Getúlio Vargas, o amigo das crianças”, publicado pelo DIP em novembro de 1940. (VER. 30 16 f/ CPDOC). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

Pode-se adaptar o conceito de “efeito de realidade” do crítico Roland Barthes, que argumenta “[...] no caso das antigas fotografias de cidades, por exemplo, especialmente quando elas são ampliadas para preencher uma parede, o espectador pode experimentar uma vívida sensação de que poderia entrar na fotografia e caminhar por aquelas ruas” (BURKE, 2017, p. 36). As fotografias presentes na cartilha poderiam transmitir um “efeito de realidade” aos seus leitores, pois observavam a figura do líder carismático, caminhando ao lado das crianças, prestando atenção as comemorações cívicas, possibilitando assim, ao leitor se imaginar ao lado do herói nacional, o maior símbolo de patriotismo.

O enigmático sorriso está presente em quase todas as fotos da cartilha, sendo extremamente valorizado pelos propagandistas aliados ao regime, como afirma Fausto (2006, p. 123-124)

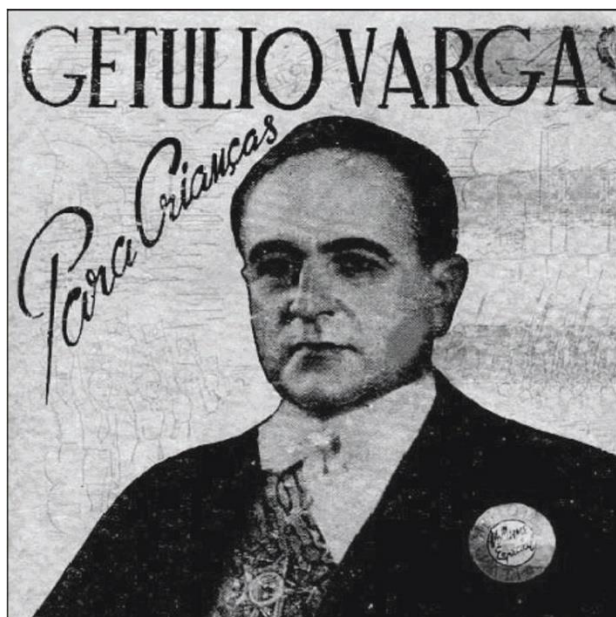
O sorriso foi tematizado de muitas formas e em muitos lugares, figurando, por exemplo, como título de um livreto apologético – *O sorriso do presidente Vargas* –, encomendado pelo DIP para distribuição nas escolas, e como referência num samba que fez parte da campanha eleitoral de 1950 (...) Houve até gradações do sorriso, indo do meio sorriso, mais comum, até a gargalhada.

Vargas “[...] inaugurou no Brasil as presidências carismáticas” (FAUSTO, 2006, p. 121), além disso, coexistem na figura pública de Getúlio Vargas, “[...] o guia espiritual e o domador de almas; sua oratória e seus gestos são exemplos de equilíbrio de um chefe que nunca dominou despoticamente a massa” (LENHARO, 1986, p. 48).

Os assuntos da cartilha podem ser divididos em cinco: “Crianças”, que vai da página 2 a 6, contendo seis ilustrações; “Regionalismo/nacionalismo”, que abrangem as páginas 6 a 10, com 8 fotografias; “Juventude brasileira”, com maior extensão de páginas, da 10 a 25, e, conseqüentemente, com maior número de fotografias, sendo ao total 19; “Realizações para as crianças”, que estão entre as páginas 25 a 30, com 8 ilustrações; e a “Amizade de Vargas com as crianças”, nas páginas 30 a 32, com duas ilustrações.

As cartilhas ocultam elementos significativos como a presença de crianças negras nas ilustrações, evidenciando a reprodução dos discursos racistas eugênicos presentes nesse momento, como também a ausência de crianças pobres, não utilizando uniformes. O serviço de alfaiataria, afinal, era caro e inexistiam roupas vendidas no varejo, sendo assim, meninas e meninos que não possuíam uniformes deveriam ser descartados das ilustrações ou fotografias, pois não se atinham aos paradigmas doutrinários do regime, elevando a instrução aos graus elitistas da sociedade.

Imagem 9 – Capa da Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”



Fonte: Cartilha “Getúlio Vargas para crianças”, 1942. Rio de Janeiro (RJ). (CPDOC/CDA Ver. 30). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

Em 1942, elaborou-se outra cartilha, denominada “Getúlio Vargas para crianças”, escrita por Alfredo Barroso, em formato de 13 x 11,5 cm, 112 páginas, sendo 52 ilustrações, impressa em preto e branco. De acordo com Schmitz e Costa (2017, p. 393), ocorre a repetição do nome de “Getúlio Vargas” várias vezes durante esse objeto, um marco temporal para contribuir com os acontecimentos dos fatos. Outra característica marcante é a variedade de termos diferentes, mas relacionados diretamente com as crianças, criando assim um vínculo mais afetivo com o mundo infantil. A imagem de Getúlio Vargas presente na capa contém uma expressão de tranquilidade e o uso dessa representação com as crianças procurava expressar nitidamente os laços de amizade.

O intuito das cartilhas consistia em manipular o imaginário social, criando um sentimento de pertencimento à pátria e, conseqüentemente, de amor patriótico,

[...] enquanto parte de políticas oficiais do Estado, essas fontes se constituem num suporte de interlocução que veiculam valores e ideologias. Logo, como mediadores de representações políticas e culturais de uma determinada sociedade e, como fonte de pesquisa, permitem conhecer o modo como determinada sociedade estabeleceu relação com sua história e seu passado (SCHMITZ; COSTA, 2017, p. 4).

O DIP produziu como também reeditou livros de leitura para o ensino primário utilizados antes da instauração do Estado Novo; neles eram inseridos aspectos doutrinários aos preceitos do novo regime. O livro “A infância” de Henrique Ricchetti é um exemplo de material utilizado no ensino primário, contendo ilustrações e textos seguidos de exercícios de interpretação de texto que poderiam ser utilizados nas aulas de instrução moral e cívica.

Imagem 10 – Capa da obra didática “Infância: I Livro”



Fonte: Livro “Infância” do autor Henrique Richhetti, 1938. Arquivo do pesquisador. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

O livro didático acima traz, entre outros textos, a exaltação à figura do chefe da nação afirmando que estrangeiros não podem ser presidente do Brasil e para assumir tal posição seria necessário apresentar certos valores que o os qualificassem para o cargo.

Os presidentes

*Hoje a nossa Pátria é uma república.*

*O presidente é o chefe supremo da nação. É ele que dirige o país.*

*O primeiro presidente do Brasil foi Deodoro da Fonseca. Era um valoroso soldado do nosso exército.*

*O atual presidente da República é o dr. Getúlio Vargas, que nasceu no estado do Rio Grande do Sul.*

*Qualquer brasileiro pode ser presidente da República. Basta que tenha qualidades para dirigir a nação.*

*Nenhum estrangeiro pode ser presidente do Brasil (RICCHETTI, 1938, p. 114-115).*

A capa do livro traz o simbolismo vigente da época, a necessidade da uniformização dos estudantes, como elemento de padronização das ideias. A figura dos mais velhos servindo de exemplo aos mais novos, como da garota segurando a mão da jovem criança. Além do fato da postura em marcha das crianças, levando em seus braços livros, símbolo do zelo para com a instrução a qual deveria ser bem cuidada e respeitada pelos alunos.

O desenvolvimento do espírito nacional em torno da figura de Vargas e do Estado Novo era comum nos discursos do presidente. Em seu discurso Getúlio Vargas, em 1938, argumentou a intenção de se utilizar do sistema educacional no processo de animar na infância e na juventude o espírito do Estado Novo; com isso torna-se possível compreender o intenso uso de imagens patrióticas nas cartilhas e em outras obras didáticas.

O Brasil tudo espera da juventude enquadrada perfeitamente nas aspirações do Estado Novo. [...] É necessário formar nestas crianças e nestes adolescentes a mentalidade capaz de levar o país aos seus destinos, mas conservando os traços fundamentais da nossa fisionomia histórica, com o espírito tradicional da nacionalidade, que o regime instituído é o único apto a cultivar na sua verdade. A essa necessidade correspondem os artigos da nova Constituição sobre a matéria educativa, orientando-a no sentido essencialmente cívico e nacionalista (VARGAS, 1940, p. 155-156).

Em consonância dada pelo regime à importância das questões patrióticas, Capanema desenvolveu o projeto “Obra Getuliana”, que se tornou um dos projetos mais ambiciosos do regime, o qual consistia na publicação de um livro ilustrado por fotografias, dividido em inúmeros capítulos, onde cada um deles deveria contemplar as realizações de Getúlio na presidência, correspondendo aos 10 anos do governo, porém o projeto não fora concluído, encontrado apenas evidências no arquivo do ministro da educação (GOMES, 2000).

O calendário de 1940, pesquisado por Ângela de Castro Gomes, também se tornou uma peça-chave da divulgação educativa do regime e da figura de Vargas.

O calendário é composto por 53 páginas (não numeradas), tendo o tamanho de um grande álbum. Sua unidade de medida são os meses, que ocupam, cada um, cerca de 4 ou 5 páginas do volume. Dentro de cada mês, os dias se sucedem, podendo haver seis, sete ou oito dias em cada página de mês. Cronologicamente, o Calendário de 1940 registra eventos que vão do dia 10 de novembro de 1937, dia da “instituição” do Estado Novo e, portanto, data inicial da contagem do novo tempo, até o dia 19 de novembro de 1939, Dia da Bandeira. Duas datas emblemáticas que abarcam cerca de dois anos de acontecimentos, concentrados nos anos de 1938 e 1939, este último interrompido em novembro, obviamente para que o Calendário pudesse ser produzido e divulgado pouco antes do ano de 1940 ter início. Ao todo estão impressos no Calendário 53 imagens e 1019 eventos que podem, grosso modo, ser nomeados como “feitos” do Estado Novo (GOMES, 2003, p. 3)

Outra obra de grande potencial simbólico fora produzida pelo DIP, apresentando um conjunto de doze cartões postais reunidos em um envelope de cartolina negra, denominado *Brasil Novo*, mostrando, através de fotografias, os feitos do presidente Vargas, entre 1930 e 1940, acompanhados, sempre, de trechos dos discursos do presidente, algo parecido com a primeira cartilha ora analisada, porém, de distribuição geral, não somente para os alunos. O uso das fotografias nas produções do DIP pode ser interpretado como modo de “atestar a realidade dos fatos”, como aponta Maria Helena Rolim Capelato (2009).

Na sequência dos atos autoritários de consolidação e sustentação do regime, Góes Monteiro<sup>36</sup>, general de Exército e político brasileiro, aliado de Getúlio Vargas, definiu e tornou operacional a “política do Exército” para a educação baseando-se no conceito de “defesa nacional”. Destarte, “[...] propõe a criação de um “Conselho Superior de Defesa Nacional”, como órgão da administração pública em aspectos relativos à defesa nacional” (HORTA, 2012, p. 26).

No referido projeto coube ao Ministério da Educação ocupar-se da Educação Moral e Cívica e a Educação Física nas escolas; utilizou-se a “[...] educação moral e cívica, para difusão da ideologia nacionalista, disciplinamento das novas gerações e preparação moral para a guerra, dentro do processo de mobilização nacional; educação física para a formação do futuro soldado” (HORTA, 2012, p. 26). Observa-se a ressonância do pensamento do cidadão-soldado de Olavo Bráz Martins dos Guimarães Bilac que gerou debates na década de 1920.

Ao Ministério da Educação e Saúde Pública caberá, em primeira urgência, cuidar e unificar a educação moral e cívica das escolas em todo o País, guiando-se no tocante à educação física pelo que foi feito no Exército e agindo de acordo com ele. Dessa forma a missão das classes armadas ficará de fato simplificada por ocasião do recebimento das turmas de conscritos e o início do primeiro período de instrução dos recrutas, tornando possível ao Exército, sobre esta base construída com a parte da educação física concernente à adaptação às especificidades (GÓES MONTEIRO, 1934, p. 6).

O projeto de Educação Moral e Cívica do general não chegou a ser concretizado, mas ganhou relevância na mente de outros pensadores.

As disciplinas de Educação Moral e Cívica e Educação Física na composição do currículo da escola primária, segundo Capanema, deveriam “[...] despertar e acentuar na criança as qualidades e aptidões de ordem física, intelectual e moral que se tornem rica de personalidade e ao mesmo tempo dotada de disciplina e eficiência, estes dois atributos essenciais do cidadão e do trabalho” (HORTA, 2010, p. 53).

Artur Bernardes<sup>37</sup>, em sua mensagem presidencial, em 1926, já compartilhava a preocupação da nação com a Educação Moral e Cívica:

---

<sup>36</sup> Pedro Aurélio de Góes Monteiro nasceu em 1889, em São Luís do Quitunde (AL). Em 1930, assumiu o comando militar do movimento que pretendia depor o presidente Washington Luís. Em 1931, foi designado comandante da 2ª Região Militar, de São Paulo. Em 1932, participou da comissão de elaboração do anteprojeto da constituição de 1934. Nomeado ministro da Guerra por Getúlio Vargas em 1934, deixando o ministério em 1935. No ano de 1939, foi enviado em missão militar para o Estados Unidos da América. (FGV – CPDOC, s/d).

<sup>37</sup> Artur da Silva Bernardes nasceu em Viçosa (MG), em 1875. Em 1907, deixou a Câmara Municipal de sua cidade para assumir uma cadeira de deputado estadual. Dois anos depois, chegava à Câmara dos Deputados pelo seu estado natal. Em setembro de 1910, no governo de Júlio Bueno Brandão, assumiu a Secretaria de Finanças de Minas, cargo que ocupou até 1914. No ano seguinte retornou à Câmara dos Deputados e aí permaneceu até 1918.



Estamos convencidos de que uma das maiores necessidades nacionais consiste na educação cívica e na instrução moral das novas gerações. Poderíamos dizer “reeducação”, porque é incontestável que o sentimento e a educação moral de nosso povo já pairaram, em épocas anteriores de nossa história, em nível muito superior àquele a que baixaram em tempo recente (BRASIL, 1926 apud HORTA, 2012, p. 120).

Compreendia também que a instrução moral e cívica era um instrumento de grande valia para formar o senso de responsabilidade nos futuros cidadãos, pois para o governo de 1926 a causa “[...] dos males nacionais estaria na irresponsabilidade, e a salvação do país dependia da formação moral e cívicas nas escolas” (HORTA, 2012, p. 121); certificando assim a crença no papel moralizador da escola, reinante nos meios educacionais do país naquele momento (HORTA, 2012).

Observando a legislação entre 1931 e 1945 e os discursos dos aliados de Vargas, percebe-se uma relação entre raça<sup>38</sup> e civismo, sendo este o meio pelo qual iria se dar o processo de aperfeiçoamento físico, moral e intelectual da raça<sup>39</sup>.

Capanema, expoente maior na área da educação do regime estadonovista, principalmente pelo fato de ocupar o cargo de ministro durante todo o regime, compreende que a Educação Física deveria ser ministrada a todos aos alunos, pois auxiliava na “formação integral da personalidade” (HORTA, 2010, p. 54).

No Ministério da Educação estruturou-se um órgão que começaria “a atuar de modo sistemático, em todo o país, no sentido de organizar a educação física em todas as escolas”. Ademais, o Estado estava pretendendo “levar a educação física além das escolas, organizando-a nas várias corporações relacionadas com os interesses da infância e da juventude” (HORTA, 2010, p. 55). Criou-se, então, o ideal de estudante-soldado, que

[...] só encontrava sua plena realização nos desfiles públicos; este era o momento em que a educação física tornava-se educação cívica. Ao desfilar frente à comunidade nacional, seu saudável e disciplinado corpo juvenil tornava-se parte do corpo da nação, completando, assim, o trabalho cotidiano da escola (PARADA, 2009b, p. 62).

---

Em setembro desse ano, tornou-se presidente de Minas Gerais. Em 1922 concorreu à presidência da República, em campanha eleitoral bastante acirrada. Apoiado por Minas e São Paulo, teve que enfrentar o candidato da Reação Republicana, o ex-presidente Nilo Peçanha. Em novembro de 1926, Bernardes passou o governo a Washington Luís, que então deixou o governo de São Paulo. Em seguida, foi eleito para preencher uma vaga aberta no Senado Federal. Em 1930, apoiou a candidatura de Getúlio Vargas (FGV – CPDOC, s/d).

<sup>38</sup> O termo “raça” foi utilizado, haja vista ser o termo corrente do momento histórico.

<sup>39</sup> Em 1934, Vargas enviou ao Congresso Nacional uma mensagem presidencial, anunciando o propósito de reorganização do Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930 e estruturado por Francisco Campos, embasado na “preocupação predominante de criar um aparelho capaz de funcionar como instrumento eficiente no aperfeiçoamento da raça brasileira” (BRASIL, 1935).

Nação, corpo físico, mentalidade, ordem e disciplina se tornam elementos estritamente vinculados entre si, como mostra Parada (2009b, p. 151-152):

A ideia de ordem e disciplina e sua relação com o corpo físico e da nação estiveram no centro da encenação pública realizada sob o controle do Estado brasileiro. O sentido de organicidade e a condição de pertencimento a um sistema em que cada sujeito tem um local funcional definido e cujo resultado, posto em funcionamento este “maquinismo”, seria o bem-estar coletivo e a segurança de todos, parecem ser as principais ideias e o grande fascínio enunciados por estes eventos [cívicos].

A relação educação e patriotismo chega ao seu ápice de importância em 1936, quando Vargas pretendeu realizar em todo o país uma “campanha de saneamento moral e ideológico” como medida de combate aos ideais comunistas, o inimigo maior do momento para Getúlio Vargas, que admitia ser imprescindível “[...] fazer obra preventiva e de saneamento, desintoxicando o ambiente, limpando a atmosfera moral e evitando, principalmente, que a mocidade, tão generosa nos seus impulsos e tão impressionável nas suas aptidões de percepção e inteligência, se contamine e se desvie do bom caminho” (HORTA, 2012, p. 131).

Capanema também revela sua forma de pensar a relação educação-patriotismo, ao afirmar que a educação não deve ser neutra, mas deve servir a nação e, conseqüentemente, a educação

[...] longe de ser neutra, deve tomar partido, ou melhor, deve adotar uma filosofia e seguir uma tábua de valores, deve reger-se pelo sistema das diretrizes morais, política e econômicas, que formam a base ideológica da Nação, e que, por isso, estão sob a guarda, o controle ou a defesa do Estado (CAPANEMA, 1937, p. 21)

Em abril de 1938, Vargas alinhado ao pensamento da não neutralidade da educação, apregoa,

A iniciativa federal, para maior difusão do ensino primário, em obediência aos preceitos da nova Constituição, se processará de forma intensa e rápida, estendendo-se a todo o território do país. Não se cogitará apenas de alfabetizar o maior número possível, mas, também, de difundir princípios uniformes de disciplina cívica e moral, de sorte a transformar a escola primária em fator eficiente na formação do caráter das novas gerações, imprimindo-lhe rumos de nacionalismo sadio (VARGAS, 1938b, p. 183).

Tratando-se da Educação Moral e Cívica, Capanema ordena que “[...] qualquer escola, seja qual for o grau ou o ramo do seu ensino, mas sobretudo a escola primária, deve incluir, no programa de seus trabalhos, a educação moral” (HORTA, 2010, p. 55).

Vinculado à Educação Moral e Cívica, a utilização do canto orfeônico torna-se presente além das escolas de São Paulo, introduzindo a educação musical como “[...] elemento de mais alto valor” assim sendo, “deveria ser organizado e praticado em todas as escolas do país” (HORTA, 2010, p. 55).

Rui Barbosa, ao utilizar as palavras do historiador francês, François Guizot, atesta que a música consegue florescer uma verdadeira cultura interior e civilizar as pessoas.

A música produz n'alma uma verdadeira cultura interior, e faz parte da educação do povo. Tem por efeito desenvolver os vários órgãos do ouvido e da palavra, adoçar os costumes, civilizar as classes inferiores, aligeirar para elas as fadigas do trabalho, e proporcionar-lhes um inocente prazer, em vez de distrações muita vez grosseiras e arruinadoras (BARBOSA, 1947, p. 103 *apud* SOUZA, 2009, p. 78).

Mediante a preocupação no controle estatal da infância e juventude, criou-se a “Juventude Brasileira”, um movimento cívico proposto pelo Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940, que o qualificava como uma corporação formada pela juventude escolar de todo o país, com a finalidade de prestar culto à pátria, cuja determinação encontrava-se presente desde o ato de fundação do regime estadonovista.

Maurício Barreto Alvarez Parada observou que,

Ao elaborar a constituição de 1937, Francisco Campos criou condições para a realização de ações tutelares sobre os jovens, ao estabelecer, no capítulo dedicado à família, que a “infância e a juventude devem ser objeto de cuidados e garantias especiais por parte do Estado, que tomará todas as medidas destinadas a assegurar-lhes condições físicas e morais de vida sã e de harmonioso desenvolvimento das suas faculdades”, e que “o abandono moral, intelectual ou físico da infância e da juventude importará falta grave dos responsáveis por sua guarda e educação, e cria ao Estado o dever de provê-las do conforto e dos cuidados indispensáveis à preservação física e moral (PARADA, 2009b, p. 108-109).

Com a Reforma Francisco Campos, o canto orfeônico se torna obrigatório nas escolas secundárias de todo o país, expandindo-se para as escolas primárias, de cunho obrigatório, no ano de 1934, mediante medida tomada por Capanema. Como justificativa de tal medida, argumenta-se que a “[...] utilidade do canto e da música como fatores educativos, mas também para o fato do ensino do canto orfeônico constituir uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo” (HORTA, 2010, p. 63).

Em novembro de 1942, criou-se o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, sob a direção de Villa-Lobos, órgão que deveria controlar o ensino do canto orfeônico em todo o território nacional, organizando os hinos, canções e os programas que deveriam ser ensinados, além das normas didáticas e os manuais.

O orfeão foi amplamente utilizado, como aponta Parada (2009b, p. 195-196),

[...] a utilização da música executada pelos orfeões escolares como instrumento de promoção do civismo e da disciplina coletiva foi experimentada por uma geração de brasileiros de forma intensa e poderosa. Para além de sua carga estética, o canto orfeônico foi pensado como uma ação civilizatória, e a realização das grandes concentrações orfeônicas – como a Hora da Independência – deixava claro que a plasticidade e a harmonia sonora dos espetáculos musicais estavam a serviço da

construção da ideia de disciplina coletiva e de uma experiência de autocontrole individual”

A importância das concentrações orfeônicas de estudantes é demonstrada em numerosas atuações, Caroline Antunes Martins Alamino afirma que esses eventos chegaram “[...] a reunir até 40 mil escolares [...] além de em 1944 ter realizado uma turnê pelos Estados Unidos a pedido do governo como parte da “política da boa vizinhança”, durante a Segunda Guerra Mundial” (ALAMINO, 2014, p. 150)

Villa-Lobos realizou intensos discursos alusivos a importância do canto orfeônico como instrumento educativo da nação:

O canto coletivo, com seu poder de socialização, predispõe o indivíduo a perder no momento necessário a noção egoística de individualidade excessiva, integrando-o na comunidade, valorizando no seu espírito a ideia da necessidade da renúncia e da disciplina ante os imperativos da coletividade social, favorecendo, em suma, essa noção de solidariedade humana, que requer da criatura uma participação anônima na construção das grandes nacionalidades (VILLA-LOBOS, 1941, p. 5).

O argumento do maestro é exponencial para compreender a massa homogênea participante das atividades do canto orfeônico, considerando-se que a ideia de reunir vários indivíduos, sem colocar nenhum destes em posição de evidência deixando a massa de participantes no anonimato; corrobora, outrossim para a necessidade de destacar a nação, o sentimento patriótico e a exaltação da figura do salvador nacional, Getúlio Vargas. Porém, Villa-Lobos deixa claro a necessidade de se introduzir massivamente o canto orfeônico em todas as escolas, para assim concretizar o seu caráter cívico-disciplinador.

Entretanto, o seu mais importante aspecto educativo é, evidentemente, o auxílio que o canto coletivo veio prestar à formação moral e cívica da infância brasileira. [...] O ensino e a prática do canto orfeônico nas escolas impõem-se como uma solução lógica, não só à formação de uma consciência musical, mas também como um fator de civismo e disciplina coletiva (VILLA-LOBOS, 1941, p. 21-22).

Vargas, por meio do DIP, apoiava todas as iniciativas de Villa-Lobos. Para Luiz Heitor Corrêa Azevedo, “O que Getúlio Vargas apreciava no compositor era a inestancável energia, a febre do grandioso, do colossal, postas a serviço de cerimônias cívicas da República Nova, anterior a 1935, ou do estado novo, posterior a 1937” (AZEVEDO, 1956, p. 269)

O presidente preocupava-se, sobremaneira, com a radiodifusão e o cinema como instrumentos de construção do sentimento patriótico na população. Ao dirigir-se, em 1934, aos profissionais do cinema, declarou:

O cinema [...] para a massa dos analfabetos, será [...] a disciplina pedagógica mais perfeita, mais fácil e impressiva. Para os letrados, para os responsáveis pelo êxito da nossa admiração, será uma admirável escola. Associando ao cinema o rádio e o culto racional dos desportos, completará o Governo um sistema articulado de educação

mental, moral e higiênica, dotando o Brasil dos instrumentos imprescindíveis à preparação de uma raça empreendedora, resistente e varonil. E a raça que assim se formar será digna do patrimônio invejável que recebeu (VARGAS, 1938a, p. 188-189).

Capanema, observando o grande potencial da nova tecnologia, justifica o seu posicionamento sobre a importância do uso educativo do cinema: “O cinema possui uma incalculável força de esclarecimento e de persuasão [...], o seu poder se torna cada vez mais considerável porque é procurado por todas as camadas sociais’ (CPDOC/FGV Ref. GC 34.09.22, p.1 *apud* NUNES, 1996, p. 72).

Argumenta, também, que a má utilização do cinema levaria ao sentimento antipatriótico e à imoralidade, sugerindo a maior intervenção estatal nessas realizações cinematográficas, além do empenho e incentivo na produção de filmes pedagógicos-educativos, solicitando, assim, que fossem criadas filmotecas escolares.

Carlos Versiani dos Anjos declarou que entre 1939 e 1945, “[...] centenas de filmes educativos, encomendados como propaganda do governo Vargas ou independentes, foram realizados com o apoio ou patrocínio do DIP. Ali não estava presente apenas a ideologia do Estado Novo, mas a arte cinematográfica de centenas de diretores [...]” (ANJOS, 2009, p. 11). Os estúdios nacionais foram convocados para a filmagem de eventos cívicos e elaboração de filmes-educativos sobre datas históricas, como, por exemplo,

[...] a filmagem da Hora da Independência. O acordo do ministério com os produtores de cinema da capital seria para a realização de um cinejornal a ser distribuído para todo o Brasil. A Hora da Independência de 1937 realizou, no Brasil, uma das primeiras experiências de espetacularização da política através dos meios de comunicação de massa (PARADA, 2009b, p. 81).

O uso do rádio se deu nas escolas e nos estabelecimentos agrícolas e industriais com o intuito de promover a imagem do Estado, além de construir o sentimento patriótico, união e cooperação nas pessoas. Foram estruturados os programas “*Hora do Brasil*”, vinculado em todas as estações de rádios, e o “*Cinejornal Brasileiro*”, onde exibiam crônicas cotidianas da política brasileira, recorrendo a forte utilização da pedagogia visual.

Os cinejornais exaltavam os feitos do Governo Vargas, descrevendo eventos, viagens, comemorações em que o próprio presidente figurava como protagonista. E acabaram estabelecendo uma concorrência desleal com as produtoras independentes. Para compensar, o DIP criou novos incentivos para a produção cinematográfica brasileira, como a instituição da obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais de longas-metragens em todas as salas de cinema (ANJOS, 2009, p. 12).

O programa “*Hora do Brasil*” tinha duração de uma hora, veiculado durante o horário nobre da radiodifusão, entre 18h45 e 19h30<sup>40</sup>, momento em que as principais notícias e acontecimentos da vida nacional eram transmitidos às pessoas, além da divulgação das realizações do governo. As finalidades do programa eram:

[...] informativa, cultural e cívica. O gosto pela boa música era incentivado por uma programação cultural específica, com ênfase para a música brasileira, que compunha alternadamente a programação com informações detalhadas sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado. A arte popular e pontos turísticos também tinham espaço na programação diária, programas estes, lidos também como formas da atração de ouvintes. Os feitos da nacionalidade eram exaltados compondo “recordações do passado”. As peças de rádio teatro e radionovelas enfocavam dramas históricos como a retirada da Laguna, a abolição da Escravidão e a Proclamação da República (PASCHOAL, 2010, p. 7).

O governo adquiriu a Rádio MEC e a Rádio-Escola, ambas com atuação no setor educativo, que engendram ações conforme a doutrina do regime. A Rádio-Escola “tinha uma ação mais pedagógica voltada para uma formação mais popular, nela eram feitos programas sobre lições de civismo, sobre a Amazônia, Saúde, Educação sanitária e uma programação musical voltada para o patriotismo” (CRUZ, 2020, p. 56).

O aparelhamento estatal de vários instrumentos pelo governo autoritário aliado a censura criará a possibilidade de sustentação da imagem de perfeição e de necessidade do regime ditatorial de Vargas, construindo assim, o pertencimento de todos à Nação.

#### **2.4 As festividades cívicas para além da suspensão do cotidiano: o instrumento pedagógico de propagação do sentimento patriótico**

O Estado Novo (1937-1945) estruturou novidades na política, na educação e na cultura brasileira, centralizando normas e práticas e construindo tradições em torno do ideal de nacionalismo, civismo e patriotismo da doutrina ideológica do governo ditatorial, cujo sentido principal era a construção do “homem novo” para o Estado Novo. As festividades cívicas já ocorriam desde a Primeira República, porém, o uso educativo desse momento de suspensão do cotidiano foi acentuado nesse momento da história.

Além das disciplinas curriculares, os governantes observaram a necessidade da inclusão de comemorações de cunho cívico realizadas interna e externamente ao prédio escolar.

As atividades programadas para a escola oficial compunham-se de comemorações relacionadas às “datas nacionais”, de rituais para hasteamento da bandeira nacional e hinos pátrios além de uma série de outras festividades que foram englobadas sob o

---

<sup>40</sup> O conceito de “horário nobre” advém do maior número de audiência que podia ser encontrado durante esse horário, a julgar que a maioria das pessoas já estariam em casa depois do expediente de trabalho.

título de “cívicas”, compondo com as demais disciplinas o cotidiano escolar. Acompanhando o cuidado com que as autoridades educacionais organizaram e fiscalizaram tais práticas escolares e seguindo o conteúdo das denominadas “festas cívicas”, é possível verificar que o ensino de História do Brasil não era conteúdo exclusivo da ação dos professores em sala de aula. Além da “História da Pátria” ser tema preferencial de livros de leitura e das músicas escolares, havia outros recursos de comunicação, com rituais e símbolos construídos para a institucionalização de uma memória nacional (BITTENCOURT, 1990, p. 164).

As festividades tornam-se mais intensamente comparadas a Primeira República, elementos pedagógicos formativos do sentimento cívico, patriótico, nacionalista, de renovação e construção do “novo homem”, fazendo, assim, parte da dinâmica do cotidiano escolar.

Os interventores estaduais constituíram-se peças centrais na organização do simbolismo formativo consonante com a política varguista. A atuação do Coronel Manoel Rabello, interventor federal no Estado de São Paulo de 13 de novembro de 1931 a 7 de março de 1932, é um exemplo da ampla coligação dos pertencentes ao ideal varguista em torno da construção do patriotismo. No dia 4 de março de 1932, portanto, dias antes da sua destituição do cargo de interventor, o Coronel Rabello assina o decreto nº 5.413, instituindo o Hino dos Estudantes, para ser cantado em todas as festas e comemorações escolares, considerando o uso da música como um poderoso elemento para fixar os sentimentos que a letra pretendia inculcar em seus ouvintes (BRASIL, 1932<sup>41</sup>).

O decreto instaura a exigência de que “A poesia deverá ser de sentimento eminentemente nacional, singela e expressiva, não excedendo de 18 versos divididos em três estrofes” (BRASIL, 1932). Uma comissão foi montada para a escolha da melhor letra e ritmo, porém não se encontram registros de que o projeto de criação de tal música tenha sido efetivado, deixando assim, apenas em evidência o empenho do interventor em instaurar um novo hino para as comemorações cívicas.

Outro exemplo da atuação dos interventores é o decreto nº 5.476 de 14 de abril de 1932 que dispõe sobre a duração das aulas, regime de férias e comemoração do "Dia do Brasil" nos estabelecimentos de ensino (BRASIL, 1932<sup>42</sup>). O decreto, entre outras atribuições, expõe a regra de organização das solenidades do dia 7 de setembro, comemorado como o “Dia do Brasil”, em que a obrigação dos estabelecimentos de ensino seria de deixar reservado, “[...] para o preparo da festa, [...] o período que vai de 1º a 6 de setembro, nas escolas públicas, a fim de

---

<sup>41</sup> BRASIL. DECRETO N. 5.413, DE 4 DE MARÇO DE 1932. Institui o Hino dos Estudantes, para ser cantado em todas as festas e comemorações escolares. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

<sup>42</sup> BRASIL. DECRETO N. 5.476, DE 14 DE ABRIL DE 1932. Dispõe sobre a duração das aulas, regime de férias e comemoração do "Dia do Brasil", nos estabelecimentos de ensino. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

que tenha o cunho da maior solenidade” (BRASIL, 1932). Notabilizando a importância dada ao papel educativo das festividades cívicas para a construção dos valores patrióticos utilizadas para além da suspensão do cotidiano, possuindo objetivos delineados para tais comemorações (OZOUF, 1976).

Peter McLaren (1992, p. 29) entende que “(...) os rituais simbolicamente transmitem as ideologias sociais e culturais, o que é possível se saber como as ideologias “funcionam”, examinando-se os símbolos-chave e os paradigmas subjacentes ao sistema ritualístico”.

As festividades cívicas, nas décadas de 1930 e 1940, contavam com a intensa participação da comunidade escolar, jovens, crianças, trabalhadores, sindicatos e a população em geral, lotando os centros das cidades, estádios, praças e o interior das escolas. A programação contava com discursos dos políticos locais, da região e do próprio Getúlio Vargas, execução de hinos pátrios, além de recital de poemas e poesias, hasteamento da bandeira, apresentações esportivas e artísticas, entre outros.

A formatação do calendário escolar alinhava-se à ideologia em construção durante o período estudado, pois, além de controlar o tempo, os calendários em regimes autoritários deviam submeter e guiar o processo de manipulação ideológica, tendo em vista ser necessário que a população precisaria ter tempo específico de produzir e se sujeitar aos valores importantes para a legitimação e perpetuação do regime. Assim, Rita de Cássia Gallego admite,

Um calendário, de acordo com Le Goff (1994), por estabelecer ritmos, períodos e duração dos processos de produção e de reprodução da vida social, consiste em um efetivo instrumento de poder material, na medida em que define limites e possibilidades sociais para sociedades, grupos e indivíduos. Além disso, o calendário constitui um sistema de significação, interpretação e localização temporal dos indivíduos e dos grupos no mundo e na história, sendo assim, é considerado um instrumento de poder simbólicos [...] A organização de calendários regula a vida de toda uma sociedade, de um povo ou nação, bem como os mais restritos, a eles unidos, como os calendários escolares (GALLEGO, 2008, p. 94-95).

Em dezembro de 1930, logo após a concretização das ações revolucionárias que colocaram Getúlio Vargas na presidência da República, ocorre um processo de revisão do tempo cívico, eliminando datas cuja memória relembria à tradição republicana de 1889. Entre as quais o dia “[...] 24 de fevereiro, que comemorava a promulgação da Constituição de 1891; o 13 de maio, relacionado com a luta abolicionista e comemorado como dia da fraternidade nacional; e 14 de julho, que remetia às tradições francesas dos primeiros momentos da República (...)” (PARADA, 2009a, p. 406).



A reconfiguração dessas datas representou um “[...] ataque simbólico ao liberalismo da Velha República e a estrutura temporal da cultura política liberal. A mudança também assinalava a nacionalização do tempo cívico, fazendo-o mais brasileiro e menos influenciado por eventos estrangeiros” (PARADA, 2009a, p. 406).

O calendário também passou por uma nova revisão durante o Estado Novo, incorporando-lhe novas datas importantes para a ideologia do regime, sendo:

- 19 de abril<sup>43</sup>: dia dedicado as comemorações em homenagem ao aniversário de Getúlio Vargas e ao Dia da Juventude;
- 7 de setembro: dedicado às comemorações em homenagem ao Dia da Raça;
- 10 de novembro: dedicado às festividades em comemoração ao aniversário do dia em que foi deflagrado o Estado Novo.

A data de implantação do Estado Novo era amplamente comemorada, comparado a comemoração do 15 de novembro no período da Primeira República, momento em que

[...] com cerimônias e inaugurações, era uma oportunidade para ressaltar o significado do regime na construção de um novo Brasil, salientando a vinculação entre o regime e a revolução de 1930. O primeiro teria representado a realização das promessas revolucionárias, frustradas pela politicalha e pelos interesses regionais mesquinhos, no período 1930-37 (FAUSTO, 2006, p. 127).

Sob a égide dos regimes políticos as circunstâncias estabelecem e decidem a festa e quantos sejam os propósitos desse momento, tantas são as comemorações (OZOUF, 1976).

A cultura cívica varguista, segundo Bencostta (2006), estabelece um processo de burocratização das cerimônias de cunho patriótico, nas quais se articulava “[...] modernidade, nacionalismo e ordem pública, cujo investimento em torno de sua imagem foi responsável por inserir a data de aniversário de seu nascimento no calendário das comemorações cívicas” (BENCOSTTA, 2006, p. 303). Com a reconfiguração das datas cívicas, cada comemoração teria “uma história específica durante o período, cada uma com seu público, sua pedagogia e seus temas” (PARADA, 2009a, p. 406).

Tabela 2 – Os feriados nacionais e seus significados

OS FERIADOS NACIONAIS E SEU SIGNIFICADO	
1º de janeiro Dia da Fraternidade Universal	“serve para mostrar aos meninos que todos os povos devem ser amigos, que todos os homens devem se ajudar mutuamente, como irmãos”

<sup>43</sup> Com o Decreto-Lei nº 5.540, de 02 de junho de 1943, é instituído o dia 19 de abril como o Dia do Índio, passando a ser comemorado também com eventos culturais e cerimônias públicas.

19 de abril Aniversário de Getúlio Vargas	A exaltação da figura do líder era tão presente e necessária para o processo de legitimação do novo regime que o aniversário de Vargas se tornou momento de comemoração, além disso a figura de Vargas é colocada como herói nacional.
21 de abril Dia de Tiradentes	“[...] encarna o sentido de liberdade, o desejo de independência que inspirou os feitos gloriosos de heróis da Pátria [...]”.
1º de maio Dia do Trabalho	“[...] consagrado à exaltação do dever e da dignidade do trabalho, pois, como sabe o menino, o trabalho é um dever social e só o trabalho pode promover a grandeza e a prosperidade de um povo”.
7 de setembro Dia da Pátria	“[...] consagrado à comemoração da Proclamação da Independência [...] fato esse que é recordado na estrofe inicial do Hino Nacional Brasileiro, que todos os meninos, homens e mulheres no Brasil devem saber de cor”.
2 de novembro Dia de Finados	“Nesse dia, reverenciamos a memória dos nossos ancestrais, lembrando suas vidas e o que eles fizeram de bom e de útil, para que possamos também ser úteis à sociedade e honrar o Brasil como souberam eles honrar”.
10 de novembro Instauração do Estado Novo	Com a instauração do Estado Novo, a comemoração do 15 de novembro foi minorizada, haja vista que o novo regime deveria construir uma nova nação, por conta disso, o processo político anterior era dito como envelhecido e cheio de erros.
25 de dezembro Natal	“[...] dedicado à comemoração da unidade espiritual dos povos cristãos”.

Elaborado por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 15 de maio de 2021, adaptado de Reniane Silva de Souza (2013, p. 29) *apud* O BRASIL É BOM, DNP, 1938.

Algumas datas foram festejadas apenas uma vez, por conta das circunstâncias que envolviam o respectivo momento, como a do aniversário ou da morte de uma figura histórica.

Podemos citar o 11 de julho de 1936 (centenário de nascimento de Carlos Gomes), o 6 de abril de 1938 (centenário de morte de José Bonifácio de Andrada e Silva), o 13 de maio de 1938 (cinquentenário da abolição da escravatura) e o 9 de setembro de 1942 (tricentenário da expulsão dos holandeses). Durante cada ocasião, o governo federal montou uma série de cerimônias e festejos (discursos públicos, eventos teatrais e inaugurações de estátuas e edifícios públicos) para marcar a data e dirigir os olhos da nação na direção da exemplaridade das figuras e dos eventos do passado (PARADA, 2009b, p. 26).

A preservação da memória coletiva também era um dos pressupostos das festividades; sendo assim, correspondia ao Estado

[...] selecionar fatos e eventos da história oficial para festejar, não só faz uma escolha do que deveria ser lembrando por meio das comemorações, mas também constrói certo arranjo que provoca reinterpretações desses eventos, concorrendo de modo decisivo na construção de um tipo de memória social (BENCOSTTA, 2006, p. 309).

Destarte, a memória social e a história vão sendo arquitetadas com base nos interesses políticos do regime, e, as festas procuraram rememorar uma “[...] história manipulada, reajustada, reprimida [...] justamente essa, com efeito, a história apreendida pela festa: uma falsa história, registradora de uma única possibilidade (OZOUF, 1976, p. 230).

A memória individual não está separada da memória social, pois essa separação “[...] é uma abstração desprovida de significado, em que cada um, com um passado diferente, terá memórias diferentes agregadas a diferentes limites característicos do grupo em questão” (PARADA, 2009a, p. 407). Para o referido autor,

O estudo da formação social da memória é o estudo daqueles atos de transferência [entre indivíduos de diferentes classes sociais] que fazem a lembrança possível. Digo isso para destacar como as cerimônias comemorativas têm importância crucial especialmente como atos comunicacionais e também na construção da memória coletiva e individual.

Nesse movimento há a “construção das representações”, cuja categoria por Roger Chartier (1989) enuncia que as práticas culturais são estratégias de pensar a realidade e construí-la (BURKE, 1992, p. 34).

Nagle (2009) compreende que a utilização de outros signos exteriores à sala de aula é resultado da insuficiência pedagógica da escola, além disso, interpreta os desfiles estudantis como mais um apêndice elaborado pela escola. Porém, ao se discordar dessas afirmações, admite-se que o olhar analítico dos eventos cívicos deve ultrapassar a questão interna da organização escolar.

As comemorações cívicas possibilitaram a criação da “comunidade imaginada”, categoria trabalhada por Benedict Anderson (1989); segundo o qual compreende-se que a comunidade nacional deve ser entendida como uma comunidade de signos compartilhados. Defronte a esse cenário, as festividades cívicas, utilizando-se fortemente dos símbolos teriam papel decisivo no sentido da produção da unidade nacional.

Servindo-se do conceito de “invenção das tradições” de Eric Hobsbawm, se compreende que a construção de novas tradições vinculados ao “fenômeno nacional” buscava legitimar os aspectos nacionalistas, surgidos a partir do século XIX: As tradições inventadas são altamente aplicáveis no caso de uma renovação histórica comparativamente recente, a “nação” e seus fenômenos associados: o nacionalismo, o Estado nacional, os símbolos nacionais, as interpretações históricas e daí por diante (HOBSBAWM, 2020, p. 22).

Ao se tratar das tradições inventadas, o papel da escola, seria, preferencialmente

[...] a coesão nacional em torno de um passado único, construtor da nação, justificava a preocupação na organização das atividades cívicas criadas para reforçar essa memória. As tradições nacionais não poderiam, dentro deste contexto, ser tratadas apenas pelos livros didáticos acompanhados das preleções dos professores em sala de aula. As festas e comemorações, discursos e juramentos tornaram-se partes integrantes e inerentes da educação escolar (BITTENCOURT, 1990, p. 167).

As festas cívicas contemplam uma forte presença de simbolismos patrióticos em consonância com o regime político vigente, além da presença mítica de vultos cívicos presentes nos discursos, nos hinos e na literatura trabalhadas, visando conduzir as mentalidades participantes ativas ou passivamente ao sentimento de civilização e progresso.

As solenidades cívicas configuram-se como a comemoração de um episódio ou um personagem significativo para a história da nação, sendo assim, esses momentos podem ser entendidos como “lugar de memória”, conceito proposto por Pierre Nora (1997), o qual compreende que lugares de memórias, materiais ou não materiais, são momentos constituídos para lembrar algum episódio real ou mitológico que gere um sentimento unânime nas pessoas e que necessite de instrumentos específicos para reviver esse sentimento. Razão pela qual tornaram-se imprescindíveis as datas comemorativas, os monumentos, pinturas, canções e outros instrumentos estruturados para se tornarem lugares de memória.

Compreende-se, outrossim, que as festividades cívicas não se configuram apenas como um momento de suspensão do cotidiano, uma inversão dos afazeres cotidianos, sendo um momento de divertimento, na busca por uma fuga do dia a dia. Ozouf (1976) e Del Piore (2000) compreendem que o ato festivo deve ser entendido como algo supracotidiano, como um momento teatralizado em que é possível encenar tudo aquilo que não é plausível de acontecer durante uma rotina diária. “A festa, seus espaços e suas atividades, vão ter outra interpretação aos olhos da multidão, a cada momento possibilitando uma inversão na sua utilização” (DEL PRIORE, 2000, p. 105), assim, podemos concluir que as instituições queriam atribuir uma única função à festa, porém, a sociedade irá se apropriar dela de outra forma.

Os órgãos oficiais do regime e as revistas do ensino procuravam demonstrar a importância das festas cívicas como mecanismo de difusão de valores e condutas,

As festas escolares de cada mês, os hymnos e canções patrióticas, o culta da bandeira e o majestoso desfile dos alumnos infundem o entusiasmo nas almas, geram as convicções profundas e dão as victorias que tornam as nações poderosas, prosperas e respeitadas (REVISTA DO ENSINO, 1937, p. 114)

No Estado Novo, a busca pela legitimidade utilizou-se da política cultural de massa para criar uma memória coletiva revisada sobre a nação e consolidar um sentimento de amor à pátria aliado ao pertencimento, unificando diferentes classes sociais, cada qual diante das suas potencialidades para a construção de uma nação forte.

O ato de remorar era uma constante durante o regime estadonovista, conforme expõe Sâmia Cristina da Silva,

[...] significava exaltar o sentido de nostalgia de momentos políticos já ocorridos. Naqueles momentos de euforia, as festas se pretendiam grandiosas e a população, em meio às girândolas que se estrondavam sem parar e ratificadas pelas belas poesias que os jovens estudantes recitavam, de certa forma, era levada, ao exercício da remuneração. A sociedade deveria prestar as solenes homenagens aos “grandes homens”, aos “grandes feitos”, a intenção era que aquela História nacional, por eles projetada, fosse adotada por todos. É válido lembrar que muitas vezes esse processo ocorria acriticamente, ou seja, os indivíduos eram levados a adotar essa marca como sendo sua própria identidade (SILVA, 2011, p. 17).

As festividades cívicas trazem de forma inerente em sua estrutura a “[...] tentativa de retorno ao passado, elas são repletas da memória coletiva, nelas podemos observar uma proximidade entre o passado, o presente e uma perspectiva de futuro, daquilo que se pretende alimentar nos imaginários” (CRUZ, 2020, p. 55), haja vista que as festividades se configuram para fazerem “[...] parte do mundo imaginário, como seus símbolos, ritos, movimentos, tendo o poder de alcançar e despertar os afetos, sentimentos inúmeros nos homens” (CRUZ, 2020, p. 55).

Para o êxito completo no processo de estruturação e construção da memória cívica na população, principalmente nas crianças e adolescentes, se fazia necessário um controle dos meios de comunicação, para se criar um clima adequado de dominação por meio dos imaginários sociais, segundo Bronislaw Bazcko (1984), criando necessidades e explorando a possibilidades inéditas à propaganda.

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégia para o exercício do poder, mas ela adquire uma força maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda atividade espontânea (CAPELATO, 2009, p. 40).

A propaganda política explora, com o uso de símbolos, os sentidos e a imaginação, e como incumbência do DIP a ampla exploração do processo de propaganda, além disso, o departamento também cuidava diretamente da organização das festividades cívicas com o Ministério da Educação no Distrito Federal, sendo de responsabilidade da organização nos estados e municípios dos Departamentos Estaduais de Imprensa e Propaganda (DEIPs) e dos órgãos competentes pela educação nos estados.

A organização das festividades patrióticas deveria ser muito bem estruturada, pois manifestava publicamente o poder do regime, como aponta Maria Helena Rolim Capelato (2009, p. 41),

As emoções tendem a se exacerbar nos espetáculos festivos organizados pelo poder. [...] Nas políticas de massa as potencialidades dramáticas são mais fortes e o mito da unidade ligado à imagem do líder torna o cenário da teatralização especialmente adequado ao convencimento.

O poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações, festas de todo tipo, construção de monumentos). As manifestações do poder não se coadunam com a simplicidade; a grandeza, a ostentação, o luxo as caracterizam.

A figura de Vargas era amplamente exaltada durante as manifestações cívicas através dos retratos do chefe político e faixas que o reverenciavam como “Chefe da nação”.

Imagem 11 – Manifestação cívica em frente ao Palácio Tiradentes (RJ)



Fonte: Imagem área da manifestação cívica em frente ao Palácio Tiradentes na qual é exaltado a figura de Getúlio Vargas, em 1942. Arquivo Nacional do Brasil. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

A imagem 11 demonstra o quão emblemáticas eram as manifestações cívicas. Uma grande fotografia de Getúlio na entrada do Palácio Tiradentes (RJ), logo abaixo os dizeres “Salve Getúlio Vargas”, outra faixa ao lado esquerdo, que não se consegue decifrar a inscrição. Logo, ao centro da comemoração, abaixo da grande representação de Vargas, era o local onde ele iria discursar como também outros líderes políticos.

A referida imagem foi amplamente divulgada pela imprensa, onde num primeiro plano, ao lado esquerdo, encontrava-se o herói nacional Tiradentes. O simbolismo apresentado no contexto da imagem de Getúlio Vargas como herói nacional, referindo-se àquele que viera

antes, está sendo abençoado pela figura de Tiradentes como o herói construtor de uma nova nação.

Outro ponto emblemático é a construção da figura de Vargas como herói nacional e sua inserção no rol desses grandes homens ainda em vida. Diferentemente do que se tentou com a figura dos marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, na Primeira República, enquanto esses ainda estavam vivos e exercendo seus papéis políticos, mas que não tiveram força para se tornarem heróis nacionais com adesão massiva; a figura de Vargas foi amplamente construída e aceita pela população.

Nesse momento histórico, as fotografias deveriam revelar um “[...] imaginário social construído e fortalecido, pois elas tornam o símbolo compreensível. Os departamentos vêm a fotografia enquanto instrumento de manipulação da informação a respeito de Vargas e do Estado Novo” (SANTANA, 2010, p. 7).

Imagem 12 – Dia do Trabalho no Estado Novo



Fonte: 1º de maio de 1943 Foto: cpdoc.fgv.br. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

No Dia do Trabalho era comum as comemorações cívicas organizadas pelo DIP, estando presentes parte das autoridades governamentais, como o Ministros do Trabalho e do Ministro da Justiça. As festividades desse dia ocorriam em estádios de futebol, como no Vasco da Gama (Estádio de São Januário), no Rio de Janeiro, no Palestra Itália e Pacaembu, em São Paulo, com

a participação dos trabalhadores, sindicatos, estudantes, sobretudo dos cursos profissionais e do público em geral. Era o momento em que Vargas proferia longos discursos de exaltação nacionalista, no qual anunciava direitos trabalhistas. A imagem do líder era amplamente ovacionada, causando sentimento de agradecimento que fortalecia ainda mais o mítico papel de “pai dos pobres”.

A Imagem 12 representa esse momento, com três homens carregando o quadro gigante de Getúlio Vargas que se fazia acompanhar de várias mulheres carregando a bandeira nacional; estando ali presente os dois maiores símbolos pátrios. Ao fundo da imagem, milhares de pessoas nas arquibancadas assistiam à execução da solenidade cívica.

Durante o regime varguista, o cidadão trabalhador era reconhecido quando se tornava um membro útil e produtivo para a sociedade, razão pela qual era dada grande importância ao Dia do Trabalho, conseqüentemente surgia o trabalhismo (GOMES, 1982). Segundo Capelato (2009, p. 175):

[...] O trabalhismo constituiu um dos traços definidores da política varguista. A constituição do Ministério do Trabalho, a lei do sindicalismo, a legislação social compõe a estrutura da nova cultura política. No que se refere à cidadania/trabalho, a atuação do governo se fez sentir em duas direções: a primeira dizia respeito às concessões efetivas às classes trabalhadoras, e a segunda referia-se à propagação dessa política com vistas a introjetar na consciência do cidadão trabalhador os compromissos da nova cidadania aí se incluindo o sentimento de gratidão e retribuição.

A comemoração ao Dia do Trabalho na escola era momento de formar nas novas gerações o sentimento de ser útil à nação, transmitindo-se, outrossim, a importância de se trabalhar e negar o ócio. A partir do governo provisório, inicia a construção educativa do símbolo à alusão de “criança operária”, como sendo uma tentativa de “proletarização” da infância, com o uso de discurso e atividades presentes nos livros didáticos e nas cartilhas.

Os livros didáticos e de leituras traziam histórias romaneadas sobre o trabalho, perpetuando o ideal de dignificação do homem. Dependendo da localidade, as crianças também participavam das festividades, declamando poemas e lendo textos previamente elaborados durante as aulas sob a orientação dos docentes.

Vargas terá sua imagem elevada ao símbolo de grandiosidade da Nação nivelado ao patamar da bandeira nacional, como afirma Capelato (2009, p. 52),

[...] foram os símbolos mais explorados nas representações visuais do Estado Novo. Muito significativo é o cartaz em que se desenha o mapa do Brasil, colorido de verde, e, no centro, a bandeira brasileira com a imagem de Vargas desenhada na esfera azul; ao lado, estão os dizeres: “Fortes e unidos, os brasileiros do Estado Novo são guiados



pela grande Trindade Nacional: Nossa Pátria, Nossa Bandeira, Nosso Chefe” (Nosso Século, n. 23, p. 176). A referência á simbologia cristão da Santíssima Trindade é clara: a sacralização dos símbolos garante maior força à imagem [...].

Utilizava-se a bandeira do Brasil nos eventos cívicos, e era valorizada para representar a soberania nacional e unir os brasileiros em torno do patriotismo. Joseane Zingleara Marinho esclarece que a “A defesa desse ideário fazia com que fosse dever de todos os filhos da nação realizar o culto cívico à bandeira, de modo que fosse respeitada e adorada a partir da infância” (MARINHO, 2008, p. 122).

A bandeira deveria criar um elo entre os indivíduos, como aponta Anthony Smith (1997, p. 31)

[...] o elo social entre os indivíduos e classes, através do fornecimento de todo um repertório de tradições, símbolos e valores partilhados. Através da utilização dos símbolos – bandeiras, moeda, hinos, uniformes, monumentos e cerimônias – os membros recordam a sua herança comum e as suas características culturais, sentindo-se fortalecidos e exaltados pela sensação de identidade e pertença comuns.

Porém, somente uma bandeira deveria ser amada, a Bandeira Nacional, as demais bandeiras estaduais, ou qualquer bandeira de outro país, ou de outra ideologia deveriam ser destruídas. Destarte, no dia 19 de novembro de 1937, ocorreu um dos momentos mais emblemáticos do Estado Novo, a queima das bandeiras estaduais, que sendo “[...] um ato simbólico, certamente, mas de transcendental importância. Demonstrou objetivamente ao país que o Estado Novo é uno e indivisível, e que, de Norte a Sul ... só existe uma realidade – a realidade brasileira [...]” (CAPELATO, 2009, p. 238)

A importância dos processos ritualizados, desde os eventos cívicos, os discursos, o hasteamento da bandeira e a postura dos indivíduos, serão exercidas em todos os regimes autoritários por agregar símbolos a vida cultural, como afirma McLaren (1992, p. 40),

[...] os rituais fornecem a base geradora da vida cultural; que um ritual é uma relação subsistente cuja natureza é determinada pelo caráter e relação de seus símbolos; que a maneira pela qual nós construímos a realidade está ligada a nossas percepções, que, por sua vez, são mediadas através de símbolos e sistemas de rituais compartilhados; e que nós estamos subjetivamente localizados na ordem social como agentes e atores através do engajamento em determinadas representações ritualísticas.

A vinculação Igreja-Estado permitia aos órgãos de propaganda a utilização de elementos do cristianismo católico na construção da imagem de nação e da figura do líder nacional. Alcir Lenharo (1986, p. 16) enfatiza outra relação de símbolo cristão reorganizado para exaltação da imagem do regime, com foco no conceito de corpo. Sendo a

[...] utilização alegórica de uma imagem exaustivamente empregada no discurso político, por sinal muito cara ao imaginário do cristianismo, desde seus primórdios: o corpo. A nação, por exemplo, é associada a uma totalidade orgânica, à imagem do

corpo uno, indivisível e harmonioso; o Estado também acompanha essa descrição; suas partes funcionam como órgãos de um corpo tecnicamente integrado; o território nacional, por sua vez, é apresentado como um corpo que cresce, expande, amadurece; as classes sociais mais parecem órgãos necessários uns aos outros para que funcionem homoganeamente, sem conflitos; o governante, por sua vez, é descrito como uma cabeça dirigente e, como tal, não se cogita em conflituação entre a cabeça e o resto do corpo, imagem da sociedade.

Pode-se perceber a aproximação do discurso católico, de que Cristo é a cabeça da Igreja, e conseqüentemente, sendo Deus, não se pode questioná-lo ou mesmo entrar em conflito com ele e com aqueles que o seguem. A metamorfose da figura sagrada de Getúlio estará alinhada ao processo de sacralização da política que “[...] visava dotar o Estado de uma legitimidade escorada em pressupostos mais nobres que os tirados da ordem política, funcionando como escudo religioso contra as oposições não debeladas” (LENHARO, 1986, p. 18).

Diante desse fato, as escolas e as festas cívicas deveriam auxiliar no processo de molde de um povo dócil e ordeiro, além de fiel a Deus e à pátria, sendo essa última, uma “mãe” que educa e fornece benefícios, fecundando a visão mítica agregada pela relação Igreja-Estado.

As festas cívicas, com o papel simbólico e ritualista, assumem o papel de teatralização do poder e da memória, criando “[...] a imagem da sociedade unida, harmônica, alegre e feliz, ocultando as práticas repressivas exercidas para manter o controle social” (SCHEMES, 1995, p. 5). Há uma preocupação na manipulação e controle do trio institucional lar-escola-pátria, sendo que

Na escola, o professor desperta sugestões emotivas e exercita para o impulso heroico e para o “apostolado cívico”. Pais e filhos, professores e alunos não se manifestam hierarquicamente. As relações sociais, do lar à escola e, deles, para o genérico da Pátria, diluem-se gradativamente, sustentadas apenas pelo crivo da moralidade (LENHARO, 1986, p. 49).

Na direção do processo de ritualização ocorre a mudança do calendário após a instauração do Estado Novo, o dia 7 de setembro é precedido por comemoração que se iniciavam no dia primeiro do mês finalizando no dia 7, considerado pelo regime como Dia da Pátria, sendo assim, essa semana se tornou conhecida como Semana da Pátria, momento no qual as instituições escolares permaneciam em festa com declamação de poemas e poesias, apresentação teatral, artística e esportiva, hasteamento da bandeira, execução de hinos pátrios, além do trabalho docente que deveria girar em torno do patriotismo. Toda a organização era obrigatoriamente embasada nas recomendações e documentos enviados pelo inspetor de ensino.

Os desfiles cívicos ilustravam para os espectadores a rigorosa distinção hierárquica presente na sociedade, como mostra Roberto DaMatta (1997, p. 57),

[...] há uma nítida separação entre o povo, as autoridades (que assistem ao desfile, mas para as quais o desfile é realizado) e os militares que desfilam. Realmente, o ponto focal do desfile do Dia da Pátria é a passagem pelo local sacralizado, onde se presta continência às mais altas autoridades constituídas. O povo faz o papel de assistente, e, junto com os soldados, prestigia o ato de solidariedade e de respeito às autoridades e aos símbolos nacionais (a bandeira e as armas da República), por meio do sinal paradigmático da continência.

Os desfiles nas cidades interioranas possuíam elementos similares, que contavam com a presença de políticos e membros da elite local, além de pessoas ilustres convidadas; algumas dessas pessoas proferiam discursos que deveriam conter pontos fulcrais à construção do sentimento patriótico. Os desfiles ocorriam com a participação das escolas situadas no perímetro urbano, dispensava-se a participação das escolas isoladas rurais, devido à dificuldade de locomoção dos seus integrantes.

Aline Choucair Vaz (2006, p. 93), em sua dissertação de mestrado, traz as orientações para a organização das festividades da Semana da Pátria de 1940, em que o chefe do Departamento de Educação de Minas Gerais, Eliseu Larbone e Valle, compartilha a importância das festividades cívicas para a construção da nação.

Da Secretaria de Educação recebemos o seguinte:

“Aos senhores diretores das escolas normais, grupos escolares e escolas reunidas e professores.

Comunico-vos de ordem do Sr. Secretário, que deveis realizar, com o maior brilhantismo, as solenidades comemorativas da Semana da Pátria. (...)

Essas considerações vêm a propósito daquilo que desejamos lembrar aos professores: e é que, no estudo de história pátria, devem as crianças investigar e distinguir as linhas mestras que balizam a evolução do Brasil, de sorte que se informem no conhecimento dos problemas que desafiam, na hora atual, os nossos governantes. Tais problemas ora resultam de um punhado de circunstâncias, bastantes, por si só, para justificar os sacrifícios que demandam a sua pronta solução ou, outrora descuidados, voltam à tona das preocupações nacionais e impõem uma solução verdadeiramente nacional (...).

Parece que as solenidades cívicas, assim preparadas, vitalizam o ensino de História, porque favorecem as comparações, atualizam os acontecimentos, estabelecendo relações de causa e efeito e equipam, melhormente, as crianças, colocando-as desde a escola, a serviço do Brasil.

As recomendações do chefe do Departamento de Educação mineiro evidenciam a importância de os eventos cívicos serem bem elaborados, pois através desses momentos é que as crianças estariam “vivenciando” a História da Pátria, construindo o patriotismo, e realizando as comparações entre o que está descrito nos livros e o que acontece nos eventos, com a sua participação. Ao se transportar para a nossa realidade educacional atual, isento de anacronismos, pode-se afirmar que as crianças iriam construir uma educação significativa, pois estariam experienciando um pouco da História.

Imagem 13 – Trecho da Cartilha “A Juventude no Estado Novo”



“Brasileiros: Como chefe da Nação, exulto e sinto fortalecido a fé que sempre tive no futuro do Brasil.

A grande virtude nacional neste momento histórico deve ser uma virtude militar – a disciplina; as circunstâncias impõem à nossa conduta o atributo dos povos fortes – a tenacidade. A Nação, disciplinada e tenaz há de realizar os seus altos objetivos de progresso, sob a proteção do pavilhão auriverde, símbolo da unidade e da grandeza do Brasil”.

Fonte: Cartilha “A Juventude no Estado Novo”, publicado pelo DIP, entre 1937 e 1945. Rio de Janeiro (RJ), (CPDOC). Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

Retomando à cartilha “A Juventude no Estado Novo”, observa-se a explicação daquilo que Eliseu Larbone coloca em suas orientações à comunidade escolar mineira, em 1940. As crianças e adolescentes estudariam com uso das cartilhas sobre a importância do amor aos símbolos pátrios e a nação e, durante os eventos cívicos, esses futuros cidadãos vivenciariam as ilustrações e fotografias que lhes eram transmitidas. Além disso, teriam contato, produziram, mediante a cópia, os gestos, os símbolos, os movimentos, a prontidão.

A expansão do tempo cívico da Semana da Pátria é característica da importância que os eventos cívicos possuíam para o regime ditatorial, como sugere Maurício Parada (2009b, p. 69-70):

Após 1935, a Semana da Pátria cresceu, tornando-se um longo período de celebrações cívicas. Após a instauração do Estado Novo, o ritmo e a amplitude das cerimônias cívicas cresceram significativamente, tanto que o período de 1 a 6 de setembro foi preenchido com várias cerimônias que interrompiam a vida cotidiana e focavam a atenção nos temas da Independência nacional, soberania e unidade. No momento de maior estabilidade do Estado Novo, entre 1939 e 1942, o aparato cultural do governo federal utilizou quase todos os dias da Semana da Independência para algum propósito

cívico. (...) estenderam o tempo cívico, dando ao governo federal a ampla oportunidade de mobilizar grande número de indivíduos.

O cenário perfeito para os representantes do Estado Novo seria a participação de todas as crianças e jovens, possibilitando, outrossim, a construção do sentimento patriótico em cada vez mais indivíduos. Em 1939, Siqueira lançou a poesia intitulada “Juventude”, em que retrata a criança brasileira em idade escolar, vinculada ao processo de mobilização cívica da juventude:

*É com profunda e santa exaltação  
que vejo desfilar a juventude!  
Ela é a alma vibrante da nação,  
plasmada no civismo e na virtude.*

*Ninguém duvida! Não! Ninguém se ilude:  
ela traz o Brasil no coração.  
E saberá vencer destino rude,  
como o não soube minha geração!*

*Inteligente, estudiosa e ordeira,  
tendo por lema o lema da bandeira  
e amando seu torrão com amor profundo...*

*A juventude, que proclamo e exalto,  
há-de elevar nosso Brasil bem alto,  
dando-lhe altar no coração do mundo!* (SIQUEIRA, 1939, p. 23-24).

O texto exalta um modelo perfeito de juventude, como aquela sendo patriótica, ordeira, disciplinada e coesa, que exercerá seu papel de estudante e depois o exercerá como trabalhadora no progresso da nação.

Parada (2009b) argumenta que a tendência da construção da unidade nacional utilizando-se da juventude foi uma tentativa de remover o temor da permanência de uma identidade desfigurada, causando o mal em várias gerações.

O projeto totalitário caminhava para um conjunto de práticas e normas de conduta que enfatizavam a preservação da ordem e da estabilidade social, o controle de diferenças sociais (especialmente aquelas associadas ao conceito de “estrangeiro”), o enquadramento do mundo do trabalho e a racionalização do poder. O objetivo de forjar uma unidade moral faria com que a sociedade brasileira enfim escapasse do temor ancestral: a convivência com uma identidade desfigurada (PARADA, 2009b, p. 154).

Imagem 14 – Desfile da Juventude no Distrito Federal



Fonte: Desfile da Juventude na Capital Federal durante as comemorações da Semana da Pátria de 1944. Fonte: SOUZA (2013, p. 36) apud Vida Doméstica, out. 1944, p. 50-51. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

O uso da fotomontagem foi um recurso utilizado pelo DIP para reforçar as realizações do governo varguista além de transmitir a imagem de onipresença do político.

Há, nestas fotomontagens, uma bricolagem de fotos para mostrar o presidente como um chefe atento aos acontecimentos a sua volta, supervisionando e participando efetivamente do desenvolvimento da nação. Sua figura transmite um ar de seriedade, observância, uma mão forte para a construção de um futuro glorioso. Mais uma vez, o departamento tenta imprimir na fotografia um caráter de fidelidade aos eventos [...] (SANTANA, 2010, p. 8).

Observa-se que as comemorações cívico-escolares possuíam um rígido controle estatal, com normas que normatizavam os hinos a serem entoados, as roupas a serem usadas, os momentos que deveriam compor cada instante dos eventos. O programa das festividades era preestabelecido, tendo “[...] início com a divulgação da programação oficial publicada pela imprensa, designando o trajeto dos desfiles e nomeando as ruas pelas quais seguiriam, de forma que o público conhecesse previamente o itinerário” (SILVA, 2011, p. 43).

José de Arimatéia Freitas Aguiar Júnior demonstrou em seu trabalho sobre os eventos cívicos ocorridos no Piauí, como se dava as celebrações na Escola Normal Oficial, em 1938; a

forma de se organizar as festividades comemorativas ao Dia da Pátria, com as recomendações oficiais presentes no programa da festa, destacando a participação do Interventor Estadual Leônidas de Castro Melo no evento.

1. Hino Nacional a 3 vozes mistas, a capela, pelo Orfeão da escola.
2. Discurso do Professor Waldir Gonçalves.
3. La Serenata – Caetano Braga – piano, pela professoranda Alda Rocha.
4. O Sol e a instrução – Antonio Chaves (Piauiense) – declamação pela professoranda Isabel Dantas.
5. Adeus – Francisco Alves – canção pela aluna Maria de Lourdes Oliveira.
6. Pátria – Olavo Bilac – declamação pela aluna Lili Neiva.
7. Pra Mamãe – Canone a 3 vozes, pelo orfeão da Escola. Ilustração pela aluna Maria Emília do Rego Monteiro.
8. Retour du Patrie – F. Burgmuller – piano, pela aluna Jandira Gomes.
9. Cantiga de ninar – F. Mignone – canto, Maria de Lourdes Carneiro.
10. Velho Tema – Vicente de Carvalho – declamação pela professoranda Maria Ribeiro Gonçalves.
- [...]
16. Hino Nacional, a 3 vozes, a capela, pelo Orfeão da Escola.

Pode-se perceber que a utilização demasiada de hinos pátrios nacionais e internacionais estavam presentes no programa, além da intenção participação do Orfeão da escola, mostrando que o desejo de Villa-Lobos da expansão do canto orfeônico foi concretizado.

O Dia da Raça fazia parte da Semana da Pátria, revelando a preocupação do regime na construção de uma imagem de ‘raça forte’ e civilizada, ou melhor, de uma “nova raça brasileira”, ideia influenciada pelo eugenismo, que procurava educar as pessoas utilizando-se do discurso e outros instrumentos pedagógicos.

As vestimentas tornaram-se importantes símbolos, considerando-se que necessitavam estar apropriadas para os ritos das festas cívicas, sendo que, os alunos deveriam cumprir obrigatoriamente o que as recomendações do inspetor de ensino impunham, podendo ser o uniforme da escola ou o uniforme da disciplina de Educação Física, que exibia os corpos saudáveis, representando uma nação forte. Uniformizando todos os membros da comemoração, não deixando espaço para roupas que poderia chamar mais atenção que os símbolos pátrios.

Além das festividades cívicas que alteravam a rotina da comunidade escolar, Parada (2009b, p. 93) relembra os rituais diários de postura cívica.

Os rituais diários compostos por práticas cotidianas de dever cívico, como jurar lealdade à bandeira, cantar o Hino Nacional e outros hinos patrióticos (realizados nas escolas e repartições públicas), ou práticas difusas de consumo de informações produzidas pelo Estado sobre si mesmo (como ler os jornais sob censura ou sintonizar a Hora do Brasil), permitiram a naturalização do Estado (e da liderança política que o controlava) como instância mediadora das relações entre o “povo” e a “nação”.

Em consonância com Maria Helena Rolim Capelato e Eliana Regina de Freitas Dutra, ao analisarem os conceitos de representações políticas, ao abordarem a relação da construção do imaginário social e das relações simbólicas pela busca do poder, podendo, contudo, afirmar que a preocupação do governo varguista em construir símbolos na mentalidade das massas e da elite, tornava-se necessário para que se legitimasse o poder central forte estabelecido no Estado Novo.

Quando uma sociedade, grupos ou mesmo indivíduos de uma sociedade se vêm ligados numa rede comum de significações, em que símbolos (significantes) e significados (representações) são criados, reconhecidos e apreendidos dentro de circuitos de sentido: são utilizados coletivamente como dispositivos orientadores/transformadores de práticas, valores e normas; e são capazes de mobilizar socialmente afetos, emoções e desejos, é possível falar-se da existência de um imaginário social. Ele se traduz como um sistema de ideias, de signos, e de associações indissolúvelmente ligado aos modos de comportamento e de comunicação. E a análise dos imaginários sociais ganha novos possíveis quando se começa a cotejá-los com os interesses sociais, com as estratégias de grupo, a autoridade do discurso, a sua eficiência em termos de uma dominação simbólica, enfim, com as relações entre poder e representação (CAPELATO; DUTRA, 2000, P. 229).

Diante das colocações reforça o argumento de que os eventos cívicos não são apenas momentos de diversões; sobretudo a Semana da Pátria e especificamente o Dia da Pátria, eram o momento de reunião dos cidadãos em torno dos sentimentos nacionais, como patriotismo, civismo e nacionalismo, com o objetivo de introjetar em todos os presentes, participantes e organizadores o sentimento de união patriótica.

O patrocínio de cerimônias cívicas pelo regime varguista procurava realizar uma síntese cultural em monumentais rituais comemorativos. Estes rituais, que serviram para o propósito múltiplo de unificar elites e massas, Estado e sociedade em um contexto de modernização, também simbolizaram um tempo e um espaço idílico no imaginário político brasileiro. Estes rituais procuravam reinventar uma harmonia nacional, que o regime varguista acusava ter sido destruída pela República Velha, assim como procurava construir uma nova cultura política que serviria de guia para nação na direção da modernidade, soberania e ordem (PARADA, 2009a, p. 406).

A preocupação voltada às festividades cívicas não era privilégio somente das grandes capitais, mas expandia-se às cidades interioranas, inclusive, às cidadezinhas, pois a preocupação com a construção de uma nova ordem social, vinculada ao nacionalismo, ao patriotismo e ao civismo deveria eliminar determinados focos ou brechas para a ascensão e proliferação de ideal contrário ao regime.

A organização dos momentos cívicos, seja durante as comemorações, seja no cotidiano escolar com o hasteamento da bandeira e a entoação de hinos, como também no ensaio para os eventos interno e externo a escola, constituiu atmosfera criada em torno da escola como



expoente formativo do novo cidadão brasileiro, que deveria não somente amar sua Pátria e seu líder, mas, sobretudo, haveria uma demonstração desse amor.

### **Capítulo 3. Formação do novo cidadão angatubense: o amor patriótico inculcado no interior paulista**

Com a mudança política no Brasil, do viés republicano para o viés nacionalista-autoritário-pragmático de Getúlio Vargas, o impacto na educação será mediante a estruturação de um novo universo pedagógico e novos objetivos para as instituições escolares de primeiro grau. O corpo docente do ensino primário de Angatuba procura adaptar-se as novas medidas educativas para formação do “novo cidadão angatubense”.

Inserida numa região dependente economicamente da produção de café e algodão, Angatuba enfrentará, como outras cidades da região, inúmeros problemas para a realização efetiva da instrução primária, como a falta de escolas e professores, a precariedade das escolas isoladas, a grande distância percorrida pelos docentes e discentes para a frequência ao ensino, o baixo rendimento aliado aos altos níveis de ausência e o trabalho infantil. Como exposto por Souza (2009, p. 149):

Unidades escolares modestas e simples, as escolas isoladas localizadas em sua grande maioria na zona rural, caracterizam-se durante o século XX pela carência e o abandono. Nessas escolas o curso primário tinha duração menor e programas mais simplificados. Os professores recebiam vencimentos menores que os dos grupos escolares. Faltavam casas próprias para o funcionamento das escolas. Os resultados do ensino eram pouco profícuos. Uma escola de ausências ou “ilhas de saber” como tão bem as caracterizou Denise Silva (2004).

As dificuldades das escolas urbanas eram similares, enfrentando tal cenário os docentes do ensino primário precisavam organizar as ações pedagógicas em torno da formação cívica e patriótica. Imbuídos da missão moralista de formar o cidadão com fervoroso amor à Pátria e valorizando a importância pelo trabalho como gerador da dignidade humana, conciliando com a inovação pedagógica apregoada pela Escola Nova.

A imprensa local cedia espaço para a divulgação das práticas do ensino no Grupo Escolar, demonstrando como eram organizadas as festividades cívicas, estruturando espaços para a publicação de textos dos alunos sobre temática patriótica e moralista, tornando-se instrumento de consolidação dos ideais do varguismo.

O capítulo explora a formação do “novo cidadão angatubense”, mediante a construção imposta pela estruturação pedagógica de cunho cívico-patriótico ocorrida no ensino primário da localidade, em consonância com os ideais varguistas que imperavam no período ora analisado. Diante do pressuposto no que tange o ensino primário em Angatuba, houve, *a priori*, necessidade de tomar conhecido das obras didáticas referentes ao período histórico estabelecido

e concluir com a análise das festividades cívicas, culturais, ocorridas na cidade, veiculadas na imprensa local, como também acrescida dos relatos orais coletados.

### 3.1 Panorama da educação primária em Angatuba

Getúlio Vargas e Gustavo Capanema desejavam construir a unidade nacional por meio da educação e, para isso, não mediram esforços a fim de que os ideais de civismo e patriotismo atingissem todo território nacional. Angatuba vivia sob a égide do poder coronelista vinculado aos membros da elite política estadual e nacional, cuja figura política proeminente foi Júlio Prestes de Albuquerque. Vítima das artimanhas políticas que imperavam em 1930, ele foi impedido de assumir a Presidência da República. Entretanto, por mais que a conjuntura política não favorecesse os aliados de Júlio Prestes, o reordenamento pedagógico em torno do civismo e patriotismo fará parte do cotidiano dos cidadãos angatubenses no decorrer das décadas de 1930 e 1940.

A organização do ensino primário em Angatuba, sob aspiração do republicanismo, se dá através do Decreto municipal de 17 de agosto de 1911, ocorrendo em 1º de setembro de 1911 a instalação das Escolas Reunidas, de forma provisória, no Largo Jorge Tibiriçá<sup>44</sup>.

Urgia a substituição ou a melhoria da estrutura das escolas isoladas urbanas na localidade, com isso, o mecanismo encontrado pela elite foi a instauração das Escolas Reunidas (LISBOA, 2008, p. 392-393). Segundo Maria Aparecida Morais Lisboa (2008, p. 392):

Foram matriculados alunos entre 6 e 15 anos, em classes que eram regidas pelos professores Othon Odon de Albuquerque e esposa Elmira de Almeida, Antonio Ferreira da Silva, Clementina Etelvina de Almeida e Maria José de Oliveira, cujo esposo, o professor Orestes Óris de Albuquerque, foi designado para ocupar o cargo de diretor da referida instituição escolar.

O novo prédio reuniu melhores condições para o exercício do processo de ensino-aprendizado, porém era prioridade entre os membros da elite local a construção de um prédio suntuoso, comparado ao de outras localidades, como Itapetininga/SP, para o Grupo Escolar,

---

<sup>44</sup> Jorge Tibiriçá de Almeida Prado “era fazendeiro, engenheiro agrônomo e membro da primeira geração de políticos republicanos” (LISBOA, 2008, p. 393), sendo eleito para dois mandatos como governador de São Paulo (1890-1891, 1904-1908). “Durante 17 anos participou da comissão executiva do P.R.P. Ocupou o cargo de Diretor da Estrada de Ferro Mogiana. Foi Secretário da Agricultura de São Paulo de 1892 a 1985), presidente do Senado Estadual e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo” (LISBOA, 2008, p. 393).

símbolo maior do triunfo do republicanismo, sendo essas instalações elevadas ao posto de “templos de civilização<sup>45</sup>”.

À luta pelo ensino público nesse microcosmo que empreendeu os esforços da Câmara Municipal, do Diretório do P.R.P. e da elite letrada, somou-se a ação dos políticos estaduais, como o Vice-Presidente do Estado de São Paulo, Cel. Fernando Prestes de Albuquerque, o Secretário do Interior, Dr. Altino Arantes e o Deputado Estadual, Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, tornando-se estes últimos as autoridades responsáveis pela criação e instalação do grupo escolar em Angatuba/SP (LISBOA, 2008, p. 410).

Imagem 15 – Matéria: Ao Povo de Angatuba, Ao Exmo. Sr. Secretario do Interior



Fonte: Jornal “A Cidade de Angatuba”, Ano II, São Paulo, Angatuba, 17 de março de 1912, Num. 71. Acervo da pesquisadora Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 21 de maio de 2021.

O imigrante italiano, Francisco Turelli, então prefeito municipal da localidade, no dia 5 de fevereiro de 1911, doou o terreno para a construção do prédio do Grupo Escolar, designando

<sup>45</sup> Categoria cunhada pela pesquisadora Rosa Fátima de Souza em sua obra “Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo: (1890-1910)”.

a Dr. Júlio Prestes de Albuquerque para que no uso da sua influência política conseguir a efetiva construção do novo prédio.

A consolidação do desejo da elite local virá através do Decreto de 26 de fevereiro de 1912, permitindo a constituição do Grupo Escolar na localidade, ocorrendo em 9 de abril, do referido ano, adaptado provisoriamente no prédio das Escolas Reunidas. “Às escolas da cidade que eram três de cada sexo, denominadas “Escolas Reunidas” foram anexadas as escolas mistas dos bairros dos Theodorinhos e Coqueiros, convertendo-se em grupo escolar” (LISBOA, 2008, p. 412). Organizaram-se as salas por separação de sexo, formando assim “[...] duas classes para cada ano escolar – 1º, 2º, 3º e 4º anos [...]” (LISBOA, 2008, p. 413).

Transcorreram-se mais de nove anos para o início das obras do suntuoso prédio para alocação do Grupo Escolar; durante o tempo de espera, houve empenho da elite e da imprensa local na promoção de uma campanha proclamando o desejo dos munícipes à construção de um prédio para a instituição de ensino. Então, no dia 12 de junho de 1920, quando

[...] o povo angatubense foi convidado a participar da grande festividade que culminou com o lançamento da pedra fundamental do referido prédio escolar e da cadeia pública. Na mesma ocasião inauguraram também, no espaço da Câmara Municipal, os retratos dos “beneméritos homens públicos”: Cel. Fernando Prestes de Albuquerque, Cel. Juviano Pereira de Moraes e Dr. Júlio Prestes de Albuquerque. A festa acontece, assim, em um universo político, sociocultural, educacional e simbólico (LISBOA, 2008, p. 429).

Imagem 16 – Matéria: Dr. Fortunato Martins de Camargo



Fonte: Jornal “A Cidade de Angatuba”, Ano XI, São Paulo, Angatuba, 31 de outubro de 1920, Brasil, Num. 502. Acervo da pesquisadora Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Como patrono do Grupo Escolar escolheu-se o Dr. Fortunato Martins de Camargo, que “[...] era proprietário da fazenda Aterrado, no município de Angatuba/SP, formou-se em Agronomia pela Universidade de Gaimblaux, na Bélgica. Foi Deputado Estadual pelo 4º Distrito e por muitos anos ocupou o cargo de presidente do diretório político local” (LISBOA, 2008, p. 434). Assim, a instituição se chamaria Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”.

A conclusão das obras do prédio do Grupo Escolar aconteceu no ano de 1923, sendo a sua instalação no dia 18 de abril do mesmo ano (ANNUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1935-1936, p. 70). O período denominado por Nagle (2006) como “entusiasmo pela escolarização” foi de grande atuação do poder público estadual na construção de grupos escolares em várias localidades no Estado de São Paulo, tendo em conta ser um dos símbolos do republicanismo, totalizando até o ano de 1936 a marca de 182 grupos escolares no Estado.

A finalidade dos grupos escolares, conforme Reis Filho (1981, p. 103), era a de congregar em um mesmo prédio de quatro a dez escolas localizadas num raio de dois quilômetros para as crianças do sexo masculino e um quilômetro para as do sexo feminino.

Lisboa (2008, p. 302) aponta que do ano de “[...] 1870 a 1922 foram criadas no município 41 escolas nas áreas rurais [...]” que tinham como administradores as famílias do Alferes Salvador Ferreira de Albuquerque<sup>46</sup> e do Major Manuel Pereira de Moraes<sup>47</sup>, considerados os principais coronéis da localidade. Em 1936 a localidade contava com 12 escolas isoladas e 6 classes<sup>48</sup> no Grupo Escolar (RIOS, 1936, p. 9).

Pode-se entender essa mudança numérica tendo em vista que as escolas nas áreas rurais, como apontado por Lisboa (2008), sofreram mudanças significativas com a perda do poder econômico advinda da crise do café, as mudanças políticas e legislativas empregadas com a criação das legislações educativas a partir de 1930 e com as dificuldades enfrentadas pelas professoras e professores nessas localidades, entre elas, a falta de estrutura das escolas e a submissão que estes docentes deviam prestar aos coronéis.

Angatuba estava localizada na área de domínio da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga/SP, que possuía, em 1936, como delegado o professor Fernando Rios. A Delegacia abrangia as cidades de “Itapetininga, Angatuba, Apiahy, Bury, Capão Bonito, Faxina<sup>49</sup>, Guarehy, Itabará<sup>50</sup> (sic), Itaporanga, Itararé, Ribeira, São Miguel Archanjo” (ANUÁRIO DO ENSINO, 1937, p. 50).

O relatório<sup>51</sup> da Diretoria de Itapetininga do ano de 1942 inclui as cidades de Iporanga e Sarapuí, abrangendo uma área de 20.175 km<sup>2</sup> (RELATÓRIO REGIONAL DO ENSINO DE ITAPETININGA, 1942, p. 5). A Delegacia, em 1936, contava com 262 unidades<sup>52</sup>, dividida

---

<sup>46</sup> Alferes Salvador Ferreira de Albuquerque, foi membro da Guarda Nacional e cafelista-escravocrata, possuía sob seu domínio político membros da política local, além de possuir grande extensão de terra como dono das fazendas: Campina do Monte Alegre e Guareí Abaixo (LISBOA, 2008).

<sup>47</sup> Major Manuel Pereira de Moraes, mais conhecido como Major Pereira, congregava sob seu extenso poder político membros do Partido Republicano Paulista (P.R.P), mantendo relações com membros republicanos de todas as localidades do Estado de São Paulo e de outros Estados. Seus filhos, netos e outros familiares têm forte atuação na política até os dias atuais (LISBOA, 2008).

<sup>48</sup> A categoria classe começa a ser utilizado com a influência das ideias da Escola-Nova suprimindo o termo escolas ao se tratar do nome dado ao conjunto de alunos divididos por série e tendo um docente como regente.

<sup>49</sup> Atual cidade de Itapeva era chamada de Faxina até 1938. “A partir daí, Itapeva – que significa pedra chata em tupi guarani, tornou-se a denominação oficial da cidade.” (ITAPEVA, 20??).

<sup>50</sup> O anuário contém um erro no grafismo do nome da cidade de Itaberá.

<sup>51</sup> Como afirma Souza (2009, p. 12), “[...] o relatório elaborado pelos professores, no início do século XX, é interrompido pelo relatório dos inspetores, que dá lugar ao relatório dos delegados de ensino, atestando o crescimento da racionalidade administrativa na organização do sistema”.

<sup>52</sup> O relatório apresenta unidades como sendo a soma de todas as classes que abrangiam tanto os grupos escolares quanto as escolas isoladas urbanas e rurais.

em 16 grupos escolares e 141 escolas isoladas, em que os 4 inspetores escolares, sendo eles Abílio Fontes, Sebastião Pinto, Ottilio Meira Lara e Adelio Ferraz de Castro, deveriam percorrê-las realizando as funções de inspeção.

O Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933 evidencia as regulamentações em torno do cargo de delegado de ensino, sendo esses,

[...] escolhidos pelo Diretor Geral do Departamento de Educação, entre os inspetores escolares com 440 dias, pelo menos, de exercício no cargo. Na época, para ser inspetor era preciso experiência na direção de escola e experiência docente. Competia aos delegados visitar e inspecionar os estabelecimentos de ensino, enviar para o Departamento de Educação os roteiros mensais de inspeção, reunir anualmente os diretores dos grupos escolares da região para orientá-los, em matéria de serviço, dar posse aos inspetores e demais servidores escolares, determinar sindicâncias, aplicar penas disciplinares (SOUZA, 2009, p. 21).

O Departamento de Educação durante os anos de 1933 e 1945 expediu “[...] regularmente circulares orientando e exigindo dos delegados a elaboração de relatórios minuciosos sobre o andamento dos trabalhos nas escolas” (SOUZA, 2009, p. 21). Relatórios nos quais compreende-se a realidade e o cotidiano das instituições escolares.

Segundo as descrições do relatório do delegado regional, as condições econômicas da região eram de pobreza, com isso, as dificuldades no âmbito educacional eram agravantes.

A região de Itapetininga, que contava 17 municípios, hoje reduzidos a 12, em virtude da perda de autonomia de 5 dos que a compunham, pode ser considerada uma das zonas mais pobres do Estado. Apenas os municípios de Itapetininga, Faxina, Itararé, Capão Bonito e Angatuba renderam, em 1936, mais de 100 contos. Iporanga e Ribeira, cuja autonomia foi há pouco restabelecida, renderam apenas 10:927\$000 e 25 contos, respectivamente (RIOS, 1936, p. 1).

Em 1942, a situação educacional da região apresenta um avanço significativo, com 17 grupos escolares, 21 escolas isoladas urbanas, 124 escolas isoladas rurais, 21 escolas municipais e 4 escolas particulares. Angatuba não possuía escolas particulares, porém começa a contar com duas escolas municipais (RELATÓRIO REGIONAL DO ENSINO DE ITAPETININGA, 1942, p. 35). A região apresentava 180.198 indivíduos, dos quais 33.422 estavam em idade escolar.



Imagem 17 – Mapa da área territorial de abrangência do 1º e 2º distritos da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga, 1936



Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga apresentado pelo Professor Fernando Rios, 1936, SP. Acervo: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 25 de agosto de 2021.

Imagem 18 – Mapa da área territorial de abrangência do 3º distrito da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga, 1936



Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga apresentado pelo Professor Fernando Rios, 1936, SP. Acervo: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 25 de agosto de 2021.

As informações apresentadas pelo referido relatório constatavam as dificuldades enfrentadas pelos inspetores para se ter acesso às cidades, situação piorada quando pretendiam chegar as escolas isoladas.

Foram percorridos, em 1936, pelos inspetores da região, nos serviços de seus cargos, 43.134 quilômetros, dos quais 17.364 em estrada de ferro; 24.481 em estrada de

rodagem; 1.151 a cavalo e 138 a pé, tendo sido dispendidos 15:979\$500, sendo 5:762\$500 em diárias e 10:217\$000 em conduções (RIOS, 1936, p. 5).

Abílio Fontes era o inspetor designado para Angatuba, em 1936, porém pode-se perceber que ao analisar a quantidade de quilômetros – ao todo, em 1936, foram 9.713 kms - e a quantidade de unidades visitadas – totalizou, em 1936, 252 unidades, sendo 118 classes de grupos escolares, 121 escolas isoladas e 13 escolas municipais -, os inspetores também faziam a inspeção em outras localidades (RIOS, 1936, p. 5-6).

Em 1942, a situação econômica era deficitária, como apontado no relatório do ensino:

A região de Itapetininga, para o seu serviço de inspeção escolar, não conta com o principal elemento econômico: a estrada de ferro. Raríssima as escolas servidas por via férrea, cujos horários ainda não permitem o acesso fácil as unidades. Outro fator que dificulta e encarece muito a inspeção é a distância em que se encontra as escolas, na sua maioria de penetração; ficam algumas a 60 quilômetros da sede, com uma única condução – o cavalo. É muito raro visitar-se, como soe (sic) acontecer em regiões de população densa, duas escolas na mesma linha, de modo a baratear a condução (RELATÓRIO REGIONAL DO ENSINO DE ITAPETININGA, 1942, p. 35).

O encarecimento dos serviços de inspeção e as dificuldades de acesso às escolas podem ser esclarecidas ao observar os mapas da região de abrangência da delegacia de ensino em que a estrada de ferro não estava próxima aos centros urbanos, ocorrendo dispendiosos tempos e altos valores para o transporte. Angatuba (imagem 17), por exemplo, o ponto de embarque e desembarque localizava-se a 12 quilômetros do Grupo Escolar, e a distância aumentava consideravelmente quando se pretendia inspecionar as escolas isoladas rurais, necessitando para tanto do auxílio dos moradores da localidade.

Não somente os inspetores, mas também professores e alunos enfrentavam a precariedade das estradas de rodagem, por isso, muitos alunos concluía a sua vida escolar no terceiro ano; tendo em conta a necessidade de se deslocar diariamente para o Grupo Escolar afim de que ao final do quarto ano pudesse receber o diploma, como cita a depoente Maria Aparecida Orsi (2021. Informação verbal), aluna na década de 1940 e professora normalista a partir de 1950.

[...] Não tínhamos ginásio, nós não tínhamos a escola nova ainda lá em cima<sup>53</sup>, então tinha só o Fortunato de Camargo, era a única escola grande que tinha aqui. Recebia os alunos que vinham também da zona rural. Que os alunos da zona rural faziam primeiro, segundo e terceiro ano nos bairros, e faziam o quarto ano aqui por causa do diploma que a gente recebia.

A depoente reafirma a dificuldade desses alunos chegarem até o Grupo Escolar,

---

<sup>53</sup> Maria Aparecida Orsi se refere a escola estadual de ensino fundamental e médio “Ivens Vieira” que foi criada no ano de 1988.

[...] Elas vinham a pé até escola, elas andavam quilômetros e quilômetros. Olha, dos Mineiros<sup>54</sup> aqui para Angatuba é longe, é longe Diego. Eles vinham para fazer a quarta série, o quarto ano do Grupo, eles vinham. [...] Muitas crianças vinham de lá. [...] Os da Serra<sup>55</sup> aqui também desciam, que moravam lá [...] vinham a pé também (ORSI, 2021. Informação verbal).

Entretanto, pode-se afirmar que a maioria dos alunos moradores dos bairros mais distantes não se dirigiam até o Grupo Escolar, razão pela qual precisavam andar muitos quilômetros, sendo assim, apenas os filhos das famílias mais abastadas poderiam morar com algum familiar no perímetro urbano ou se estabelecer em alguma pensão, de modo a concluir o ensino primário.

As professoras e os professores das escolas isoladas também precisavam fazer esse trajeto diariamente, realizando tanto a cavalo, quanto a veículo particular, caminhão leiteiro, como também havendo a possibilidade de se deslocarem a pé.

Imagem 19 – Escola Isolada do Bairro Campina dos Mineiros, 1936



Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga apresentado pelo Professor Fernando Rios, 1936, SP. Acervo: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 25 de agosto de 2021.

<sup>54</sup> O Bairro dos Mineiros localiza-se a cerca de 9 quilômetros do Grupo Escolar, levando em média, segundo o *Google Maps*, uma hora e cinquenta e cinco minutos o trajeto a pé.

<sup>55</sup> Serra é o nome comum dado para o Bairro da Figueira, que se localiza a cerca de 7 quilômetros do grupo escolar, levando em média, segundo o *Google Maps*, uma hora e trinta minutos o trajeto a pé.

Imagem 20 – Escola Isolada do Bairro do Bom-Bom, 1936



Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga apresentado pelo Professor Fernando Rios, 1936, SP. Acervo: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 25 de agosto de 2021.

As análises iconográficas evidenciam a precariedade das escolas isoladas que não contavam com saneamento básico, luz elétrica e merenda escolar, sendo essa realidade vivida na escola por muitos alunos. Além disso, outro agravante acontecia nas zonas rurais, levando o delegado regional afirmar como sendo “a ignorância da população da zona rural”, (RIOS, 1936, p. 10),

Um dos obstáculos que mais dificultam, não somente a localização de novas escolas, como ainda o funcionamento de muitas escolas existentes, é a ignorância da população da zona rural. Não se compreende ali a necessidade da instrução. Não se quer ali prescindir do trabalho das crianças, que, desde pequeninas, com sério prejuízo para sua saúde e seu desenvolvimento físico, são ocupadas nas lides da roça. Rebeldes a toda instrução, contrários a tudo que os queira arrancar da rotina em que vejetam (sic), não há conselhos que convençam os paes, nem argumentos que os demovam de sua indiferença.

O delegado então conclui,

Ora, a experiência já nos convenceu de que não é possível realizar obra educativa eficiente na zona rural sem modificar a mentalidade da população campesina. Não é isso coisa que se consiga em pouco tempo. Mas far-se-ia já algo nesse sentido, si levássemos os paes a compreender que não lhes assiste direito de manter os filhos na ignorância, tornando-se efetiva a lei da obrigatoriedade escolar e regulamentando-se o trabalho dos menores (RIOS, 1936, p. 11).

A mentalidade dos moradores da zona rural era criticada pelo dirigente de ensino, tendo em vista, esses pais e mães reproduzirem esse “*modus vivendi*”, ou seja, a falta de acesso a

escolarização e o início do trabalho no campo ainda na infância impondo-lhes a descrença na função da escola.

A preocupação para com as escolas isoladas rurais residia no fato de que a maior parte da população na região habitava na zona rural, sendo, em 1936, 3342 dos alunos matriculados, cerca de 83%, pertenciam às escolas isoladas rurais, enquanto apenas 668 eram alunos das escolas isoladas urbanas (RIOS, 1936). Ao se comparar o índice de aprovação dos alunos nessas duas diferentes formas de instituição, admite-se que apenas 47,3% dos alunos das escolas isoladas rurais foram promovidos, enquanto 57,8% dos alunos das escolas isoladas urbanas tiveram a promoção (RIOS, 1936, p. 22).

Outro dado importante mostra que na região existiam um total de 4010 alunos matriculados nas escolas isoladas (50,65%) e 3907 matriculados nos grupos escolares (49,34%), totalizando 7917 alunos matriculados (RIOS, 1936, p. 22).

O Grupo Escolar de Angatuba, em 1936, encontra-se em último lugar na lista de aprovações da região, com apenas 46,2%, com 222 alunos matriculados (RIOS, 1936, p. 27), no que diz respeito a porcentagem de alfabetização situou-se em décimo terceiro, com 43,8%. Algumas causas a essa situação são apontadas pelo Delegado de Ensino da região, entre elas: classes heterogêneas, matrícula de crianças imaturas no primeiro ano, matrícula tardia, fraca frequência de alunos e imperícia profissional dos professores novos (RIOS, 1936, p. 25-26).

Para combater o baixo nível de rendimento das escolas da região, o delegado regional apregoava que o ideal seriam salas selecionadas, porém, por conta da organização e do tamanho de muitos grupos escolares essa seleção não se fazia possível, pois em sua maior parte as instituições urbanas possuíam apenas duas salas de cada série.

Outro problema apontado refere-se à imaturidade das crianças das zonas rurais que com sete anos de idade ainda “[...] não têm a necessária maturidade para aprendizagem das matérias fundamentais do 1º grau” (RIOS, 1936, p. 25). Nota-se na argumentação do dirigente o predomínio da a visão de que os moradores da zona urbana são avançados intelectualmente em contraposição aos habitantes da zona rural.

Rios também assinala a má formação dos docentes, que “[...] saem das escolas normais sem o mínimo de técnica necessária para o exercício da sua profissão” (RIOS, 1936, p. 26). As escolas isoladas rurais, por conta da precariedade de suas instalações, não era a preferência de

muitos docentes, permanecendo assim a continuidade de professores leigos, sem a devida formação pedagógica.

Os problemas das escolas isoladas já eram discutidos na Primeira República, porém, a organização desses ambientes educativos fora deixada de lado pelas reformas, sendo descrito o cotidiano dessas escolas, em 1914, por João Chrysostomo Bueno dos Reis Junior como cheio de adversidade, onde

[...] em primeiro, o professor, obrigado a preocupar-se com alunos de vários adiantamentos, enfrentava dificuldades que o levavam ao desânimo; faltavam casas próprias para o funcionamento das escolas, faltava fiscalização por parte das câmaras municipais – algumas submetiam o professor a humilhações, outras eram completamente nulas (REIS JUNIOR, 1914 *apud* SOUZA, 2009, p. 68).

Com as descrições do delegado do ensino de Itapetininga, percebe-se a continuidade dos problemas enfrentados nas escolas isoladas, sendo preciso grande empenho na solução dos inúmeros percalços para a realização da instrução primária.

A matrícula tardia e a fraca frequência dos alunos são outros dois problemas enfrentados, sendo que muitas crianças eram matriculadas a partir do mês de março<sup>56</sup>, tendo como agravante as inúmeras faltas das crianças, principalmente na zona rural, pois os pais utilizavam a mão de obra das crianças no manuseio da lavoura, principalmente “[...] nos municípios de Capão Bonito, Angatuba, S. Miguel Archanjo e parte sul de Itapetininga, onde a lavoura de algodão é mais intensa” (RIOS, 1936, p. 25), uma situação emblemática enfrentada pelos professores. Como aponta o relatório:

A irregularidade da frequência dos alunos é motivada pela incompreensão de alguns pais, pela pobreza de outros, e como consequência disso, o trabalho dos filhos na roça. O trabalho das crianças, problema que está a exigir providências do Governo, é coisa que impressiona dolorosamente qualquer coração bem formado. Crianças há que quis não têm infância. Já aos 8 anos executam tarefas tão rudes que não há quem, vendendo-as, se não comova. Mal amanhece, já estão elas de enxada em punho na limpa dos algodões, ou pelos campos afora, nas fainas pastorais, mal suportando as inclemências do tempo, mal abrigadas, mal vestidas e mal nutridas (RIOS, 1936, p. 54)

O trabalho infantil também fazia parte da realidade das crianças na zona urbana, principalmente se elas fossem membros das famílias menos abastadas da sociedade, como aponta o depoente Santino Larozi (2021, Informação Verbal),

[...] eu trabalhava no posto, nessa época eu já não “tava” mais na escola, eu fui trabalhar ali no posto do Palmiro Orsi. Palmiro inaugurou em 47 -1947 - e eu fui trabalhar, 24 horas por dia, entrava às 7 de um dia e saía às 7 do outro dia. Então, era assim a coisa, era para tirar... Engraçado, e eu tinha 12 anos na época, então tinha, a

---

<sup>56</sup> “As variedades paulistas de algodão, quando plantadas entre outubro e novembro, fogem, na colheita, dos rigores pluviométricos, pois começam no geral a ser colhidas em março, com maior volume entre abril e maio, podendo se estender a junho” (AGROMUNDO, 2010).

estrada passava, os automóveis que chegava no posto para abastecer perguntava: “Mas aqui não tem autoridade?”. Tem delegado, tem prefeito, tem uma porção de coisa aí. Mas eu escutava o cara falando pro outro colega meu, mas como é que tem uma criança dessa aqui trabalhando, não tem cabimento. Eu trabalhei 10 anos. O salário-mínimo era 19 reais, 19 cruzeiro, eu ganhava 9 e trabalhava 24 horas por dia, não tinha férias, não tinha folga, você trabalhava domingo, sábado, segunda feira, direto, não tinha esse negócio.

Imagem 21 – Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”, 1936



Fonte: Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga apresentado pelo Professor Fernando Rios, 1936, SP. Acervo: Repositório Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 25 de agosto de 2021.

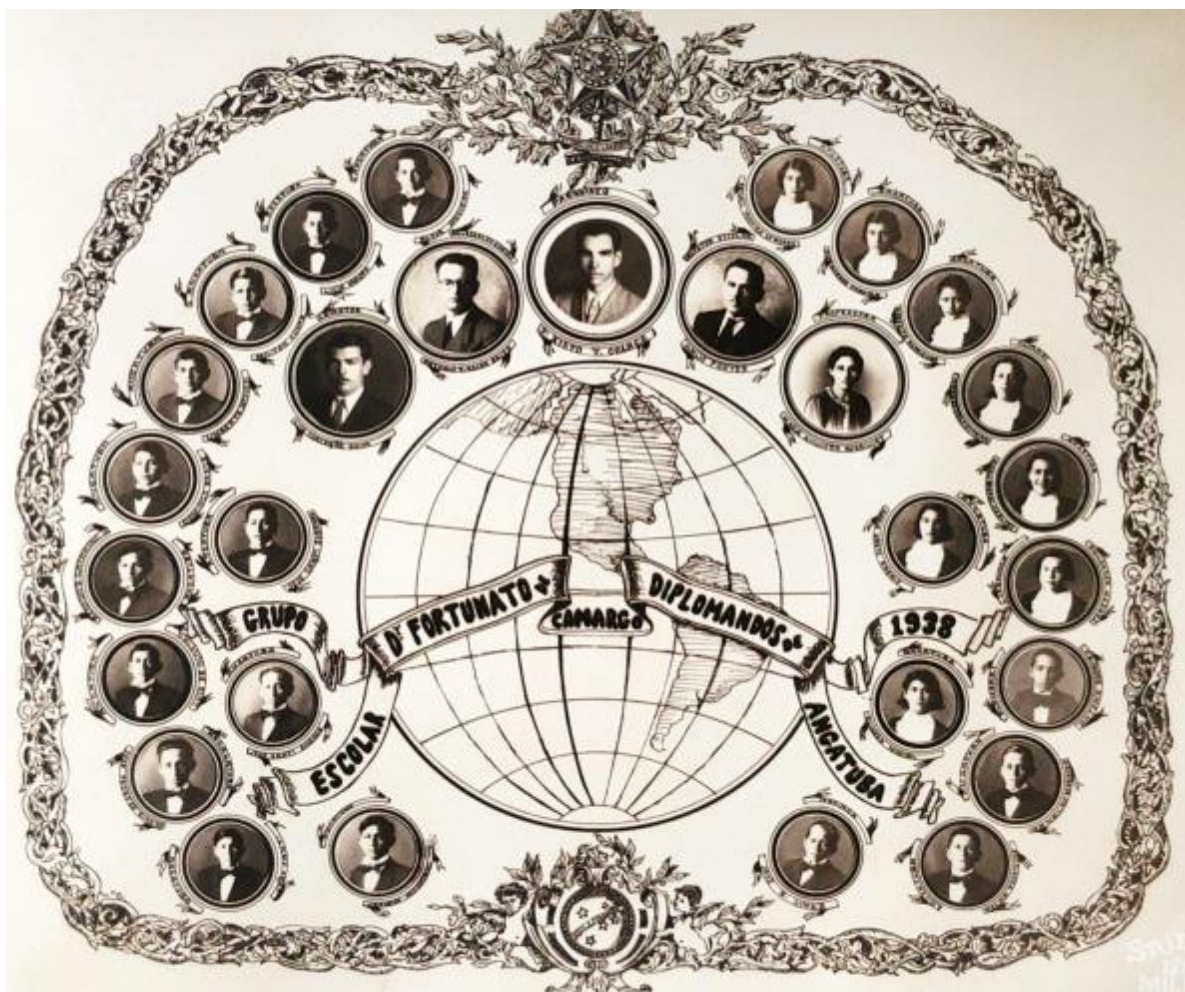
Em comparação com as escolas isoladas, o Grupo Escolar de Angatuba contava com melhores estruturas e funcionava em apenas um período, naquele momento (RIOS, 1936, p. 44). Em 1937, o prédio foi reformado (ANNUARIO DO ENSINO, 1937, p. 133). Registrava-se, em 1942, oito classes, totalizando 349 alunos, sendo 187 meninos e 162 meninas, e as classes deveriam possuir no máximo 40 alunos. No mesmo ano, as escolas isoladas angatubense dispunham de 658 alunos matriculados, sendo 375 meninos e 283 meninas, mostrando assim um aumento populacional na localidade, porém o relatório não apresenta a frequência desses alunos.

A frequência média dos alunos nos grupos escolares da região era de 34% para os meninos e 37% para as meninas. A porcentagem de aprovação por Grupo Escolar também não é exibida, exposto apenas o dado para a região como um todo, sendo 81,4% de aprovação dos alunos do quarto ano e 63,8% de alunos alfabetizados, situação melhorada quando comparada ao ano de 1936 (RELATÓRIO REGIONAL DO ENSINO DE ITAPETININGA, 1942).



A organização para a entrega dos diplomas era momento de júbilo para os docentes e discentes, exibindo com grande penhor os alunos que concluíram o ensino primário e receberam o certificado de conclusão, como mostra o quadro de alunos diplomados pelo Grupo Escolar “Fortunato de Camargo” nos anos de 1938 e 1939.

Imagem 22 – Alunos diplomados pelo Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”, 1938



Fonte: Quadro dos diplomados do ano de 1938. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 19 de agosto de 2021.

Realizava-se um amplo trabalho gráfico para a confecção do quadro de alunos diplomados, a fim de que a importância do ensino primário fosse apresentada em todo seu esplendor para todos os seus participantes e membros externos da sociedade. Os elementos iconográficos indicavam o simbolismo patriótico ao exibir o lema “Ordem e Progresso” na parte inferior e na parte superior o Brasão das Armas Nacionais, além disso, o termo “diplomados” aparece estampado acima do mapa do Brasil, deixando evidente que o diploma era um elemento de suma importância para o progresso da Nação.

A distribuição das pessoas que compõem o quadro de diplomação também é minuciosamente pensada. O paraninfo, Dr. Xisto T. Colaço, médico e político atuante na localidade, está em evidência, aduzindo que o ensino primário era relevante para a elite local, perpetuando a imagem de “templo de civilização” vinculada aos grupos escolares durante a Primeira República. Ao lado são exibidos membros do sistema educacional, como o delegado de ensino de Itapetininga, Antônio T. Rocha Brito, o inspetor escolar, Abílio Fontes, o diretor escolar, Luiz Conceição Silva e, a professora da classe do quarto ano, Maria Augusta Rodrigues.

Imagem 23 – Alunos diplomados pelo Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”, 1939



Fonte: Quadro dos diplomados do ano de 1939. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 19 de agosto de 2021.

Idêntico empenho para a confecção do quadro de 1938, acontece na elaboração do ano de 1939 apenas com a alteração de alguns elementos. Os símbolos pátrios não aparecem nesse quadro, porém a imagem constituída de elementos simbólicos republicanos, traz a escrita em latim: “*Surge et Ambula*”, cuja tradução seria “Levante-se e ande”, caracterizando um chamamento aos novos diplomados. A presença de membros da elite local se reproduz, com Aurélio Moura, notório político local, como paraninfo da turma. O delegado de ensino da região na ocasião é Fernando Rios, que outrora havia sido substituído por Antônio T. Rocha Brito.

O ensino primário ministrado no Grupo Escolar, era de importância ímpar, sobretudo, por ser o único grau de ensino existente na localidade até o corte temporal ora analisado, congregando em torno da instituição escolar, importantes membros da elite local e do imaginário da população, admitindo que a educação seria o único meio para se alcançar o sucesso da nação brasileira, mediante a formação dos novos cidadãos (RELATÓRIO REGIONAL DO ENSINO DE ITAPETININGA, 1942).

### 3.2 A formação do novo cidadão angatubense com a escrita: as obras didáticas

A produção didática mereceu significativa atenção do governo federal para que nenhuma ideia tida como subversiva ou contrária aos ideais patrióticos firmassem nas escolas, motivando um rígido controle das cartilhas e dos livros didáticos utilizados no ensino primário, como também a necessidade de explorar as “mentes virgens” das crianças.

O controle, aprovação e desaprovação dos livros e cartilhas eram realizados pela “Secção Técnica de Livros Didáticos” que tinha como função a “reconstituição da relação dos livros aprovados para uso nas escolas” (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937, p. 185). Até o dia 18 de agosto de 1937 haviam sido aprovados cento e setenta e dois livros para a prática educativa entre cartilhas, livros de leitura e livros didáticos. Em destaque a obra *Contos Pátrios* de Olavo Bilac e Coelho Netto, que fora publicado no ano de 1918, porém revisto e aprovado para dar continuidade a sua utilização nas escolas durante o governo de Getúlio Vargas<sup>57</sup>; o mesmo caso da obra *Através do Brasil* de Bilac e Bonfim (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937-1938, p. 186-201).

No ano de 1935 aprovaram apenas vinte obras didáticas, revelando que o movimento de revisão e aprovação teve seus trabalhos acelerados nos anos seguintes (ANNUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1935, p. 57-58).

A Secretaria da Educação e da Saúde Pública do Estado de São Paulo, em 1935, impõe-se contra a quantidade de obras didáticas publicadas, apontando que muitas editoras buscavam apenas o lucro com a venda dessas obras no mercado educativo.

A nossa literatura didáctica, como o café, sofre de excesso de produção. Excesso que seria louvável se não influísse, pela concorrência de preço, sobre a qualidade do producto. Porque o que mais importa é produzir barato ... Dezenas de “Cartilhas”, centenas de livros de leitura disputam o mercado das escolas. E ainda não basta. Como

<sup>57</sup> Algumas obras didáticas eram tidas como clássicas, por isso, foram utilizadas na formação do “sentimento patriótico” em várias gerações do ensino primário brasileiro.

os autores sentem que há “lacunas a preencher”, pelas mãos das comissões de estudo passam cada semana novas obras propostas á aprovação (ANNUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1935, p. 47).

O delegado de ensino da região de Itapetininga, em 1936, Rios (1936, p. 16), indo na mesma direção da Secretaria da Educação paulista, expõe a ampla preocupação quanto ao conteúdo, a quantidade e a qualidade das obras didáticas utilizadas nas escolas da região. Em seu relato percebe-se que o quadro docente pertencente a Delegacia foram orientados sobre os melhores livros a serem usados durante as aulas.

Acertadamente andou a Diretoria do Ensino nomeando uma comissão de elementos destacados do magistério e do meio intelectual de S. Paulo, para proceder a uma revisão dos livros infantis, e assim poder apontar aos professores, dentre a infinidade de obras que existem, as melhores, as mais adequadas para as crianças, as que mais encanto lhes possam proporcionar, e mais alegria lhes possam dar.

Os livros didáticos eram amplamente utilizados no cotidiano escolar, e raramente dispensados, considerando-se tomados como instrumento para o ensino-aprendizado em uma época que outros elementos iconográficos e de impressão eram escassos nas instituições escolares, além disso, “[...] o papel do livro didático na vida escolar pode ser o de instrumento de reprodução de ideologias e do saber oficial imposto por determinados setores do poder e pelo Estado” (BITTENCOURT, 2006, p. 73).

A preocupação com a formação do sentimento patriótico e a transmissão de valores morais também atingiam as obras didáticas em consonância com o projeto varguista, pois

A nação e a pátria tornaram-se elementos constitutivos da cultura escolar perpassando a forma de se conceber a escola primária, suas finalidades, sua organização pedagógica, as representações sobre o trabalho docente, a literatura didática, as práticas educativas (SOUZA, 2009, p. 262-263).

O Anuário do Ensino de 1935 apresenta a ficha utilizada para a revisão da literatura didática, na qual um dos itens analisados era a exatidão das noções, em que o revisor deveria descrever caso notasse “[...] alguma noção inexacta ou em desaccordo com as normas cívicas ou moraes”, mostrando assim o rígido processo de análise dessas obras (ANNUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1935, p. 53).

Era prática comum os livros didáticos e as cartilhas serem conservados e utilizados por diversos alunos durante o seu tempo de estudo, como afirma a depoente Maria Aparecida Orsi (2021. Informação verbal) “[...] Os alunos carentes ganhavam o material escolar e o uniforme junto [...] Vinham os livros e tudo, e a gente passava esses livros “pro” outros alunos [...] Então, o livro, conservava direitinho “pra” poder aproveitar no próximo ano”, por isso, esses materiais

pouco resistiram a passagem do tempo, se perdendo, sendo encontrado em Angatuba apenas um número restrito de obras didáticas conservadas.

O livro *Sejamos Bons – Primeiro Livro!* de Júlio de Faria e Souza<sup>58</sup> da coleção “Ler” da Livraria Editora Record, sendo aprovado pelo Processo 2834-6 e publicada sua aprovação no dia 23 de novembro de 1936 (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937-1938, p. 191), contava com 140 páginas e com medidas de 18,5 x 13,5cm. A edição encontrada possivelmente se tratava de um exemplar ainda não finalizado, a julgar pelos dizeres na capa afirmando que “[...] este exemplar, devido á absoluta escassez de tempo, é apresentado incompleto, isto é, sem o “clichê” desta capa, o qual, já em preparação” (SOUZA, s/d). Na última página do livro consta o nome da aluna que dele fez uso, Maria de Lurdes Gomes, que fora aluna naquele ano da professora D. Júlia Leite de Souza, porém nenhuma data é mencionada, mas há a informação de que o material foi utilizado no segundo ano misto (SOUZA, s/d).

Imagem 24 – Livro: *Sejamos Bons! Primeiro Livro* – Júlio de Faria e Souza



Fonte: SOUZA, Júlio de Faria e. (s/d). Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

<sup>58</sup> Em 19 de setembro de 1933 as obras didáticas do mesmo autor denominadas *Cartilha Intuitiva e Leitura Intermediária* são aprovadas pelo documento “Diário Oficial” (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937-1938).

O livro continha textos com linguagem simples e imagens que procuravam reforçar a temática moralizante, procurando assim inculcar nas crianças os ideais de moralidade, além disso, também agregava a importância dos personagens históricos e aspectos patrióticos.

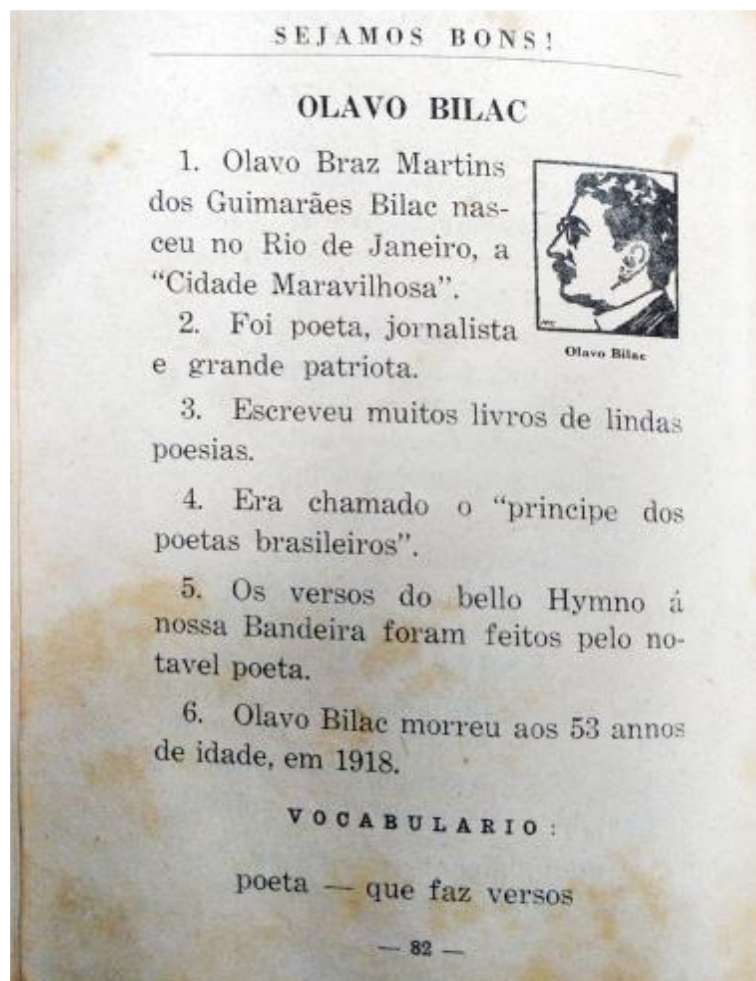
Entre os textos de viés moralista é apresentado “Para ser um aluno exemplar”, no qual um homem orienta uma menina com os valores ideais a serem desenvolvidos para ser uma aluna exemplar, como assiduidade, pontualidade, obediência, delicadeza, zelo e empenho nos estudos sendo reafirmado no conselho nove: “Será trabalhadeira si, durante as horas de aula, ocupar-se unicamente com coisas úteis e, fora da escola, destinar ainda algum tempo para o estudo das lições novas” (SOUZA, s/d, p. 9-10).

Em contraposição às referidas condições exemplares, apresenta o que deveria ser evitado, “A ociosidade”, em que o texto traz os malefícios de ser ocioso, entre eles, argumenta que o ocioso se torna dependente dos vícios de drogas e bebidas, além dos crimes (SOUZA, s/d, p. 26-28). A figura do adulto, como aquele que deve ser exemplo para as crianças fica claro nos textos, inculcando nos mais velhos a responsabilidade de conduzir os mais novos na direção correta de “bom cidadão”, além disso, o docente ao trabalhar o texto deveria introduzir novas orientações no sentido de dar a justa formação moral aos seus alunos.

O conjunto de valores patrióticos estão presentes na obra didática referida em textos como “Os bandeirantes” que, segundo o autor, eram homens destemidos que largaram tudo e se aventuraram pelos sertões inexplorados do território brasileiro, e fundaram muitas cidades, por isso “[...] os historiadores, em geral, apontam-nos como os formadores da nossa grande Pátria” (SOUZA, s/d, p. 76-78).

Outro texto em consonância com os valores do homem sadio e trabalhador é o poema “Ave Maria” de Olavo Bilac, evidenciando na última estrofe: “[...] Hoje, pratiquei o bem; não tive um dia vazio; trabalhei, não fui vadio; e não fiz mal a ninguém” (SOUZA, s/d, p. 81). A figura de Olavo Bilac é exaltada na cartilha como sendo “[...] o príncipe dos poetas brasileiros” (SOUZA, s/d, p. 82) comprovando a sua importância quando o assunto tratava dos valores patrióticos.

Imagem 25 – Texto sobre Olavo Bilac presente no livro *Sejamos Bons! Primeiro Livro* – Júlio de Faria e. Souza



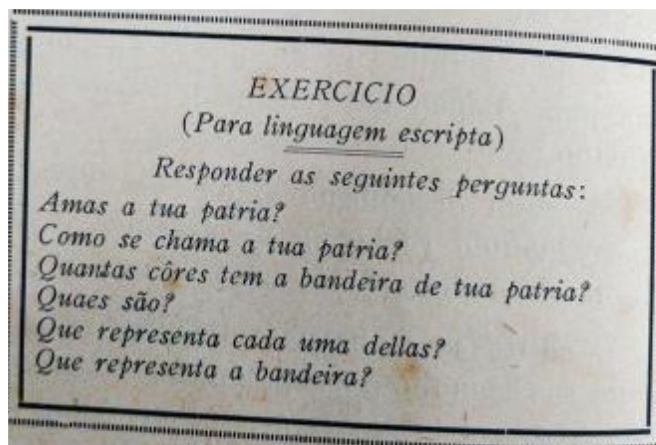
Fonte: SOUZA, Júlio de Faria e., (s/d), p. 82. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Em 19 de dezembro de 1924, o documento “Actos do Director Geral sobre aprovação de trabalhos didacticos” (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937-1938, p. 189) aprova o livro *Minhas Histórias - Leituras Preparatórias* de Leonor S. Gomes e Orlando M. Lino, contando com 118 páginas e com medidas de 19 x 14cm, publicado pela Casa Editora Antônio Tisi. O exemplar ora analisado é de 1929. A obra foi produzida em linguagem simples e acessível aos alunos do ensino primário, também contava com poucas ilustrações. Segundo os próprios autores,

[...] se nota em as histórias: “O Leilão”, conto moral e cívico, que faz despertar na alma infantil o amor pela bandeira de nossa pátria; “A dor de um cão”, que revela o amor e ternura dos animaes; em “Martha”, procurando approximar a criança da gratidão; em “Cara feia”, desperando a curiosidade; em “Homens arrojados”, onde se observa que se devem conhecer em primeiro logar as terras de nossa pátria, para depois conhecer as estrangeiras, e muitos outras, todas ellas contendo um fundo moral, educativo e cívico (GOMES; LINO, 1929, p. 1).

O terceiro texto do livro, “A açucena”, apresenta a bandeira nacional, focando suas cores e seu formato, e, ao final propõe alguns exercícios para se aguçar o amor patriótico nos alunos.

Imagem 26 – Exercícios do texto “A açucena” do Livro Minhas Histórias – Leitura Preparatória



Fonte: GOMES, Leonor S.; LINO, Orlando M., 1929, p. 6. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Outros textos, como “O Brasil”, traziam as características naturais e aspectos idealizados do território brasileiro, procurando construir nas crianças uma imagem de nação perfeita com a convivência harmoniosa das crianças, dos animais e dos indígenas.

[...] E os índios passeando na canôa?

E os jaburus à margem da lagôa?

E o papagaio alegre e falador?

E os filhos meus?

E essas creanças lindas,

Essas flores do céu à terra vindas,

Mensageiras da paz! (GOMES; LINO, 1929, p. 86).

Encontrou-se outra edição do mesmo livro, publicado pela Editora Piratininga em 1932, onde se percebe a mudança de editora, porém o conteúdo da obra didática continua o mesmo.

A cartilha do professor Mariano de Oliveira, chamada *Nova Cartilha – Ensino rápido da leitura*, foi aprovada em 16 de maio de 1922, sendo utilizada durante o governo Vargas sem censura, possuindo 18,5 x 14cm e 98 páginas, publicado pela editora Weiszflog Irmãos, localizada em São Paulo (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937-1938, p. 189). Seu uso voltava-se ao processo de alfabetização do ensino primário, já contendo, nesse momento, como anteriormente abordado, elementos moralizantes e patrióticos.



Imagem 27 – Texto: “Ophilia já está no grupo escolar” da Nova Cartilha – Ensino rápido de leitura



Fonte: OLIVEIRA, Mariano de, 1922, p. 43. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

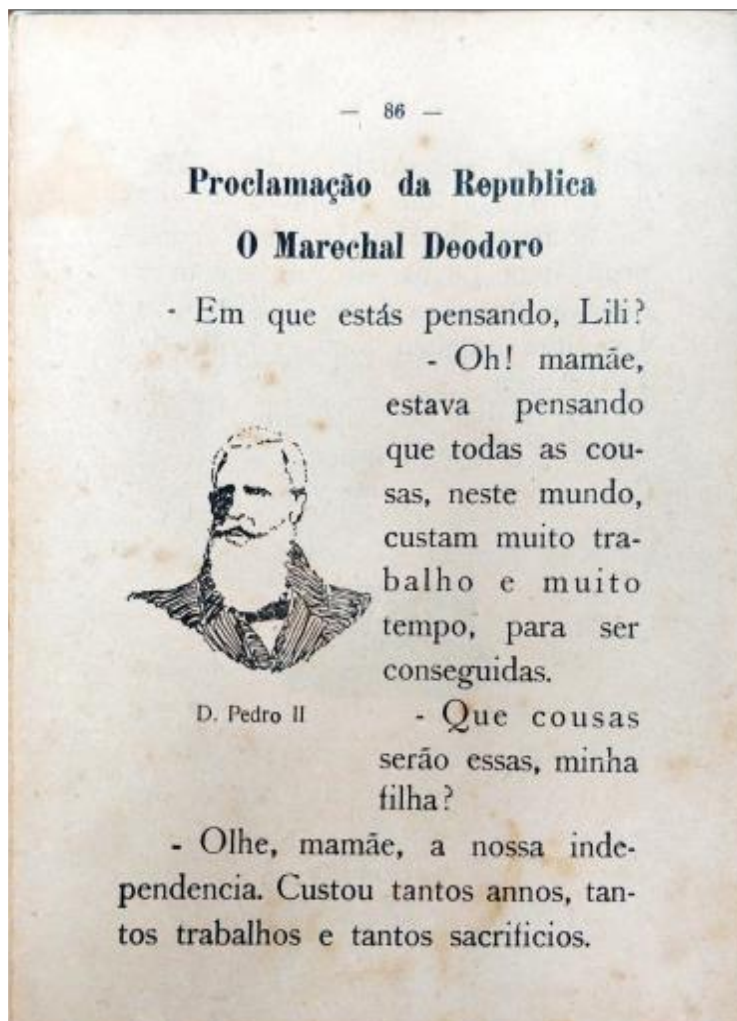
A lição da cartilha demonstra dois elementos, primeiro o foco dado pela menina ao mapa do Brasil, muito parecido com a cartilha do DIP analisada na imagem 4 desse trabalho, deixando assim explícito a importância referida a Nação brasileira; o segundo fato está na relevância formativa da escola, nesse caso o grupo escolar, como ambiente de formação das novas gerações, por isso, era de grande valia a constituição do patriotismo nas crianças. A lição termina com a exaltação das duas crianças: “Como o Brasil é bello e grande! Viva a nossa Pátria, Viva o Brasil!” (OLIVEIRA, 1922, p. 44)

O livro *Pequenas Lições de História Pátria* de José Scaramelli<sup>59</sup> não consta na lista do anuário de 1936-1937 de obras didáticas aprovadas, entretanto na capa da 9ª edição afirma que o livro foi aprovado pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, além de outros Estados como Ceará, Goiás e Rio de Janeiro, publicado pela Livraria Zenith. Essa obra

<sup>59</sup> Outras duas obras do mesmo autor: *Cartilha dos Pequeninos* e *O Livrinho das crianças*, sendo ambas aprovadas em 14 de janeiro de 1930 (ANNUARIO DO ENSINO, 1937-1938).

tinha 164 páginas, com medidas de 18 x 13,5cm, contendo histórias com aspectos patrióticos e moralizantes com o uso da figura dos principais vultos da nação, numa linguagem simples fazendo uso de pequenas ilustrações, propondo ser utilizada como livro de leitura no segundo ano do curso primário.

Imagem 28 – Trecho do texto: “A Proclamação da República – O Marechal Deodoro” do Livro: Lições de História Pátria.



Fonte: SCARAMELLI, José, 1929, p. 86. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Os textos traziam pequenas histórias que pareciam descompromissadas, mas que aos poucos iam construindo o patriotismo e o civismo em seus leitores, tendo como personagens centrais da narrativa Lili e sua mãe.

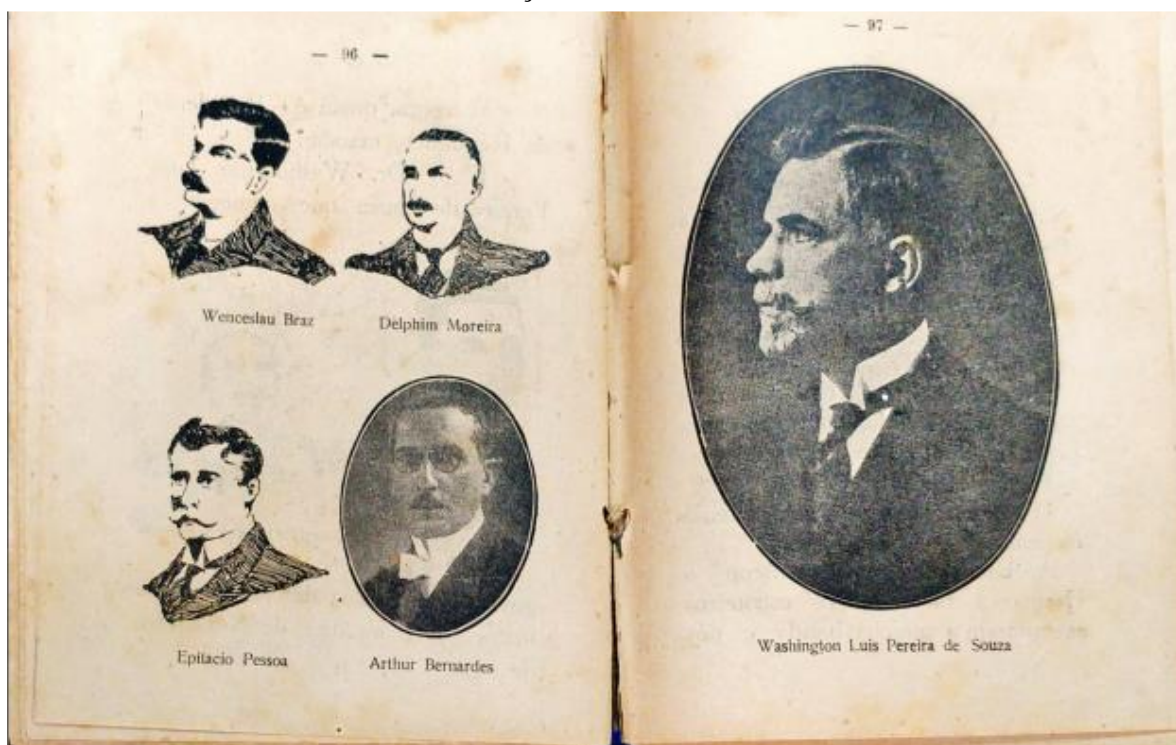
No texto “Proclamação da República – Marechal Deodoro”, as personagens conversam sobre os movimentos republicanos, e a mãe explica todo o processo histórico da Primeira República, desde Dom Pedro II – o fim da monarquia - até a presidência de Washington Luís. O autor descreve a figura de Dom Pedro II com respeito, apesar de julgar a monarquia como

sendo um governo “atrasado”, assim no trecho a seguir: “[...] Aos 15 annos de idade, D. Pedro II começou a governar. Foi um monarcha muito bom e amou muito o nosso querido Brasil. Mas o povo brasileiro desejava uma forma de governo mais adeantada” (SCARAMELLI, 1929, p. 88).

A lição sobre a República transcorre por onze páginas do livro, mostrando a preocupação dada ao tema. Em um determinado trecho, Lili questiona se havia outra forma de governo além da Monarquia, e a mãe explica a alternativa como sendo o sistema republicano, no qual, segundo o autor: “O povo escolhe, dentre os homens de valor, pelas suas virtudes, pelo seu saber e pelos seus actos em benefício da Pátria, uma pessoa que governe por espaço de alguns annos” (SCARAMELLI, 1929, p. 88). Ao final da explicação a menina exclama que gosta mais da República. Percebe-se assim que o livro também exalta as figuras dos responsáveis pela educação patriótica, que além da escola, o papel da era o de “alimentar esse sentimento patriótico”.

Ao finalizar o texto, o autor expõe os retratos de todos os presidentes desde a Proclamação da República até Washington Luís.

Imagem 29 – Trecho do texto: “A Proclamação da República – O Marechal Deodoro” do Livro: Lições de História Pátria.



Fonte: SCARAMELLI, José, 1929, p. 96-97. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Exaltando a importância da instituição escolar como formadora do futuro cidadão brasileiro é introduzido o texto em que Lili conta a sua mãe sobre os acontecimentos ocorridos na escola no dia 19 de novembro dedicado à Festa da Bandeira. Segundo o relato, todos os alunos se reuniram no Grupo Escolar e às nove horas começou a solenidade, que

Foi um momento de intensa emoção. A banda de música tocou o Hymno á Bandeira, os escoteiros executaram a marcha batida e nós todas cantámos o bello Hymno, escripto pelo poeta Olavo Bilac. O nosso Lábaro Sagrado subiu lentamente, cheio de beleza e magestade. Quando chegou lá no alto, bem no alto da haste, desfraldou-se em toda a sua extensão, tremulando ufano aos beijos do sol e das brisas de nossa Terra! (SCARAMELLI, 1929, p. 98-99).

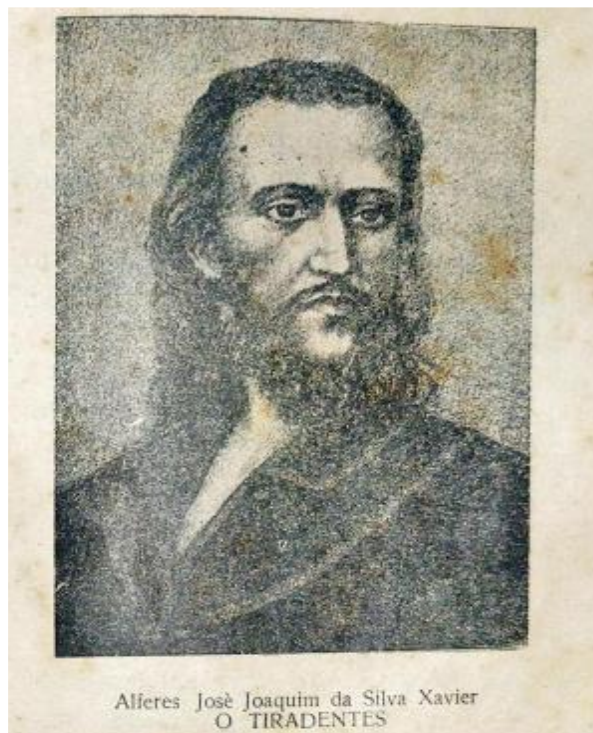
A exaltação ao símbolo pátrio continua nas páginas seguintes, em que Lili relata que a professora do quarto ano explicou o significado do Lábaro Auri-Verde<sup>60</sup>, apresentando as formas e cores dele, citando inclusive o poema de Castro Alves, com os seguintes versos: [...] Auri-Verde pendão da minha terra. Que a brisa do Brasil beija e balança. Estandarte que, à luz do sol encerra. As promessas divinas da esperança” (SCARAMELLI, 1929, p. 105).

A mãe de Lili demonstra estar feliz como o avanço da filha na formação de uma verdadeira cidadã patriótica. “[...] Que alegria, minha filha, sente o meu coração por ver o teu entusiasmo e por saber que todos os brasileiros, homens, mulheres e crianças, amam tanto a nossa querida Pátria!...” (SCARAMELLI, 1929, p. 102).

---

<sup>60</sup> “A expressão “auriverde pendão” tem origem no poema Navio Negreiro, de Castro Alves: *Auriverde pendão de minha terra/ Que a brisa do Brasil beija e balança,/ Estandarte que a luz do sol encerra/ E as promessas divinas de esperança*” (BOSI, 1994, p. 120-121).

Imagem 30 – Figura de Tiradentes presente no texto: “A Conspiração Mineira - Tiradentes” do Livro: Lições de História Pátria.

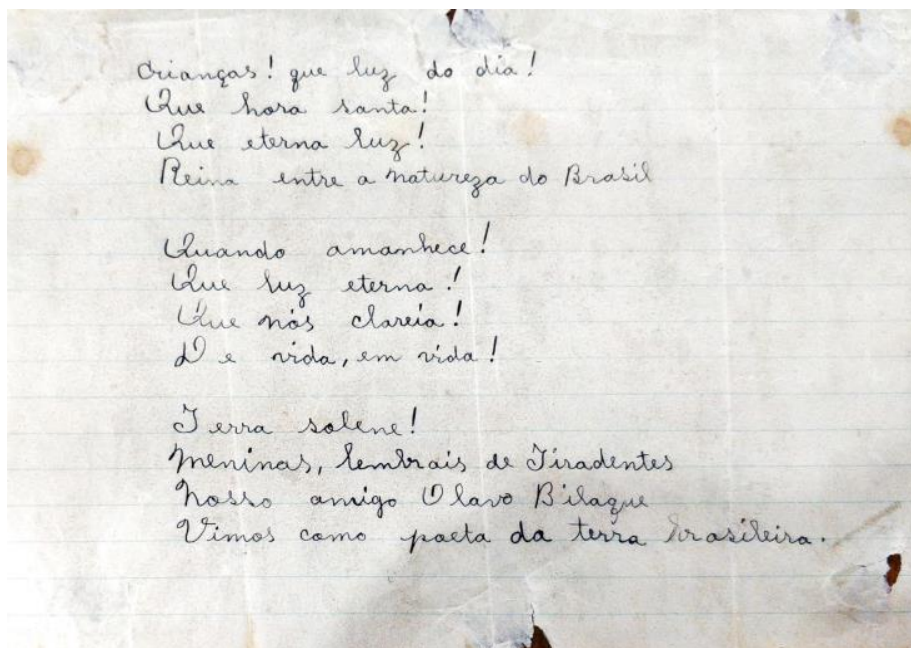


Fonte: SCARAMELLI, José, 1929, p. 75. Acervo: Maria Aparecida Moraes Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

A Conjuração Mineira é também retratada no diálogo representativo entre Lili e sua mãe, no momento em que a mãe relata de forma simplificada os acontecimentos do processo histórico, evidenciando a coragem do povo brasileiro e principalmente a de Tiradentes, que segundo ela foi “O brasileiro, que trabalhou com mais ardor e mais entusiasmo na Conspiração Mineira, foi o Alferes de Cavallaria José Joaquim da Silva Xavier, que todos chamavam – o Tiradentes” (SCARAMELLI, 1929, p. 75-76). Tomada de espanto, a menina se surpreende com o enforcamento do personagem que se tornou herói nacional da República.

A figura de Tiradentes era amplamente trabalhada e respeitada nas instituições escolares inserida como herói nacional e exemplo de bravura, como pode-se ver através da documentação conservada no arquivo da Sra. Eulina Pereira de Moraes, professora do Grupo Escolar local, da década de 1940, no qual localizam-se textos que eram ensaiados e decorados pelas crianças a fim de serem declamados por ocasião das festividades cívicas, dentre os quais encontra-se um poema que relembra as figuras de Tiradentes e de Olavo Bilac, dois expoentes do civismo e patriotismo nacionais. Sendo assim, entende-se a ampla utilização desses vultos históricos para a formação do “sentimento patriótico”.

Imagem 31 – Poema que exalta a figura de Tiradentes e Olavo Bilac, 194?



Fonte: Documentação da professora Eulina Pereira de Moraes utilizado em suas aulas no Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo” na década de 1940. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Em consonância com os valores morais e cívicos, foi encontrado a 64ª edição do ano de 1932 da obra *Corações de Crianças – Leituras Preparatórias* de Rita de M. Barreto, a primeira mulher a ter seus livros publicados e utilizados nas escolas primárias. O exemplar foi publicado pela Livraria Francisco Alves e possuía 18,5 x 13,5cm e 134 páginas.

Essa obra já havia sido aprovada no dia 14 de janeiro de 1915; percebe-se que a mesma é celebrizada no ensino primário tendo sido reeditada por vários anos (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937-1938); fazia parte de uma coleção de mesmo nome com 1º, 2º, 3º e 4º livros para uso em diversas fases do ensino primário, sendo todas aprovadas no mesmo período (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937-1938).

A obra contava com uma linguagem simples, apresentando amplos recursos iconográficos e muitas atividades a serem realizadas. Seu conteúdo era baseado em valores cívicos e patrióticos, além da exaltação de figuras históricas, como o Barão de Rio Branco<sup>61</sup>.

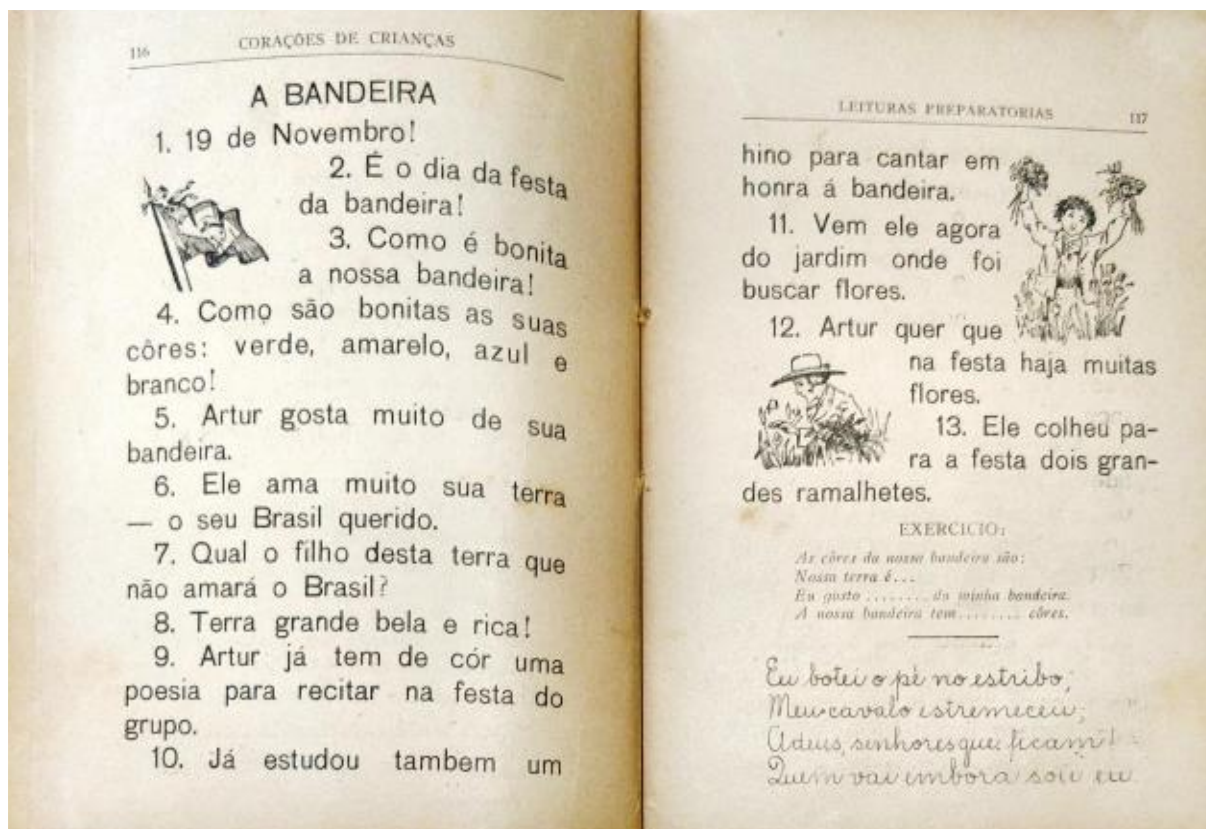
<sup>61</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido pelo epíteto de Barão de Rio Branco, foi um advogado, político, jornalista e diplomata, “[...] responsável pela consolidação das atuais fronteiras do Brasil, no início do século XX, conquistando, através da diplomacia, a garantia de um território equivalente a 900 mil quilômetros quadrados, sem disparar um só tiro. Grande parte do mapa brasileiro foi riscado pela caneta do diplomata.” (HAICKEL, M. P., 2007, p. 3).

O texto “A travessa Rosinha” conta a história de Rosinha, uma menina que cometeu uma traquinice ao manchar de tinta o trabalho realizado por Maria, sua colega de classe, mostrando assim o mau comportamento que era comum entre as crianças. A professora puniu Rosinha privando-a do intervalo; Maria, porém, tomou a decisão de perdoar a menina travessa, assim, esta mostrou a sala a atitude louvável do perdão, com promessa de que Rosinha não agiria mais de tal forma. Destarte, a autora busca evidenciar os valores do perdão e da obediência.

Outras figuras exemplares de bravura e civismo estarão presentes na obra didática, como a figura histórica do Barão de Rio Branco, em que a cartilha mostra uma pequena história desse personagem buscando exaltá-lo como símbolo do patriotismo, “O Barão do Rio Branco foi um grande homem e também um grande patriota. Ele amava muito o nosso caro Brasil” (BARRETO, 1932, p. 118). Além disso, o texto havia sido retirado do caderno de Ciro, um aluno do Grupo Escolar do Arouche, que concluiu o texto afirmando que iria “[...] comprar um retrato de Rio Branco para colocar em minha mesa de estudos” (BARRETO, 1932, p. 119).

Por se tratar de um livro voltado ao primeiro ano do ensino primário, período de alfabetização, a bandeira nacional é retratada de forma mais simples como também os relativos às suas cores; contudo, nota-se a importância dada a introdução dos símbolos patrióticos desde os primórdios da vida escolar.

Imagem 32 – Texto: “A Bandeira” do Livro: Corações de Crianças – Leituras Preparatórias

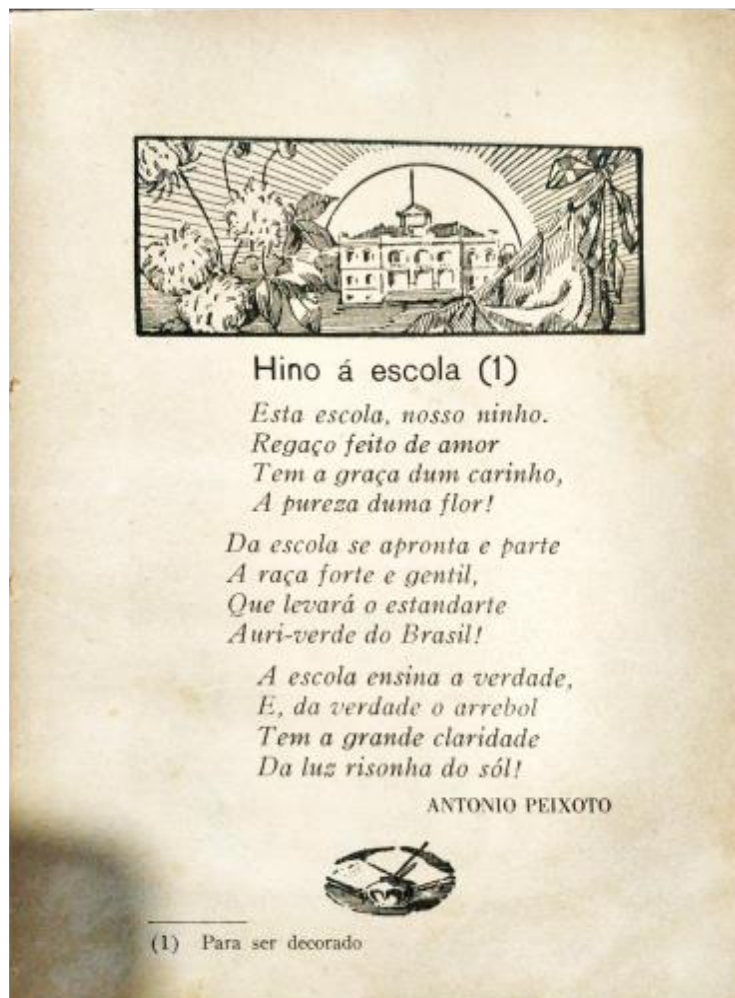


Fonte: BARRETO, Rita de M., 1932, p. 116-117. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

A cartilha também contava com poesias de cunho cívico e patriótico para serem decoradas, que, possivelmente, deveriam ser recitadas durante as aulas, nas festividades cívicas ou quando o docente responsável assim desejasse. O poema “Hino à escola” de Antonio Peixoto é um dos exemplos, de cujas estrofes defendem a importância da educação, configurando seu argumento poético na construção do cidadão que “[...] levará o estandarde; Auri Verde do Brasil!” (BARRETO, 1932, p. 1).



Imagem 33 – Poesia: “Hino à escola” do Livro: Corações de Crianças – Leituras Preparatórias



Fonte: BARRETO, Rita de M., 1932, p. 1. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

A cartilha *Corações de Crianças – Série de Contos Morais e Cívicos (Terceiro Livro)* da mesma autora, publicado pela Livraria Francisco Alves, com 164 páginas e 18,5 x 13cm, de cujos textos apresentam uma linguagem mais precisa em comparação com a obra didática anteriormente analisada, constituída de um conjunto de textos voltado aos alunos do terceiro e quarto ano do ensino primário.

Seguindo a mesma linha editorial da outra cartilha, Rita de M. Barreto traz contos marcados por valores morais, como, por exemplo, “A escola”, em que o aluno Mauro expõe sua felicidade de não ter aula, pois é feriado e argumenta que tal fato o torna feliz, pois a escola o aborrece; seu pai o repreende e afirma que a escola foi um dos momentos mais felizes de sua vida onde aprendeu muito (BARRETO, 1917, p. 19-20).

O texto utilizado no ensino primário exaltava a figura do professor como mestre que ensina e aponta a escola como instituição necessária para a formação do cidadão. “Não condenemos sem provas” é outro exemplo de texto com cunho moralista, que relata a história de D. Augusta que perdendo sua joia suspeitou que a filha de sua empregada, que brincava com as outras criança, havia-lhe roubado; em um momento desejou denunciar o ocorrido ao delegado, porém em um lapso de memória diante do preconceito e da raiva se coloca no lugar da empregada admitindo que não gostaria que ver sua filha passar por tamanho constrangimento, principalmente sem terem provas de que foi a menina quem realmente fora a autora do roubo, diante disso não realiza a denúncia. Dias depois a joia é encontrada num canto do quarto (BARRETO, 1932, p. 110-111). O texto traz aspectos de empatia na figura de D. Augusta e da inocência das crianças, representada pela filha da empregada.

Imagem 34 – Poesia: “Ante a bandeira” do Livro: Corações de Crianças – Série de Contos Morais e Cívicos (Terceiro Livro)



Fonte: BARRETO, Rita de M., 1917, p. 28. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Os símbolos pátrios faziam parte do conteúdo da cartilha, principalmente a simbologia da bandeira nacional, através das poesias que deveriam ser lidas pelos alunos e, muitas vezes, também declamadas em momentos oportunos, como a Festa da Bandeira.

O “sentimento patriótico” era reforçado com textos como “A Pátria”, em que Lauro afirma a sua mãe que os outros países “[...] com todas as suas bellezas e riquezas, não valem o meu! Creio que teria um grande desgosto se não fosse filho do Brasil!” (BARRETO, 1932, p. 46). A mãe – a figura dos responsáveis através da qual reflete aqueles que conjuntamente a escola deveria transmitir e construir o amor à Pátria -, explica ao garoto que “Isto não é de admirar-se em ti, meu filho, que nasceste em um paíz como o Brasil, grande, bello e rico; mas o mesmo que te acontece a ti, acontece a todos os homens” (BARRETO, 1932, p. 46)

A obra didática de Guiomar R. Rinaldi<sup>62</sup> intitulada *A Minha Escola* foi aprovada pelo Relatório do Diretor Geral em 1928 (ANNUARIO DO ENSINO, 1937-1938, p. 198), publicada pela Pia Sociedade São Paulo com 136 páginas e medindo 19,5 x 13,5 cm; indicada para ser usada no quarto ano do ensino primário. Os conteúdos trabalhados são mais extensos, além do fato do fortalecimento da linguagem empregada, dificultando a sua utilização nos anos anteriores como o indicado na capa. As lições com temáticas patrióticas são em maior quantidade que os temas moralistas, são explorados assuntos novos como os monumentos construídos aos heróis nacionais e os museus.

O texto “Dois Monumentos” diz respeito ao questionamento feito por um aluno ao Snr. Azevedo, do porquê haviam erigido uma estátua a Verdi<sup>63</sup>, um músico italiano, e não a um patriota brasileiro, pois segundo o menino as honrarias em praças brasileiras deveriam ser realizadas apenas aos brasileiros e, completa seu questionamento indagando de que serve a música. Azevedo, possivelmente professor desse menino, responde que “[...] A música é um dom de Deus; eleva a alma a um ideal tão puro, dá-nos sensações tão delicadas que, por meio della, nos esquecemos dos nossos dissabores e adquirimos forças para as luctas da vida. Aprimora o espírito” (RINALDI, 1933, p. 31).

Afirma, também, que “Verdi é um italiano! E que tem isso? Era um gênio e os gênios não têm pátria: - pertencem à Humanidade” (RINALDI, 1933, p. 31). Continua sua explicação

---

<sup>62</sup> A obra didática *Os Sertões na fazenda* da mesma autora foi aprovada no dia 19 de setembro de 1933.

<sup>63</sup> “Compositor de óperas do período romântico italiano Giuseppe Fortunino Francesco Verdi, ou simplesmente Giuseppe Verdi foi um dos maiores mestres da ópera e considerado um grande nacionalista italiano. Sua influência alcançou o mundo inteiro” (NASCIMENTO, 2016).

citando o monumento a Garibaldi<sup>64</sup> existente no Jardim da Luz e conclui “Veneremos os nossos heroes, os nossos gênios, os nossos martyres, como santos da nossa nacionalidade; mas, saibamos respeitar os heroes e gênios de toda e qualquer nacionalidade, dando-lhes, com justiça, o logar que lhes compete na história da Humanidade” (RINALDI, 1933, p. 32).

Logo após a lição anterior a obra didática introduz a poesia “A Pátria” de Olavo Bilac, como mecanismo para reforçar o tema nacionalista.

Imagem 35 – Poesia: “A Pátria” do Livro: A Minha Escola



Fonte: RINALDI, Guiomar R., 1933, p. 33. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Em 1934 é aprovada a cartilha *Horas Felizes* de Valfredo Arantes Chagas, publicada pela Typografia Siqueira com 163 páginas e medindo 18,5 x 13,5cm. O exemplar ora analisado foi presente do autor ao diretor do Grupo Escolar “Fortunato de Camargo”, datado do dia 16 de

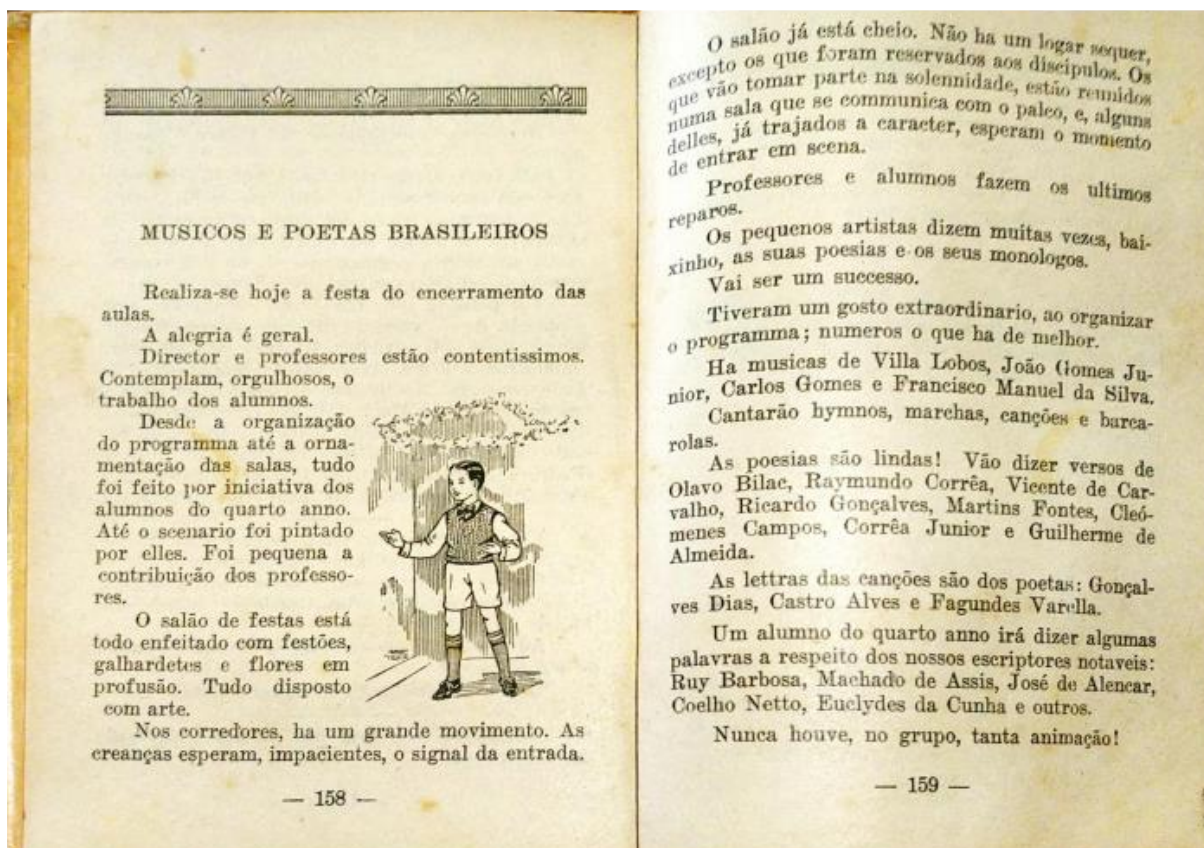
<sup>64</sup> “Declarado como o “herói de dois mundos” em virtude de sua participação em conflitos tanto na Europa como pela América do Sul, Garibaldi foi um dos grandes e admiráveis nomes da unificação italiana, juntamente com figuras como seu xará Giuseppe Mazzini e o Conde de Cavour” (NASCIMENTO, 2017).

janeiro de 1935 e traz elementos moralistas e patrióticos com uma linguagem simples e amplo uso de imagens.

Surge em suas páginas, o tema sobre a exaltação dos músicos e poetas brasileiros, já explorado em outras obras didáticas aqui analisadas, porém, o texto do autor apresenta todos juntos sendo homenageados pelos alunos de um grupo escolar, na festa de encerramento do ano letivo, prática comum do calendário pedagógico do ensino primário.

Entre os músicos, poetas e escritores citados encontram-se personagens centrais para o regime varguista, como Villa Lobos, Olavo Bilac, Ruy Barbosa e Machado de Assis.

Imagem 36 – Texto: “Músicos e Poetas Brasileiros” do Livro: Horas Feliz



Fonte: CHAGAS, Valfredo Arantes, 1935, p. 158-159. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Outras cartilhas também foram analisadas, porém, seus conteúdos são análogos às outras obras didáticas aqui presentes, como, por exemplo, o livro *Contos Brasileiros – Leitura para 3º grau primário* de Morel Marcondes Reis, publicado pela Livraria Editora Record, e premiado, segundo a capa do livro, pela Diretoria do Ensino, não especificar a diretoria.

A referida obra contava com 170 páginas e 14 x 19,5 cm. O exemplar ora analisado é da quarta edição e pertenceu a Teresinha de Maria Basile, professora do Grupo Escolar

“Fortunato de Camargo”, datado de 1941. Dividida em quatro partes, tomando por base o período cronológico da História do Brasil, sendo “I Parte – Brasil Colônia, de 1500 a 1808”, “II Parte – Brasil-Reino, de 1808 a 1822”, “III Parte – Brasil Império, de 1822 a 1889” e “IV Parte – Brasil República, desde 1889” (REIS, s/d).

A inexistência da figura de Getúlio Vargas nas cartilhas analisadas chama atenção para tal fato a hipótese de que é a produção intensa e centralizada do DIP de obras didáticas focando o presidente, enquanto as outras editoras pretendiam não competir com o governo federal lançando cartilhas que exaltassem o político, podendo assim comercializar muito mais suas cartilhas contrapondo as produzidas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública.

O cotidiano escolar dividia-se em dois tempos: iniciando-se o período ensinava Leitura, Língua Portuguesa, Matemática, Caligrafia e no segundo tempo, as disciplinas: História, Geografia, Instrução Moral e Cívica e Ciências, como aponta a depoente Maria Aparecida Orsi:

“[...] depois do recreio, a gente tinha sempre, tinha uma, um horário que a gente tinha que, como se fosse um calendário do ano todo, mas na parte da tarde, a gente ensinava Geografia, História, Ciências [...] então, o que a gente fazia, a gente dava um pouco de História um dia, no outro dia era um pouco de Geografia, no outro dia era um pouco de Ciências [...]” (ORSI., 2021. Informação Verbal).

Imagem 37 – Quadro de Horários do 1º Ano B

2ª feira	3ª	4ª	5ª	6ª	Sab.		
Leit. A	Arit. A	Leit. A	Leit. A	Arit. A	Leit. A	12-	
Prob. BC	Prob. BC	Prob. BC	Prob. BC	Prob. BC	Prob. BC	1	
Leit. B	Arit. B	Leit. B	Leit. B	Arit. B	Leit. B	12,30 - 1	
Copia A	Copia A	Copia A	Cop. A	Cop. A	Cop. A		
Ling. C	Ling. C	Ling. C	Ling. C	Ling. C	Ling. C		
Leit. C	Arit. C	Leit. C	Leit. C	Arit. C	Leit. C	1 - 1,30	
Parker A	Parker A	Parker A	Parker A	Park. A	Park. A		
Copia B	Copia B	Copia B	Cop. B.	Cop. B.	Cop. B.		
Caligrafia	Ling. esc. ABC	Calig.	Ling. esc. ABC	Calig. ABC	Ling. esc. ABC	1,30 - 2	
Recreio							
Leit. B.	Leit. A	Leit. B.	Leit. A	Leit. B	Leit. A	2,30 - 3.	2,30 a
Jornos A	Jaboad. B	Jornos A	Jaboad. B	Jornos A	Park. B.		
Jaboad. C	Jaboad. C	Jaboad. C	Jaboad. C	Jaboad. C	Park. C.		
Calig. Noe. Con.	Geog.	Geomet. Hist.	Geog.	Geog.	Higiene	3 - 3,30	2,30 a
Ginastica	Canto e decl.	Destino Trabalho	Geog.	Relig.	Trab.	3,30 - 4	

Fonte: Quadro de distribuição das aulas do 1º ano B, pertencentes a professora Eulina Pereira de Moraes, possivelmente da década de 1930. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Diante da distribuição de horário da professora Eulina Pereira de Moraes, docente do Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo” da década de 1940, pode-se observar que no rol das disciplinas de: História, Geografia, Ginástica, Canto, Religião e Higiene – possivelmente a disciplina de Ciências citada pela depoente Orsi (2021) -, era ministrada após o recreio, revelando assim que os alunos do primeiro ano já tinham contato com os aspectos históricos e geográficos brasileiros, e a ginástica, disciplina também presente no quadro, construía assim, o ideal de “corpo sadio e forte” nos estudantes.

Em consonância com o discurso ideológico varguista, a formação do cidadão patriótico com saberes morais recebeu grande atenção do delegado de ensino da região, constituindo-se a Instrução Moral e Cívica uma das disciplinas com maior relevância dada pelas autoridades escolares,

O ensino cívico mereceu das autoridades escolares os melhores esforços, no sentido da sua maior difusão entre as crianças e o povo. É de lamentar-se que o nosso material didático seja reduzido como é, contando o professor apenas com uma ou outra gravura

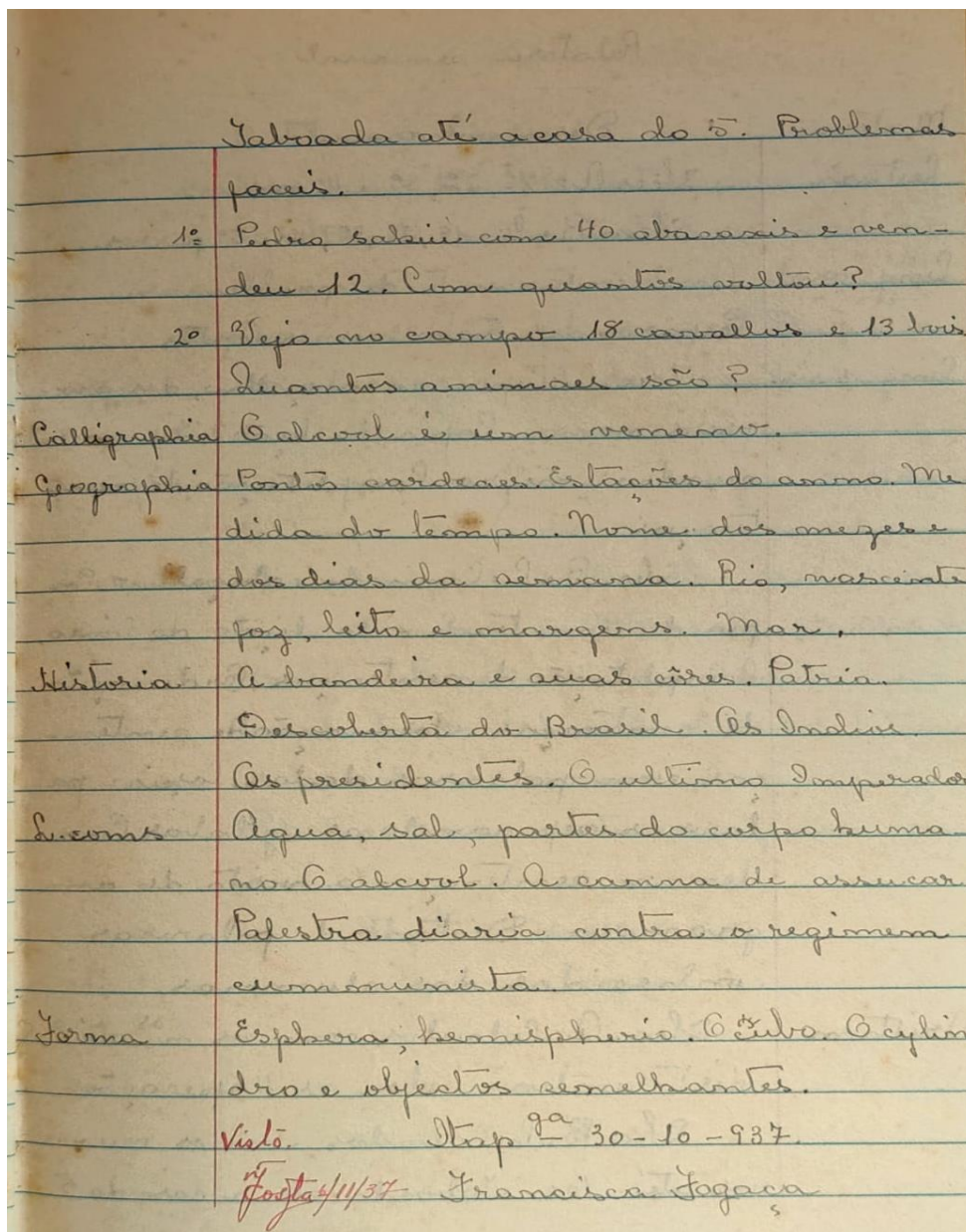
de propaganda que lhe chega às mãos em virtude de sua própria iniciativa (RELATÓRIO REGIONAL DO ENSINO DE ITAPETININGA, 1943, p. 9)

O movimento de sanitização do “vírus comunista” também constituía preocupação do cotidiano pedagógico, que despendia esforços para a conscientização dos males que as ideologias contrárias ao movimento nacionalista de Vargas, apresentavam principalmente a partir da constituição da Aliança Nacional Libertadora (ANL), intensificando-se após a insurreição do movimento comunista e a “descoberta” do Plano Cohen.

Na documentação pesquisada há registro de um diário de classe da professora Francisca Fogaça, datado de 1937, durante o seu magistério em Itapetininga. A utilização de tal documentação, mesmo não sendo pertencente a cidade de Angatuba, traz um elemento importante para se compreender o desenvolvimento pedagógico no primeiro governo de Getúlio Vargas. As palestras de cunho ideológico contrárias ao comunismo, faziam parte da rotina educacional como um dos artifícios utilizados por Getúlio Vargas para a instauração do Estado Novo.



Imagem 38 – Diário de Classe da professora Francisca Fogaça, 1937



Fonte: Diário de classe do ensino primário durante o ano de 1937, pertencentes a professora Francisca Fogaça, da cidade de Itapetininga. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Evidencia-se a preocupação dos responsáveis pela educação brasileira à estruturação ideológica das crianças contrária aos ideais adversos do nacionalismo varguista, inculcando nelas, diariamente, aspectos maléficos do comunismo, anterior a implantação da ditadura varguista.

Observa-se que nas obras didáticas expostas<sup>65</sup>, havia grande preocupação de infundir nas crianças o “sentimento patriótico” desde os seus primeiros momentos como alunos na escola e, na passagem dos anos escolares, o grau de inculturação ia gradualmente aumentando com a introdução de mais elementos. Porém, percebe-se que havia um cuidado com a linguagem e os conteúdos propostos, para que os futuros cidadãos paulatinamente pudessem ser “alimentados” com o vigoroso amor à Pátria e respeito aos valores morais.

Os ideais escolanovistas também estavam inseridos na prática pedagógica dos docentes do grupo escolar, como demonstra a obra do diretor do Grupo Escolar local, professor Abner de Moura, intitulada *Os Centros de Interesse na escola: sugestões para lições globalizadas segundo o sistema Decroly*, publicada no início dos anos 1930. Lourenço Filho destaca, no prefácio, o valor do trabalho:

Este volume é atestado patente e insofismável desse novo espírito e do entusiasmo do professorado pelas práticas da educação renovadora. É um depoimento do mais alto interesse e uma prova do valor do magistério primário. Como o próprio autor confessa, seu trabalho não traz propriamente novidades à teoria e à prática da escola nova. Mas narra uma experiência deveras ilustrativa, porque pode apresentar-se como “fruto de alguma coisa realizada em meio brasileiro, por professores brasileiros”. Importa notar que essa experiência não se deu numa grande cidade, em meio de vida industrial, “onde, para alguns” – observa o autor –, “só aí se justifica a escola ativa”. Pelo contrário, fez-se num meio agrícola, numa cidadezinha, nem mesmo servida por estrada de ferro (MOURA, 193?, p. 6 *apud* SOUZA, 2009, p. 195).

O ideal do escolanovismo estava presente nos estudos das professoras primárias da localidade, demonstrado pela conservação de livros sobre o tema, como “*Los “compañeros” de la universidad nueva y la escuela única*” datado de 1935, e, “*Los nuevos programas escolares*” não constando a editora; “*La práctica de la educación activa - Guías didácticas del Ministerio de Educación inglés*” de autoria de Luis Santullano e Fernando Sáinz, e, “*La práctica de la educación activa – Los centros de interés en la escuela*” de Clotilde Guillén de Rezzano, ambos publicados na Revista de Pedagogia de Madrid.

Conclui-se, entretanto, que as obras didáticas serviram aos objetivos do governo para a moralização e formação patrióticas das crianças no ensino primário, realizando a estruturação minuciosa de obras para cada etapa do processo educativo, intensificando a quantidade de imagens e textos no passar dos anos escolares.

---

<sup>65</sup> Os discentes e docentes da localidade, possivelmente tiveram contato com outras cartilhas e livros didáticos, porém realizou-se a análise apenas das obras didáticas encontradas em perfeito estado de conservação.

### 3.3 As festividades cívicas em Angatuba: formação e exibição do “sentimento patriótico”

Imbuídos dos ideais governistas, a elite local, os docentes e discentes do Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”, com a participação da Banda “Lira Angatubense” organizavam as festividades em comemoração às datas cívicas. Os moradores da localidade se reuniam nos locais indicados pelos programas publicados pelo Jornal “Folha de Angatuba”<sup>66</sup> para acompanharem o desenrolar das manifestações patrióticas.

O Jornal “Folha de Angatuba” teve papel preponderante na construção da consciência patriótica, cívica e nacionalista dos cidadãos angatubenses; em suas páginas os diretores (que foram se alterando com o passar dos anos<sup>67</sup>), exaltavam a figura de Getúlio Vargas, de Júlio Prestes de Albuquerque, dos prefeitos da localidade e outros personagens históricos imbuídos de valores cívicos e morais; sendo assim prestavam seu papel no ordenamento político do varguismo. Além disso, exibiam a organização e os acontecimentos das festividades cívicas e escolares, como também os episódios que ocorriam no município e na região.

O papel da imprensa e dos jornalistas do interior dos Estados brasileiros é exaltado nas páginas do jornal local em matéria intitulada “Heroísmo Ignorado” do dia 4 de abril de 1943. O texto argumenta que “O público brasileiro precisa conhecer, nos seus menores detalhes, o verdadeiro drama, dentro do qual vivem esses heróis anônimos que são os jornalistas do interior do Brasil [...] nesses pequenos periódicos que se editam no verdadeiro coração de nacionalidade” (Jornal “Folha de Angatuba”, 4 de abril de 1943, s/p). Destarte, a função dos jornalistas era a de angariar “corações” patrióticos através das notícias veiculadas nos jornais.

Em 19 de abril, ao se comemorar o aniversário de Getúlio Vargas, símbolo máximo de patriotismo, civismo e valores morais, instaurou-se como festividade cívica entre as mudanças do novo calendário determinadas pela implantação do Estado Novo. A obrigatoriedade da realização de homenagens ao líder político, de preferência com a reunião da população, seria o momento oportuno o que deveria conter a exibição dos triunfos e atitudes do “pai dos pobres” e do novo regime.

---

<sup>66</sup> Sendo uma vítima da falta de conservação, poucas páginas do jornal foram conservadas e resistiram ao tempo.

<sup>67</sup> Em 1941, o diretor do jornal era o senhor João Tizamba Nogueira, membro da elite intelectual da localidade, sendo, juntamente com Antônio Lisboa, compositor do Hino de Angatuba. Álvaro Moreira Branco assume a direção do jornal em 1942, sendo membro da elite local, casado com Tereza Favalli, família de grande poder aquisitivo. Em 1944, a direção do jornal passa para J. Sales, possivelmente também membro da elite, porém, nada se encontrou sobre ele.

Imagem 39 – Texto: “Comemorações da Data Natalícia do Presidente da República” do Jornal: Folha de Angatuba



Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 25 de abril de 1943, Brasil, num. 305. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

A solenidade cívica do dia 19 de abril de 1943, organizada pelo diretor do Grupo Escolar, o professor Anatole de Lima e o corpo docente, teve início com o desfile dos alunos do Grupo Escolar pelas principais ruas da cidade, possivelmente portando bandeiras nas cores nacionais, análogo aos demais desfiles que eram acompanhados pela Banda “Lira Angatubense” que tocava hinos pátrios.

O desfile se encerra na Praça Central, momento em que se pode ver a participação da elite local, do Prefeito Municipal e de todo o corpo docente, que através do “dever cívico” mostravam aos demais alunos e cidadãos suas posturas patrióticas.

O senhor Aurélio Moura, outrora paraninfo da turma de diplomados de 1939 do Grupo Escolar, realizou um discurso com “[...] calorosas referências a personalidade admirável do Chefe da Nação. Relembrou diversas passagens da vida do plecaro (sic) cidadão brasileiro, assim como os seus grandes empreendimentos nacionais” (Jornal “Folha de Angatuba”, 25 de abril de 1943, s/p). O diretor da instituição escolar também proferiu um discurso alusivo à figura do Chefe da Nação.

Dando prosseguimento às festividades, o orfeão do Grupo Escolar entoou o “[...] Hino Nacional e pela banda musical [foi] executado a marcha “Canção do Soldado”, com grandiosas salvas de palmas e vivas ao grande estadista, por populares ali presentes” (Jornal “Folha de Angatuba”, 4 de abril de 1943, s/p). Percebe-se assim que os alunos eram previamente treinados e ensaiados para se exibirem nas comemorações, mostrando, outrossim, a importância dada a efeméride do Presidente.

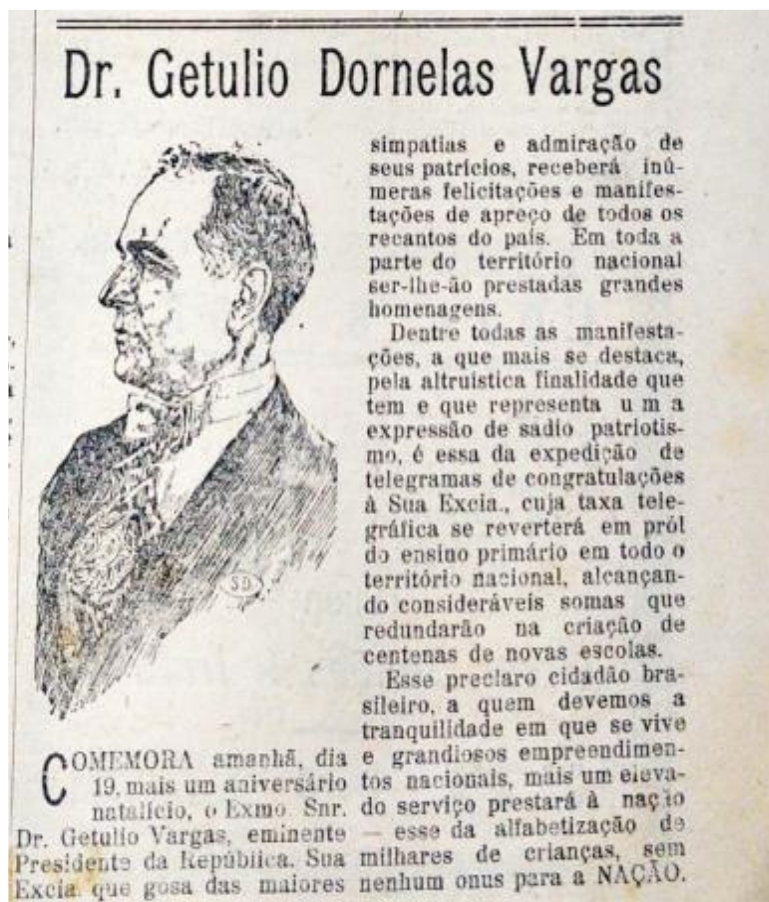
O orfeão, desejo eminente de Heitor Villa-Lobos, fazia parte de todas as festividades patrióticas da localidade; sendo assim, pode-se afirmar que alguns alunos além de participarem do desfile pelas ruas das cidades, também cumpriam o papel de “cantar o amor à Pátria” regido pelo docente responsável pelo canto orfeônico.

O jornal local, além de informar previamente os detalhes da execução da festividade cívica, também engrandecia a figura de Vargas em suas páginas, inculcando no leitor o amor ao líder político – quer fosse o leitor um aluno do ensino primário, desde que alfabetizado – tornando o evento cívico que viria acontecer, num momento de plena efervescência patriótica.

Os docentes do ensino primário também deveriam organizar palestras e práticas pedagógicas em torno da figura do líder, além de ensaios de poemas e poesias sobre a data, como também produção de trabalhos e ilustrações que direcionariam as ocorrências durante as comemorações.

Os atributos conferidos a Getúlio Vargas são amplamente divulgados nas páginas do semanário, sendo o líder político exibido como portador “[...] das maiores simpatias e admiração de seus patrícios” (Jornal “Folha de Angatuba”, 18 de abril de 1943, s/p).

Imagem 40 – Texto: “Dr. Getúlio Dornelas (sic) Vargas” do Jornal: Folha de Angatuba



Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 18 de abril de 1943, Brasil, num. 304. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

O redator afirma que as taxas telegráficas utilizadas para enviar congratulações ao Chefe da Nação seriam revertidas em verbas para o ensino primário, favorecendo financeiramente esse grau do ensino, mostrando ao povo brasileiro a sua preocupação na formação dos futuros cidadãos (Jornal “Folha de Angatuba”, 18 de abril de 1943, s/p).

Tal atitude é motivo de elogios, afirmando que o povo brasileiro deve a Getúlio Vargas “[...] a tranquilidade em que se vive e grandiosos empreendimentos nacionais, mais um elevado serviço prestará à nação – esse da alfabetização de milhares de crianças, sem nenhum ônus para a Nação” (Jornal “Folha de Angatuba”, 18 de abril de 1943, s/p).

A figura do herói nacional Tiradentes, como já demonstrado, era amplamente rememorada nas cartilhas e livros didáticos, porém, os fragmentos encontrados do jornal da localidade não vinculam nenhuma matéria que mostra alguma festividade cívica em torno do personagem histórico. No entanto, a iconografia do ano de 1930 apresenta o que possivelmente devia ser o momento de execução dos hinos pátrios e discursos sobre o conjurado.

Imagem 41 – Semana Comemorativa a Tiradentes



Fonte: Pátio interno do Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo” com a reunião dos alunos e docentes para comemoração do dia “21 de abril”. Angatuba/SP, abril de 1930. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

O Dia da Independência, 7 de setembro, era amplamente organizado na localidade com a divulgação dos horários e do planejamento nas páginas do semanário local. A Igreja Católica participava dando início às festividades com a realização da missa, momento no qual os alunos do Grupo Escolar partícipes do orfeão escolar entoavam o Hino Nacional, mostrando assim a relação entre o catolicismo e o patriotismo varguista. A Delegacia de Ensino da Região de Itapetininga contava, em 1936, com dez orfeões (ANNUÁRIO DO ENSINO, 1937-1938, p. 392).

O envolvimento da Igreja Católica local na construção da consciência cívica e patriótica se fazia de forma constante, considerando-se a relação à nível federal entre o Presidente da República e o clero. Em 6 de setembro de 1942, um dia antes da comemoração da Independência, realizou-se uma Missa presidida pelo Padre Amadeu Mendes Pinto do Amaral com ampla participação das pessoas, celebrada em agradecimento pelo restabelecimento do Chefe da Nação, após o acidente de carro sofrido em maio do mesmo ano (Jornal “Folha de Angatuba”, 6 de setembro de 1942, s/p).

Imagem 42 – Texto: “Comemorações do Dia 7 de Setembro” do Jornal: Folha de Angatuba



Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 12 de setembro de 1943, Brasil, num. 316. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Após a solenidade religiosa do dia 7 de setembro de 1943 houve o desfile dos alunos do Grupo Escolar, acompanhados de outros jovens não mencionados pelo jornal, possivelmente eram reservistas da localidade; empunhavam bandeiras nacionais e eram acompanhados pela Banda Lira Angatubense tocando hinos pátrios.



O desfile finalizava na Praça da Matriz – praça central da cidade -, para que membros da elite local, convidados de outras cidades e membros do corpo docente fizessem uso da palavra proferindo discursos alusivos à data que se estava comemorando, além da exaltação patriótica, inculcava-se em todos os presentes os valores desejados pelo regime. “[...] Em seguida, fez-se ouvir, a banda musical, executando o Hino Nacional. Numerosas poesias alusivas à data foram por escolares declamadas” (Jornal “Folha de Angatuba”, 12 de setembro de 1943, s/p).

Os escolares também participavam da parte esportiva, que ocorria na Praça Central, exibindo os “corpos sadios e fortes” que representavam o futuro da nação brasileira. Para concluir o momento festivo, “[...] houve uma corrida de 300 metros na qual foi disputada uma medalha de prata oferecida pelo Prefeito Municipal de Bernardino de Campos, [...]. O vencedor, o menino José Faria, foi muito felicitado. Com essa prova ficou encerrada a parte comemorativa da manhã”. Toda a parte festiva realizada na parte da manhã foi acompanhada por uma grande multidão (Jornal “Folha de Angatuba”, 12 de setembro de 1943, s/p).

As comemorações do dia 7 de setembro não se findavam no período matutino. Durante a noite, a elite local se reunia no Centro Literário “Júlio Prestes” para dar continuidade as festividades, porém, por se tratar de um clube composto por sócios, impedia-se a participação popular massiva, por conta da dimensão do espaço e do simbolismo elitista que o local representava.

No período noturno, as comemorações iniciavam-se às 20 horas, nas quais os alunos do Grupo Escolar declamavam poemas e entoavam os hinos patrióticos. “[...] Obedecendo ao bem organizado programa da Diretoria do Grupo Escolar, o presidente da mesa deu início à sessão. Diversos escolares declamaram belas e patrióticas poesias. O orfeão cantou o Hino da Independência e Hino 7 de Setembro” (Jornal “Folha de Angatuba”, 12 de setembro de 1943, s/p).

As festividades ocorreram em uma terça-feira, pode-se perceber assim que há a suspensão das aulas, porém as práticas pedagógicas de cunho cívico e patriótico aconteciam nesse dia, que aliada a cartilha era responsável por despertar nas crianças, o sentimento de pertencimento a uma grande nação, como um importante líder. As crianças assistiram à continuidade do evento cívico, em que

[...] Para falar sobre a data, foi dado a palavra ao D. D. delegado de Polícia, Dr. Silvío Henrique de Almeida. O seu vibrante discurso, pelo patriotismo, alusivo ao dia de nossa emancipação política, aos heróis dessa magna realização, foi além desse inolvidável acontecimento, vindo até aos presentes dias, relembrando as maiores datas e fases da nossa história. Destacou a figura inconfundível do ínclito Presidente da

República Dr. Getúlio Vargas, o timoneiro incansável dos destinos de nossa querida Pátria. Evidenciou os grandes feitos do preclaro Chefe da Nação em todos os ramos de atividades no campo político, do ensino [...]. Concitou aos presentes o amor às causas brasileiras, ao chefe supremo, ao povo e suas realizações, para que tenhamos um porvir brilhante e admirável (Jornal “Folha de Angatuba”, 12 de setembro de 1943, s/p).

Para finalizar o evento, a Banda Lira Angatubense executou o Hino Nacional. Destarte, percebe-se que todos os participantes da cerimônia “embebeciam” de valores patrióticos. As crianças que estudaram sobre a importância de tais valores nas cartilhas desde o primeiro ano do ensino primário, vivenciavam esse ardor patriótico diante de expressivas manifestações.

A matéria jornalística que relata os acontecimentos do dia 7 de setembro ainda expõe que as festividades na localidade vêm de longa data, afirmando a importância desses acontecimentos para a construção de um Brasil unido e poderoso.

“[...] 7 de Setembro, a data mais significativa da nossa história pátria, tem sido comemorada em todos os anos com uma grandiosidade digna do nosso passado e dos fundadores intransigentes e abnegados de nossa Independência. Este ano, as comemorações em todo o território nacional, atingiram um nível nunca igualado. O “Dia da Pátria” é para nós brasileiros, não apenas o dia de nossa emancipação, mas também a data que nos incitará e estimulará para um Brasil mais uno, poderosos e respeitado” (Jornal “Folha de Angatuba”, 12 de setembro de 1943, s/p).

Ao comparar a organização das comemorações da Independência do ano 1941 e 1943, admite-se inúmeras semelhanças, mostrando assim que anualmente os alunos do Grupo Escolar participavam desse momento em que eram treinados desde a forma de como se comportarem nos desfiles, como também eram incentivados a decorar poemas, poesias e hinos patrióticos.

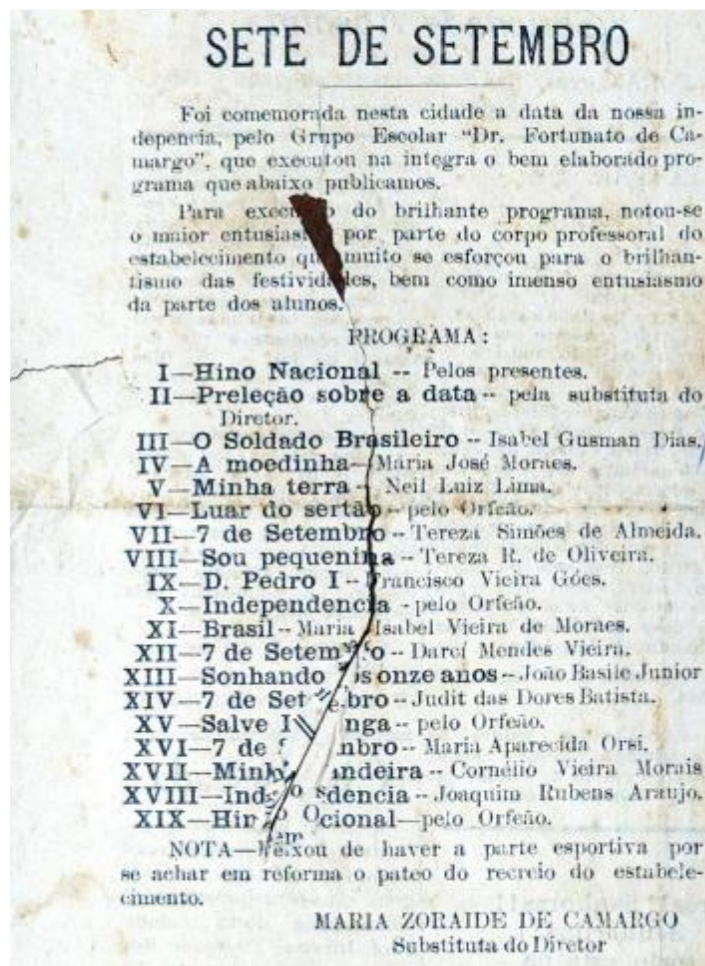
No ano de 1944, a festa do 7 de setembro ocorreu no interior da escola e a programação vinculada pela imprensa local destacou um dos momentos mais importantes dessa comemoração à exaltação patriótica como músicas executadas pelo orfeão e a declamação de poemas proferida pelos alunos.

O programa exibido demonstra as temáticas de cunho patriótico e nacionalista das poesias declamadas e dos cânticos executados. Compreende-se que algumas poesias apresentavam o mesmo título exaltando o mesmo momento histórico, embora tivessem conteúdos diferentes. Os espectadores deveriam apreciar tal evento, observando as crianças com empenhadas ao declamarem seu amor à Pátria brasileira; estes alunos, zelosamente ensaiados, deixavam transparecer a preocupação dos docentes pelo êxito no desenvolvimento da temática sobre o patriotismo.

Os hinos pátrios também eram acompanhados de músicas populares que exaltavam elementos culturais e geográficos do Brasil, cujo exemplo expresso na programação é a música

“Luar do Sertão”, gravada pela primeira vez por Eduardo das Neves, e lançada em disco da Odeon em 1914. A música exaltava aspectos do sertão brasileiro, como o luar e as belezas naturais (PINTO, 2013).

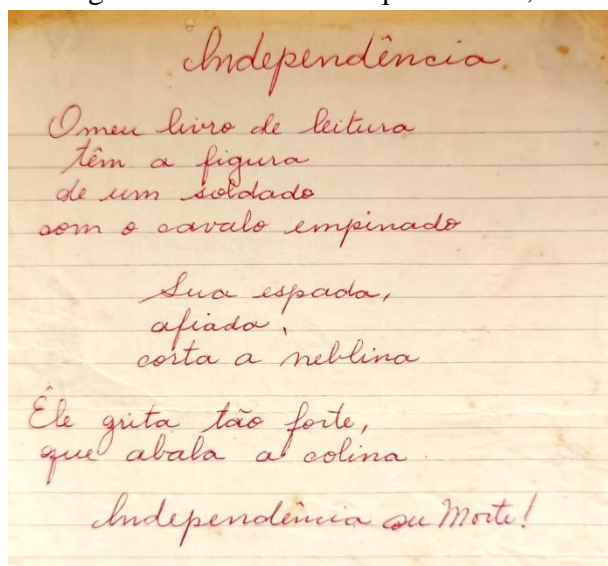
Imagem 43 – Programação do Dia 7 de setembro de 1944



Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 10 de setembro de 1944, Brasil, num. 10. Acervo: Maria Aparecida Moraes Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Encontrou-se o poema “Independência” na documentação conservada da professora Eulina Pereira de Moraes, exaltando a importância dos movimentos que desembocam na emancipação política do Brasil, que possivelmente os alunos tinham contato, decoravam e declamavam durante as datas cívicas comemorativas. Verifica-se com isso o teor das poesias declamadas pelas crianças nesses eventos. A saber, entre os participantes no evento destaca-se em XVI lugar declamando a poesia “7 de setembro” a aluna Maria Aparecida Orsi, entre os depoentes orais deste trabalho.

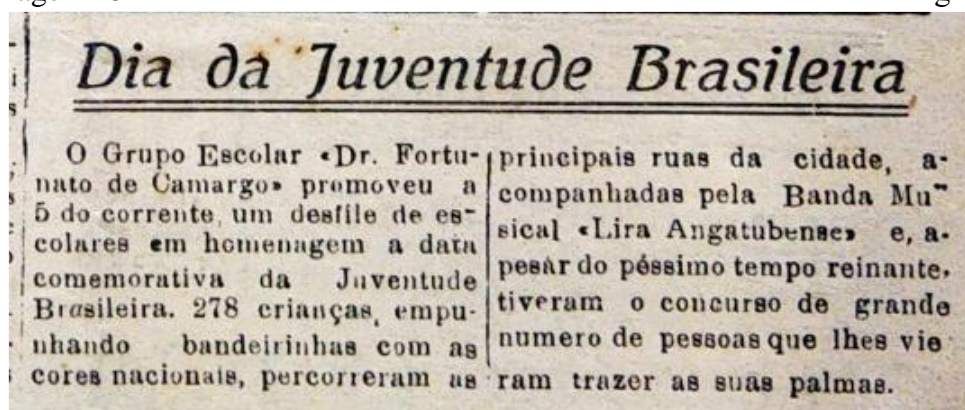
Imagem 44 – Poema “Independência”, 194?



Fonte: Documentação da professora Eulina Pereira de Moraes utilizado em suas aulas no Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo” na década de 1940. Acervo: Maria Aparecida Moraes Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

O dia 7 de setembro constituía a apoteose da Semana da Pátria que contava com gloriosas comemorações e exaltações cívicas desde o dia 1 de setembro, mudanças sofridas com a implantação do Estado Novo. A imprensa local veiculava previamente como se daria a organização das festividades para que os cidadãos pudessem se organizar e acompanhar, afinal era desejo do governo que todos tivessem contato com os ideais de patriotismo; e ao mudar o calendário com o Estado Novo instaurou-se o “Dia da Juventude Brasileira” como parte comemorativa da Semana da Pátria.

Imagem 45 – Texto: “Dia da Juventude Brasileira” do Jornal: Folha de Angatuba

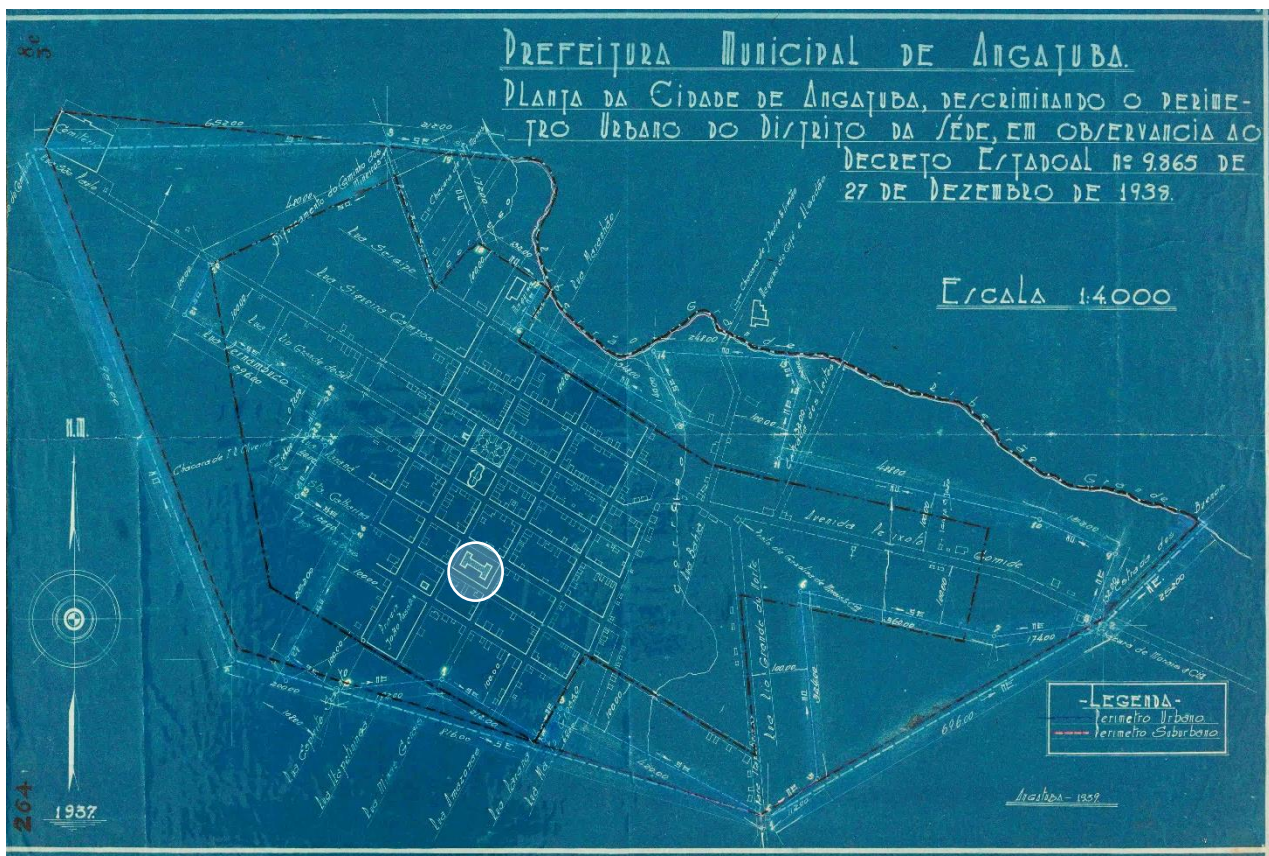


Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano V, São Paulo, Angatuba, 14 de setembro de 1941, Brasil, num. 221. Acervo: Maria Aparecida Moraes Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

O corpo docente do Grupo Escolar realizou com a participação dos alunos um desfile para festejar a data, no feriado nacional percorrendo as principais ruas da cidade. A parte musical ficou sob responsabilidade da Banda “Lira Angatubense”. O número de 278 crianças

registrado no jornal tem grande representatividade, a julgar pelo tamanho do núcleo urbano, lotando assim as principais ruas da cidade com crianças portando bandeirinhas verdes e amarelas.

Imagem 46 – Planta da Cidade de Angatuba, 1938



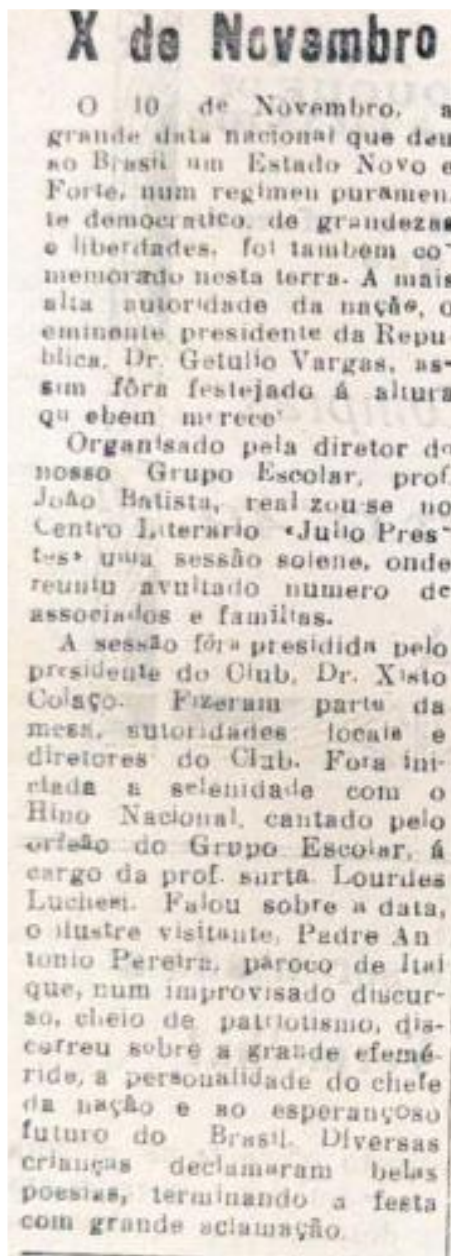
Fonte: Planta da Cidade de Angatuba, discriminando o perímetro urbano do distrito da sede, em observância ao Decreto Estadual nº 9.865 de 27 de dezembro de 1938, em destaque o Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”. Acervo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Durante o Estado Novo, o dia 10 de novembro rememorava a implantação do governo ditatorial de Getúlio Vargas, também constituía data festiva em todo o país. Em Angatuba o jornal noticia como importante matéria “[...] a grande data nacional que deu ao Brasil um Estado Novo e Forte, num regimen puramente democrático de grandezas e liberdades [...]” (Jornal “Folha de Angatuba”, 15 de novembro de 1942, s/p).

As comemorações ocorreram no Clube Literário “Júlio Prestes” com a participação do orfeão do Grupo Escolar sob a regência da professora Lurdes Luchesi; entoaram-se hinos pátrios e discursos em alusão à data. Não há registro de que nesse ano houvesse desfile dos estudantes pelas ruas da cidade ou momentos discursivos na praça pública central, porém, mesmo sendo realizado em um ambiente restrito à participação de associados, convidados e

familiares, houve participação de estudantes do Grupo Escolar local no encerramento da festa, demonstrando, o apreço da elite local pelas atividades cívicas que aconteciam no espaço escolar (Jornal “Folha de Angatuba”, 15 de novembro de 1942, s/p).

Imagem 47 – Matéria “X de Novembro” do Jornal: Folha de Angatuba



Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano VI, São Paulo, Angatuba, 15 de novembro de 1942, Brasil, num. 282. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

O Centro Literário “Júlio Prestes” era o espaço social que agregava a elite econômica e intelectual que além das costumeiras reuniões realizavam-se bailes, apresentações culturais: literárias, musicais. No dia 27 de dezembro de 1941 com grande festa, inaugurou-se o retrato de Júlio Prestes de Albuquerque, escolhido como patrono do Centro Literário; em cuja

festividade houve também a inauguração do retrato do Sr. Cornélio Vieira de Moraes, membro da elite econômica que teve ampla atuação política na localidade (Jornal “Folha de Angatuba”, 21 de dezembro de 1941, s/p).

Imagem 48 – Centro Literário “Dr. Júlio Prestes”



Fonte: Foto da lateral direita do Centro Literário “Dr. Júlio Prestes” que foi construído na década de 1930, sendo homenageado Dr. Júlio Prestes de Albuquerque, haja vista ter sido político com grande atuação nos níveis federal e estadual e que prestou amplo auxílio político e econômico para a cidade de Angatuba/SP. Acervo: Maria Aparecida Moraes Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Quanto aos frequentadores do Centro Literário, o depoente Santino Larozi sobre o Centro Literário, afirma: “[...] Os negros não entravam [...] Tinha baile, baile tinha quase toda semana, de monte, mas preto não entrava, negro não entrava, eram só as pessoas mais ricas [...]” (LAROZI, 2021. Informação Verbal). Ambientado às elites, as pessoas mais pobres não tinham acesso, mesmo em dias cívicos, também porque precisavam pagar mensalidade, impedindo com isso a estada de grande parte da população carente economicamente.

A matéria intitulada “Caixa Escolar” publicada no dia 28 de fevereiro de 1943 evidencia o trabalho do diretor do Grupo Escolar, o professor Anatole A. Lima, em busca de recursos para a assistência social dos “[...] alunos pobres, que frequentam essa casa de estudos, são inúmeros, necessitando, não somente de apetrechos escolares e alimentação, como também até de roupa ou uniforme” (Jornal “Folha de Angatuba”, 28 de fevereiro de 1943, s/p), sendo assim, pode-se confirmar que boa parte dos alunos e famílias tinham dificuldade de se manter

economicamente, impossibilitando o pagamento de uma mensalidade favorável a utilização das instalações do Clube Literário.

Imagem 49 – Elite posando para foto no interior do Centro Literário “Dr. Júlio Prestes”



Fonte: Foto interna do Centro Literário “Dr. Júlio Prestes” com a presença de membros da elite local, entre eles, o diretor do Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo”, o segundo do lado direito, mostrando assim a proximidade da elite intelectual e econômica. Acervo: Maria Aparecida Moraes Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

O Dia do Soldado, comemorado em 25 de agosto, também era festejado na localidade, onde os docentes do Grupo Escolar organizavam desfiles em que as crianças marchavam pelas ruas da cidade. Os discursos enfocavam a figura do Duque de Caxias, “[...] o grande patrono do Exército Brasileiro [...] ínclito e inolvidável vulto, que honra o nosso passado pelos seus proeminentes feitos de brasilidade e patriotismo e como modelo para o nosso futuro e principalmente à juventude” (Jornal “Folha de Angatuba”, 29 de agosto de 1943, s/p). O orfeão do Grupo Escolar se apresentava entoando os hinos pátrios.

Na década de 1940, o mundo vivenciava a Segunda Guerra Mundial sendo necessário exibir os combatentes e o valor patriótico do povo brasileiro, por isso, tornava-se comum a passeata dos reservistas da cidade no dia 16 de dezembro, mesmo não tendo diretamente a



presença dos alunos do ensino primário; possivelmente estes participavam como espectadores, além de que os docentes deveriam fazer menção a data durante as aulas.

Imagem 50 – Programa do Dia do Reservista do Jornal: Folha de Angatuba



Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano V, São Paulo, Angatuba, 14 de dezembro de 1941, Brasil, num. 234. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

As comemorações do Dia do Reservista continham momentos de exaltação à Nação, com hinos patrióticos e discursos que homenageavam a figura de Olavo Bilac, considerado “pioneiro do militarismo em nosso país” (Jornal “Folha de Angatuba”, 14 de dezembro de 1941, s/p).

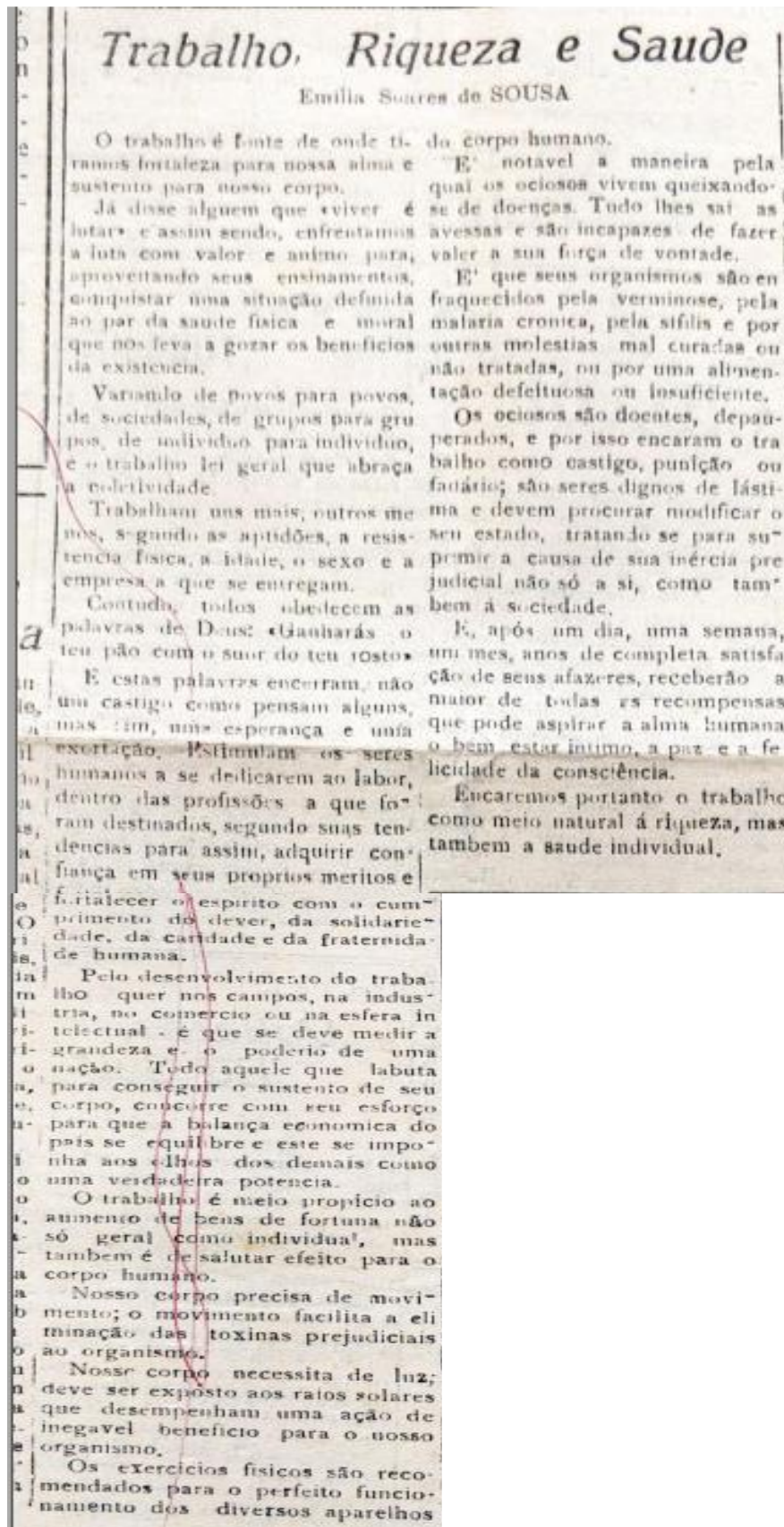
A demonstração do “corpo sadio e forte” desses que poderiam defender a Pátria ocorria com realização de jogo de cestebol e de futebol, sob o olhar atento da massa de pessoas que acompanhavam a festividade (Jornal “Folha de Angatuba”, 14 de dezembro de 1941, s/p).

Não há documentação sob a forma como se comemorava o Dia do Trabalho na localidade, porém, visto toda organização ora apresentada, pode-se concluir que deveria haver menções aos feitos do Presidente Vargas quanto às leis trabalhistas, podendo ocorrer palestras dos professores em classe no período que antecede e/ou posterior a data, como também durante a disciplina de trabalhos manuais.

O trabalho tinha a função de dignificar o ser humano, de torná-lo membro ativo da Nação, sendo rejeitado o ocioso, como apresentado no artigo “Trabalho, Riqueza e Saúde” da Emília Soares de Souza, publicado no dia 14 de setembro de 1941 no semanário local.

Uma Nação trabalhadora, constituída por cidadãos obreiros era o desejo da ideologia varguista, sendo assim, era necessário inculcar na sociedade a importância do trabalho, pois só assim, geraria riqueza a nação. Além desse fato, a ociosidade era lastimável para o regime, como exposto por Emília Souza, “Os ociosos são doentes, depauperados, e por isso, encaram o trabalho como castigo; são seres dignos de lástima e devem procurar modificar o seu estado, tratando se para suprimir a causa de sua inércia prejudicial não só a si, como também á sociedade” (Jornal “Folha de Angatuba”, 14 de setembro de 1941, s/p).

Imagem 51 – Artigo “Trabalho, Riqueza e Saúde” do Jornal: Folha de Angatuba



Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano V, São Paulo, Angatuba, 14 de setembro de 1941, Brasil, num. 221. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Desse modo, a escola tinha entre seus objetivos, conforme apontado por Fernando de Azevedo, no Boletim Nº 1 da Secretaria da Educação e da Saúde Pública do Estado de São Paulo, a “[...] iniciação do conhecimento das técnicas modernas de trabalho, de produção e de transportes, e, portanto, do equipamento material da civilização actual, por meio dos elementos das sciencias phisicas e naturaes” (AZEVEDO, 1936, p. 15).

Estando de acordo com o ideal que permeia as discussões pedagógicas do período, a professora Maria Antonieta Raimo, publica o artigo “A Escola de Trabalho”, na revista de Educação de 1943, posicionando-se favorável a formação da criança-operária. Dessa forma, argumenta que a escola ativa é aquela que as crianças ocupam “[...] suas mãos com trabalhos que estejam de acordo com a vida da comunidade, com trabalhos que respondam às suas necessidades de atividade” (Revista de Educação, 1943, p. 35).

A adaptação da instrução para o trabalho era premissa pedagógica do momento histórico estudado, sendo assim, a localidade estando inserida numa economia exponencialmente agrícola, pode-se afirmar que os alunos masculinos tinham momentos em que eram educados com noções do trabalho agrícola. Porém, em contrapartida, pela divisão do sexo, as meninas eram instruídas para os serviços domésticos.

A Semana da Criança também configurava-se dentro da ideologia do governo, sendo amplamente divulgada pelo jornal local, que nesse período estabelecia-se o momento de proteção aos futuros cidadãos brasileiros. Em artigo publicado pelo “Diário da Noite” do Rio de Janeiro e transcrito pelo referido jornal, no dia 17 de outubro de 1943 a figura da criança era tida como preocupação central, principalmente no momento de conflitos mundiais que estavam ocorrendo,

Na volta a ambiente de paz em que pelo amparado e defesa da criança forjamos a eugenia da raça, trabalhamos a construção de uma nacionalidade forte e pacifista, brava, sadia e esclarecida dos progressos da civilização cristã e do supremo bem humano que é e será sempre a alegria de viver sem ódios e sem rivalidade (Jornal “Folha de Angatuba”, 17 de outubro de 1943, s/p).

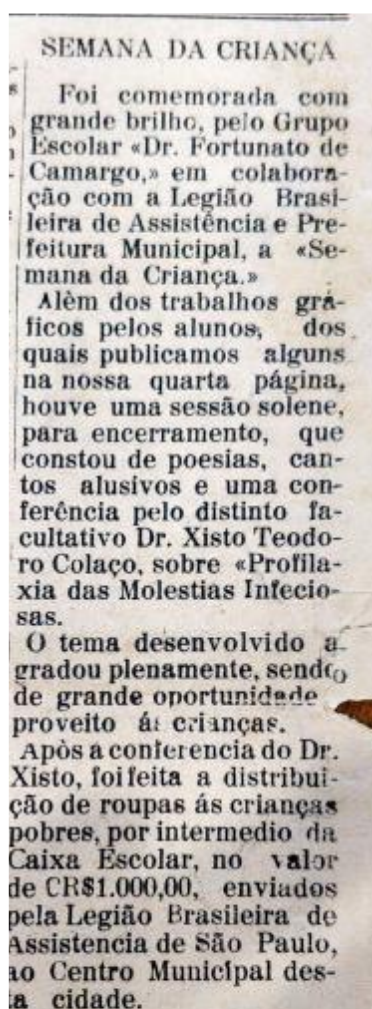
O artigo aponta a necessidade de transformar as novas mentes para que se construa uma nacionalidade forte e sadia, em consonância com os ideais nacionalistas e patrióticos do regime varguista. Destarte, a Semana da Criança funcionaria durante o ano letivo como o limiar dessa assistência ideológica e material.

A estrutura da Semana da Criança era diferente das outras festas cívicas analisadas, pois acontecia internamente no prédio escolar, onde as crianças exibiam trabalhos gráficos, o que evidencia a ampla organização antecipada dessa data, além disso, também contava com “[...]”

poesias, cantos alusivos e uma conferência pelo distinto facultativo Dr. Xisto Teodoro Colaço, sobre “Profilaxia das Moléstias Infecciosas” (Jornal “Folha de Angatuba”, 17 de outubro de 1943, s/p).

Finalizando-se o evento, as crianças carentes recebiam ajudas materiais provenientes de doações como também provenientes do dinheiro da Caixa Escolar que constava do saldo para o mês de outubro a quantia de “Cr\$ 2,395,30” (Jornal “Folha de Angatuba”, 17 de outubro de 1943, s/p).

Imagem 52 – Matéria “Semana da Criança” do Jornal: Folha de Angatuba



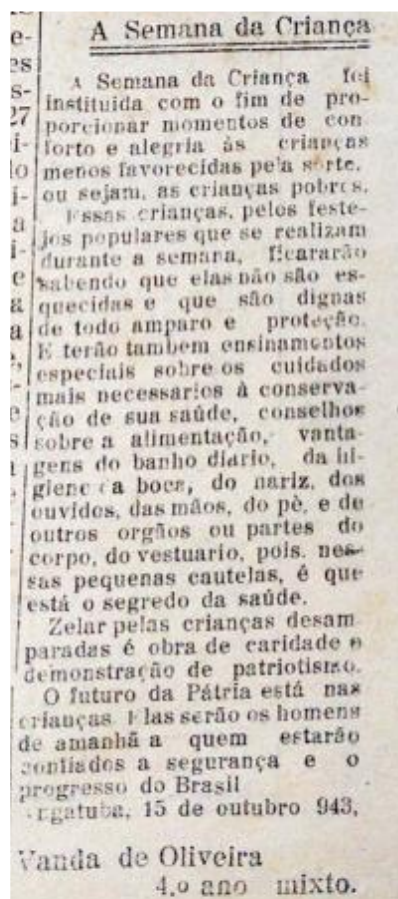
Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 17 de outubro de 1943, Brasil, num. 330. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

As páginas do semanário exibiam na “Secção Escolar” textos dos alunos e docentes do Grupo Escolar sobre a Semana da Criança, onde se pode perceber o trabalho realizado pelos professores imprimindo nos estudantes a importância da assistência prestada às crianças nesses momentos, conseqüentemente os valores patrióticos.

No texto da aluna Maria Adrelina Vieira do terceiro ano está expresso a importância da proteção às crianças, pois “[...] Pelas palestras feitas em classe aprendemos muita coisa útil. As crianças de hoje serão futuros soldados. A Pátria necessita de homens fortes, destemidos e valentes. Para isso, é necessário dispensar à criança, todos os cuidados higiênicos, porque sem higiene não há saúde completa” (Jornal “Folha de Angatuba”, 28 de outubro de 1943, s/p).

Em outra edição, o Jornal traz o texto da aluna Vanda de Oliveira, do quarto ano misto cujo conteúdo atenta para a valorização da higiene e da importância amparar as crianças para que o futuro da Nação não seja corrompido. Há semelhança com o texto anterior.

Imagem 53 – Seção Escolar: “A Semana da Criança” do Jornal: Folha de Angatuba



Fonte: Jornal “Folha de Angatuba”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 17 de outubro de 1943, Brasil, num. 330. Acervo: Maria Aparecida Morais Lisboa. Imagem analisada por Diego Tadeu de Oliveira Rocha em 10 de agosto de 2021.

Os hábitos de higiene, uma das grandes preocupações dos governantes e que também faziam parte da disciplina de Ciências, ganhavam destaque na Semana da Criança. O desleixo, como de natureza cultural e a fome serviram de alerta aos docentes visto que inúmeras famílias de alunos eram privadas de boa alimentação, havendo a necessidade de doações pela Caixa Escolar.

O professor Anatole Abreu Lima, diretor do Grupo Escolar em 1943, publica um texto na “Folha de Angatuba” intitulado *O Verdadeiro Patriotismo*, argumentando que “[...] ser patriota significa servir com amor a sua terra de múltiplas maneiras, cultivando o solo, fomentando a indústria e o comércio, ensinando, curando e defendendo o direito contra prepotência, levantando o fraco para igualá-lo ao forte” (Jornal “Folha de Angatuba”, 14 de março de 1943, s/p).

Continua dissertando também sobre a importância da assistência às crianças, principalmente porque são elas o “futuro da nação”, “Como poderemos fazer amanhã um Brasil forte e rico se não ampararmos a infância, educando-a as suas necessidades materiais e morais, dando ao menos protegidos pela fortuna, os meios necessários para frequentar a escola?” (Jornal “Folha de Angatuba”, 14 de março de 1943, s/p).

As festas de encerramento do ano letivo também eram amplamente divulgadas na imprensa local, além de serem acompanhadas por membros da elite e pela comunidade escolar. Os alunos com as melhores notas tinham seus nomes divulgados no jornal local, tornando símbolo de grande orgulho para seus familiares.

Os trabalhos dos alunos eram expostos dias antes da solenidade de encerramento, levando ao conhecimento do público em geral, obtendo elogios dos visitantes (Jornal “Folha de Angatuba”, 6 de dezembro de 1942, s/p). A solenidade contava com a entrega dos diplomas para os alunos concluintes do quarto ano do ensino primário, de cujo ato os familiares participavam e havia discursos dos professores, diretor da instituição e do paraninfo da turma, exaltando assim os futuros cidadãos da Nação brasileira (Jornal “Folha de Angatuba”, 6 de dezembro de 1942, s/p).

A inexistência de fontes documentais que atestam o desenvolvimento da radiodifusão educativo e do cinema educativa na localidade, impossibilitou desenvolver tais temáticas.

As festividades cumpriam as funções embasadas na transmissão e mediação dos ideais moralistas e patrióticos coordenados pelo governo varguista alinhados nas propostas das obras didáticas e de todo aparato pedagógico voltado ao ensino primário. Uma organização na qual o gestual, as cores, os membros participantes estivessem de acordo com a proposta do evento, a fim de que todos, se apoderassem do “sentimento patriótico”.

## CONCLUSÃO

Encerra-se o evento cívico, conclui-se os discursos de exaltação à Pátria brasileira e ao chefe da Nação, fecham-se as cortinas do teatro com temática patriótica, termina o ano letivo nas escolas primárias com o desejo, ou pelo menos, a intenção dos envolvidos terem conseguido construir nos alunos e na comunidade espectadora o sentimento de pertencimento a grande Nação que se pretendia construir.

A escola durante o período analisado ganhará a importância de ser o meio formativo de valores consonantes com o regime político nos sujeitos que seriam os novos cidadãos brasileiros, constituindo objetivo da instituição escolar a formatação dos alunos voltada ao trabalho, como também, preceitos moralizantes, cívicos e de patriotismo, conseqüentemente, “adoradores” do chefe político autoritário e dispostos a doarem suas vidas como medida de salvar à Pátria.

A raiz da escola popular formadora de ideais patriotas e cívicas será plantada e conservada ainda na Primeira República, momento em que se constitui a escola como dispositivo para a consolidação dos ideais republicanos e para a “desanalfabetização”, tendo em vista os altos níveis de analfabetismo da população brasileira (NAGLE, 2009).

A construção de novos símbolos alicerçados no republicanismo se fez necessário com a deposição de Dom Pedro II e a estruturação da República brasileira, assim, a escola primária serviu como mecanismo para difusão daquilo que os governantes queriam estruturar e consolidar nos futuros cidadãos.

Elementos de cunho moralista, cívico e patriótico serão introduzidos nas práticas pedagógicas juntamente com os instrumentos do cotidiano escolar daquilo que será conhecido como “escola tradicional”. Dessa forma, os alunos tinham contado com a bandeira do Brasil, o mito formador, o herói nacional nas aulas de História e Geografia, sendo consideradas disciplinas responsáveis pela construção do “homem republicano” e conseqüentemente, amante da Nação (BITTENCOURT, 1990).

As festividades cívicas - até então momento de exaltação da monarquia brasileira, com inexpressiva participação popular atuante, pois estes apenas eram espectadores das ações da nobreza e dos militares -, também serão introduzidas como dispositivos pedagógicos nas escolas primárias, sendo cuidadosamente organizadas pela gestão escolar e pelos professores.



O Partido Republicano Paulista (PRP) evidencia em sua organização a importância que se dava a educação como facilitadora da inserção dos elementos republicanos na população, sendo que os alunos aprenderiam durante as aulas das disciplinas de História e Geografia e “levariam” esses ensinamentos para casa possibilitando que os responsáveis, muitas vezes analfabetos, tivessem contato com os ideais, além de exibirem o “republicanismo” nos eventos cívicos, difundindo de forma lúdica aos espectadores aquilo que o regime político desejava (LANG, 1995).

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder o ensino primário ganhará novos contornos, já no seu governo provisório com a instauração do Ministério da Educação e Saúde Pública assumida por Francisco Campos, se começa a estruturar novos elementos para as disciplinas de História, Geografia e a introdução da disciplina Instrução Moral e Cívica, sendo inseridas propostas pedagógicas que funcionaram como legitimador dos discursos políticos, priorizando o patriotismo, o civismo e o moralismo como elementos preponderantes a serem ensinados e amplamente difundidos na sociedade.

Gustavo Capanema será personagem importante dentro do Ministério da Educação, mesmo não sendo caracterizado como um político fascista, muito menos liberal ou de vertente esquerdista, será um emblemático político-intelectual, que irá se relacionar com as diferentes ideologias. Utilizando do aparelhamento do Estado realizado por Vargas irá estruturar a “pedagogia autoritária” de cunho moralizante, patriótica, cívica e formativa de valores do cidadão trabalhador.

O ministro da Educação irá reformar outros graus de ensino deixando pronto a reforma do ensino primário antes da deposição de Vargas, sendo esta reforma colocada em prática em 1946. Entretanto, organizou frentes de discussão em torno do ensino primário, principalmente elencando como prioridade para esse grau a constituição do sentimento de fervoroso amor à Nação brasileira, conhecido por “sentimento patriótico”.

O varguismo estruturou o ensino primário com a pretensão de construir o “novo cidadão” brasileiro, que deveria concluir essa fase formativa consolidado em sua mentalidade os valores requeridos pelo regime que eram o civismo e o patriotismo responsáveis por estruturar o cidadão nacionalista que desejasse construir coletivamente o Brasil como a maior e a melhor Nação do mundo; os valores moralistas, formadores dos cidadãos padronizados; e, os cidadãos trabalhadores, sendo introduzidos estudos que valorizavam os membros úteis em contraposição à “vadiagem”.

O ensino primário sofreu maiores mudanças com a chegada de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, consonante com os ideais autoritários do regime político serão elaboradas normativas que guiaram as ações pedagógicas com os valores pretendidos, sendo assim, será inserido no cotidiano escolar com maior força que no período anteriores os elementos cívicos e patrióticos, fazendo parte de todas as disciplinas, não mais apenas de História e Geografia.

Os materiais didáticos, chamados no período de obras didáticas, serão revistos e elaborados na intenção de criar uma atmosfera simbólica de consolidação e reforço do “sentimento patriótico”, sendo assim, os alunos teriam contato desde o primeiro ano com os valores de cunho patriótico, estando presente nas cartilhas de alfabetização dispositivos que possibilitasse o ensino da língua portuguesa juntamente com o conhecimento das cores da bandeira nacional e da história de Tiradentes.

Os programas das disciplinas também serão revisitados pelas autoridades da área de Educação, sendo introduzidos elementos moralistas, como a ampla preocupação com a higiene na disciplina de Ciências, tendo em vista os problemas enfrentados pelas escolas com a inúmeras doenças e a infestação de piolhos e, a importante exibição do corpo sadio e forte, treinado na disciplina de Educação Física, que seria apresentado nos eventos cívicos.

História, Geografia e Instrução Moral e Cívica ganharam importância ímpar quando da instauração do Estado Novo, sendo requerido dessas disciplinas a construção do conhecimento da história da Pátria, dos grandes vultos nacionais, da importância do líder Getúlio Vargas e do combate ao comunismo. O foco dado por essas disciplinas era o Brasil, remetendo a atenção dos alunos a Nação em primeiro lugar, além disso, o respeito e a obediência ao presidente deveriam ser constituídos por essas disciplinas, sendo assim, o autoritarismo de Vargas conseguiria caminhar sem turbulência nas diversas camadas da sociedade.

O canto orfeônico, com as estruturações dos orfeões nas escolas, também agregou o rol das disciplinas constituídas para difundir o amor patriótico, sendo cuidadosamente manipulado as canções a serem ensaiadas e exibidas nas festas escolares ou nas festas com participação dos alunos. A educação musical possibilitaria com que os alunos conhecessem os diversos hinos de adoração patriótica, assim, quando estes fossem entoados nas cerimônias e solenidades, os alunos, em coro, adorariam a Pátria, mesmo após concluírem seus estudos no ensino primário.

O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) terá importante papel na instrução primária, tendo como papel a produção de cartilhas que exaltavam a figura de Getúlio Vargas,

sendo difundido o simbolismo do presidente amigo das crianças, herói nacional que estava reconstruindo a nação brasileira e lutando contra o “vírus vermelho”, além disso, a divulgação de figuras patrióticas, como a postura desejada dos docentes, o foco na bandeira nacional e os grandes vultos nacionais. As cartilhas do DIP eram amplamente ilustradas, contendo também elementos textuais que reforçavam em conjunto com as imagens os valores desejados pelo regime.

A iniciativa privada também produziu cartilhas, tendo em vista o lucro que o mercado editorial de materiais didáticos poderia fornecer. Obras didáticas eram reeditadas, outras eram encomendas, sendo produzidas com base nos parâmetros impostos pelo regime e pelos programas de ensino das diferentes disciplinas. Pode-se perceber o grande volume de livros e cartilhas produzidos, assim, conclui-se que diferentes materiais didáticos eram utilizados na educação primária, porém, poucos exemplares resistiram a ação dos seres humanos e do tempo.

Os órgãos do governo na área da educação, como o Ministério da Educação e os departamentos estaduais de educação irão atuar mediando e censurando os materiais didáticos que estavam de acordo com a doutrina do governo, sendo aprovados aquelas obras que seguissem os ditames dos programas da disciplina e dos dispositivos patrióticos e cívicos.

Os livros didáticos e as cartilhas produzidas por editoras particulares contaram com amplo uso de imagens e símbolos pátrios, exaltando principalmente à Nação brasileira, os grandes vultos da história nacional, entretanto, pode-se notar que a exaltação de Getúlio Vargas ficará restrito aos materiais produzidos pelo DIP, tendo em vista o cuidado que esse departamento tinha na construção da imagem do político.

Os textos traziam elementos moralistas que pretendiam inculcar valores e formar a personalidade daqueles que seriam os futuros cidadãos brasileiros, assim, as crianças aprenderiam a leitura e interpretação de textos, bem como a se comportarem da maneira com que o varguismo desejava.

O processo de inculcar valores nos alunos será desenvolvido desde o início da escolarização, no primeiro ano do ensino primário, sendo elevado o grau de complexidade nos próximos anos, dessa forma, os escolares teriam reforçados os valores em sua mentalidade ao decorrer da escolarização com o uso das cartilhas.

A ideologia comunista torna-se o alvo principal a ser abatido após o ano de 1935, sendo introduzido nas escolas momentos de palestras em que os docentes deveriam construir nos

alunos a aversão ao comunismo, bem como qualquer outra doutrina que se contrapusesse ao varguismo e ao nacionalismo brasileiro.

O Ministério da Educação atuará por meio dos departamentos estaduais de educação, delegados regionais e dos inspetores regionais na estruturação da “pedagogia autoritária” para a inculcar nos professores e conseqüentemente nos alunos os valores desejados pelo varguismo. Sendo de responsabilidade do delegado regional a organização do ensino primário na área de abrangência da sua delegacia de ensino, este era instruído com as normativas vindas do Ministério da Educação e dos departamentos estaduais de educação, ficando responsável aos inspetores regionais as reuniões com os diretores das escolas e conseqüentemente as orientações da estruturação pedagógica. Os diretores das instituições escolares conduziam os mecanismos didáticos internos à escola que gerenciava, responsável por guiar os docentes (PARADA, 2009b).

Os eventos cívicos também sofreram mudanças na sua estrutura. Os ideais de civismo e patriotismo são introduzidos no lugar da difusão do republicanismo presente na Primeira República. Era necessário, nesse momento, consolidar os ideais nacionalistas e autoritários do varguismo, desse modo, as escolas serão mobilizadas a participarem ativamente das solenidades e cerimônias nas datas cívicas.

Quando da ascensão de Vargas ao posto de ditador no Estado Novo ocorre uma nova reconfiguração das datas cívicas, sendo introduzidas novas comemorações que enobrecia a figura do presidente como o salvador do país e o combatente do “vírus vermelho” que era tido como ideologia que iria destruir o país, como também, da data de instauração do estado ditatorial, que pretendia apagar a importância do dia 15 de novembro, instalação da Primeira República.

As datas cívicas ganham novos contornos dentro do regime político, era necessário promover a ampla participação popular e de instituições chaves da sociedade, no qual a escola estava inserida, sendo assim, os docentes começavam a organização do “clima” patriótico dias antes da festividade. O ensaio de poemas, poesias, hinos, peças teatrais, os movimentos ritmados da passeata, a postura a ser exibida, tornaram-se elementos pedagógicos, bem como a produção de bandeiras, cartazes e textos a serem exibidos durante as festas.

No dia da festividade o corpo docente e discente participava ativamente das ações comemorativas, expondo os corpos sadios e fortes e conhecedores da importância de exaltar a Pátria e os heróis, bem como conscientes do mérito de tal momento. Assim, os espectadores

eram “contaminados” indiretamente pelo fervor patriótico e cívico de todo simbolismo empregado.

A elite intelectual e política também fazia parte das festividades, sendo responsáveis pelo apoio econômico e pelos discursos de exaltação à Nação e ao líder nacional, realizando palestras inflamadas que objetivavam, juntamente com todo os símbolos, fertilizar o sentimento dos adultos de respeito ao patriotismo desejado, bem como, de “educar” civicamente aqueles que em sua maioria eram analfabetos.

Os textos, os poemas e todas as ações das comemorações cívicas com a participação dos escolares eram orientados por normativas enviadas pelos delegados de ensino, diante disso, o corpo docente realizava os ensaios e os símbolos que faziam parte desse momento. As normativas serviam como censura prévia aos possíveis dispositivos que não se encaixariam no momento a ser comemorado, como também, guiaria aquilo que o regime queria que fosse exaltado.

O uso dialético das fontes primárias possibilitou a compreensão do desenvolvimento pedagógico da ideologia autoritária varguista na cidade de Angatuba com a grande expansão das festas cívicas e a ampla participação popular, da elite econômica e intelectual como também a organização do corpo docente e a participação da imprensa “A Folha de Angatuba” que difundia as ideias dos correligionários do varguismo e das ações pedagógicas ocorridas no ensino primário do Grupo Escolar.

Aliado a isso, as atividades pedagógicas com o uso das cartilhas, livros didáticos e novos procedimentos pedagógicos ainda assentados na “pedagogia tradicional” permitiram conduzir a instrução em torno da consciência cívica, do respeito aos grandes vultos, ao líder nacional e ao amor patriótico, inseridos nos preceitos do novo regime.

A imprensa local tornou-se instrumento de grande expressão na divulgação dos ideais varguistas, sendo dirigida por membros da elite política local propagava as ações educativas realizadas no Grupo Escolar, como a divulgação dos melhores textos produzidos pelos alunos exaltando a importância da Semana da Criança e de outros momentos cívico e patriótico, evidenciando as práticas pedagógicas consonantes com os programas de ensino e as normativas dos dirigentes regionais.

O Jornal “Folha de Angatuba” também expunha com riqueza de detalhes o desenvolvimento das festas cívicas, apontando os nomes das crianças que recitaram os poemas,

aqueles políticos e personalidades que exaltavam os atos patrióticos do líder da Nação, bem como, descrevia os acontecimentos da festa. Dias antes do acontecimento de tais festividades o veículo de imprensa publicava o convite e exibia a programação, numa tentativa de angariar o maior número de pessoas para acompanhar tal solenidade.

As páginas do jornal também traziam textos de cunho moralista e patriótico, procurando construir na comunidade alfabetizada os valores requeridos pelo varguismo, principalmente de exaltação ao cidadão patriótico, trabalhador e honesto, como também, exposições de louvores as ações de Getúlio Vargas, como meio de construção da figura heroica do presidente.

O ensino primário em Angatuba estava estruturado, sobretudo, no Grupo Escolar “Dr. Fortunato de Camargo” abrangendo os alunos do perímetro urbano e de bairros próximos como: Teodoros, Marianos, Serra da Boa Vista, parte dos Mineiros, Coqueiros, entre outros. Enquanto os outros bairros contavam com escolas isoladas-rurais, por conta da extensão territorial do município.

Os índices de alfabetização no Grupo Escolar da localidade eram uns dos piores da região de Itapetininga, estando, segundo os relatórios da delegacia de ensino, entre última e a penúltima posição, dependendo do ano. Os dados apresentados podem ser justificados pela cultura rural da cidade, tendo em vista a reprodução dos responsáveis em não verem a escola como ambiente formador das crianças, bem como, a necessidade da utilização da mão de obra desses indivíduos nas plantações de algodão e outros gêneros de subsistência.

As escolas rurais sofriam com a precariedade de infraestrutura, de organização e de acesso, sendo escolhida apenas pelas professoras leigas ou aquelas que estavam no início de sua carreira docente, tendo em vista o difícil acesso pelas estradas de rodagem, precisando depender de caminhões de leite, caronas e até mesmo o deslocamento a pé, quando não moravam na escola de segunda a sexta-feira.

As instalações das instituições escolares nas zonas rurais eram de grande precariedade, como evidenciado nas fotografias expostas na pesquisa, contando com prédios improvisados, com sala multisseriada, falta de saneamento básico e luz elétrica, em contraposição a organização do Grupo Escolar, que, por conta de ser o símbolo maior de instrução da localidade, recebia todo o cuidado de infraestrutura e de projeção das salas.

A Caixa Escolar será outro mecanismo da escola primária, sendo utilizado para o auxílio das crianças carentes, com a doação de roupas, materiais didáticos e alimentos, bem como, um

instrumento amplamente divulgado na Semana da Criança constituindo elemento de benevolência da elite local na formação dos novos cidadãos saudáveis e bem nutridos.

A constituição e reconstituição simbólicas em torno de elementos de cunho patriótico ganhou destaque na prática pedagógica cotidiana, sendo assim, pode-se afirmar que os alunos tinham contato diariamente com os símbolos nacionais como a bandeira nacional, os hinos pátrios e o estudo de elementos históricos e geográficos sobre o Brasil, mesmo os alunos das escolas isoladas tinham amplo contato com o patriotismo.

Entretanto, não foi possível mensurar o real impacto na mentalidade dos alunos, considerando a pesquisa ter uma delimitação temporal distante do tempo atual, impossibilitando aos sujeitos que vivenciaram os fatos, em sua maioria, estarem passíveis de recordação, outros, suas faculdades psicológicas se encontrarem deterioradas e outros ainda ao relatarem suas memórias, o esquecimento também se fez presente.

Os textos de Olavo Bilac que foram amplamente utilizados na escola primária do período ora analisado ainda fazem parte da mentalidade desses alunos, sendo facilmente recitados por essas pessoas. Dessa forma, pode-se concluir que a repetição desses textos como prática pedagógica surtiu, em certa medida, o efeito desejado pelo governo de construção do sentimento fervoroso de amor patriótico.

O caminho percorrido pela pesquisa, iniciando-se nas primeiras organizações das festas cívicas ocorridas no período da Primeira República, permitiu a análise para a estruturação dos objetivos formativos da educação dentro de um regime autoritário em vias de se consolidar. No desenrolar do processo educativo patriótico, moral e cívico, buscou-se conduzir o leitor através do estudo, verificar em Angatuba, cidade interiorana paulista, a real efetivação daquilo que se propunha dentro da intelectualidade varguista com as particularidades impostas pela região.

No período ora analisado, em torno da finalidade da educação permitiu respostas às questões que guiaram o desenvolvimento da pesquisa, além do fato isento de anacronismo, de ser um tema ainda em voga na educação no século XXI, principalmente no que tange o movimento “Escola Sem Partido”, cuja finalidade consiste em neutralizar as opiniões dos docentes objetivando a formação de alunos fadados à alienação, vulneráveis à aceitação dos mandos e desmandos de políticos autoritários.

As peculiaridades histórico-pedagógicas desenvolvidas no referido estudo também defrontam com o empenho do atual governo federal na difusão massiva das escolas cívico-

militares como expoentes de “salvação”, da moralidade nacional voltados ao militarismo nas instituições escolares.

A introdução de símbolos pátrios gera discussões, como as ocorridas em 2019, cuja determinação obrigava a execução do capítulo 5º da lei 5.700 de 1º de setembro de 1971, às escolas executarem o Hino Nacional, com a presença de todo corpo docentes e discente, uma vez por semana; da inclusão do ensino do desenho e do expressivo valor à Bandeira Nacional.

Pode-se considerar que diante de elementos da atualidade que a pesquisa encerra, a evidência do ato inconstitucional também editado em 2019 pelo ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, que através de e-mail ordenou a todas as escolas do país procederem a leitura de uma carta com os seguintes dizeres: “Brasileiro! Vamos ajudar o Brasil dos novos tempos e celebrar a educação responsável e de qualidade a ser desenvolvida na nossa escola pelos professores, em benefício de você, alunos que constituem a nova geração. Brasil acima de tudo, Deus acima de todos!” (OLIVEIRA, 2019). Mensagem com slogan de campanha de Jair Messias Bolsonaro, constituindo em uma ação autoritária refutada por inúmeras instituições escolares brasileiras.

Ao findar-se o trabalho, evidenciou-se a sensação de ter alcançado os objetivos nele propostos, como também a contribuição com as reflexões nele contidas como a de preencher a carência de estudos locais e regionais que possam enriquecer a História da Educação Regional e Brasileira, como também a pretensão de dar continuidade ao estudo que objetive o entendimento da gênese das escolas cívico-militares no Brasil.



## Referências

ABUD, Katia Maria. “A guardiã das tradições: a História e o seu código curricular”. In: *Educar em Revista*, Curitiba, n. 42, p. 163-171, Dec. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n42/a11n42.pdf>. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

ABUD, Katia Maria. Propostas para o ensino de História: a construção de um saber escolar. *Fronteiras*, [S.l.], v. 18, n. 31, p. 296-304, jul. 2016. ISSN 2175-0742. Acesso em: 22 de abr. de 2021.

AIRES, José Luciano de Queiroz. Pintando o herói da República: a construção do imaginário mitificado de Tiradentes e o ensino de História. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005\\_5e30640dc306e76bd19608db4388dd1c.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772005_5e30640dc306e76bd19608db4388dd1c.pdf). Acesso em: 07 de fev. de 2021.

ALAMINO, Caroline Antunes Martins. Políticas educacionais no Estado Novo: o embate entre as propostas educacionais de Gustavo Capanema e Anísio Teixeira. In: SILVA, Cristiani Bereta da. **Educar para a nação: cultura política, nacionalização e ensino de História nas décadas de 1930 e 1940**. Curitiba: Editora CRV, 2014.

ALONSO, Ângela. **Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Leonardo de Carvalho; COELHO, Maria Carlota de Rezende. Um olhar sobre o ensino de História escolar no contexto da “Era Vargas” (1930-1945). *Revista Pensar Acadêmico*, Manhuaçu, v. 17, n. 2, p. 277-290, maio-agosto, 2019. Disponível em: <http://pensaracademico.facig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/1130>. Acesso em: 19 mar. 2021.

ANDERSON, Benedict. **Nação e Consciência Nacional**. São Paulo: Ática, 1989.

ANJOS, Carlos Versiani dos. Um novo olhar sobre o DIP: uma revolução na arte da propaganda e do marketing cultural. *Revista da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/UM%20NOVO%20OLHAR%20SOBRE%20O%20DIP.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação entre dois mundos: problemas perspectivas e orientações**. Obras Completas. v. XVI, p. 59-81. São Paulo: Melhoramentos, 1958.

AZEVEDO, Fernando de. **A educação na encruzilhada: problemas e discussões**. São Paulo, SP: Melhoramentos, 1960.

AZEVEDO, Fernando de. A função da escola primária. In: JUNIOR, A. Almeida. **Boletim Nº 1 da Secretaria da Educação e da Saúde Pública do Estado de São Paulo**. São Paulo: 1936.

AZEVEDO, Luiz Heitor Corrêa. **150 anos de Música no Brasil (1800 – 1950)**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginário Social**. Paris: Payot, 1984.

BARROS, José D'Assunção. **A fonte histórica e seu lugar de produção**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

BECKMAUM, João. **Discurso proferido no ato de colação de grau às professorandas normalistas**. Revista de Ensino, dezembro de 1908, ano VII, n. 4, p. 26-36.

BENCOSTTA, M. L. A. Desfiles patrióticos: memória e cultura cívica dos grupos escolares de Curitiba (1903-1971). In: VIDAL, Diana G. (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. As “tradições nacionais” e o ritual das festas cívicas. In: PINSKY, Jaime (Orgs.). **O ensino de História e a criação do fato**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, civilização e trabalho**. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes (org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11<sup>a</sup>. Ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BOMENY, Helena (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2011.

BORGES, Vavy Pacheco. **Getúlio Vargas e a oligarquia paulista: história de uma esperança e de muitos desenganos através dos jornais da oligarquia (1926-1932)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOTO, Carlota. **A liturgia escolar na Idade Moderna**. Campinas, SP: Papyrus, 2017.

BRANDI, Paulo. **Vargas: da vida para a história**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

BRASILIENSE, Américo. **Os programas dos Partidos e o Segundo Império**. Brasília: Senado Federal/ Fundação Casa de Rui Barbosa – MEC, 1979.

BRASIL. Mensagem apresentada ao Poder Legislativo pelo Presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas, no dia 3 de maio de 1935.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2017.

CAIMI, Flávia Eloisa. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (org.). **O livro didático e o currículo de história em transição**. Passo Fundo/RS: Edupf, 1999.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. **Cultura da escola: as festas nas escolas públicas paulistas (1890-1930)**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. DOI 10.11606/D.48.2007.tde-29012008-163237. Disponível em:

<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29012008163237/publico/DissertacaoRenataMarcilio.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2021.

CÂNDIDO, Renata Marcílio. O que a escola festeja? Uma retomada histórica sobre os tipos e sentido das festas escolares. *In*: CATANI, Denice Barbara; JÚNIOR, Décio Gatti. **O que a escola faz? Elementos para a compreensão da vida escolar**. São Paulo: EDUFU, 2015.

CAPANEMA, Gustavo (1937a). Primeiras versões do discurso a ser pronunciado por ocasião da comemoração do centenário do Colégio Pedro II. CPDOC, Arquivo Gustavo Capanema [GC/Capanema, G. (pi 37.12.02)].

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: propaganda política no varguismo e no peronismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CAPELATO, Maria Helena R. & DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Representação política. O reconhecimento de um conceito na historiografia brasileira. *In*: (orgs.) CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir. **Representações: Contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas/SP: Papyrus, 2000.

CARDIM, Carlos Augusto Gomes. **As comemorações cívicas e as festas escolares**. São Paulo: Augusto Siqueira & C., 1916. 122 p.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das Almas**. O Imaginário da República no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A escola e a República. São Paulo: Brasiliense: Col. Tudo é História, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 225-251.

CARLYLE, Thomas. **Os heróis**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1956.

CARONE, Edgard. **A Segunda República (1930-1937)**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1978.

CASALECCHI, José Ênio. **O Partido Republicano Paulista (1889-1926)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CHAUÍ, Marilena. **O nacional e popular na cultura brasileira**. Seminários. São Paulo, Brasiliense, 1984.

COLHEITA do algodão. **AgroMundo**, 2010. Disponível em: <<http://agromundo.com.br/2010/03/01/colheita-do-algodao/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

COSTA, Emília Viotti da. **O movimento republicano em Itú**. Os fazendeiros do Oeste paulista e os pródromos do movimento republicano (Notas prévias). Revista de História, São Paulo, 1954. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v9i20p379-405>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/36429>. Acesso em: 12 jan. 2021.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano de. **As festividades escolares na construção da imagem de Getúlio Vargas no grupo escolar Barão de Mipibu (1930-1945)**. Revista

Humanidades & Inovação v.7, n.11, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3244>. Acesso em: 19 mar. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã - o ensino superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis**. Para uma sociologia do dilema brasileiro. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Editora Edusp: São Paulo, 2019.

FURET, François. **A oficina da História**. Tradução Adriano Duarte Rodrigues. Lisboa: s/d.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Dias em vermelho no calendário: feriados, festas e comemorações cívicas nas escolas primárias paulistas (1890-1929)**. Anped, 2005. Disponível em: <https://anped.org.br/biblioteca/item/dias-em-vermelho-no-calendario-feriados-festas-e-comemoracoes-civicas-nas-escolas>. Acesso em: 08 de fev. 2021.

GALLEGO, Rita de Cássia. **Tempo, temporalidades e ritmos nas escolas primárias públicas em São Paulo: heranças e negociações (1846-1890)**. Tese de Doutorando. São Paulo: FEUSP, 2008.

GÓES MONTEIRO, General Pedro Aurélio de. (1934). Política de guerra. CPDOC, Arquivo Getúlio Vargas.

GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimto do Brasil. In: VELLOSO, Mônica; OLIVEIRA, Lúcia Lippi; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOMES, Ângela de Castro. Propaganda política, a construção do tempo e mito Vargas: calendário de 1940. In: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História: João Pessoa, 2003. Disponível em: [https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541\\_ff745cf5b3c7480395cd4f12368072ea.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_ff745cf5b3c7480395cd4f12368072ea.pdf). Acesso em: 19 mar. 2021.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Capanema: o ministro e seu ministério**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

HAICKEL, M. P. **Barão do Rio Branco**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão / Thesaurus Editora, 2007.

HISTÓRIA de Itapeva. **Prefeitura Municipal de Itapeva**, 20??. Disponível em: [https://itapeva.sp.gov.br/?page\\_id=74](https://itapeva.sp.gov.br/?page_id=74)>. Acesso em: 19 de agosto de 2021.

HOBBSAWM, Eric. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2020.

HOOK, Sidney. **O Herói na História**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1962.

HORTA, José Silvério Baia. **Gustavo Capanema**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

HORTA, José Silvério Baia. **O hino, o sermão e a ordem do dia: regime autoritário e a educação do Brasil (1930-1945)**. Campinas: Autores Associados, 2012.

JOSÉ, Oíliam. **A Propaganda Republicana em Minas**. Minas Gerais: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1960.

JUNIOR, José de Arimatéa Freitas Aguiar. **Festas, hinos e marchas: constituição do patriotismo e o serviço militar no Piauí (1935-1945)**. Dissertação (Mestre em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí. Piauí, 2014.

KUHLMANN, Guilherme. **As festas escolares**. Revista de Ensino, ano 17, jun-dez/1918 – publicado em out/1919, p. 15.

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. **A Propaganda Republicana na Província de São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Centro de Estudos Rurais e Urbanos NAP-CERU, 1995.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. *In*: NÓVOA, António; SCHRIEWER, Jürgen. **A difusão mundial da escola: alunos, professores, currículo, pedagogia**. Lisboa: Educa, 2000.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da Política**. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986.

LESSA, Renato. **A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LEVINE, Robert M. **Pai dos pobres? O Brasil e a Era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LISBOA, Maria Aparecida Moraes. **A Política dos Coronéis e a difusão do ensino primário em Angatuba/SP (1870-1930)**. f. 1101. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2008.

LOURENÇO FILHO, Manuel B. **Juazeiro do Padre Cícero**. 3. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, s.d.

LUCA, Tania Regina de. Fonlutes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi *et. al.* **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. **Entre Letras e Bordados: o tecer das tramas na história das normalistas em Teresina (1930-1949)**. Teresina, 2008.

MCLAREN, Peter. **Rituais na Escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na Educação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1992.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil, 1920-1945**. São Paulo: DIFEL, 1979.

MICELI, Paulo. **O mito do herói nacional**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1989.

MILLIET, Maria Alice. **Tiradentes: o corpo do herói**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MOURA, Daniela de Almeida. **Imprensa em foco: notícias antigas, outras abordagens (1886-1890)**. XXIX Simpósio Nacional de História. Brasília: 2017. Disponível em: [https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502807815\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH2017DaniellaMoura.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502807815_ARQUIVO_ArtigoANPUH2017DaniellaMoura.pdf). Acesso em: 15 de dez. 2021.

NADAI, Elza. **O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.13, nº 25-26, p. 143-162, ago. 93. Disponível em: [https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=30596](https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=30596). Acesso em: 19 abr. 2021.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NASCIMENTO, Douglas. **Monumento a Giuseppe Verdi**, 2016. Disponível em: < <https://saopauloantiga.com.br/monumento-a-giuseppe-verdi/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

NASCIMENTO, Douglas. **Monumento a Giuseppe Garibaldi**, 2017. Disponível em: < <https://saopauloantiga.com.br/monumento-a-giuseppe-garibaldi/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

NETTO, Coelho. **Breviário Cívico**, 1922.

NEVES, Margarida de Souza. Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge Luís (Orgs.). **Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política**. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NEVES, Margarida de Souza. História e Memória: os jogos da memória. In: MATTOS, Ilmar Rohloff (org.) **Ler e escrever para contar: documentário, historiografia e formação do historiador**. Rio de Janeiro: Access, 1998.

NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire*. In: *Lieux de Mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

NUNES, José Luiz. **Rádio e Cinema no Estado Novo**: a criação do D.I.P. Revista Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXII, n.1, p. 71-75, junho, 1996. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/download/28776/15996/>. Acesso em: 16 de março de 2021.

O BRASIL é bom. DNP, 1938.

OLIVEIRA, Elida. Hino em escola é obrigatório? Pode filmar? E ler slogan de campanha? Veja o que diz a lei sobre o pedido feito pelo ministro da Educação. G1 Educação 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/02/26/hino-em-escola-e-obrigatorio-pode-filmar-e-ler-slogan-de-campanha-veja-o-que-diz-a-lei-sobre-o-pedido-feito-pelo-ministro-da-educacao.ghtml>. Acesso em: 05 de jan. de 2022.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. **As festas que a República manda guardar**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, p.172-189, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Lippi. Os caminhos da centralização. In: BACHA; Edmar *et al.* (org.). **130 anos**: em busca da República, Rio de Janeiro: Intrínseca, 2019.

ORIÁ, Ricardo. **Construindo o Panteão dos Heróis Nacionais: monumentos à República, rituais cívicos e o ensino de História**. Revista História Hoje, São Paulo, p. 43-66. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/137>. Acesso em: 10 de jan. de 2021.

OZOUF, Mona. A Festa: Sob a Revolução Francesa. In: **História: novos objetos**. Direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Tradução de Terezinha Marinho. Rio de Janeiro. F. Alves, 1976.

PASCHOAL, Francisco José. **Getúlio Vargas e o DIP: a consolidação do “marketing político” e da propaganda no Brasil.** 1º Simpósio do Laboratório de História Política e Social: 70 anos do Estado Novo. Juiz de Fora, p. 1-13, 2010. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo-7a14.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2021.

PARADA, Maurício Barreto Alvarez. **Cultura cívica e memória no Estado Novo Brasileiro.** Revista Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 3, n. 2, p. 401-412, 2009a.

PARADA, Maurício. **Educando corpos e criando a Nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2009b.

PASTANA, Mariana. **Militares no Império, heróis na República: os monumentos a Osório e Caxias no Rio de Janeiro (1894-1899).** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, p. 643-655, 2018. Disponível em: [https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/12/PASTANA\\_Mariana-Artigo-Jornada-PPGHIS-2018.pdf](https://www.jornadaeh.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2018/12/PASTANA_Mariana-Artigo-Jornada-PPGHIS-2018.pdf). Acesso em: 9 fev. 2021.

PAUL, Wolf. **Ordem e progresso: origem e significado dos símbolos da bandeira nacional brasileira.** Revista Da Faculdade De Direito, Universidade De São Paulo, 1995, 251-270. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67468>. Acesso em: 07 de fev. de 2021.

PECAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. **O primeiro centenário do Manifesto Republicano de 1870.** Revista de História, São Paulo, p. 401-437, 5 dez. 1970. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1970.129541>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/129541/126056>. Acesso em: 11 jan. 2021.

PETITAT, André. **Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no Ocidente.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PINTO, João Paulo do Amaral. **A Música Caipira e o advento do disco.** Sonora – Revista do Instituto de Artes da Unicamp. Campinas, v. 2, n. 3 (2). Disponível em: <http://www.sonora.iar.unicamp.br/index.php/sonora1/article/viewFile/20/19> >. Acesso em: 25 de agosto de 2021.

DEL PRIORI, Mary. **Festas e utopias no Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Brasiliense, 2000.

RAPHAEL, Cíntia Lima. **A relação entre currículo e o ideário republicano no final do século XIX: o caso dos grupos escolares paulistas.** Revista Instituto de Políticas de Marília, Marília, 2019, p. 143-156. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/RIPPMAR/article/view/9024>. Acesso em: 10 de fev. de 2021.

REDE, Marcelo. **Iconografia, História e Antiguidade Grega.** Anais do Museu Paulista Nova Série n° 1, 1993. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/twRY9XJWTqG9rpGWpCH9wHF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 de dez. de 2021.

RELATÓRIO das atividades do Ministério da Educação e Saúde no período de 1930 a 1945, elaborado por Gustavo Capanema. Arquivo Gustavo Capanema. GVC n° 1946.00.00/27, (40 fls). Geral. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1946.

Revista Escolar, São Paulo. n. 10, ano 1, 01 de outubro de 1925, p. 28-31.

Revista do Ensino, João Pessoa- PB. Edições: 1937, 1938 e 1942. Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

Revista de Educação, Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado de São Paulo. Serviço Técnico de Publicidade, 1943, volume XXIX.

Revista de Ensino, São Paulo, março de 1906, p. 808.

Revista de Ensino, São Paulo, n. 4, ano 7, dezembro de 1908, p. 35.

RICCHETTI, Henrique. **Infância**. 25.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. Vol. 1. (Série Olavo Bilac)

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. **Educação conformada: a política pública de educação no Brasil – 1930/1945**. Juiz de Fora (MG): Ed. UFJF, 2000.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 35. ed. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 2010.

ROMERO, Silvio. Prefácio – Explicações indispensáveis. In: BARRETO, Tobias. **Vários escritos**. Sergipe: Editora do Estado de Sergipe, 1926.

SALGUEIRO, Valéria. **De pedra e bronze: um estudo sobre monumentos. O Monumento a Benjamin Constant**. Niterói, RJ: Ed. UFF, 2008

SALLES, Iraci Galvão. A ordem como condição da civilização: o Partido Republicano Paulista (1870-1889). In: SALLES, Iraci Galvão. **Trabalho, Progresso e a Sociedade Civilizada**. São Paulo: FFLCH-USP, 1980. cap. 2, p. 13-27. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/download/61326/64267/79048>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SANTANA, Samantha Perez de. **Getúlio Vargas do homem ao mito político: a desconstrução de uma imagem (1930-1945)**. Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca, p. 1-11. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/12627>. Acesso em: 20 mar. 2021.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SCANTIMBURGO, João de. **A crise da república presidencial**. São Paulo: Pioneira, 1969.

SCHEMES, Cláudia. **Festas Cívicas e Esportivas no Populismo: um estudo comparativo dos governos Vargas (1937-1945) e Perón (1946-1955)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade de São Paulo, 1995.

SCHMITZ, Zenaide Inês; COSTA, Miguel Ângelo Silva da. **Educação, Infância e nacionalismo: uma abordagem a partir das cartilhas escolares “Getúlio Vargas 18 para Crianças” e “Getúlio Vargas: o amigo das crianças”**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 377-404, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818362017377>. Acesso em: 19 mar. 2021.



SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo, um Auto-retrato**. (Arquivo Gustavo Capanema). Brasília, CPDOC/FGV: Editora Universidade de Brasília, 1983.

SCHWARTZMAN, Simon. BOMENY, Helena Maria Bousquet.; COSTA, Vanda, Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1984.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Anthony D. **Identidade Nacional**. Lisboa: Gradiva, 1997.

SILVA, Fernando Santos da Silva. **Manipulando Almas: a construção do imaginário paulista na República Velha**. Salto, São Paulo: Schoba, 2012.

SILVA, Marinete dos Santos. **A educação brasileira no Estado-Novo**. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.

SILVA, Raul de Andrada e. **Os republicanos de 1870 e as realidades nacionais**. Revista de História, São Paulo, p. 439-447, 5 dez. 1970. DOI <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.1970.129552>. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/129552>. Acesso em: 11 jan. 2021.

SILVA, Vânia Cristina da. **Ó Pátria amada, idolatrada, salve! salve!** Festas escolares e comemorações cívicas na Paraíba (1937-1945). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, 2011.

SIQUEIRA, Nóbrega de. **Canto ao Brasil Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1939.

SOUZA, Jonas Soares de. “**Notas sobre a Convenção de Itu**” In: Anais do Museu Paulista, tomo XXVII. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976. (pp. 157 a 187). Disponível em: <http://lemad.fflch.usp.br/anais-do-museu-paulista>. Acesso em: 11 de jan. 2021.

SOUZA, Manoel Pereira de. “**Nossa pátria, nossa bandeira, nosso chefe**”: as comemorações cívicas nas escolas de Santos durante o Estado Novo (1937-1945). Dissertação (Mestrado em Educação), Unisantos, 188f, 2013.

SOUZA, Reniane Silva de. **Mídia e Educação: análise das imagens de cartilhas na Era Vargas**. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Mato Grosso, 2018. Disponível em: [https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/1088/1/TCCP\\_2018\\_Reniane%20Silva%20de%20Souza.pdf](https://bdm.ufmt.br/bitstream/1/1088/1/TCCP_2018_Reniane%20Silva%20de%20Souza.pdf). Acesso em: 21 abr. 2021.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Alicerces da Pátria: Escola primária e cultura escolar no estado de São Paulo (1890-1976)**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2009.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

TRINDADE, Héliogio. **Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.

VARGAS, Getúlio (1938a). “O cinema nacional, elemento de aproximação dos habitantes do país”. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, vol. III, p. 188-189.

VARGAS, Getúlio. (1938b). “Problemas e realizações do Estado Novo (Entrevista à imprensa – 22 de abril de 1938)”. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, vol. V, p. 183.

VARGAS, Getúlio. (1940a). “Saudação ao povo brasileiro – 1º de janeiro de 1939”. In: VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil**. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, vol. VI, p. 183-184.

VAZ, Aline Choucair. **A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)**. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. Disponível em: <http://dspace.lcc.ufmg.br/dspace/bitstream/1843/FAEC-85TQU6/1/1000000611.pdf> Acesso em 15 abr. de 2021.

VEIGA, Cynthia Greive, Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliana Marta Texeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 399-422.

VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política do Estado Novo. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O tempo do nacional- estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VIANNA, Oliveira. **O Ocaso do Império**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Melhoramentos, 1933.

VIDAL, Diana Gonçalves; FILHO, Luciana Mendes de Faria. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VILLA-LOBOS, Heitor. **A música nacionalista no Estado Novo**. Rio de Janeiro, DIP, 1941.

VINÃO FRAGO, Antonio. *Culturas escolares, reformas e innovaciones: entre la tradición y el cambio*. VIII Jornadas Estatales Fórum Europeo de Administradores de la educación. Murcia: 1996, p. 17-19.

### Documentos Oficiais

ANNUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1935-1936.

ANUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1937.

ANNUÁRIO DO ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1937-1938.

RELATÓRIO REGIONAL DO ENSINO DE ITAPETINGA, 1942.

RELATÓRIO REGIONAL DO ENSINO DE ITAPETINGA, 1943

RIOS, Fernando. **Relatório da Delegacia Regional de Ensino de Itapetininga apresentado pelo Professor Fernando Rios**. Itapetininga, 1936.

### Jornais

“A CIDADE DE ANGATUBA”, Ano II, Angatuba, 17 de março de 1912, Num. 71, s/p.

“A CIDADE DE ANGATUBA”, Ano XI, Angatuba, 31 de outubro de 1920, Num. 502, s/p.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano V, São Paulo, Angatuba, 14 de setembro de 1941, Brasil, num. 221.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano V, São Paulo, Angatuba, 14 de dezembro de 1941, Brasil, num. 234.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano V, São Paulo, Angatuba, 21 de dezembro de 1941, Brasil, num. 235.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VI, São Paulo, Angatuba, 6 de setembro de 1942, Brasil, num. 272.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VI, São Paulo, Angatuba, 15 de novembro de 1942, Brasil, num. 282.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VI, São Paulo, Angatuba, 6 de dezembro de 1942, Brasil, num. 288.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 28 de fevereiro de 1943, Brasil, num. 297.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 14 de março de 1943, Brasil, num. 299.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 4 de abril de 1943, Brasil, num. 302.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 18 de abril de 1943, Brasil, num. 304.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 25 de abril de 1943, Brasil, num. 305.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba 29 de agosto de 1943, Brasil, num. 323.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 12 de setembro de 1943, Brasil, num. 326.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 17 de outubro de 1943, Brasil, num. 330.

“FOLHA DE ANGATUBA”, Ano VII, São Paulo, Angatuba, 28 de outubro de 1943, Brasil, num. 332.

### **Obras didáticas**

BARRETO, Rita de M. **Corações de crianças – leituras preparatórias**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932.

BARRETO, Rita de M. **Corações de crianças – série de contos morais e cívicos (terceiro livro)**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1917.

- BRASIL. **Getúlio Vargas: o amigo das crianças**. Rio de Janeiro: DIP, 1940.
- CHAGAS, Valfredo Arantes. **Horas felizes**. São Paulo: Typografia Siqueira, 1935.
- GOMES, Leonor S.; LINO, Orlando M. **Minhas histórias – leituras preparatórias**. São Paulo: Casa Editora Antônio Tisi, 1929.
- OLIVEIRA, Mariano de. **Nova Cartilha – ensino rápido da leitura**. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1922.
- REIS, Morel Marcondes. **Contos brasileiros – leitura para 3º grau primário**. São Paulo: Livraria Editora Record, 1941.
- RINALDI, Guiomar R. **A minha escola**. São Paulo: Pia Sociedade São Paulo, 1933.
- SCARAMELLI, José. **Pequenas lições de história Pátria**. São Paulo: Livraria Zenith, 1929.
- SOUZA, Júlio de Faria e. **Sejamos bons! Primeiro Livro**. São Paulo: Livraria Editora Record, s/d.

### **Legislação**

- BRASIL. Decreto nº 155-B, de 14 de janeiro de 1890. Declara os dias de festa nacional. Legislação Informatizada - Decreto nº 155-B, de 14 de Janeiro de 1890 - Publicação Original, Rio de Janeiro, 1890. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-155-b-14-janeiro-1890-517534-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 8 fev. 2021.
- BRASIL. Decreto N. 2944, de 8 de agosto de 1918. “Aprova o Regulamento para a execução da Lei n. 1.579, de 19 de dezembro de 1917, que estabelece diversas disposições sobre a Instrução Pública do Estado”. Assembleia Legislativa do estado de São Paulo.
- BRASIL. Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação. Diário Oficial - 15/4/1931, Página 5799.
- BRASIL. Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/4/1931, Página 5800.
- BRASIL. Decreto Nº 19.890, de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário. Diário Oficial - 1/5/1931, Página 6945.
- BRASIL. Decreto nº 19.421, de 30 de abril de 1931. Dispõe sobre a instrução religiosa nos cursos primário, secundário e normal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 6/5/1931, Página 7191.
- BRASIL. DECRETO N. 5.413, DE 4 DE MARÇO DE 1932. Institui o Hino dos Estudantes, para ser cantado em todas as festas e comemorações escolares. Assembleia Legislativa do estado de São Paulo.
- BRASIL. Decreto Nº 21.241, de 4 de abril de 1932. Consolida as disposições sobre a organização do ensino secundário e dá outras providências. Diário Oficial - 9/4/1932, Página 6.

BRASIL. DECRETO N. 5.476, DE 14 DE ABRIL DE 1932. Dispõe sobre a duração das aulas, regime de férias e comemoração do "Dia do Brasil", nos estabelecimentos de ensino. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

BRASIL. Decreto Nº 5.884, de 21 de abril de 1933. Institui o Código de Educação do estado de São Paulo. Assembleia Legislativa do estado de São Paulo.

BRASIL Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 868, de 18 de novembro de 1938. Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário. Diário Oficial da União - Seção 1 - 21/11/1938, Página 23163.

BRASIL. Decreto-Lei nº 526, de 1º de julho de 1938. Institui o Conselho Nacional de Cultura. Diário Oficial da União - Seção 1 - 5/7/1938, Página 13385.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.072, de 8 de março de 1940. Dispõe sobre a obrigatoriedade da educação cívica, moral e física da infância e da juventude, fixa as suas bases, e para ministrá-la organiza uma instituição nacional denominada Juventude Brasileira. Diário Oficial da União - Seção 1 - 11/3/1940, Página 4239.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 Lei Orgânica do Ensino Normal. Diário Oficial da União - Seção 1 - 4/1/1946, Página 116.

CONSTITUIÇÃO (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). Rio de Janeiro, DF: Senado Federal, 1934.

ESTADO DE SÃO PAULO. Decreto nº N. 4.101, de 14 de setembro de 1926. Regulamenta a lei n. 2.095, de 24 de Dezembro de 1925, que, aprovando, com modificações, o Decreto n. 3858, de 11 de Junho de 1925, reforma a Instrução Publica do Estado. DECRETO N. 4.101, DE 14 DE SETEMBRO DE 1926, São Paulo, 1926. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1926/decreto-4101-14.09.1926.html>. Acesso em: 8 fev. 2021.

## Site

Aliança Liberal. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos20/CrisePolitica/AliancaLiberal>. Acesso em: 17 de set. de 2021.

Anísio Teixeira. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio\\_teixeira](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/biografias/anisio_teixeira). Acesso em: 18 de dez. de 2021.

Artur Bernardes. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur\\_bernardes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/artur_bernardes). Acesso em: 18 de dez. 2021.

Francisco Campos. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco\\_campos](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/francisco_campos). Acesso em: 18 de dez. 2021.

Fernando de Azevedo. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/fernando\\_de\\_azevedo](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/fernando_de_azevedo). Acesso em: 18 de dez. 2021.

Fernando Prestes. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/PRESTES,%20Fernando.pdf>. Acesso em: 18 de dez. 2021.

Getúlio Vargas. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/getulio\\_vargas](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/getulio_vargas). Acesso em: 18 de dez. 2021.

Gustavo Capanema. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo\\_capanema](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema). Acesso em: 18 de dez. 2021.

Góis Monteiro. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/goes\\_monteiro](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/goes_monteiro). Acesso em: 18 de dez. 2021.

João Pessoa. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/joao\\_pessoa](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/joao_pessoa). Acesso em: 18 de dez. 2021.

Júlio Prestes. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/julio\\_prestes](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/julio_prestes). Acesso em: 18 de dez. 2021.

Washington Luís. FGV – CPDOC, Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/washington\\_luis](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/washington_luis). Acesso em: 18 de dez. 2021.

## **Entrevista**

ORSI, Maria Aparecida. Entrevista I. [ago. 2021]. Entrevistador: Diego Tadeu de Oliveira Rocha. Angatuba, São Paulo, 2021. 1 arquivo .mp3 (55 min.).

LAROZI, SANTINO. Entrevista II. [ago. 2021]. Entrevistador: Diego Tadeu de Oliveira Rocha. Angatuba, São Paulo, 2021. 1 arquivo .mp3 (36 min.).